



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15<sup>a</sup> REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO  
do exercício de 2016

CAMPINAS, SP  
2017



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15<sup>a</sup> REGIÃO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO  
do exercício de 2016**

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016, da Portaria TCU nº 59/2017 e das orientações do órgão de controle interno.

Diretoria-Geral  
Campinas, SP  
2017



Tribunal Regional do Trabalho da 15<sup>a</sup> Região  
Rua Barão de Jaguara, 901, Centro, Campinas-SP  
CEP 13015-927  
[www.trt15.jus.br](http://www.trt15.jus.br)

**PRESIDENTE**  
Desembargador Fernando da Silva Borges

**VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO**  
Desembargadora Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho

**VICE-PRESIDENTE JUDICIAL**  
Desembargador Edmundo Fraga Lopes

**CORREGEDOR REGIONAL**  
Desembargador Samuel Hugo Lima

**VICE-CORREGEDOR REGIONAL**  
Desembargadora Susana Graciela Santiso

**DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL**  
Desembargador Manoel Carlos Toledo Filho

**VICE-DIRETORA DA ESCOLA JUDICIAL**  
Desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann

**OUVIDORA**  
Desembargadora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

**VICE-OUIDOR**  
Desembargador Edison dos Santos Pelegrini

## **Abreviaturas e Siglas**

ATS – Adicional por Tempo de Serviço

CAGED/MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego

CC – Cargo em Comissão

CCAUD/CSJT – Coordenadoria de Controle e Auditoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

CCIN – Coordenadoria de Controle Interno

CNE – Cadastro Nacional de Empresas Mercantis

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CPF/CNPJ – Cadastro de Pessoas Físicas / Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal

CPR – Sistema de Contas a Pagar e a Receber do Governo Federal

CR – Corregedoria Regional

CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho

DEJT – Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho

DG – Diretoria-Geral

FT – Fórum Trabalhista

FC – Função Comissionada

GECJ – Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição

GP – Gabinete da Presidência

IDJus – Índice de Desempenho da Justiça

IN – Instrução Normativa

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IR – Imposto de Renda

JT – Justiça do Trabalho

LOA – Lei Orçamentária Anual

MGD – Mapeamento Global de Desempenho

MPT – Ministério Público do Trabalho

MPU – Ministério Público da União

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OI – Orçamento de Investimento

PA – Processo de Aquisição

PAA – Plano Anual de Auditoria

PAE – Parcela Autônoma de Equivalência

PETIC – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações

PJe – Processo Judicial Eletrônico

PL – Projeto de Lei

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PP – Pedido de Providências

PPA – Plano Plurianual

PROAD – Sistema de Processos e Protocolos Administrativos

REUNE-JT – Reunião Nacional de Estratégia da Justiça do Trabalho

RI – Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

RNP – Restos a Pagar Não Processados

RPSPF – Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

RPV – Requisição de Pequeno Valor

SCI/CNJ – Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIC – Sistema de Informação de Custos do Governo Federal  
SICAF – Sistema de Cadastro de Fornecedores  
SIGEN – Sistema de Informações Gerenciais  
SIOP – Sistemas Integrados de Planejamento e Orçamento  
SISAC – Sistema de Apreciação de Atos de Admissão e Concessões do Tribunal de Contas da União  
SISBACEN -  
SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região  
SPIUNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União  
SPU – Secretaria do Patrimônio da União  
STN – Secretaria do Tesouro Nacional  
TI – Tecnologia da Informação  
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicações  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TCU/Sefip – Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União  
TRT – Tribunal Regional do Trabalho  
TST – Tribunal Superior do Trabalho  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UO – Unidade Orçamentária  
UG – Unidade Gestora  
URV – Unidade Real de Valor  
VT – Vara do Trabalho

## **Lista de Quadros**

Quadro 1 – Informações Sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	18
Quadro 2 – Fluxograma – Macroprocesso Finalístico.....	22
Quadro 3 – Macroprocesso Finalístico Prestação Jurisdicional Trabalhista de 1º Grau.....	23
Quadro 4 – Macroprocesso Finalístico Prestação Jurisdicional Trabalhista Originária no Tribunal.....	24
Quadro 5 – Macroprocesso Finalístico Prestação Jurisdicional Trabalhista Recursal de 2º Grau.....	25
Quadro 6 – Macroprocesso Finalístico Prestação Jurisdicional Trabalhista – Entes Públicos.....	26
Quadro 7 – Indicador Aprimorar a Prestação Jurisdicional.....	32
Quadro 8 – Indicador Aprimorar a Qualidade na Prestação do Serviço.....	34
Quadro 9 – Ações/Subtítulos – OFSS – Benefícios Assistenciais.....	35
Quadro 10 – Ações/Subtítulos – OFSS – Pagamento de Aposentadorias e Pensões.....	36
Quadro 11 – Ações/Subtítulos – OFSS – Contribuição Para o Custeio do RPSPF.....	37
Quadro 12 – Ações/Subtítulos – OFSS – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Barretos – SP.....	38
Quadro 13 – Ações/Subtítulos – OFSS – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Itapetininga.....	39
Quadro 14 – Ações/Subtítulos – OFSS – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Porto Ferreira.....	40
Quadro 15 – Ações/Subtítulos – OFSS – Assistência Médica e Odontológica.....	41
Quadro 16 – Ações/Subtítulos – OFSS – Assistência Pré-Escolar.....	42
Quadro 17 – Ações/Subtítulos – OFSS – Auxílio-Transporte.....	43
Quadro 18 – Ações/Subtítulos – OFSS – Auxílio-Alimentação.....	44
Quadro 19 – Ações/Subtítulos – OFSS – Pagamento de Pessoal Ativo.....	45
Quadro 20 – Ações/Subtítulos – OFSS – Comunicação e Divulgação Institucional.....	46
Quadro 21 – Ações/Subtítulos – OFSS – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.....	47
Quadro 22 – Ações/Subtítulos – OFSS – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.....	48
Quadro 23 – Ações/Subtítulos – OFSS – Ajuda de Custo Para Moradia.....	49
Quadro 24 – Ações/Subtítulos – Restos a Pagar Não Processados – OFSS – Restituição de Valores Recolhidos ao Montepio.....	50
Quadro 25 – Ações/Subtítulos – Restos a Pagar Não Processados – OFSS – Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente – Sp.....	50
Quadro 26 – Ações/Subtítulos – Restos a Pagar Não Processados – OFSS – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Rio Claro – SP.....	51
Quadro 27 – Ações/Subtítulos – Restos a Pagar Não Processados – OFSS – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Votuporanga – SP.....	51
Quadro 28 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões.....	53
Quadro 29 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.....	54
Quadro 30 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – No Estado de São Paulo.....	55
Quadro 31 – Construção da Vara do Trabalho de Barretos.....	56
Quadro 32 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Itapetininga.....	58
Quadro 33 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Porto Ferreira.....	59
Quadro 34 – Pessoal Ativo da União.....	60
Quadro 35 – Ajuda de Custo para Moradia.....	61
Quadro 36 – Medida Provisória de janeiro/2016.....	61
Quadro 37 – Apreciação de causas na Justiça do Trabalho.....	62
Quadro 38 – Apreciação de causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas.....	63
Quadro 39 – medida Provisória de Junho/2016.....	63
Quadro 40 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Movimentação de Créditos Orçamentários.....	64
Quadro 41 – Execução LOA/2016 – Outras Despesas Correntes.....	65
Quadro 42 – Outras Despesas Correntes – Gastos Mais Significativos do Exercício.....	66
Quadro 43 – Execução LOA/2016 – Despesas de Capital.....	66
Quadro 44 – Detalhamento por Item de Natureza de Despesa.....	67

Quadro 45 – Capacitação de Recursos Humanos.....	67
Quadro 46 – execução – Capacitação de Recursos Humanos.....	68
Quadro 47 – Manutenção de Varas Itinerantes.....	69
Quadro 48 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.....	70
Quadro 49 – execução – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.....	71
Quadro 50 – Trabalho Seguro.....	71
Quadro 51 – Execução – Programa Trabalho Seguro.....	72
Quadro 52 – Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo a Aprendizagem.....	72
Quadro 53 – Execução – Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo a Aprendizagem.....	73
Quadro 54 – Comunicação e Divulgação Institucional.....	73
Quadro 55 – Assistência Médica e Odontológica – Complementação da União.....	74
Quadro 56 – Aplicação de Recursos – Assistência Médica e Odontológica – Complementação da União.....	75
Quadro 57 – Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis.....	75
Quadro 58 – Assistência Pré-Escolar.....	76
Quadro 59 – Auxílio-Transporte.....	77
Quadro 60 – Auxílio-Alimentação.....	78
Quadro 61 – Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente – SP.....	79
Quadro 62 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Rio Claro – SP.....	80
Quadro 63 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Rio Claro – Restos a Pagar.....	80
Quadro 64 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Votuporanga – SP.....	81
Quadro 65 – Restituição de valores Recolhidos ao Montepio Civil.....	81
Quadro 66 – Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho.....	82
Quadro 67 – Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho – Execução de Restos a Pagar.....	83
Quadro 68 – Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – PJe.....	83
Quadro 69 – Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – PJe – Execução e restos a Pagar.....	84
Quadro 70 – Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação.....	85
Quadro 71 – Execução – Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação.....	86
Quadro 72 – Requisições de Pequeno Valor.....	86
Quadro 73 – Precatórios (Administração Direta).....	87
Quadro 74 – Precatórios (Administração Indireta) – Universidade Federal de São Carlos.....	87
Quadro 75 – Precatórios (Administração Indireta) – Instituto Nacional do Seguro Social.....	88
Quadro 76 – Restos a Pagar Não Processados.....	89
Quadro 77 – Restos a Pagar Não processados – Valores Mais Relevantes.....	90
Quadro 78 – Demonstrativo da Composição dos Saldos com Insuficiência de Créditos Reconhecidos.....	93
Quadro 79 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	111
Quadro 80 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores.....	114
Quadro 81 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados – Despesas de Pessoal.....	115
Quadro 82 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados – Outras Despesas Correntes.....	115
Quadro 83 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados – Despesas de Capital.....	116
Quadro 84 – Arrecadação por Tipo de Receita.....	117
Quadro 85 – Despesas por Modalidade de Contratação.....	119
Quadro 86 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa.....	120
Quadro 87 – Nível da Execução Orçamentária por Origem de Crédito.....	121
Quadro 88 – Orçamentos Executados por Categoria Econômica.....	122
Quadro 89 – Pessoal e Custeio do Regime de Previdência dos Servidores.....	123
Quadro 90 – Outras Despesas Correntes – Detalhamento.....	127
Quadro 91 – Investimento – Empenhos de Maior Relevância.....	129
Quadro 92 – Execução Orçamentária com Aquisições diretas.....	130
Quadro 93 – Despesas Liquidadas – Maiores Valores por categoria econômica.....	131

Quadro 94 – Inscrição em Restos a Pagar Não processados.....	132
Quadro 95 – Concessão de Suprimento de Fundos.....	133
Quadro 96 – Utilização de Suprimento de Fundos.....	133
Quadro 97 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos.....	134
Quadro 98 – Correções Ordinárias.....	152
Quadro 99 – Correções Ordinárias.....	155
Quadro 100 – Força de Trabalho da UPC.....	161
Quadro 101 – Distribuição da Lotação Efetiva.....	162
Quadro 102 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC.....	163
Quadro 103 – Projeto de Lei de Criação de Cargos Efetivos – PL 8.256/2014.....	164
Quadro 104 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho.....	165
Quadro 105 – Entrada e Saída de Magistrados.....	165
Quadro 106 – Faixa Etária da Força de Trabalho.....	166
Quadro 107 – Nível de Escolaridade da Força de Trabalho.....	166
Quadro 108 – Despesas do Pessoal.....	167
Quadro 109 – movimentação de pessoal.....	171
Quadro 110 – Contratos de Prestação de Serviços Não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade.....	172
Quadro 111 – Contrato de Serviços de Operacionalização de Programas de Estágios Educacionais.....	173
Quadro 112 – Despesas com Estagiários.....	175
Quadro 113 – Veículos por Grupo – Representação.....	177
Quadro 114 – Veículos por Grupo – Institucional.....	177
Quadro 115 – Veículos por Grupo – Serviço.....	178
Quadro 116 – Veículos por Grupo – Total.....	179
Quadro 117 – Idade Média da Frota por Grupo.....	180
Quadro 118 – Custos Associados à Manutenção da Frota.....	180
Quadro 119 – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ.....	182
Quadro 120 – Locações.....	201
Quadro 121 – Canais de Acesso do Cidadão – Ouvidoria.....	214
Quadro 122 – Tabela de Vida Útil e Valor Residual.....	222
Quadro 123 – Balanço Orçamentário.....	231
Quadro 124 – Orçamento Recebido por Origem de Crédito e Grupo de Despesa.....	235
Quadro 125 – Variação Entre a Dotação Inicial e a Autorizada – Por Tipo de Despesa.....	236
Quadro 126 – Variação Entre a Dotação Inicial e a Autorizada – Créditos Adicionais e Movimentações.....	236
Quadro 127 – Créditos Adicionais por Tipo de Despesa.....	237
Quadro 128 – Descentralizações Internas.....	238
Quadro 129 – Descentralizações Externas.....	238
Quadro 130 – Crédito Autorizado em Relação à Despesa Executada.....	239
Quadro 131 – Orçamentos Executados por Categoria Econômica.....	240
Quadro 132 – Despesas Liquidadas – Despesas de Pessoal.....	240
Quadro 133 – Despesas Liquidadas – Outras Despesas Correntes.....	241
Quadro 134 – Despesas Liquidadas – Despesas de Capital.....	241
Quadro 135 – Restos a Pagar Não Processados.....	242
Quadro 136 – Execução de Restos a Pagar Não Processados – Despesas de Pessoal.....	243
Quadro 137 – Execução de Restos a Pagar Não Processados – Outras Despesas Correntes.....	243
Quadro 138 – Execução de Restos a Pagar Não Processados – Despesas de Capital.....	244
Quadro 139 – Balanço Financeiro.....	245
Quadro 140 – Arrecadação por Tipo de Receita.....	247
Quadro 141 – Balanço Patrimonial.....	249
Quadro 142 – Créditos a Receber de Responsáveis por Dano/Perda – TCE.....	252
Quadro 143 – Estoques.....	253

Quadro 144 – Adiantamento de Contribuições Futuras – FUNPRESP-JUD.....	255
Quadro 145 – Imobilizado – Bens Móveis.....	256
Quadro 146 – Bens Imóveis.....	258
Quadro 147 – Reconhecimento de Passivos – Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais.....	261
Quadro 148 – Fornecedores e Contas a Pagar.....	262
Quadro 149 – Reconhecimento de Passivos – Despesas de Pessoal/ Encargos Sociais.....	263
Quadro 150 – Ativo Permanente.....	266
Quadro 151 – Passivo Financeiro.....	266
Quadro 152 – Passivo Permanente.....	267
Quadro 153 – Execução de Garantias Recebidas.....	268
Quadro 154 – Termos de Cessão Onerosa.....	269
Quadro 155 – Direitos Contratuais – Acordos com Instituições Financeiras.....	270
Quadro 156 – Atos Potenciais Passivos – Obrigações Contratuais.....	271
Quadro 157 – Obrigações Contratuais – por Credor.....	272
Quadro 158 – Disponibilidades Financeiras em 31/12.....	277
Quadro 159 – Demonstração das Variações Patrimoniais.....	279
Quadro 160 – Reavaliação de Bens Imóveis.....	283
Quadro 161 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	287
Quadro 162 – Desembolsos com Pessoal e Outras Despesas Correntes.....	292
Quadro 163 – Desembolsos com Pessoal – Aposentadorias e Montepio Civil da União.....	293
Quadro 164 – Desembolsos com Pessoal – Encargos Especiais.....	294
Quadro 165 – Desembolsos com Pessoal e Outras Despesas Correntes – Transferências Concedidas.....	295
Quadro 166 – Investimentos.....	296
Quadro 167 – Deliberações do TCU Cumpridas no Exercício.....	298
Quadro 168 – Resultados das Auditorias Finalizadas no Exercício das Contas.....	300
Quadro 169 – Requisições e Precatórios – Administração Direta.....	309
Quadro 170 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta.....	309

## **Lista de Gráficos**

Gráfico 1 – Alinhamento do Plano Estratégico Institucional.....	30
Gráfico 2 – Conselho Nacional de Justiça – Plano Nacional do Poder Judiciário.....	31
Gráfico 3 – Conselho Superior da Justiça do Trabalho – REUNE-JT.....	31
Gráfico 4 – Comparativo da Receita Líquida Arrecadada (2016 x 2015).....	118
Gráfico 5 – Pessoal e Custeio do Regime de Previdência dos Servidores.....	123
Gráfico 6 – Outras Despesas Correntes.....	125
Gráfico 7 – Despesas de Capital.....	127
Gráfico 8 – Investimentos – por Tipo de Despesa.....	128
Gráfico 9 – Créditos Adicionais.....	237
Gráfico 10 – Estoques.....	253
Gráfico 11 – Bens Móveis – Maior Depreciação.....	257
Gráfico 12 – Fontes Geradoras de Caixa.....	290
Gráfico 13 – Gastos com Recursos do Exercício e de Restos a Pagar – Pessoal e Outras Despesas Correntes.....	293
Gráfico 14 – Gastos com Recursos do Exercício e de Restos a Pagar – Aposentadorias e Montepio Civil da União.....	294
Gráfico 15 – Gastos com Recursos do Exercício e de Restos a Pagar – Transferências Concedidas.....	295
Gráfico 16 – Gastos com Recursos do Exercício e de Restos a Pagar – Investimentos.....	296

## **Apêndices e Anexos**

Organograma.....	312
Plano de Contratações de Tecnologia da Informação.....	314
Demonstrações Contábeis.....	319
Plano de Capacitação de Tecnologia da Informação e Comunicações.....	333

## **Sumário**

APRESENTAÇÃO.....	12
1 VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	14
1.1 Finalidade e Competências.....	14
1.2 Ambiente de Atuação.....	15
1.3 Organograma.....	17
1.4 Macroprocessos Finalísticos.....	22
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	27
2.1 Planejamento Organizacional.....	27
2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício.....	28
2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico.....	29
2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos.....	29
2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos.....	32
2.3 Desempenho Orçamentário.....	35
2.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade.....	35
2.3.1.1 Ações de OFSS.....	35
2.3.1.2 Ações não Previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar não Processados – OFSS.....	50
2.3.1.3 Ações – Orçamento de Investimento – OI.....	52
2.3.1.4 Análise Situacional.....	52
2.3.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário.....	91
2.3.3 Obrigações Assumidas Sem Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento.....	92
2.3.4 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	114
2.3.4.1 Da Execução dos Restos a Pagar Não Processados.....	114
2.3.4.2 Da Execução dos Restos a Pagar Processados.....	116
2.3.5 Informações Sobre a Realização das Receitas.....	117
2.3.6 Informações Sobre a Execução das Despesas.....	119
2.3.6.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação.....	119
2.3.6.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa.....	120
2.3.6.3 Análise Crítica da Realização da Despesa.....	121
2.3.7 Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal.....	133
2.3.7.1 Concessão de Suprimento de Fundos.....	133
2.3.7.2 Utilização de Suprimento de Fundos.....	133
2.3.7.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos.....	134
2.3.7.4 Análise Crítica.....	135
2.4 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho.....	136
3 GOVERNANÇA.....	137
3.1 Descrição das Estruturas de Governança.....	137
3.1.1 Tribunal Pleno.....	137
3.1.2 Órgão Especial.....	138
3.1.3 Corregedoria Regional.....	141
3.1.4 Comissão de Regimento Interno.....	142
3.1.5 Comissão de Jurisprudência.....	143
3.1.6 Comissão de Vitaliciamento.....	143
3.1.7 Comissão de Informática.....	143
3.1.8 Comissão de Gerenciamento de Fluxo Processual.....	144
3.1.9 Comissão de Gerenciamento de Orçamento e Finanças.....	144
3.1.10 Comissão de Gerenciamento de Assuntos Administrativos.....	144
3.1.11 Comissão da Ordem do Mérito Judiciário.....	145
3.1.12 Comissão de Gerenciamento de Preservação da Memória da Justiça do Trabalho.....	145

3.1.13 Comissão de Gerenciamento de Fluxo Processual.....	145
3.1.14 Comissão de Gerenciamento de Responsabilidade Socioambiental.....	146
3.1.15 Assessoria de Gestão Estratégica.....	146
3.1.16 Assessoria Jurídica.....	147
3.1.17 Coordenadoria de Controle Interno.....	147
3.1.18 Área de Concursos e Avaliação de Desempenho de Pessoas da Secretaria de Gestão de Pessoas.....	148
3.2 Atuação da unidade de auditoria interna.....	149
3.3 Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos.....	151
3.3.1 Correções Ordinárias.....	151
3.3.2 Correções Extraordinárias.....	155
3.3.3 Instauração de Procedimentos para Apuração de Infrações Disciplinares de Magistrados.....	155
3.3.4 Elaboração de Relatórios Gerenciais para Fins Correicionais.....	155
3.3.5 Acompanhamento da Produtividade das Unidades Judiciárias de Primeira Instância.....	156
3.3.6 Coordenação da Equipe de Apoio ao 1º Grau.....	156
3.3.7 Acompanhamento da Produtividade de Magistrados.....	157
3.3.8 Apuração de Ilícitos Administrativos de Servidores.....	157
3.4 Gestão de Riscos e Controles Internos.....	159
<b>4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....</b>	<b>161</b>
<b>4.1 Gestão de Pessoas.....</b>	<b>161</b>
4.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade.....	161
4.1.1.1 Análise Crítica.....	164
4.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....	167
4.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal.....	168
4.1.3.1 Ações Adotadas para Identificar Eventual Irregularidade Relacionada ao Pessoal, Especialmente em Relação à Acumulação Remunerada de Cargos, Funções e Empregos Públicos e à Terceirização Irregular de Cargos.....	168
4.1.3.2 Principais Riscos Identificados na Gestão de Pessoas da Unidade e as Providências Adotadas para Mitigá-los.....	170
4.1.3.3 Indicadores Gerenciais Sobre a Gestão de Pessoas.....	170
4.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários.....	171
4.1.4.1 Contratação de Mão de Obra para Atividades Não Abrangidas Pelo Plano de Cargos (Regular).171	
4.1.4.2 Contratação de Estagiários.....	173
<b>4.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura.....</b>	<b>176</b>
4.2.1 Gestão da Frota de Veículos.....	176
4.2.1.1 Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.....	176
4.2.1.2 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC.....	176
4.2.1.3 Quantidade de Veículos Por Categoria de Uso e Por Regionalização.....	176
4.2.1.4 Razões da Escolha da Aquisição em Detimento da Locação.....	180
4.2.1.5 Idade Média da Frota, por Grupo de Veículos.....	180
4.2.1.6 Despesas Associadas à Manutenção da Frota.....	180
4.2.1.7 Controle da Frota.....	180
4.2.1.8 Plano de Substituição da Frota.....	181
4.2.1.9 Quilometragem da Frota.....	181
4.2.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.....	181
4.2.3 Cessão de Espaço Físico e Imóveis a Órgãos Públicos e Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas.....	182
4.2.4 Informações Sobre Imóveis Locados de Terceiros.....	201
<b>4.3 Gestão de Tecnologia da Informação.....</b>	<b>204</b>
4.3.1 Informações Sobre os Principais Sistemas de Informações Utilizados pela Unidade.....	208
4.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).....	210
4.3.3 Informações Sobre a Implementação do Processo Judicial Eletrônico.....	212

<b>5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>213</b>
5.1 Canais de Acesso do Cidadão.....	213
5.1.1 Corregedoria Regional.....	213
5.1.2 Ouvidoria.....	213
5.2 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários.....	216
5.3 Mecanismos de Transparéncia das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade.....	218
5.4 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações.....	219
<b>6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>221</b>
6.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.....	221
6.1.1 Dos Estoques.....	221
6.1.2 Bens Imóveis.....	222
6.1.3 Da Depreciação e Amortização.....	222
6.2 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade.....	227
6.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas.....	230
6.3.1 Balanço Orçamentário.....	231
6.3.1.1 Notas Explicativas.....	234
6.3.1.2 Execução de Restos a Pagar Não Processados.....	242
6.3.1.3 Execução de Restos a Pagar Processados.....	244
6.3.2 Balanço Financeiro.....	245
6.3.2.1 Notas Explicativas.....	246
6.3.2.2 Dos Dispêndios.....	248
6.3.3 Balanço Patrimonial.....	249
6.3.3.1 Notas Explicativas.....	251
6.3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais.....	279
6.3.4.1 Notas Explicativas.....	282
6.3.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	287
6.3.5.1 Notas Explicativas.....	290
<b>7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....</b>	<b>297</b>
7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	297
7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	300
7.3 Medidas Administrativas Para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário.....	307
7.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Art. 5º da Lei 8.666/1993.....	308
7.5 Gestão de Precatórios.....	309
7.5.1 Análise Crítica.....	310
7.6 Informações Sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento.....	311
<b>8 APÊNDICES E ANEXOS.....</b>	<b>312</b>
8.1 Organograma.....	312
8.2 Plano de Contratações de Tecnologia da Informação.....	314
8.3 Demonstrações Contábeis.....	319
8.4 Plano de Capacitação de Tecnologia da Informação e Comunicações.....	333



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

## APRESENTAÇÃO

No exercício de 2016, até 09 de dezembro a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região foi exercida pelo Excelentíssimo Desembargador do Trabalho Lorival Ferreira dos Santos, assessorado diretamente pelos Excelentíssimos Juízes Auxiliares Levi Rosa Tomé e Firmino Alves Lima, pelo Secretário-Geral da Presidência Evandro Luiz Michelon e pelo Diretor-Geral Paulo Eduardo de Almeida.

A partir dessa data, a Presidência passou a ser exercida pelo Excelentíssimo Desembargador do Trabalho Fernando da Silva Borges, com a assessoria dos Excelentíssimos Juízes Auxiliares Levi Rosa Tomé e Alessandro Tristão, pelo Secretário-Geral da Presidência Evandro Luiz Michelon e pelo Diretor-Geral Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser.

O TRT da 15ª Região exerce jurisdição sobre uma área de 599 municípios do Estado de São Paulo, por intermédio de 153 Varas da Justiça do Trabalho e 10 Postos Avançados, contando com 426 cargos de magistrados, de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> instâncias, e mais de 3.500 cargos de servidores, responsáveis pelos resultados alcançados em 2016: 106.081 processos julgados em segundo grau e 311.076 processos julgados e 100.033 execuções encerradas em primeiro grau (conforme dados consolidados pela Estatística do Tribunal Superior do Trabalho).

O exercício de 2016 foi marcado pelo significativo contingenciamento orçamentário imposto pelo Poder Executivo, da ordem de 29% para o grupo Outras Despesas Correntes e de 90% para o grupo Investimentos, com reflexos em ações de capacitação e desenvolvimento, de modernização de instalações, dentre outras dependentes de recursos financeiros para sua execução, com repercussão direta no funcionamento do Tribunal e na prestação jurisdicional no período.

Foram adotadas medidas severas de redução de despesas que impactaram, indubitavelmente, no resultado esperado para o presente exercício.

Registre-se a edição das Portarias GP/CR n.ºs 002/2016 e 003/2016 que versaram, respectivamente, sobre o estabelecimento de “metas de redução de despesas programadas no orçamento do Tribunal para o exercício de 2016” e sobre a alteração, em caráter excepcional, “do horário de funcionamento de todas as unidades de 1 e 2<sup>a</sup> instâncias da 15ª Região”.

Entre as metas de redução de despesas que vigoraram durante o exercício, destaca-se a redução, em 25%, dos contratos vigentes de prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização; vigilância armada; condução de veículos da frota; recepcionistas; copeiragem; garçonaria, ascensoristas; auxiliar de expedição; telefonista; mecânico; auxiliar de almoxarife; serviços gerais; digitalização de processos judiciais; engenharia; manutenção de hidráulica, elétrica e telecomunicações; manutenção em geral; reprografia; e emissão de bilhetes aéreos.

Nesse sentido, a escassez de recursos orçamentários constituiu – e constitui – a principal dificuldade encontrada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região para a realização de seus objetivos no presente exercício e naquele que o precedeu, objeto destas Contas.

Não obstante tal obstáculo enfrentado pela gestão, no 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário foi a anunciada a concessão do Selo Diamante – maior láurea do “Justiça em Números” – ao Tribunal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Regional do Trabalho da 15<sup>a</sup> Região, pelo desempenho alcançado em 2016, como uma das Cortes que se destacam no Judiciário brasileiro.

Constituíram fatores determinantes para a obtenção do Selo o investimento na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de informações administrativas e processuais, além do encaminhamento adequado e tempestivo das informações constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ), o nível de informatização do Tribunal, o uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e o cumprimento de resoluções do CNJ alinhadas à gestão da informação.

O presente relatório informa as bases gerenciais para as principais realizações de 2016, contemplando os seguintes itens:

1. Visão Geral da Unidade;
2. Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional;
3. Governança;
4. Áreas Especiais da Gestão;
5. Relacionamento com a Sociedade;
6. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis;
7. Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle;
8. Apêndices e Anexos.

O documento foi elaborado considerando a Instrução Normativa TCU n.<sup>o</sup> 63, de 1º de setembro de 2010, a Decisão Normativa-TCU n.<sup>o</sup> 154/2016, de 19 de outubro de 2016, além da Portaria TCU n.<sup>o</sup> 59/2017, de 17 de janeiro de 2017 e das orientações do órgão de controle interno.

O conteúdo, os requisitos do arquivo eletrônico, a estrutura do relatório de gestão e sua apresentação gráfica foram feitos de acordo com as precitadas normas editadas pelo Tribunal de Contas da União e com o Sistema e-Contas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

## 1 VISÃO GERAL DA UNIDADE

### 1.1 Finalidade e Competências

Criado pela Lei Federal nº 7.520/1986, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região tem como finalidade realizar justiça (missão do Poder Judiciário) no âmbito das relações do trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania (missão da Justiça do Trabalho) no âmbito da sua jurisdição.

Tem por missão solucionar os conflitos nas relações de trabalho, apresentadas na jurisdição do Tribunal, seja pela ação preventiva à judicialização do conflito, por conciliação ou julgamento.

Constitucionalmente, compete ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – TRT da 15ª Região – processar e julgar as ações oriundas das relações de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; as ações que envolvam exercício do direito de greve; as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data* quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, alínea “o”, da Constituição Federal; as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, inc. I, alínea “a”, e inciso II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; bem como outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei, na área abrangida por sua jurisdição, nos termos do art. 1º, §2º, da Lei Federal nº 7.520/1986.

A descrição da visão de futuro do Tribunal consiste em trabalhar estrategicamente pela satisfação dos públicos externo (Sociedade) e interno, providenciando adequação da estruturação suficiente para a realização da prestação do serviço jurisdicional trabalhista, com qualidade e celeridade, tendo como foco a ampliação da sustentabilidade (aspectos humanos, trabalhistas, sociais, ambientais e de combate à corrupção).

Tem como atributos de valor para a sociedade a celeridade, a qualidade, a efetividade, a ética, a transparência, a acessibilidade, a valorização das pessoas, a responsabilidade social e a inovação.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

## 1.2 Ambiente de Atuação

---

No intuito de realizar sua missão, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região vem promovendo ações estratégicas vinculadas aos temas de celeridade e eficiência operacionais (para assegurar a razoável duração do processo, aprimorar os serviços prestados, padronizar os procedimentos de trabalho e otimizar a utilização de recursos orçamentários e financeiros), acesso à Justiça e efetividade (para aproximar a Justiça do Trabalho do cidadão e conferir efetividade à prestação jurisdicional), atuação institucional (para melhorar a comunicação interna e externa, fortalecer a imagem institucional e ampliar as relações com outras instituições), responsabilidade social e ambiental (promovendo ações nesse sentido), infraestrutura (para melhorar continuamente a infraestrutura física e material, inclusive de TIC), orçamento (para garantir o melhor uso aos recursos orçamentários), clima e qualidade de vida (promoção da melhoria contínua da qualidade de vida das pessoas, especialmente dos jurisdicionados, e a do clima organizacional), gestão de pessoas (política de gestão por competências e desenvolvimento de ações de promoção de conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores) e tecnologia da informação e comunicação (para garantir a disponibilidade dos sistemas e o apoio técnico necessário à sua efetiva utilização).

A gestão do Tribunal está normatizada pelo Regimento Interno, aprovado na Sessão Administrativa do Tribunal Pleno realizada em 24 de outubro de 2002 e publicado em 29 de outubro de 2002, no Diário Oficial do Estado, e suas alterações, bem como pelo Regulamento Geral de Secretaria – Resolução Administrativa nº 10/2012, divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho em 08/10/2012, e suas alterações, dentre outras normas.

O TRT da 15ª Região exerce jurisdição sobre uma área de 599 municípios do Estado de São Paulo, por intermédio de 153 Varas da Justiça do Trabalho e 10 Postos Avançados, contando com 426 cargos de magistrados, de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> instâncias, e de mais de 3.500 servidores, responsáveis pelos resultados alcançados em 2016: 106.081 processos julgados em segundo grau e 280.852 em primeiro grau (conforme dados consolidados pela Estatística do Tribunal Superior do Trabalho).

De acordo com o relatório “Justiça em números”, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), referente ao ano-base 2015, a Justiça do Trabalho teve, em 2015, 4.058.477 casos novos e 4.202.528 processos julgados, com incremento de 1,7% e 3,6%, respectivamente, em relação aos dados de 2014.

O TRT da 15ª Região compõe o relatório com resultados significativos, apesar da sua estrutura proporcionalmente reduzida em face da demanda apresentada, constituída, na oportunidade, por 410 magistrados e 3.784 servidores, dos quais 3.331 efetivos.

O Tribunal Campineiro se enquadra no grupo dos regionais trabalhistas de Grande Porte, juntamente com os TRTs do Rio de Janeiro (1<sup>a</sup> Região), de São Paulo (2<sup>a</sup> Região), de Minas Gerais (3<sup>a</sup> Região) e do Rio Grande do Sul (4<sup>a</sup> Região).

O Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus) do TRT da 15<sup>a</sup> obteve a marca de 100%, conferindo-lhe a liderança no grupo.

O CNJ registrou que "a produtividade da Justiça do Trabalho é relativamente alta e vem crescendo ano após ano, totalizando no ano de 2015 quase 4,3 milhões de baixas e 4,2 milhões de sentenças. Ao correlacionar tal informação com os 3.332 magistrados em atividade jurisdicional, obtém-se

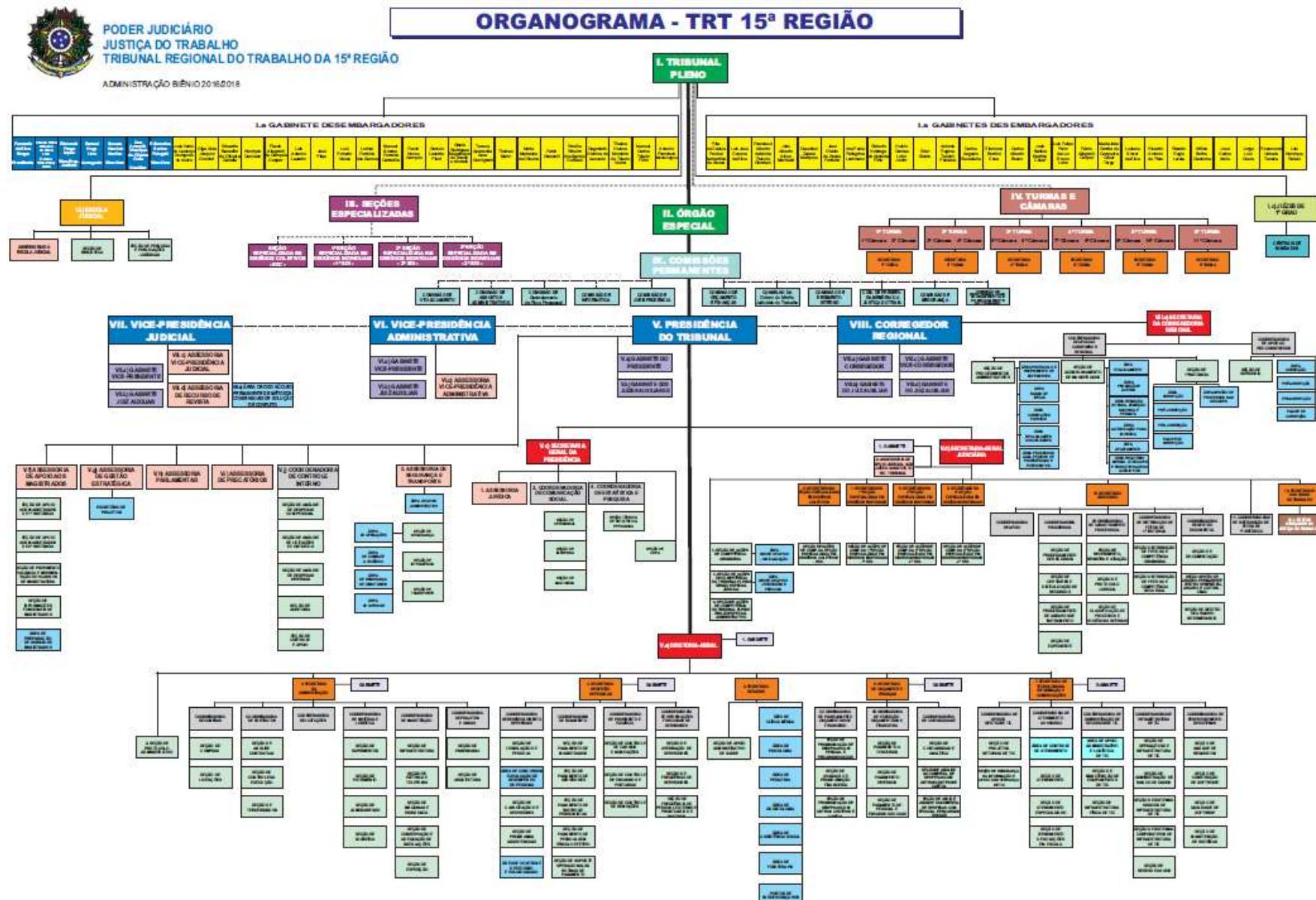


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

uma média anual de 1.279 processos baixados ao ano e de 1.261 sentenças, o que equivale a mais de 5 processos baixados e sentenças proferidas por dia. Ainda assim, os juízes e os desembargadores foram capazes de melhorar no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), o qual registrou aumento de 3% no último ano e 22% no último septênio.

Especificamente na 15ª Região, considerados o 1º e o 2º graus, os indicadores de 2015 refletiram aumento no número de casos novos por magistrado (1.135 e 17,5% a mais em relação a 2014) e processos julgados por magistrado (1.416 e 7,4% a mais em relação a 2014). Esses números correspondem a segunda melhor colocação dentro do grupo de tribunais de grande porte. Sob o aspecto da carga de trabalho per capita dos servidores, por seu turno, o Tribunal ocupa a primeira colocação no âmbito da Justiça do Trabalho.

## 1.3 Organograma



**QUADRO 1 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS**

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação (no exercício)</b>
Tribunal Pleno	Órgão máximo do Tribunal, com competências em matérias judiciária e administrativa, definidas no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	O Tribunal Pleno é constituído pela totalidade dos Desembargadores do Tribunal	Desembargador do Trabalho	2016
Órgão Especial	Possui competências em matérias judiciária e administrativa, definidas no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região ou delegadas pelo Tribunal Pleno	O Órgão Especial é composto pelo Presidente do Tribunal, além de 12 (doze) Desembargadores mais antigos e de 12 (doze) Desembargadores eleitos	Desembargador do Trabalho	2016
Presidência	Órgão da Administração do Tribunal, possui competências em matérias judiciária e administrativa, destacando-se (i) superintender o serviço judiciário e administrativo; (ii) dirigir os trabalhos do Tribunal; (iii) convocar e presidir as sessões ordinárias e extraordinárias do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, propondo e submetendo as questões a julgamento, apurando os votos, proferindo voto de desempate e de qualidade, nos casos previstos no Regimento e proclamando as decisões; (iv) representar o Tribunal nas solenidades, atos oficiais, seminários e congressos; (v) baixar atos normativos da sua competência e fixar critérios gerais em matéria de administração financeira, autorizando a realização de despesas e seus pagamentos; (vi) elaborar e submeter ao Tribunal Pleno projetos de lei para posterior encaminhamento ao Poder ou Órgão competentes.	Desembargador Lorival Ferreira dos Santos	Presidente	até 9/12/2016
		Desembargador Fernando da Silva Borges	Presidente	a partir de 9/12/2016
Vice- Presidência Administrativa	Órgão da Administração do Tribunal, possui competências em matérias judiciária e administrativa, destacando-se: (i) substituir o Presidente no caso de férias, licenças e nos impedimentos ou nas ausências ocasionais; (ii) atuar como Relator nos recursos administrativos dirigidos ao Tribunal Pleno e ao Órgão Especial e nos processos da mesma natureza cujas decisões sejam da competência privativa dos Colegiados, (iii) presidir a 3ª Seção de Dissídios Individuais; (iv) exercer outras atribuições que, de comum acordo, lhe forem delegadas pelo Presidente ou que lhe tenham sido designadas pelo Tribunal Pleno e Órgão Especial.	Desembargador Henrique Damiano	Vice-Presidente Administrativo	até 9/12/2016
		Desembargadora Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho	Vice-Presidente Administrativo	a partir de 9/12/2016

**QUADRO 1 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS**

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação (no exercício)</b>	
Vice- Presidência Judicial	<p>Órgão da Administração do Tribunal, possui competências em matéria judiciária, destacando-se: (i) decidir sobre quaisquer incidentes processuais, inclusive desistências e homologações de acordos, nos períodos de recesso do Tribunal, bem como quando os processos já tiverem sido julgados ou não tiverem sido ainda distribuídos; (ii) despachar os recursos de revista interpostos das decisões das Câmaras, bem como os recursos interpuestos de acórdãos das Seções Especializadas e do Tribunal Pleno e os agravos de instrumento resultantes de despacho denegatório do seguimento desses recursos; (iii) exercer outras atribuições que, de comum acordo, lhe forem delegadas pelo Presidente ou que lhe tenham sido designadas pelo Tribunal Pleno e Órgão Especial.</p>	Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e Moraes	Vice-Presidente Judicial	até 9/12/2016	
		Desembargador Edmundo Fraga Lopes	Vice-Presidente Judicial	a partir de 9/12/2016	
Corregedoria Regional	<p>Órgãos da Administração do Tribunal, compete à Corregedoria, integrada pelo Desembargador Corregedor Regional e pelo Desembargador Vice-Corregedor Regional, exercer as funções de inspeção e correição permanentes com relação aos Juízes de primeiro grau e respectivos órgãos e serviços judiciários.</p>	Desembargador Gerson Lacerda Pistori	Corregedor Regional	até 9/12/2016	
Vice Corregedoria Regional		Desembargador Samuel Hugo Lima	Corregedor Regional	a partir de 9/12/2016	
		Desembargador Manuel Soares Ferreira Carradita	Vice- Corregedor Regional	até 9/12/2016	
Escola Judicial	<p>Órgão da Administração do Tribunal, constituem finalidades da Escola a promoção da formação de magistrados, servidores e estagiários do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e a promoção e divulgação de estudos, tendo em vista a ampliação do acesso, a qualidade e a celeridade da prestação jurisdicional.</p>	Desembargador Susana Graciela Santiso	Vice- Corregedora Regional	a partir de 9/12/2016	
		Desembargador Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani	Diretor da Escola Judicial	até 9/12/2016	
		Desembargador Manoel Carlos Toledo Filho	Diretor da Escola Judicial	a partir de 9/12/2016	
Vice-Diretoria da Escola		Desembargador Manoel Carlos Toledo Filho	Vice-Diretor da Escola Judicial	até 9/12/2016	

**QUADRO 1 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS**

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação (no exercício)</b>
Judicial		Desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann	Vice-Diretora da Escola Judicial	a partir de 9/12/2016
Ouvidoria	Órgão independente da administração da justiça, alicerçada nos princípios constitucionais da eficiência e da participação do cidadão na Administração Pública, tem como objetivos o aperfeiçoamento e a transparência dos serviços prestados por este Tribunal.	Desembargador José Otávio de Souza Ferreira	Ouvidor	até 9/12/2016
		Desembargadora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla	Ouvidora	a partir de 9/12/2016
		Desembargadora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla	Vice-Ouvidora	até 9/12/2016
		Desembargador Edison dos Santos Pelegrini	Vice-Ouvidor	a partir de 9/12/2016
Secretaria-Geral da Presidência	Destacam-se as seguintes competências: (i) manter atualizados os arquivos de normas emitidas pela Presidência; (ii) preparar o expediente, a representação e as audiências do Presidente; (iii) executar quaisquer outros procedimentos de apoio à Presidência; (iv) gerir a Assessoria Jurídica, Coordenadoria de Comunicação Social e a Coordenadoria de Estatística e Pesquisa.	Evandro Luiz Michelon	Secretário-Geral da Presidência	2016
Secretaria-Geral Judiciária	Destacam-se as competências de planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar a execução dos serviços judiciários do Tribunal.	Edmilson Santos de Miranda	Secretário-Geral Judiciário	até 1º/6/2016
		Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser	Secretário-Geral Judiciário	a partir de 2/6/2016 e até 11/12/2016
		Paulo Eduardo de Almeida	Secretário-Geral Judiciário	a partir de 12/12/2016
Diretoria-Geral	Destacam-se as competências de planejar, coordenar, orientar, dirigir, controlar,	Paulo Eduardo de Almeida	Diretor-Geral	até 11/12/2016

**QUADRO 1 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS**

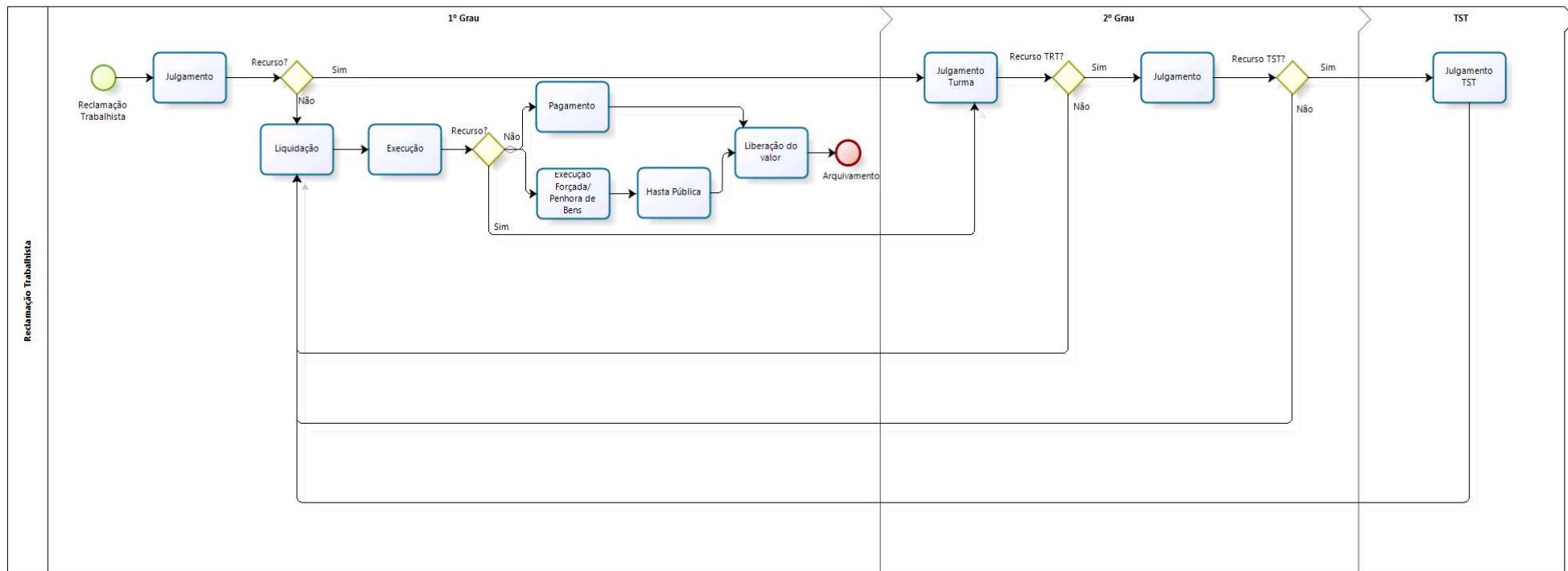
<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação (no exercício)</b>
	supervisionar e divulgar todas as atividades administrativas do Tribunal, em conformidade com as deliberações da Presidência, bem como gerir as Secretarias da Administração, de Saúde, de Gestão de Pessoas, de Orçamento e Finanças e de Tecnologia da Informação e Comunicações.	Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser	Diretor-Geral	a partir de 12/12/2016
Secretaria de Gestão de Pessoas	Destaca-se a competência de gerenciamento do pessoal, zelando pela aplicação da lei e pelo aprimoramento da integração do servidor na estrutura organizacional.	Gustavo Fachim	Secretário de Gestão de Pessoas	2016
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações	Destacam-se as competências de planejar, coordenar, orientar, supervisionar e executar as atividades técnicas relacionadas aos sistemas informatizados, assim como a guarda das bases de dados, especificação e manutenção de equipamentos, bem como da infraestrutura necessária de tecnologia da informação e comunicações.	Herbert Wittmann	Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações	2016
Secretaria da Administração	Destacam-se as competências de planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades pertinentes à administração das Coordenadorias de Compras, Contratos, Licitações, Material e Logística, Manutenção e Projetos e Obras.	Adriana Martorano Amaral Corsetti	Secretária da Administração	2016
Assessoria de Gestão Estratégica	Destacam-se as competências de (i) assessorar a Presidência e o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica na definição de missão, visão, valores, objetivos, indicadores e metas de desempenho para este Tribunal; (ii) monitorar variáveis estratégicas; (iii) acompanhar o cumprimento de metas estabelecidas; (iv) acompanhar a execução das ações estratégicas; (v) elaborar e divulgar os planos de ação relacionadas à estratégia; (vi) padronizar procedimentos; (vi) analisar, formular e elaborar relatórios técnicos e de natureza institucional.	Aurete Nicolodi Zurdo	Assessora de Gestão Estratégica	2016

Fonte: Diretoria-Geral

## 1.4 Macroprocessos Finalísticos

O macroprocesso finalístico observa o fluxograma descrito no Quadro 2, a seguir:

QUADRO 2 – FLUXOGRAMA – MACROPROCESSO FINALÍSTICO



Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 3 – MACROPROCESSO FINALÍSTICO PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA DE 1º GRAU**

Macroprocesso: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA DE 1º GRAU			
<b>DESCRIÇÃO:</b>			
Porta de entrada das reclamações trabalhistas nas Varas do Trabalho, tem por objetivo o atendimento pessoal aos cidadãos da jurisdição da unidade que necessitam que seja realizada justiça no âmbito das relações do trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.			
<b>SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS (principais):</b>			
<b>- ESTRATÉGIA:</b> Tribunal Pleno, Órgão Especial, Presidência, Vice-Presidência Judicial, Corregedoria Regional, Vice-Corregedoria Regional e Secretaria-Geral Judiciária			
<b>- EXECUÇÃO:</b> Varas do Trabalho			
PROCESSO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	NECESSIDADES
<i>Atendimento ao público</i>	Atendimento às partes e advogados	Partes e advogados	Oferecer atendimento esperado pelos cidadãos que necessitam da prestação jurisdicional, em balcão de atendimento, telefone, e-mail, sala de audiências
<i>Formalidades dos autos</i>	Autos eletrônicos	Jurisdicionado	Subsidiar a tramitação dos autos, necessária à segurança jurídica do processo
<i>Audiência</i>	Audiência para oitiva das partes, testemunhas e conciliação	Partes e advogados	Oferecer oportunidade para as partes apresentarem seus motivos (inclusive testemunhas) e/ou chegarem a uma conciliação
<i>Julgamento</i>	Sentença proferida	Jurisdicionado	Oferecer o julgamento imparcial, com qualidade e celeridade
<i>Processamento de recursos</i>	Recurso em tramitação	Jurisdicionado, Tribunal Regional	Analizar os pressupostos de admissibilidade e garantir o prosseguimento da tramitação necessária
<i>Liquidação</i>	Valores devidos e atualizados	Jurisdicionado	Apurar os valores devidos de acordo com o trânsito em julgado da sentença/acórdão, devidamente atualizados
<i>Execução</i>	Valores pagos	Jurisdicionado	Providenciar quantas ações que forem necessárias em busca da satisfação de pagamento pelos devedores dos créditos trabalhistas aos quais os credores façam jus
<i>Arquivamento</i>	Autos encerrados	Secretaria	Guardar os autos para eventuais consultas pelas partes, identificando conteúdos de relevância histórica para a memória da Justiça do Trabalho

Fonte: Corregedoria Regional



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

#### QUADRO 4 – MACROPROCESSO FINALÍSTICO PRESTAÇÃO JURISDICIAL TRABALHISTA ORIGINÁRIA NO TRIBUNAL

Macroprocesso: PRESTAÇÃO JURISDICIAL TRABALHISTA ORIGINÁRIA NO TRIBUNAL			
<b>Descrição:</b>			
Porta de entrada das ações originárias no Tribunal (dissídios coletivos e individuais) no Tribunal, tem por objetivo o atendimento das categorias profissionais, mandados de segurança e ações rescisórias oriundas da jurisdição deste Tribunal.			
<b>SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS (principais):</b>			
<b>- ESTRATÉGIA:</b> Tribunal Pleno, Órgão Especial, Presidência, Vice-Presidência Judicial e Secretaria-Geral Judiciária <b>- EXECUÇÃO:</b> Seção de Dissídios Coletivos e Seções de Dissídios Individuais			
PROCESSO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	NECESSIDADES
<i>Atendimento ao público</i>	Atendimento às partes e advogados	Jurisdicionados individuais e categorias profissionais	Oferecer atendimento esperado pelos cidadãos que necessitam da prestação jurisdicional, em balcão de atendimento, telefone, e-mail, sala de audiências
<i>Formalidades dos autos</i>	Autos eletrônicos	Jurisdicionado	Subsidiar a tramitação dos autos, necessária à segurança jurídica do processo
<i>Audiências em ações originárias</i>	Audiência em dissídios coletivos para conciliação	Categorias envolvidas (patronal e profissional)	Oferecer oportunidade para as partes apresentarem seus motivos e/ou chegarem a uma conciliação
<i>Julgamento</i>	Acórdão proferido	Jurisdicionado	Oferecer o julgamento imparcial, com qualidade e celeridade
<i>Processamento de recursos</i>	Recurso às instâncias superiores	Jurisdicionado, Tribunal Superior	Analizar os pressupostos de admissibilidade e garantir o prosseguimento da tramitação necessária
<i>Arquivamento</i>	Autos encerrados	Secretaria	Guardar os autos para eventuais consultas pelas partes, identificando conteúdos de relevância histórica para a memória da Justiça do Trabalho

Fonte: Corregedoria Regional



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 5 – MACROPROCESSO FINALÍSTICO PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA  
RECURSAL DE 2º GRAU**

<b>Macroprocesso: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA RECURSAL DE 2º GRAU</b>			
<b>Descrição:</b> Processamento dos recursos interpostos sobre reclamações trabalhistas. Dá continuidade ao atendimento pessoal aos cidadãos da jurisdição do Tribunal que necessitam que seja revista a decisão de 1ª instância para a promoção da justiça no âmbito das relações do trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.			
<b>SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS (principais):</b> - ESTRATÉGIA: Tribunal Pleno, Órgão Especial, Presidência, Vice-Presidência Judicial, Secretaria-Geral Judiciária - EXECUÇÃO: Turmas e Câmaras de Julgamento			
PROCESSO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	NECESSIDADES
<i>Atendimento ao público</i>	Atendimento às partes e advogados	Jurisdicionados individuais e categorias profissionais	Oferecer atendimento esperado pelos cidadãos que necessitam da prestação jurisdicional, em balcão de atendimento, telefone, e-mail, sala de sessão
<i>Julgamento</i>	Proposta de acórdão/decisão	Jurisdicionado, câmara julgadora	Oferecer o julgamento imparcial, com qualidade e celeridade
<i>Sessão de Julgamento</i>	Acórdão proferido	Jurisdicionado	Oferecer o julgamento imparcial, com qualidade e celeridade
<i>Processamento de recursos</i>	Recurso às instâncias superiores	Jurisdicionado, Tribunal Superior	Analizar os pressupostos de admissibilidade e garantir o prosseguimento da tramitação necessária

Fonte: Corregedoria Regional



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 6 – MACROPROCESSO FINALÍSTICO PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA –  
ENTES PÚBLICOS**

<b>Macroprocesso: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ENTES PÚBLICOS</b>															
<b>Descrição:</b> Processamento das reclamações trabalhistas nas Varas do Trabalho e Assessoria de Precatórios, tem por objetivo o atendimento das demandas vinculadas a entes públicos ou que possuam vinculação com entes públicos.															
<b>SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS (principais):</b> - ESTRATÉGIA: Tribunal Pleno, Órgão Especial, Presidência, Vice-Presidência Judicial, Secretaria-Geral Judiciária - EXECUÇÃO: Varas do Trabalho e Assessoria de Precatórios															
<table border="1"><thead><tr><th><b>PROCESSO</b></th><th><b>PRODUTOS E SERVIÇOS</b></th><th><b>PRINCIPAIS CLIENTES</b></th><th><b>NECESSIDADES</b></th></tr></thead><tbody><tr><td><i>Execuções fiscais</i></td><td>Débitos fiscais quitados</td><td>Receita Federal do Brasil</td><td>Providenciar o cálculo e o recolhimento dos valores devidos a título de previdência e imposto de renda, nos termos da legislação em vigor.</td></tr><tr><td><i>Execução de precatórios</i></td><td>Precatórios pagos</td><td>Jurisdicionados e órgãos públicos</td><td>Providenciar o quanto necessário à inscrição dos valores devidos decorrentes de ações trabalhistas por entes públicos em precatórios do órgão devedor</td></tr></tbody></table>				<b>PROCESSO</b>	<b>PRODUTOS E SERVIÇOS</b>	<b>PRINCIPAIS CLIENTES</b>	<b>NECESSIDADES</b>	<i>Execuções fiscais</i>	Débitos fiscais quitados	Receita Federal do Brasil	Providenciar o cálculo e o recolhimento dos valores devidos a título de previdência e imposto de renda, nos termos da legislação em vigor.	<i>Execução de precatórios</i>	Precatórios pagos	Jurisdicionados e órgãos públicos	Providenciar o quanto necessário à inscrição dos valores devidos decorrentes de ações trabalhistas por entes públicos em precatórios do órgão devedor
<b>PROCESSO</b>	<b>PRODUTOS E SERVIÇOS</b>	<b>PRINCIPAIS CLIENTES</b>	<b>NECESSIDADES</b>												
<i>Execuções fiscais</i>	Débitos fiscais quitados	Receita Federal do Brasil	Providenciar o cálculo e o recolhimento dos valores devidos a título de previdência e imposto de renda, nos termos da legislação em vigor.												
<i>Execução de precatórios</i>	Precatórios pagos	Jurisdicionados e órgãos públicos	Providenciar o quanto necessário à inscrição dos valores devidos decorrentes de ações trabalhistas por entes públicos em precatórios do órgão devedor												

Fonte: Corregedoria Regional



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

## **2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL**

### **2.1 Planejamento Organizacional**

Tendo como missão institucional solucionar conflitos nas relações de trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região deve apresentar solução às demandas apresentadas na sua jurisdição, seja pela ação preventiva à judicialização do conflito, por conciliação ou julgamento.

#### **a) Nível operacional**

Para tanto, conta com os planos operacionais das unidades, sob a responsabilidade de cada uma, com a divisão das tarefas. A exemplo, a área operacional das unidades de 1ª instância, responsável pela primeira etapa do macroprocesso finalístico e pelo maior volume de trabalho da instituição, organiza sua operação com equipes especializadas, vinculadas às fases processuais de conhecimento, liquidação e execução. O objetivo desta diretriz operacional é dar maior celeridade à tramitação dos processos, evitando inconsistências e retrabalho.

Além disso, a especialização das tarefas se espalha pelas áreas administrativas e judiciais de 2º grau, de modo a também corrigir eventuais distorções que provoquem inconsistências e retrabalho.

#### **b) Nível tático**

Os gestores de todos os níveis, por força da Lei nº 11.416/2006 (art. 5º, §3º) recebem anualmente curso de desenvolvimento gerencial, geralmente baseado em necessidades de aprimoramento dos gestores com impacto direto na estratégia institucional. Em 2016, a formação dos gestores administrativos foi em gestão por processos.

#### **c) Nível estratégico**

Desde 2010, o TRT da 15ª Região desenvolve a estratégia traçada pelo seu plano, em todos os níveis, instâncias e naturezas de atividade, bem como colabora diretamente com a estratégia da Justiça do Trabalho e Nacional.

Assim, com o acompanhamento dos resultados do desempenho estratégico, a Administração elabora e aprova ações estratégicas de correção da trajetória das metas, quando não satisfatórias, previne a ocorrência de curvas de tendência negativas ao seu atingimento, bem como busca identificar atividades que trazem êxito ao alcance da visão de futuro.



---

### 2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

---

São objetivos sob o enfoque estratégico deste Tribunal, com descrição sucinta:

- **aprimorar a prestação jurisdicional:** tem impacto direto na missão institucional e dos órgãos do Poder Judiciário e pretende empreender maior celeridade, qualidade, eficiência, eficácia e efetividade à prestação jurisdicional;
- **distribuir adequada e dinamicamente os recursos humanos e capacitar servidores e magistrados:** estão vinculados às adequações possíveis de quantitativo de recursos humanos e qualitativo, respectivamente. O resultado do objetivo de capacitação tem reflexos diretos sobre os demais objetivos que dependam de recursos humanos;
- **modernizar os recursos de TIC e aprimorar os serviços de TIC:** estão vinculados aos recursos tecnológicos de equipamentos e serviços, respectivamente. Vale destacar que o objetivo de capacitar servidores, anteriormente citado, reverte benefícios no aprimoramento dos serviços de TIC;
- **aperfeiçoar as relações institucionais:** significa a absorção das melhores práticas e o compartilhamento de ferramentas de outros órgãos, colaborando diretamente com o alcance da estratégia;
- **otimizar os processos de trabalho:** está vinculado ao projeto de implantação da gestão por processo, que pretende oferecer maior racionalidade, diminuição de processos meramente burocráticos, retrabalho, falhas, bem como permitir a melhor gestão dos riscos;
- **ampliar o modelo participativo de gestão administrativa:** pretendia oferecer maior participação das unidades judiciais às decisões administrativas. Transformou-se em obrigatoriedade legal com a publicação da Resolução CNJ nº 194. Assim esse objetivo será objeto de revisão do Plano Institucional.
- **adequar constantemente as instalações físicas:** quer oferecer instalações adequadas aos jurisdicionados, com o menor custo, por intermédio da manutenção preventiva;
- **propiciar meios para melhoria da qualidade de vida no trabalho:** quer preservar a higidez física e mental de magistrados, servidores e demais colaboradores.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

### **2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico**

---

A estratégia do TRT da 15ª Região está sendo executada desde 2010, sendo que, em 2016, alcançou plenitude com seu tratamento em todos os níveis, instâncias e naturezas de atividade, bem como colaboradora direta com a estratégia da Justiça do Trabalho e Nacional.

Assim, como já mencionado, o acompanhamento dos resultados do desempenho estratégico oferece à Administração subsídios para execução de ações respectivas de correção da trajetória das metas, quando não satisfatórias, previne a ocorrência de curvas de tendência negativas ao seu atingimento, bem como busca identificar atividades que trazem êxito ao alcance da visão de futuro.

A maturidade estratégica deste Tribunal, que atingia 90% no exercício de 2013, conforme levantamento do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/61176-cnj-divulga-o-diagnostico-de-gestao-estrategica-2013-do-poder-judiciario>), sofreu forte incremento e incentivo desde então, especialmente com relação aos desdobramentos das estratégias das áreas mais relevantes como TI, corregedoria, escola judicial etc..

Assim, entende este Tribunal que a maturidade estratégica atualmente supera muito os 90% aferidos anteriormente, bem como é notável a evolução da gestão por processos. A gestão de projetos institucionais teve um enfraquecimento relativo, pois outras áreas (TIC, Pessoas, Corregedoria) criaram seus escritórios setoriais, diminuindo a demanda daqueles institucionais.

---

### **2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos**

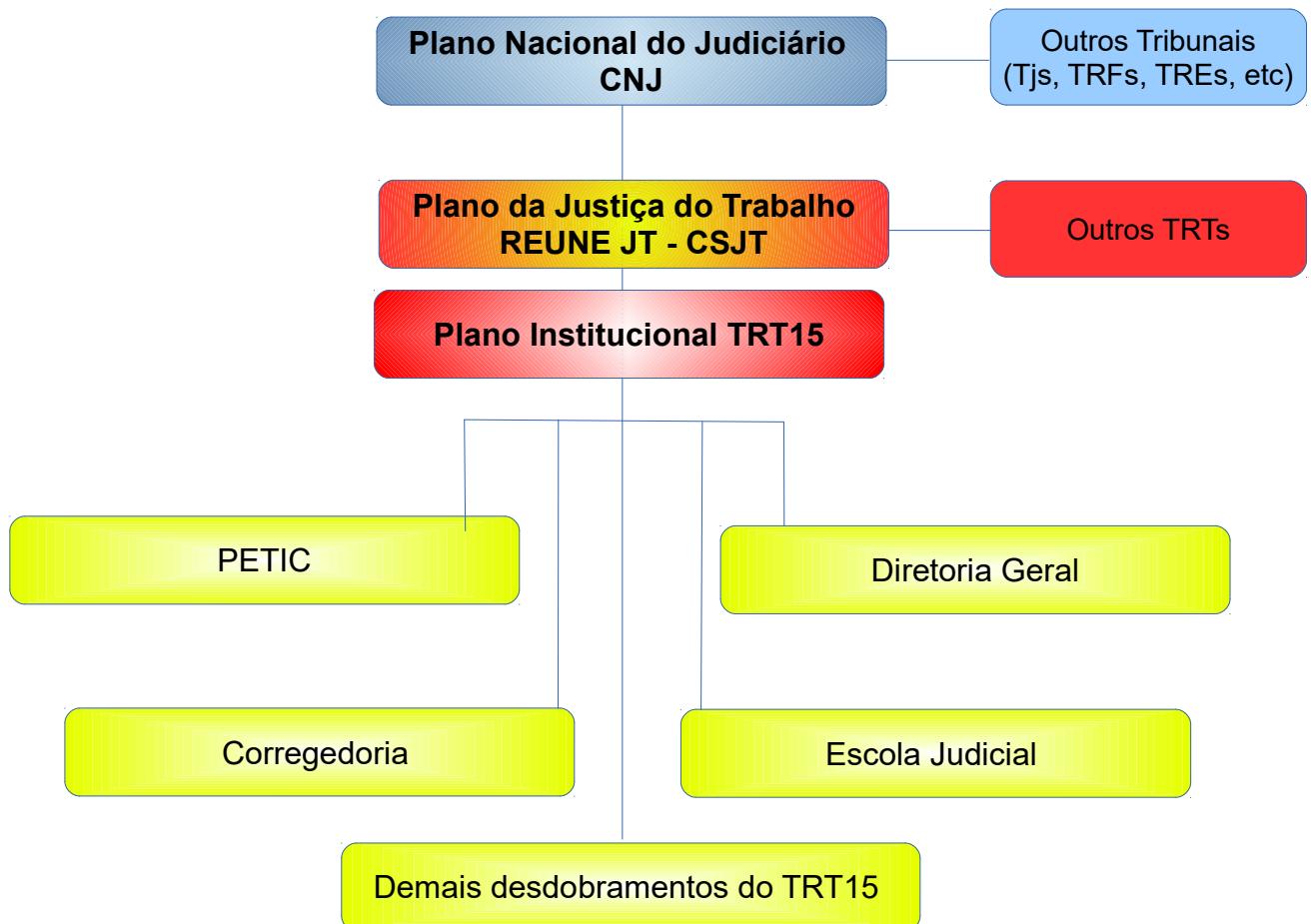
---

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região tem seu plano estratégico alinhado aos planos nacionais e da Justiça do Trabalho, assim como os desdobramentos estão alinhados ao plano estratégico institucional, conforme diagrama:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

#### GRÁFICO 1 – ALINHAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL



Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica

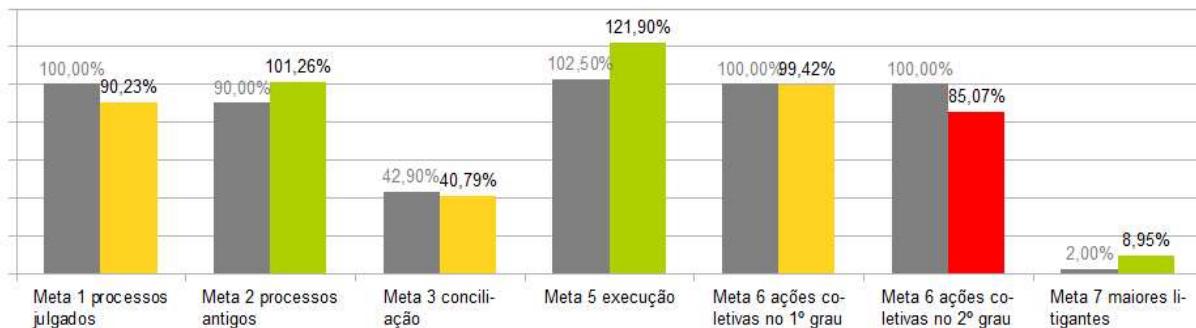
Acerca da contribuição do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região sobre os planos vinculados e suas competências institucionais tem-se:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**GRÁFICO 2 – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – PLANO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO**

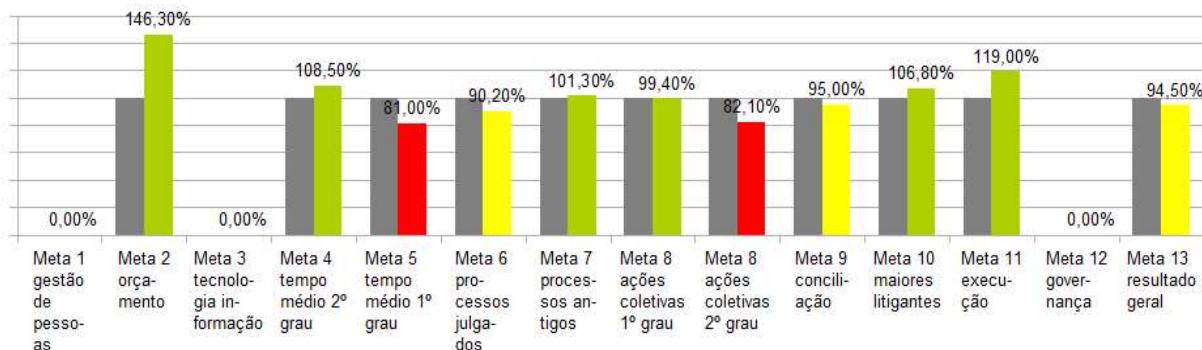
Resultados TRT da 15ª Região  
Metas Nacionais do Poder Judiciário



Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica

**GRÁFICO 3 – CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO – REUNE-JT**

Resultados TRT da 15ª Região  
Metas Nacionais da Justiça do Trabalho



Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15<sup>a</sup> REGIÃO

---

## 2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos

---

Em relação ao Plano Estratégico Institucional, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT adquiriu um aplicativo para a rede da Justiça do Trabalho que permite o lançamento dos parâmetros e indicadores para acompanhamento dos planos (SIGEST). Anualmente, o TRT da 15<sup>a</sup> Região procede ao cadastramento das metas relacionadas aos seus planos e o CSJT ao lançamento das metas da Justiça do Trabalho.

Por outro lado, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ desenvolveu um sistema de lançamento de metas, o qual permite o lançamento dos parâmetros para a aferição das metas anuais do Poder Judiciário.

Quanto aos resultados:

O objetivo de **aprimorar a prestação jurisdicional**, o qual tem impacto direto na missão institucional e dos órgãos do Poder Judiciário traz os seguintes indicadores, cujos resultados estão sinalizados na sequência da tabela:

**QUADRO 7 – INDICADOR APRIMORAR A PRESTAÇÃO JURISDICIAL**

INDICADOR	META	RESULTADO	OBS.
Índice de processos julgados	Meta CNJ 1 Meta CSJT 6	90,23%	1
Índice de processos antigos (mais de 2 anos)	Meta CNJ 2 Meta CSJT 7	101,26%	
Índice de conciliação na fase de conhecimento	Meta CNJ 3 Meta CSJT 9	95,07%	2
Índice de execução	Meta CNJ 5 Meta CSJT 11	118,96%	
Índice de ações coletivas julgadas	Meta CNJ 6 Meta CSJT 8	99,42% 85,07%	3
Índice concentração de processos dos maiores litigantes	Meta CNJ 7 Meta CSJT 10	106,67%	
Tempo médio de duração do processo no 2º grau	Meta CSJT 4	108,5%	
Tempo médio de duração do processo no 1º grau, na fase de conhecimento	Meta CSJT 5	81,0%	4

Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica

Observações:

1. O aumento da demanda ocorrido no ano de 2016 impediu o cumprimento integral desta meta.
2. Este Tribunal apresenta um dos maiores índices de conciliação. Entretanto, questiona-se se não foi atingido o ponto de equilíbrio



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

entre a racionalidade dos acordos e uma possibilidade de imposição para cumprimento de meta.

3. Os resultados estão separados em 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> instância, respectivamente. Há uma dificuldade no saneamento dos dados no PJe, que tem dificultado o cômputo exato das ações coletivas pendentes de julgamento.

4. O tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento do 1º grau aumentou, quando a meta previa redução, causado por aumento da demanda, da ordem de 27%.

Para os objetivos de **distribuir adequada e dinamicamente os recursos humanos e capacitar servidores e magistrados**, a meta CSJT 1 prevê como índice o I-Gov Pessoas. Ocorre que a Corte de Contas não teve cômputo deste índice até o encerramento do exercício 2016. O Tribunal Regional do Trabalho da 15<sup>a</sup> Região sugeriu a alteração do índice para um que dependa da medição de cada órgão, mas foi vencido na reunião do REUNE-JT.

Para os objetivos de **modernizar os recursos de TIC e aprimorar os serviços de TIC**, a meta CSJT 3 prevê como índice o I-Gov TI. Ocorre que a Corte de Contas não divulgou o resultado do questionário no ano de 2016. O TRT da 15<sup>a</sup> Região sugeriu a alteração do índice para um que dependa da medição de cada órgão, mas foi vencido na reunião do REUNE-JT.

O objetivo de **aperfeiçoar as relações institucionais** foi plenamente alcançado pelas 14 iniciativas compartilhadas entre órgãos, cuja meta para 2016 era 10. Esta meta será objeto de revisão e, dentre as iniciativas que viabilizaram seu cumprimento destacam-se: CNE, CAGED/MTE, Serasa-Jus, SIGEN, PROAD, Interoperabilidade MPT, SISBACEN, SPU/imóveis.

A **otimização dos processos de trabalho** tem como indicador o índice de implantação do Projeto de Revisão dos Processos de Trabalho, a qual apresenta um atraso da ordem de 18,66%, considerando as dificuldades orçamentárias vividas no exercício de 2016. Tal percentual de atraso no cronograma sofreu redistribuição no exercício de 2017 e deverá ser superado no corrente ano.

O objetivo de **ampliação do modelo participativo de gestão administrativa** transformou-se em obrigatoriedade legal com a publicação da Resolução CNJ nº 194. Assim esse objetivo será objeto de revisão do Plano Institucional.

A **adequação constante das instalações físicas**, contabilizada pelo índice de manutenção preventiva realizada, sofreu imensamente com a restrição orçamentária de 2016, tendo sofrido um corte integral de investimento orçamentário.

Com relação ao objetivo de **propiciar meios para melhoria da qualidade de vida no trabalho**, cujo resultado é verificado pelos índices de absenteísmo e de entendimento de qualidade de vida no trabalho, teve os resultados plenamente alcançados nos dois indicadores apontados.

Finalmente, com relação à Visão de Futuro deste Tribunal, traduzida em **aprimorar a qualidade na prestação de serviço, com estrutura adequada e sustentabilidade, visando à satisfação externa e interna**, os índices que compõe seu resultado estão abaixo elencados, contemplando os índices do ano de 2016:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 8 – INDICADOR APRIMORAR A QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

INDICADOR	RESULTADO
Índice de satisfação interna	<b>72,01%</b>
Índice de satisfação externa	<b>62,22%</b>
Índice de aprovação da qualidade dos serviços prestados	<b>66,12%</b>
Tempo de utilização do mobiliário	<b>14,3 anos</b>
Tempo de utilização de equipamentos	<b>n/d</b>
Número de iniciativas por ano, vinculadas às ações do pacto global	<b>18</b>

Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

## 2.3 Desempenho Orçamentário

### 2.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região somente possui ações consignadas vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado no Plano Plurianual-PPA.

Os objetivos estabelecidos nos Programas Temáticos do PPA, contemplando iniciativas e metas, bem como indicadores para mensuração de resultados, portanto, não são aferidos por este Órgão.

Os resultados da execução orçamentária e financeira das ações fixadas na Lei Orçamentária Anual 2016, abrangendo Operações Especiais e Programas de Gestão, estão apresentados no item Ações/Subtítulos – OFSS.

#### 2.3.1.1 Ações de OFSS

QUADRO 9 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS

Identificação da Ação														
Código	00M1 Tipo: Operações Especiais													
Descrição	Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio-funeral e natalidade													
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista Código: 0571 Tipo:													
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP													
Ação Prioritária	( <input type="checkbox"/> ) Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> ) PAC ( <input type="checkbox"/> ) Brasil sem Miséria ( <input type="checkbox"/> ) Outras													
Lei Orçamentária do exercício														
Execução Orçamentária e Financeira														
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício								
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados							
0035 - No Estado de São Paulo	335.208,00	335.208,00	335.208,00	188.797,90	188.797,90	-	146.410,10							
Execução Física														
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta									
	Prevista	Reprogramada	Realizada		Prevista	Reprogramada	Realizada							
-	-	-	-	-	-	-	-							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores														
Nº do	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas										



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

subtítulo/ Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0035 - No Estado de São Paulo	126.343,71	2.380,63	123.963,08	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

**QUADRO 10 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES**

Identificação da Ação														
Código	0181 Tipo: Operações Especiais													
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis													
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União Código: 0089 Tipo:													
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP													
Ação Prioritária	( <input type="checkbox"/> ) Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> ) PAC ( <input type="checkbox"/> ) Brasil sem Miséria ( <input type="checkbox"/> ) Outras													
Lei Orçamentária do exercício														
Execução Orçamentária e Financeira														
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício								
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados							
0035 - No Estado de São Paulo	222.000.000,00	263.620.164,00	263.620.164,00	263.021.908,25	263.021.908,25	-	598.255,75							
Execução Física														
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta									
	Prevista	Reprogramada	Realizada											
-	-	-	-	-	-	-								
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores														
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			Realizada							
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida									
0035 - No Estado de São Paulo	1.278.601,19	1.265.518,06	477,02	-	-	-								

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 11 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO RPSPF**

Identificação da Ação							
Código	09HB      Tipo: Operações Especiais						
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista	Código:	0571	Type:			
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( )PAC	( ) Brasil sem Miséria	( ) Outras		
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0035 - No Estado de São Paulo	139.517.889,00	140.535.537,00	140.535.537,00	139.726.049,71	139.726.049,71	-	809.487,29
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
-	-	-	-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0035 - No Estado de São Paulo	517.317,02	19.030,42	498.286,60	-	-	-	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 12 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE BARRETOS – SP**

Identificação da Ação																			
Código	14R7	Tipo:	Projeto																
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Barretos - SP																		
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista Código: 0571 Tipo:																		
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP																		
Ação Prioritária	( <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras																		
Lei Orçamentária do exercício																			
Execução Orçamentária e Financeira																			
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício													
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados												
3428 – No município de Barretos - SP	2.420.000,00	2.420.000,00	2.420.000,00	380.523,97	380.523,97	-	2.039.476,03												
Execução Física																			
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta														
	Edifício construído			Percentual de execução física	Prevista	Reprogramada	Realizada												
3428 – No município de Barretos - SP				60	-		9												
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores																			
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas															
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada												
3428 – No município de Barretos - SP	1.986.590,73	-	1.762.963,94	Edifício construído		Percentual de execução física	-												

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 13 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE ITAPETININGA**

Identificação da Ação														
Código	14ZJ Tipo: Projeto													
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Itapetininga - SP													
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista Código: 0571 Tipo:													
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região – Campinas/SP													
Ação Prioritária	( <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras													
Lei Orçamentária do exercício														
Execução Orçamentária e Financeira														
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício								
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidação	Paga	Processados	Não Processados							
3621 – No município de Itapetininga - SP	275.000,00	175.000,00	65.999,99	-	-	-	65.999,99							
Execução Física														
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta									
	Prevista	Reprogramada	Realizada											
3621 – No município de Itapetininga - SP	Edifício construído			Percentual de execução física	9	-	0							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores														
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas										
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada								
-	-	-	-	-	-	-								

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 14 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE PORTO FERREIRA**

Identificação da Ação														
Código	1M61      Tipo: Projeto													
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Porto Ferreira													
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista      Código: 0571      Tipo:													
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região – Campinas/SP													
Ação Prioritária	( <input type="checkbox"/> ) Sim    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não    Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> ) PAC    ( <input type="checkbox"/> ) Brasil sem Miséria    ( <input type="checkbox"/> ) Outras													
Lei Orçamentária do exercício														
Execução Orçamentária e Financeira														
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício								
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidação	Paga	Processados	Não Processados							
3820 – No município de Porto Ferreira - SP	40.000,00	237.480,00	237.480,00	-	-	-	237.480,00							
Execução Física														
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta									
	Prevista	Reprogramada	Realizada											
3820 – No município de Porto Ferreira	Edifício construído			Percentual de execução física	1	-	0							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores														
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas										
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada								
3820 – No município de Porto Ferreira	3.881.255,58	1.624.650,20	237.480,00	Edifício construído	Percentual de execução física	41								

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 15 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA**

Identificação da Ação														
Código	2004 Tipo: Atividade													
Descrição	Assistência Médica e Odontológica de Civis													
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista Código: 0571 Tipo:													
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP													
Ação Prioritária	( <input type="checkbox"/> ) Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> ) PAC ( <input type="checkbox"/> ) Brasil sem Miséria ( <input type="checkbox"/> ) Outras													
Lei Orçamentária do exercício														
Execução Orçamentária e Financeira														
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício								
	Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados							
0035 - No Estado de São Paulo	35.727.840,00	36.127.840,00	36.127.840,00	35.916.428,21	35.916.418,55	9,66	211.411,79							
Execução Física														
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta									
					Prevista	Reprogramada	Realizada							
0035 - No Estado de São Paulo	Pessoa beneficiada			Unidade	13.848	-	15.125							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores														
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas										
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada							
0035 - No Estado de São Paulo	895.687,57	137.958,81	8.390,16	Pessoa beneficiada		Unidade	713							

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 16 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR**

Identificação da Ação														
Código	2010 Tipo: Atividade													
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados													
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista Código: 0571 Tipo:													
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP													
Ação Prioritária	( <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras													
Lei Orçamentária do exercício														
Execução Orçamentária e Financeira														
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício								
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados							
0035 - No Estado de São Paulo	5.756.256,00	6.372.120,00	6.372.120,00	6.241.898,37	6.241.898,37	-	130.221,63							
Execução Física														
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta									
	Prevista	Reprogramada	Realizada											
0035 - No Estado de São Paulo	Pessoa Beneficiada			Unidade	759	-	761							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores														
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas										
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada								
0035 - No Estado de São Paulo	36.231,09	1.762,99	19.800,04	Pessoa Beneficiada	Unidade	-								

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 17 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – AUXÍLIO-TRANSPORTE**

Identificação da Ação									
Código	2011      Tipo: Atividade								
Descrição	Auxílio-transporte aos Servidores Civis								
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código:	0571	Tipo:			
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP								
Ação Prioritária	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício			
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
0035 - No Estado de São Paulo	408.000,00	408.000,00	408.000,00	387.696,85	387.696,85	-	20.303,15		
Execução Física									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta				
	Prevista	Reprogramada	Realizada						
0035 - No Estado de São Paulo	Pessoa Beneficiada			Unidade	129	-	100		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada			
0035 - No Estado de São Paulo	83.646,38	1.577,77	66.408,08	Pessoa Beneficiada	Unidade	6			

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

#### QUADRO 18 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Identificação da Ação									
Código	2012 Tipo: Atividade								
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis								
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código:	0571	Tipo:			
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP								
Ação Prioritária	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício			
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processado		
0035 - No Estado de São Paulo	38.630.052,00	42.970.520,00	42.970.520,00	42.634.545,52	42.634.545,52	-	335.974,48		
Execução Física									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta				
	Prevista	Reprogramada	Realizada						
0035 - No Estado de São Paulo	Pessoa Beneficiada			Unidade	4.029	-	4.058		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada			
0035 - No Estado de São Paulo	402.525,10	20.610,42	26.925,04	Pessoa Beneficiada	Unidade	22			

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 19 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO**

Identificação da Ação														
Código	20TP Tipo: Atividade													
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União													
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista Código: 0571 Tipo:													
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP													
Ação Prioritária	( <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras													
Lei Orçamentária do exercício														
Execução Orçamentária e Financeira														
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício								
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados							
0035 - No Estado de São Paulo	772.080.220,00	804.147.058,00	804.147.058,00	798.171.892,93	798.171.892,93	-	5.975.165,07							
Execução Física														
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta									
	Prevista	Reprogramada	Realizada											
-	-	-	-	-	-	-	-							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores														
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas										
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada								
0035 - No Estado de São Paulo	1.354.099,34	1.284.710,38	-	-	-	-	-							

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 20 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL**

Identificação da Ação									
Código	2549      Tipo: Atividade								
Descrição	Comunicação e Divulgação Institucional								
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código:	0571	Tipo:			
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP								
Ação Prioritária	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício			
	Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados		
3474 - No Município de Campinas - SP	155.000,00	155.000,00	155.000,00	126.080,00	126.080,00	-	28.920,00		
Execução Física									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta				
	Matéria veiculada			Unidade	Prevista	Reprogramada	Realizada		
3474 - No Município de Campinas - SP	Matéria veiculada			300	-		581		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada		
3474 - No Município de Campinas - SP	92.683,42	23.296,04	69.387,38	Matéria veiculada		Unidade	95		

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 21 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS– ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES**

Identificação da Ação									
Código	4224      Tipo: Atividade								
Descrição	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes								
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código:	0571	Tipo:			
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP								
Ação Prioritária	( ) Sim	(X)Não	Caso positivo: ( )PAC	( ) Brasil sem Miséria	( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício			
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidação	Paga	Processados	Não Processados		
3474 - No Município de Campinas - SP	24.258.828,00	24.258.828,00	24.258.828,00	24.258.227,54	24.239.718,96	18.508,58	600,46		
Execução Física									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta				
					Prevista	Reprogramada	Realizada		
3474 - No Município de Campinas - SP	Pessoa assistida			Unidade	22.821	-	25.679		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada		
3474 - No Município de Campinas - SP	1.336.815,19	1.330.942,93	-	Pessoa assistida		Unidade	1.509		

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 22 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO**

Identificação da Ação														
Código	4256 Tipo: Atividade													
Descrição	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho													
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista Código: 0571 Tipo:													
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP													
Ação Prioritária	( <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras													
Lei Orçamentária do exercício														
Execução Orçamentária e Financeira														
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício								
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados							
3474 - No Município de Campinas - SP	118.173.400,00	96.761.294,00	96.692.316,20	86.402.702,48	86.378.187,82	24.514,66	10.289.613,72							
6515 - No Município de Campinas - SP	-	18.975.000,00	18.973.774,09	14.472.665,33	14.472.665,33	-	4.501.108,76							
Execução Física														
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta									
	Prevista	Reprogramada	Realizada											
3474 - No Município de Campinas - SP	Processo julgado			Unidade	380.000	-	356.051							
6515 - No Município de Campinas - SP	Processo julgado			Unidade	0	-	59.639							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores														
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas										
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada								
3474 - No Município de Campinas - SP	21.862.095,86	16.412.002,09	3.972.205,40	Processo julgado		Unidade	-							

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 23 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA**

Identificação da Ação														
Código	216H Tipo: Atividade													
Descrição	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos													
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista Código: 0571 Tipo:													
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP													
Ação Prioritária	( <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras													
Lei Orçamentária do exercício														
Execução Orçamentária e Financeira														
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício								
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados							
0035 - No Estado de São Paulo	52.533,00	63.040,00	63.040,00	63.040,00	63.040,00	-	-							
6508 - No Estado de São Paulo	-	21.343.119,00	21.343.119,00	21.205.724,57	21.205.724,57	-	137.394,43							
Execução Física														
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta									
	Prevista	Reprogramada	Realizada											
0035 - No Estado de São Paulo	Pessoa Beneficiada			Unidade	0	-	1							
6508 - No Estado de São Paulo	Pessoa Beneficiada			Unidade	0	-	404							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores														
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas										
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada								
-	-	-	-	-	-	-								

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

### **2.3.1.2 Ações não Previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar não Processados – OFSS**

**QUADRO 24 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OFSS – RESTITUIÇÃO DE VALORES RECOLHIDOS AO MONTEPIO**

Identificação da Ação						
Código	0536      Tipo: Atividade					
Descrição	Pensões decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais – restituição de valores recolhidos ao Montepio					
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais      Código: 0909      Tipo:					
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP					
Ação Prioritária	( <input type="checkbox"/> ) Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> ) PAC ( <input type="checkbox"/> ) Brasil sem Miséria ( <input type="checkbox"/> ) Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0001 - Nacional	768.339,02	226.236,78	-	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

**QUADRO 25 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OFSS – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP**

Identificação da Ação						
Código	11BM      Tipo: Projeto					
Descrição	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente - SP					
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista      Código: 0571      Tipo:					
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP					
Ação Prioritária	( <input type="checkbox"/> ) Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> ) PAC ( <input type="checkbox"/> ) Brasil sem Miséria ( <input type="checkbox"/> ) Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
3830 - No Município de Presidente Prudente - SP	478.229,56	223.519,49	254.710,07	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 26 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OFSS – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE RIO CLARO – SP**

Identificação da Ação						
Código	11BO      Tipo: Projeto					
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Rio Claro - SP					
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista      Código: 0571      Tipo:					
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP					
Ação Prioritária	( <input type="checkbox"/> ) Sim    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não    Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> ) PAC    ( <input type="checkbox"/> ) Brasil sem Miséria    ( <input type="checkbox"/> ) Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0101 - No Município de Rio Claro - SP	626.582,62	-	543.534,53	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

**QUADRO 27 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OFSS – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE VOTUPORANGA – SP**

Identificação da Ação						
Código	7T90      Tipo: Projeto					
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Votuporanga - SP					
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista      Código: 0571      Tipo:					
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP					
Ação Prioritária	( <input type="checkbox"/> ) Sim    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não    Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> ) PAC    ( <input type="checkbox"/> ) Brasil sem Miséria    ( <input type="checkbox"/> ) Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
4007 - No Município de Votuporanga - SP	157.895,24	143.838,04	-	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

### **2.3.1.3 Ações – Orçamento de Investimento – OI**

---

O subitem Ações – Orçamento de Investimento – OI não se aplica ao Órgão, uma vez que não foram consignados créditos relativos ao Orçamento de Investimento.

---

### **2.3.1.4 Análise Situacional**

---

#### **2.3.1.4.1 Do Desempenho das Ações**

Registre-se que, conforme estabelece o Plano Plurianual, quanto à organização dos programas de acordo com sua finalidade, aqueles consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região se enquadram no tipo Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, por reunirem um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Os Programas e as respectivas Ações, vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região no exercício de 2016, seguem demonstrados pelo total do orçamento disponibilizado, dos montantes empenhados e executados e, ainda, das metas físicas ajustadas em unidades, previstas e executadas, em conformidade com o disponibilizado no SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal.

A descrição dos projetos, atividades e operações especiais, discriminada logo abaixo do quadro com os números relativos à execução de cada ação foram extraídos do mencionado sistema no seguinte endereço: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/acessopublico/?pp=acessopublico&rvn=1>.

Igualmente estão demonstrados, nas respectivas ações orçamentárias, os valores relativos à execução no ano de 2016 de restos a pagar inscritos e reinscritos em 31 de dezembro de 2015.

Os programas relativos às dotações atribuídas ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, na Lei Orçamentária Anual ou mediante descentralização de créditos, foram:

- a) (0089) Previdência de Inativos e Pensionistas da União;
- b) (0571) Prestação Jurisdicional Trabalhista;
- c) (0901) Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais; e
- d) (0909) Operações Especiais – Outros Encargos Especiais.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

#### 2.3.1.4.2 Das Ações Constantes da LOA/2016

##### a) Programa: 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

**a.1) 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – 09.272.0089.0181.0035 – Operações Especiais**

- PO: 0000 – Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

**QUADRO 28 – PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 222.000.000,00	R\$ 263.620.164,00	R\$ 263.620.164,00	R\$ 263.021.908,25	R\$ 263.021.908,25	R\$ 0,00	R\$ 598.255,75

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
R\$ 1.278.601,19	R\$ 1.265.518,06	R\$ 477,02	-	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Ação destinada a garantir o pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.

A dotação inicial se apresentou insuficiente para fazer face ao pagamento das folhas habituais.

A suplementação autorizada no exercício para esta dotação somou R\$ 41,6 milhões e suportou as seguintes liquidações:

- Folhas Habitualis do ano;
- Implantação dos aumentos decorrentes da Lei 13.317/2016 – Plano de Carreira dos Servidores;
- Pagamentos de Diferenças Diversas conforme autorização concedida na Resolução nº 137/2014 – CSJT;
- Diferença Correção Monetária e Juros da PAE 98-99 (Processo CSJT-PP-744/53.2012.5.90.000, neste Tribunal a matéria é tratada no Processo nº 0031700-18.2002.5.15.0895 PA) paga em dezembro. Valores disponibilizados pelo Oficio-Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 20/2016;
- Valores inscritos em restos a pagar para pagamento de diferenças diversas no exercício seguinte.

A execução de restos a pagar no exercício de 2016 realizou, sobretudo, a quitação de:

- Diferença Correção Monetária e Juros da PAE 98-99 (Processo CSJT-PP-744/53.2012.5.90.0000, neste Tribunal a matéria é tratada no Processo nº 0031700-18.2002.5.15.0895 PA). Valores disponibilizados pelo Oficio-Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

29/2015;

- Diferenças decorrentes da disponibilização de recursos concedidas pelo Ofício-Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 30/2015;
- Diferenças decorrentes da disponibilização de recursos concedidas pelos Ofício-Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 36/2014.

**b) Programa: 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista**

**b.1) 4224 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – 02.061.0571.4224.3473 – Atividade**

- PO: 0000 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

**QUADRO 29 – ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 24.258.828,00	R\$ 24.258.828,00	R\$ 24.258.828,00	R\$ 24.258.227,54	R\$ 24.239.718,96	R\$ 18.508,58	R\$ 600,46

Execução Física da Ação						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista	Reprogramada	Realizada	Indicadores SIOP %	
					Eficiência	Eficácia
Pessoa assistida	unidade	22.821	-	25.679	112,53%	112,52%

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 1.336.815,19	R\$ 1.330.942,93	R\$ 0,00	Pessoa assistida	unidade	1.509

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A dotação ampara pagamento de honorários devidos a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais no âmbito do Judiciário, que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requerente, garantindo a assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, mediante a contratação de serviços especializados realizados por terceiros, indispensáveis ao reconhecimento do direito requerido e ao deslinde da controvérsia legal.

A meta alcançada refletiu a demanda anual do exercício de 2016.

A execução de restos a pagar garantiu a quitação das despesas não encaminhadas no exercício anterior pela área técnica para o pagamento devido.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**b.2) 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – No Estado de São Paulo – 02.122.0571.09HB.0035 – Operações Especiais**

- PO:0000 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

**QUADRO 30 – CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS – NO ESTADO DE SÃO PAULO**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 139.517.889,00	R\$ 140.535.537,00	R\$ 140.535.537,00	R\$ 139.726.049,71	R\$ 139.726.049,71	R\$ 0,00	R\$ 809.487,29

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 517.317,02	R\$ 19.030,42	R\$ 498.286,60	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A ação se destina ao pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

A dotação inicial se apresentou insuficiente para o exercício e foi suplementada em R\$ 1,02 milhão, atendendo desta forma os recolhimentos de encargos relativos aos seguintes pagamentos:

- Folhas Habituais do ano;
- Implantação dos aumentos decorrentes da Lei 13.317/2016 – Plano de Carreira dos Servidores;
- Pagamentos de Diferenças Diversas conforme autorização concedida na Resolução nº 137/2014 – CSJT;
- Valores inscritos em restos a pagar para pagamento de diferenças diversas.

A execução de restos a pagar não processados no exercício de 2016 viabilizou recolhimentos de encargos relativos a diversas despesas de competência de exercícios anteriores.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**b.3) 14R7 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Barretos – No Município de Barretos – SP – 02.122.0571.14R7.3428 – Projeto**

- PO:0000 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Barretos – SP

**QUADRO 31 – CONSTRUÇÃO DA VARA DO TRABALHO DE BARRETOS**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.000,00

PO:EIND-EMENDA INDIVIDUAL

ANDRES SANCHEZ / EMENDA 14

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 250.000,00

BALEIA ROSSI / EMENDA 22

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00				

BRUNA FURLAN / EMENDA 25

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 250.000,00

DR. SINVAL MALHEIROS / EMENDA 11

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 500.000,00

FAUSTO PINATO / EMENDA 1

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 500.000,00

MILTON MONTI / EMENDA 15

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 60.623,97	R\$ 60.623,97	R\$ 0,00	R\$ 139.376,03

ROBERTO ALVES / EMENDA 11

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 119.900,00	R\$ 119.900,00	R\$ 0,00	R\$ 380.100,00



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Execução Física da Ação					
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista	Reprogramada	Realizada	Indicadores SIOP %
					Eficiência Eficácia
Edifício construído	% de execução física	60	-	9	95,39% 15,00%
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 1.986.590,73	R\$ 0,00	R\$ 1.762.963,94	Edifício construído	% de execução física	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Projeto destinado à construção de edifício para sediar a Vara do Trabalho, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar-condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, em Barretos – SP.

Trata-se de projeto contemplado na LOA/2013 e aplicado na contratação de empresa para a execução da obra.

Conforme informado pela área técnica, a obra deixou de ser totalmente executada, sendo assumida por uma outra empresa, razão pela qual foi solicitado o cancelamento de restos a pagar não processados, R\$ 1.762.963,94, e mantido o saldo de R\$ 223.626,79, empenhado à primeira contratada, valor concernente à propositura de penalidades relativas ao contrato.

A dotação consignada ao TRT da 15ª no exercício de 2016 para a continuação da obra somou R\$ 2.420.000,00, sendo que deste total, R\$ 2.400.000,00 foram autorizados a partir de emenda individual parlamentar.

Os créditos foram empenhados na totalidade, relativos aos seguintes processos:

- CP0121/2016 – Contratação emergencial para instalação de gradil e portões – VT Barretos, R\$ 119.900,00;
- CP0160/2016 – Contratação de empresa especializada em engenharia de construção civil para execução da continuação das obras de construção de imóvel para a Vara do Trabalho de Barretos, R\$ 2.300.100,00.

O total liquidado e pago no exercício de 2016 nesta dotação correspondeu a R\$ 380.523,97, restando inscritos em restos a pagar não processados R\$ 2.039.476,03.

A execução da obra foi iniciada em 2016 e segue conforme o cronograma estabelecido para consecução deste projeto.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**b.4) 14ZJ – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Itapetininga – No Município de Itapetininga – SP – 02.122.0571.14ZJ.3621 – Projeto**

- PO:0000 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Itapetininga – SP

**QUADRO 32 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE ITAPETININGA**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 275.000,00	R\$ 175.000,00	R\$ 65.999,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 65.999,99

Execução Física da Ação					Indicadores SIOP %	
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista	Reprogramada	Realizada	Eficiência	Eficácia
Edifício construído	% de execução física	9	-	0	-	0,00%

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Projeto destinado à construção do edifício para sediar Vara do Trabalho, com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar-condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, em Itapetininga – SP.

Recursos orçamentários destinados nesta Ação Orçamentária foram disponibilizados para amparar despesas na Ação Apreciação de Causas – Plano Orçamentário 001-Apreciação de Causas, no montante de R\$100.000,00.

Valor empenhado de R\$ 65.999,99 se refere ao processo CP0410/2016, destinado à elaboração dos projetos executivos para construção da Vara do Trabalho e foi inscrito na totalidade em restos a pagar não processados.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**b.5) 1M61 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Porto Ferreira – No Município de Porto Ferreira – SP – 02.122.0571.1M61.3820 – Projeto**

- PO:0000 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Porto Ferreira – SP

**QUADRO 33 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE PORTO FERREIRA**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 40.000,00	R\$ 237.480,00	R\$ 237.480,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 237.480,00

Execução Física da Ação

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista	Reprogramada	Realizada	Indicadores SIOP %	
					Eficiência	Eficácia
Edifício construído	% de execução física	1,00%	-	0	-	0,00%

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 3.881.255,58	R\$ 1.624.650,20	R\$ 237.480,00	Edifício construído	% de execução física	41,00%

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Dotação destinada à construção do Edifício para sediar a Vara do Trabalho, com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar-condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, em Porto Ferreira – SP.

A construção teve início no ano de 2016 com recursos consignados na LOA/2015, no processo CP0593/2015 - Contratação de empresa especializada em engenharia de construção civil para execução de obras de construção de imóvel para a Vara de Trabalho de Porto Ferreira.

Na Lei Orçamentária Anual de 2016 foi autorizado R\$ 40.000,00 para reforço da dotação. Houve ainda suplementação orçamentária no importe de R\$ 197.480,00, através de recursos vinculados aos contratos com Instituições Financeiras (fonte 181), com o respectivo cancelamento da dotação de Outros Custeios da Ação Apreciação de Causas, através do Ato CSJT nº 275, de 29 de novembro de 2016 (publicado no DOU de 30/11/16), entretanto houve cancelamento de Restos a Pagar no montante de R\$ 237.480,00, assim a dotação total da Obra manteve-se em R\$ 4.000.000,00. Vale ressaltar que a execução do Projeto segue conforme o cronograma estabelecido para a sua consecução.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**b.6) 20TP – Pessoal Ativo da União – No Estado de São Paulo – 02.122.0571.20TP.0035 – Atividade**

- PO:0000 – PESSOAL ATIVO DA UNIÃO

**QUADRO 34 – PESSOAL ATIVO DA UNIÃO**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 772.080.220,00	R\$ 804.147.058,00	R\$ 804.147.058,00	R\$ 798.171.892,93	R\$ 798.171.892,93	R\$ 0,00	R\$ 5.975.165,07

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 1.354.099,34	R\$ 1.284.710,38	R\$ 0,00	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Ação destinada ao pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.

A dotação inicial destinada ao pagamento de Pessoal Ativo, consignada na Lei Orçamentária Anual – 2016, foi suplementada em R\$ 32.066.838,00, e o total empenhado somou R\$ 804.147.058,00, suportando:

- Folhas Habituais do ano;
- Implantação dos aumentos decorrentes da Lei 13.317/2016 – Plano de Carreira dos Servidores;
- Reembolso de despesas de Prefeituras com remuneração/encargos sociais dos servidores cedidos ao TRT-15ª Região, em cumprimento ao Ato CSJT.GP.SG.CGPES nº 75/2013;
- Pagamentos de Diferenças Diversas conforme autorização concedida na Resolução nº 137/2014 – CSJT;
- Diferença Correção Monetária e Juros da PAE 98-99 (Processo CSJT-PP-744/53.2012.5.90.000, neste Tribunal a matéria é tratada no Processo nº 0031700-18.2002.5.15.0895 PA). Valores disponibilizados pelo Ofício-Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 20/2016;
- Valores inscritos em restos a pagar não processados para pagamento de diferenças diversas relativas ao exercício de 2016.

A execução dos restos a pagar no exercício financeiro de 2016 propiciou a quitação das seguintes despesas:

- Diferenças decorrentes da disponibilização de recursos concedidas pelo Ofício-Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 30/2015;
- Diferenças decorrentes da disponibilização de recursos concedidas pelos Ofício-Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 36/2014;
- Diferenças relativas a acertos e pendências de exercícios anteriores.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**b.7) 216H – Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos – No Estado de São Paulo – 02.122.0571.216H.0035 – Atividade**

- PO:0000 – Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos – Despesas Diversas

**QUADRO 35 – AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 52.533,00	R\$ 63.040,00	R\$ 63.040,00	R\$ 63.040,00	R\$ 63.040,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Execução Física da Ação

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista	Reprogramada	Realizada	Indicadores SIOP %	
					Eficiência	Eficácia
Pessoa beneficiada	unidade	-	-	1	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

- PO:MP01 – Medida Provisória de Janeiro de 2016

**QUADRO 36 – MEDIDA PROVISÓRIA DE JANEIRO/2016**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 21.343.119,00	R\$ 21.343.119,00	R\$ 21.205.724,57	R\$ 21.205.724,57	R\$ 0,00	R\$ 137.394,43

Execução Física da Ação

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista	Reprogramada	Realizada	Indicadores SIOP %	
					Eficiência	Eficácia
Pessoa beneficiada	unidade	-	-	404	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Dotação destinada ao pagamento de ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos.

A partir do exercício de 2016 os gastos relativos à sentença judicial – auxílio-moradia, em cumprimento ao Acórdão TCU 1690 de 04 de dezembro de 2002, foram amparados por dotação consignada em ação específica.

A execução, montante empenhado de R\$ 21.406.159,00, foi suportada por dotação autorizada pela Medida Provisória de nº 711/2016, de 18 de janeiro de 2016, e por recursos consignados na LOA/2016.

Houve suplementação dos recursos orçamentários, no montante de R\$10.507,00, advindo da Ação Apreciação de Causas – Plano Orçamentário 005 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, através do Ato CSJT nº 192, de 15 de setembro de 2016 (publicado no DOU de 16/09/16).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**b.8) 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – No Município de Campinas – SP – 02.122.0571.4256.3474 – Atividade**

**QUADRO 37 – APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidação	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 118.173.400,00	R\$ 115.736.294,00	R\$ 115.666.090,29	R\$ 100.875.367,81	R\$ 100.850.853,15	R\$ 24.514,66	R\$ 14.790.722,48

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 21.862.095,86	R\$ 16.412.002,09	R\$ 3.972.205,40	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Esta Atividade tem por escopo a aplicação dos recursos em ações que visem a solução de controvérsias trabalhistas, mediante a atuação de Magistrados e Servidores, por intermédio da execução de despesas diversas, detalhadas nos planos orçamentários.

Dotação que abriga os recursos a serem aplicados em ações que visem a solução de controvérsias trabalhistas, mediante a atuação de magistrados e servidores, por meio da execução de despesas com: capacitação de recursos humanos, viagens e locomoção; diárias; indenizações e restituições; ajuda de custo; serviços postais; telefonia fixa ou celular; manutenção dos serviços de telecomunicações; aquisição e guarda de material de consumo, expediente e material permanente; comunicações administrativas; assinatura de jornais, periódicos e afins; manutenção de varas itinerantes; outras despesas administrativas; veículos (aquisição, licenciamento, peças, aluguéis, manutenção, revisão, reparo, combustível); manutenção e conservação de imóveis, próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos Tribunais Trabalhistas, compreendendo: aluguéis, despesas de condomínio e seguros; impostos e taxas; serviços de vigilância; serviços de limpeza; locação de mão de obra para vigilância e limpeza; conservação, estagiários, aquisições, construções e reformas prediais de pequeno vulto e que não ultrapassem o exercício financeiro; serviços de utilidade pública (água, luz, gás e afins); aquisição e manutenção de equipamentos de ar-condicionado, de prevenção de incêndio, de elevadores e de escadas rolantes; aquisição, locação, manutenção e suprimento de equipamentos, softwares e material de consumo de informática; serviços de consultoria na área de informática; dentre outros.

O produto desta Atividade é o processo julgado. Considerada a soma de processos julgados no ano de 2016, 415.690 processos, número atribuído à execução física da Ação, considerada a dotação consignada na LOA/2016 mais os créditos autorizados pela Medida Provisória nº 740, de 14 de julho de 2016, verifica-se que os quantitativos físicos superaram os previstos na Lei Orçamentária Anual, 380.000 processos, resultando em índices superiores a 100% apontados pelos indicadores do SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento da União.

As Ações de Capacitação de Recursos Humanos, Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho, Trabalho Seguro e Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem estão vinculadas à Ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, na forma de Plano Orçamentário – PO, com caráter gerencial – não destacadas na Lei



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Orçamentária Anual, cujas análises seguem contempladas no presente relatório como subitens da Ação Orçamentária.

- PO:0000 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas

**QUADRO 38 – APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO – DESPESAS DIVERSAS**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidação	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 114.428.348,00	R\$ 94.853.784,00	R\$ 94.850.583,36	R\$ 84.634.594,47	R\$ 84.610.079,81	R\$ 24.514,66	R\$ 10.215.988,89

Execução Física da Ação					
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista	Reprogramada	Realizada	Indicadores SIOP %
					Eficiência Eficácia
Processo julgado	unidade	380.000	-	356.051	104,93% 93,70%

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 21.191.338,33	R\$ 16.145.586,86	R\$ 3.568.593,10	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

- PO:MP01 – Medida Provisória de Junho de 2016

**QUADRO 39 – MEDIDA PROVISÓRIA DE JUNHO/2016**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidação	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 18.975.000,00	R\$ 18.973.774,09	R\$ 14.472.665,33	R\$ 14.472.665,33	R\$ 0,00	R\$ 4.501.108,76

Execução Física da Ação					
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista	Reprogramada	Realizada	Indicadores SIOP %
					Eficiência Eficácia
Processo julgado	unidade	-	-	59.639	- -

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O corte de crédito orçamentário promovido pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e pelo Plenário do Congresso Nacional no exercício financeiro de 2016 alcançou, sobretudo, a presente Ação, a qual, mesmo com as providências restritivas para a contenção de gastos implementadas pelo Órgão, apresentou insuficiência e foi suplementada com recursos autorizados pela Medida Provisória de nº 740, de 14 de julho de 2016, que concedeu um crédito extraordinário no importe de R\$ 18.975.000,00, na fonte 81 - recursos vinculados aos repasses decorrentes de contratos com as Instituições Financeiras Oficiais.

Houve, também, aportes de recursos orçamentários para amparar as despesas de manutenção das estruturas funcionais de toda a jurisdição do Tribunal, nos valores de: R\$578.831,00 (Controle SIOP



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

nº 52.178); R\$989.493,00 (Controle SIOP nº 62.295) e R\$297,711,00 (Controle SIOP nº 67.757), advindos de recursos orçamentários compensatórios dos Planos Orçamentários: Capacitação de Recursos Humanos e Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

Em relação às despesas de Investimento, houve suplementação orçamentária no importe de R\$11.000.000,00, através de recursos vinculados aos Contratos com Instituições Financeiras (fonte 181), com os respectivos cancelamentos das dotações de Outros Custeios desta Ação, através do Ato CSJT nº 194, de 15 de setembro de 2016 e Ato CSJT nº 275, de 29 de novembro de 2016, bem como no valor de R\$100.000,00, através de recursos advindos da Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Itapetininga – SP, através do Ato CSJT nº 195, de 15 de setembro de 2016.

Segue quadro demonstrativo com os valores relativos aos créditos iniciais e finais autorizados para esta Ação, bem como o montante empenhado no ano, por categoria de gasto.

**QUADRO 40 – APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO – MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

PLANO ORÇAMENTÁRIO: APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO  
MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

							Em R\$
GND		DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	CRÉDITOS CANCELADOS	DOTAÇÃO FINAL	DESPESA EMPENHADA
outras despesas correntes	LOA	113.848.348,00	0,00	0,00	-30.674.564,00	83.173.784,00	83.173.784,00
outras despesas correntes	MP	0,00	0,00	18.975.000,00	0,00	18.975.000,00	18.973.774,09
		<b>113.848.348,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18.975.000,00</b>	<b>-30.674.564,00</b>	<b>102.148.784,00</b>	<b>102.147.558,09</b>
investimentos	LOA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
investimentos	LOA	580.000,00	11.100.000,00	0,00	0,00	11.680.000,00	11.676.799,36
		<b>580.000,00</b>	<b>11.100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.680.000,00</b>	<b>11.676.799,36</b>
<b>Total Ação</b>		<b>114.428.348,00</b>	<b>11.100.000,00</b>	<b>18.975.000,00</b>	<b>-30.674.564,00</b>	<b>113.828.784,00</b>	<b>113.824.357,45</b>

Fonte: SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

Seguem tabelas com a apresentação dos maiores gastos por grupo de natureza de despesa e despesa detalhada.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**b.8.1) PO 0001 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**

**QUADRO 41 – EXECUÇÃO LOA/2016 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

PLANO ORÇAMENTÁRIO: APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO  
OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Descrição_ND	Empenhado em 2016	Em R\$
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	34.536.516,12	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	33.125.727,43	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	12.989.289,06	
INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.739.756,06	
MATERIAL DE CONSUMO	6.233.312,30	
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	5.847.664,43	
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	953.617,78	
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	824.300,00	
AUXILIO-TRANSPORTE	510.514,00	
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	275.916,58	
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	60.000,00	
SERVICOS DE CONSULTORIA	29.900,33	
OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	21.044,00	
	102.147.558,09	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O quadro a seguir apresenta os gastos mais significativos no ano de 2016, em valores empenhados por natureza de despesa detalhada, aplicados na manutenção do Órgão, amparados pelos créditos consignados no Plano Orçamentário: Apreciação de Causas, destinados a propiciar a solução de controvérsias trabalhistas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 42 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – GASTOS MAIS SIGNIFICATIVOS DO EXERCÍCIO**

PLANO ORÇAMENTÁRIO: APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO  
OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Natureza Despesa Detalhada	Empenhado em 2016
VIGILANCIA OSTENSIVA	14.095.686,51
APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	9.235.416,06
LIMPEZA E CONSERVACAO	9.158.705,32
SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	6.305.971,62
DIARIAS NO PAIS	5.847.664,43
SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	5.616.931,05
INDENIZACAO DE TRANSPORTE - PESSOAL CIVIL	5.190.000,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	4.667.002,45
ESTAGIARIOS	3.783.506,00
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.982.049,46
SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	1.700.340,83
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	1.526.902,48
MANUTENCAO DE SOFTWARE	1.214.508,04
SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	1.205.952,73
SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	1.190.590,64
MATERIAL ELETTRICO E ELETRONICO	909.332,95

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O total empenhado a título de despesas de capital foi assim investido:

**QUADRO 43 – EXECUÇÃO LOA/2016 – DESPESAS DE CAPITAL**

PLANO ORÇAMENTÁRIO: APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO  
DESPESAS DE CAPITAL

Item do Imobilizado	Empenhado em 2016
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.026.164,07
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	1.650.635,29
	11.676.799,36

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A tabela a seguir apresenta os itens de natureza de despesa detalhada em que foram realizados os dispêndios de capital.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 44 – DETALHAMENTO POR ITEM DE NATUREZA DE DESPESA**

PLANO ORÇAMENTÁRIO: APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO  
DESPESAS DE CAPITAL

Item do Imobilizado	Em R\$
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5.902.131,19
MOBILIARIO EM GERAL	2.774.538,85
MELHORIA EQUIPAMENTO PROCESSAMENTO DE DADOS	1.600.427,56
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	1.175.496,11
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	100.505,00
AQUISICAO DE SOFTWARE	50.207,73
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	49.260,00
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	7.762,00
APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT,LABOR.HOSPIT.	7.094,00
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	6.738,92
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	1.493,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	1.145,00
	11.676.799,36

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A liquidação de restos a pagar não processados no exercício financeiro de 2016, relativa à presente ação, somou R\$ 16.145.586,86.

Deste total, R\$ 10.823.758,30 foram realizados em despesas de custeio e R\$ 5.321.828,56 em despesas de capital.

**b.8.2) PO 0002 – Capacitação de Recursos Humanos**

**QUADRO 45 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 2.730.149,00	R\$ 1.435.756,00	R\$ 1.394.602,06	R\$ 1.342.107,86	R\$ 1.342.107,86	R\$ 0,00	R\$ 52.494,20

Execução Física da Ação

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista	Reprogramada	Realizada	Indicadores SIOP %	
					Eficiência	Eficácia
Servidor capacitado	unidade	10.875	-	3.591	104,93%	93,70%

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 526.360,74	R\$ 221.189,54	R\$ 305.171,20	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Os créditos consignados no presente plano orçamentário propicia o oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente.

Visa proporcionar ao quadro de integrantes do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.

Os créditos consignados neste Plano Orçamentário viabilizaram as atividades idealizadas pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, e a execução orçamentária contabilizou o empenho das seguintes despesas:

**QUADRO 46 – EXECUÇÃO – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

PLANO ORÇAMENTÁRIO: CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

	Aplicação do Gasto	Empenhado em 2016 Em R\$
33901414	DIARIAS NO PAIS	535.598,42
33903602	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	7.770,00
33903628	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	646.207,04
33903901	ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	64.261,12
33903922	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	2.697,20
33903941	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	77.491,28
33903948	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	60.577,00
		1.394.602,06

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Diante do corte orçamentário ocorrido no exercício de 2016, e a implementação das medidas restritivas de gastos, foram realizadas readequações orçamentárias entre planos orçamentários, ocasionando a diminuição do quantitativo de servidores capacitados no exercício, e a redução de 51% do montante empenhado para este plano orçamentário, comparativamente ao ano anterior.

A execução de restos a pagar não processados no ano de 2016 liquidou o montante de R\$ 221.189,54, em serviços de seleção e treinamento prestados por pessoa física e jurídica, e em serviços de assessoria e consultoria técnica/jurídica.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**b.8.3) PO 0003 – Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho**

**QUADRO 47 – MANUTENÇÃO DE VARAS ITINERANTES**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 71.221,00	R\$ 71.221,00	R\$ 52.000,00	R\$ 49.854,16	R\$ 49.854,16	R\$ 0,00	R\$ 2.145,84

Execução Física da Ação

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista	Reprogramada	Realizada	Indicadores SIOP %	
					Eficiência	Eficácia
Vara mantida	unidade	2	-	2	-	-

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 59.810,32	R\$ 25.190,02	R\$ 34.620,30	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Os recursos são destinados às ações de custeio e manutenção de varas itinerantes, que visam levar a prestação jurisdicional trabalhista aos locais mais distantes do território brasileiro mediante o deslocamento de magistrados e servidores, envolvendo despesas como: aquisição e manutenção de veículos, combustíveis, diárias, ajuda de custo, materiais de consumo e de expediente, passagens, gastos com locomoção e outras despesas. Abrigar despesas de custeio e de manutenção de varas do trabalho itinerantes em todo o território nacional, criadas e mantidas nos termos do § 1º do Artigo 115 da Constituição Federal.

O TRT da 15ª Região mantém 10 (dez) Postos Avançados instalados vinculados às Unidades Trabalhistas abaixo discriminadas:

- Araraquara, em Américo Brasiliense;
- Ituverava, em Igarapava;
- Orlândia, em Morro Agudo;
- Amparo, em Pedreira;
- Andradina, em Pereira Barreto;
- Pindamonhangaba, em Campos do Jordão;
- Pederneiras, em Bariri;
- São João da Boa Vista, em Espírito Santo do Pinhal;
- Jundiaí, em Vinhedo; e
- Campinas, em Valinhos.

Em 2013 foi implantada a Vara do Trabalho Itinerante de Rosana e no ano de 2014 a Vara do Trabalho Itinerante de Bananal, contabilizando 2 (duas) Unidades no âmbito da 15ª Região, originárias do convênio “Projeto Justiça em Movimento”.

A execução dos créditos consignados na LOA/2016, bem como dos restos a pagar não processados, neste Plano Orçamentário foi destinada, sobretudo, para: resarcimento de despesas com pedágio e combustível, nos deslocamentos a serviço de Magistrados e Servidores.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**b.8.4) PO 0005 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados**

**QUADRO 48 – FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidadada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 943.682,00	R\$ 361.533,00	R\$ 356.130,78	R\$ 340.211,99	R\$ 340.211,99	R\$ 0,00	R\$ 15.918,79

Execução Física da Ação					Indicadores SIOP %	
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista	Reprogramada	Realizada	Eficiência	Eficácia
Magistrado capacitado	unidade	231	-	857	-	-

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 38.831,97	R\$ 10.742,67	R\$ 27.359,30	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Os créditos consignados no plano orçamentário se destina a propiciar o oferecimento aos Magistrados de cursos de formação inicial e de formação continuada, qualificação de instrutores, intercâmbio e estudos com o objetivo de elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de cursos de aprimoramento da Magistratura, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre ordenamento jurídico, promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de jurisprudências e doutrinas, visando proporcionar aos magistrados a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade de forma célere, efetiva, transparente e objetiva.

Diante do corte orçamentário ocorrido no exercício de 2016, e a implementação das medidas restritivas de gastos, foram realizadas readequações orçamentárias entre planos orçamentários, ocasionando a diminuição de cursos de formação e aperfeiçoamento de Magistrados e, consequentemente, a redução de 57,5%, em relação ao ano anterior, do montante de despesas empenhadas para este plano orçamentário.

A dotação empenhada no ano de 2016 se destinou à promoção de eventos e atividades idealizados pela Escola Judicial do Tribunal do Trabalho da 15ª Região, e foi aplicada nas seguintes despesas:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 49 – EXECUÇÃO – FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS**

PLANO ORÇAMENTÁRIO: FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

Aplicação do Gasto		Em R\$
		Empenhado em 2016
33901414	DIARIAS NO PAÍS	65.838,64
33903602	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAÍS	1.977,50
33903628	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	239.355,37
33903901	ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	8.762,88
33903941	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	21.196,39
33903948	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	14.000,00
33909236	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	5.000,00
		356.130,78

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A execução de restos a pagar não processados no exercício de 2016 consistiu na liquidação de despesas de seleção e treinamento, relativas a serviços prestados por pessoa física e jurídica.

**b.8.5) PO 0006 – Trabalho Seguro**

**QUADRO 50 – TRABALHO SEGURO**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidadada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 8.934,00	R\$ 8.934,00	R\$ 0,00	R\$ 3.066,00

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 45.754,50	R\$ 9.293,00	R\$ 36.461,50	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A iniciativa conjunta do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, visa à formulação e execução de projetos e ações nacionais voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. Seu principal objetivo é contribuir para a diminuição do número de acidentes de trabalho registrados no Brasil nos últimos anos, promovendo a articulação entre instituições públicas federais, estaduais e municipais e aproximando os atores da sociedade civil, tais como empregados, empregadores, sindicatos, Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), instituições de pesquisa e ensino, promovendo a conscientização da importância do tema e contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção de acidentes de trabalho.

A aplicação dos presentes recursos, no âmbito da Justiça do Trabalho, está disciplinado pelas disposições constantes do Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 18, de 06 de maio de 2016.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Segue demonstrado a execução do valor recebido na forma de créditos adicionais, montante de R\$ 12.000,00, consignado no Plano Orçamentário destinado aos gastos relativos as ações voltadas ao Programa Trabalho Seguro:

**QUADRO 51 – EXECUÇÃO – PROGRAMA TRABALHO SEGURO**

PLANO ORÇAMENTÁRIO: TRABALHO SEGURO

Aplicação do Gasto		Em R\$
		Empenhado em 2016
33903017	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.296,00
33903059	MATERIAL PARA DIVULGACAO	8.934,00
33903628	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	770,00
		12.000,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Os recursos foram aplicados em materiais e contratação de serviços destinados aos eventos promovidos TRT da 15ª Região, como: cartilhas sobre trabalho seguro e saudável, contratação de palestrante para o XXVIII Curso de formação de juízes substitutos, materiais para divulgação de eventos, dentre outros.

**b.8.6) PO 0007 – Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo a Aprendizagem**

**QUADRO 52 – COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E DE ESTÍMULO A APRENDIZAGEM**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 27.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O programa tem por objetivo desenvolver, em caráter permanente, ações em prol da erradicação do trabalho infantil e da adequada profissionalização do adolescente. A iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) conta com o apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A aplicação dos presentes recursos, no âmbito da Justiça do Trabalho, está disciplinado pelas disposições constantes do Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 18, de 06 de maio de 2016.

Segue demonstrado a execução do valor recebido na forma de créditos adicionais, montante de R\$ 27.000,00 consignado no Plano Orçamentário destinado aos gastos relativos às ações voltadas ao Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 53 – EXECUÇÃO – COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E DE ESTÍMULO A APRENDIZAGEM**

PLANO ORÇAMENTÁRIO: COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E DE ESTÍMULO A APRENDIZAGEM

Aplicação do Gasto		Empenhado em 2016
33901414	DIARIAS NO PAIS	16.930,00
33903023	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	7.470,00
33903044	MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	2.600,00
		27.000,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Os recursos foram aplicados em diversos eventos, com destaque para o ocorrido no Santuário Nacional de Aparecida, oportunidade em que foram promovidos: o anúncio do compromisso com a Carta de Aparecida pela Abolição do Trabalho Infantil; 6º Seminário Nacional sobre o Trabalho Infantojuvenil, que teve como subtítulo “Sistema de Justiça do Trabalho e a Proteção da Criança e do Adolescente”; dentre outras atividades.

**b.9) 2549 – Comunicação e Divulgação Institucional – No Município de Campinas – SP – 02.131.0571.2549.3474 – Atividade**

- PO:0001 – Comunicação e Divulgação Institucional

**QUADRO 54 – COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 155.000,00	R\$ 155.000,00	R\$ 155.000,00	R\$ 126.080,00	R\$ 126.080,00	R\$ 0,00	R\$ 28.920,00
Execução Física da Ação						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista	Reprogramada	Realizada	Indicadores SIOP %	
Matéria veiculada	unidade	300	-	581	238,09%	193,67%
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
R\$ 92.683,42	R\$ 23.296,04	R\$ 69.387,38	Matéria veiculada	unidade	95	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Ação destinada à realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral, visando informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.

A dotação consignada na LOA/2016, bem como os créditos originários da execução de restos a pagar não processados no exercício, foram plenamente aplicados em publicidade legal, qual seja, a contratação de serviços para publicação de extratos das licitações e de outros atos do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em jornais de grande circulação e no Diário Oficial da União.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A otimização na aplicação dos recursos resultou na superação da meta proposta na LOA/2016.

**b.10) 2004 – Assistência Médica e Odontológica – No Estado de São Paulo – 02.301.0571.2004.0035 – Atividade**

- PO:0001 – Assistência Médica e Odontológica de Civis – Complementação da União

**QUADRO 55 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA – COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 35.727.840,00	R\$ 36.127.840,00	R\$ 36.127.840,00	R\$ 35.916.428,21	R\$ 35.916.418,55	R\$ 9,66	R\$ 211.411,79

Execução Física da Ação					Indicadores SIOP %	
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista	Reprogramada	Realizada	Eficiência	Eficácia
Pessoa beneficiada	unidade	13.848	-	15.125	-	-

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 895.687,57	R\$ 137.958,81	R\$ 8.390,16	Pessoa beneficiada	unidade	713

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Dotação destinada à concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

A dotação inicial consignada na LOA/2016 teve uma suplementação de R\$ 400.000,00 no exercício, a dotação autorizada final apresentou um aumento de 9,2% em relação ao ano anterior, e amparou os dispêndios relativos: ao ressarcimento parcial aos magistrados e servidores que comprovaram estar abrangidos por plano de saúde, com subsídio escalonado pelo critério de faixa etária do titular, variando de R\$ 200,20 a R\$ 1.207,80 (14/05/2015); e ao cumprimento do Ato Regulamentar GP nº 14/2014, que instituiu o "Programa de Assistência Farmacêutica" no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª.

Os montantes despendidos relativos à LOA/2016 foram aplicados nas seguintes despesas:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 56 – APLICAÇÃO DE RECURSOS – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA – COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO**

PLANO ORÇAMENTÁRIO: ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO

Aplicação do Gasto		Empenhado em 2016	Em R\$
33909308	RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOGICA	35.752.004,91	
33909302	RESTITUICOES	304.545,00	
33903010	MATERIAL ODONTOLOGICO	45.010,54	
33903009	MATERIAL FARMACOLOGICO	25.830,00	
33909293	INDENIZACOES E RESTITUICOES	449,55	
		36.127.840,00	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A execução de restos a pagar não processados no exercício de 2016 decorreu, sobretudo, de resarcimentos efetuados a magistrados e servidores e aquisição de material odontológico, pendentes de outros exercícios.

**b.11) 00M1 – Benefícios Assistenciais – No Estado de São Paulo – 02.331.0571.00M1.0035 – Operações Especiais**

- PO:0001 – Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis

**QUADRO 57 – AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 335.208,00	R\$ 335.208,00	R\$ 335.208,00	R\$ 188.797,90	R\$ 188.797,90	R\$ 0,00	R\$ 146.410,10
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
R\$ 126.343,71	R\$ 2.380,63	R\$ 123.963,08	-	-	-	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-Funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar, bem como com o pagamento de Auxílio-Natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho.

A dotação consignada na LOA, bem como a execução de restos a pagar, suportaram as demandas no exercício, e o saldo inscrito RP Não Processados deverá amparar diferenças de competência 2016



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

no exercício seguinte.

**b.12) 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes – No Estado de São Paulo – 02.331.0571.2010.0035 – Atividade**

PO:0001 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e de Empregados

**QUADRO 58 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 5.756.256,00	R\$ 6.372.120,00	R\$ 6.372.120,00	R\$ 6.241.898,37	R\$ 6.241.898,37	R\$ 0,00	R\$ 130.221,63

Execução Física da Ação

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista	Reprogramada	Realizada	Indicadores SIOP %	
					Eficiência	Eficácia
Pessoa beneficiada	unidade	759	-	761	-	-

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 36.231,09	R\$ 1.762,99	R\$ 19.800,04	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar, com a finalidade de oferecer, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.

A dotação inicial consignada na LOA/2016 foi suplementada em R\$ 615.864,00, resultando na variação positiva de 15,28% na dotação autorizada final, em relação ao ano anterior, reflexo da atualização do valor per capita mensal do benefício para R\$ 699,00 no âmbito do Poder Judiciário da União, consoante Portaria Conjunta nº 1, de 18 de fevereiro de 2016, publicada no DOU de 19/02/2016 pelo Conselho Nacional de Justiça.

A execução tem seguido o planejamento desta Ação.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**b.13) 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis – No Estado de São Paulo – 02.331.0571.2011.0035 – Atividade**

PO:0001 – Auxílio-Transporte – Civis

**QUADRO 59 – AUXÍLIO-TRANSPORTE**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 408.000,00	R\$ 408.000,00	R\$ 408.000,00	R\$ 387.696,85	R\$ 387.696,85	R\$ 0,00	R\$ 20.303,15

Execução Física da Ação

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista	Reprogramada	Realizada	Indicadores SIOP %	
					Eficiência	Eficácia
Pessoa beneficiada	unidade	129	-	100	-	-

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 83.646,38	R\$ 1.577,77	R\$ 66.408,08	Pessoa beneficiada	unidade	6

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Ação destinada ao pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

A dotação consignada na Lei Orçamentária Anual foi suficiente para o atendimento das demandas no exercício financeiro de 2016.

A análise do valor liquidado em 2016 em relação ao ano de 2015 apresenta acréscimo de 17,2% na demanda do benefício.

A meta alcançada refletiu a demanda anual deste exercício de 2016.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**b.14) 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores de Civis – No Estado de São Paulo – 02.331.0571.2012.0035 – Atividade**

PO:0001 – Auxílio-Alimentação de Civis

**QUADRO 60 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 38.630.052,00	R\$ 42.970.520,00	R\$ 42.970.520,00	R\$ 42.634.545,52	R\$ 42.634.545,52	R\$ 0,00	R\$ 335.974,48

Execução Física da Ação

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta Prevista	Reprogramada	Realizada	Indicadores SIOP %	
					Eficiência	Eficácia
Pessoa beneficiada	unidade	4.029	-	4.058	-	-

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 402.525,10	R\$ 20.610,42	R\$ 26.925,04	Pessoa beneficiada	unidade	22

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Dotação aplicada na concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. O benefício é pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação.

A dotação inicial consignada na LOA/2016 foi suplementada em R\$ 4.340.468,00, e suportou a atualização do valor per capita mensal do benefício para R\$ 844,00 no âmbito do Poder Judiciário da União, consoante Portaria Conjunta nº 1, de 18 de fevereiro de 2016, publicada no DOU de 19/02/2016 pelo Conselho Nacional de Justiça.

A execução tem seguido o planejamento desta Ação.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

#### 2.3.1.4.3 Das Ações de Outros Exercícios

##### a) Programa: 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista

**a.1) 11BM – Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente – No Município de Presidente Prudente – 02.122.0571.11BM.3830 – Projeto**

- PO:0000 – Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente – SP

#### **QUADRO 61 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP**

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 478.229,56	R\$ 223.519,49	R\$ 254.710,07	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Projeto destinado à construção de edifício para sediar o Fórum Trabalhista de Presidente Prudente, para atender e receber o público-alvo, em instalações condizentes que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.

Trata-se de obra iniciada em 2013 com recursos consignados nas Leis Orçamentárias Anuais de 2012 e 2014.

Em 2015, considerando a necessidade de aditamento contratual, e diante da ausência de abertura do referido projeto na LOA/2015, a exemplo do ocorrido em 2014, foi autorizado Crédito Especial no montante de R\$ 400.000,00, com oferecimento de recursos compensatórios na fonte 181, vinculados aos contratos celebrados entre este Tribunal e as Instituições Financeiras Oficiais, o qual foi devidamente empenhado em favor da Empresa Prudesan e inscritos em restos a pagar não processados.

A execução de restos a pagar não processados no exercício de 2016 liquidou o montante de R\$ 223.519,49 em serviços de construção civil prestados pela empresa contratada, e promoveu o cancelamento do saldo remanescente, em consonância com o teor da Informação SA-CCT nº 555/2016, não restando valores a serem reinscritos para 2017.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**a.2) 11BO – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Rio Claro – No Município de Rio Claro – 02.122.0571.11BO.0101 – Projeto**

- PO:0000 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Rio Claro – SP

**QUADRO 62 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE RIO CLARO – SP**

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 626.582,62	R\$ 0,00	R\$ 543.534,53	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Projeto de obra para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. A jurisdição da Unidade Judiciária compreende os municípios de Rio Claro, Santa Gertrudes, Itirapina, Corumbataí e Ipeúna. Diretamente, serão beneficiadas as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região.

Trata-se de saldo de restos a pagar não processados em liquidação, relativos à LOA/2012, reinscritos em 31 de dezembro de 2014 e pendentes de realização conforme informações prestadas pela Coordenadoria de Contratos do Tribunal em 2015.

**QUADRO 63 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE RIO CLARO – RESTOS A PAGAR**

63.120.00.00 - RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR EM LIQUIDAÇÃO  
Posição em: DEZEMBRO/2015

EMPENHÓ	CNPJ	CREDOR	CLASSIF.	PROCESSO	MOVIMENTAÇÕES			OBJETO	JUSTIFICATIVA
					DOCUMENTO	DATA	VALOR		
2012NE000829	52220894/0001-29	ESTETO ENGENHARIA E COMÉRCIO LIMITADA	4490.51.91	PA. 524-40.2010	2014NL400387	30/06/2014	2.268,55	Obras-Construção VT Rio Claro	Contrato rescindido. Alguns serviços foram executados, mas não foram apresentadas as faturas pela empresa (ocaso está sub judice). (email de 30/06/14 – Coordenadoria de Contratos).
2012NE002088	52220894/0001-29	ESTETO ENGENHARIA E COMÉRCIO LIMITADA	4490.51.91	PA. 524-40.2010	2014NL400387	30/06/2014	552.203,63	Obras-Construção VT Rio Claro	
2012NE002412	52220894/0001-29	ESTETO ENGENHARIA E COMÉRCIO LIMITADA	4490.51.91	PA. 524-40.2010	2014NL400387	30/06/2014	72.110,44	Obras-Construção VT Rio Claro	
<b>TOTAL</b>							<b>626.582,62</b>		

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

De acordo com informações prestadas no Despacho nº 571/2016 – SA, concernentes ao Processo Administrativo nº 524-40.2010.5.15.0895, que trata da contatação da empresa Esteto Engenharia e Comércio Ltda. para a execução das obras de construção do imóvel que abrigará a VT de Rio Claro, está em discussão créditos da Contratada no valor total de R\$ 83.048,09.

Diante do noticiado pela Unidade Administrativa, no exercício de 2016 foi cancelado o valor de R\$ 543.534,53 e promovida a reinscrição para 2017, em restos a pagar não processados, do valor em



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

liquidação no montante de R\$ R\$ 83.048,09.

**a.3) 7T90 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Votuporanga – No Município de Votuporanga – 02.122.0571.7T90.4007 – Projeto**

- PO:0000 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Votuporanga – SP

**QUADRO 64 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE VOTUPORANGA – SP**

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 157.895,24	R\$ 143.838,04	R\$ 0,00	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Projeto destinado à construção de edifício na cidade de Votuporanga – SP para instalação e funcionamento da Vara do Trabalho da Cidade, com características básicas que possibilitem receber o público-alvo em instalações condizentes, propiciando o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação jurisdicional trabalhista.

Trata-se de créditos autorizados na Lei Orçamentária Anual/2014 por intermédio de emenda parlamentar, com valor empenhado na contratação da empresa Fabrica Civil – Engenharia de Projetos, Processo CP0584/2014, para a prestação de serviços técnicos especializados, na elaboração dos projetos executivos complementares, destinados à construção de prédio próprio para sediar a Vara do Trabalho de Votuporanga.

A execução de restos a pagar não processados em 2016, liquidou 91% do montante inscrito, e o saldo de R\$ 14.057,20 foi reinscrito para o exercício 2017.

**b) Programa: 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**

**b.1) 0536 – Benefícios e Pensões Indenizatórias - Nacional – 09.274.0909.0536.0001 – Operações Especiais**

PO:0003 – Restituição de Valores Recolhidos ao Monteiro Civil

**QUADRO 65 – RESTITUIÇÃO DE VALORES RECOLHIDOS AO MONTEIRO CIVIL**

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada
R\$ 768.339,02	R\$ 226.236,78	R\$ 0,00	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Plano Orçamentário vinculado à Ação de Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais, destinado aos recursos orçamentários consignados na LOA/2014 para



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

ressarcimento dos valores recolhidos ao Montepio Civil.

A execução de restos a pagar não processados no exercício de 2016 promoveu a liquidação e o ressarcimento do montante de R\$ 226.236,78, mediante folha extra de pagamento, restando para a reinscrição em 2017 o saldo de R\$ 542.102,24, conforme despacho do Ordenador de Despesa – Memorando CPAG/SPM nº 995/2016 de 06/10/2016.

#### **2.3.1.4.4 Das Ações – Descentralizações Internas**

Dotações recebidas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, relativas aos Projetos e Atividades de responsabilidade daquelas Unidades Orçamentárias. Seguem demonstrados os valores descentralizados e os totais executados por este Regional, bem como as descrições das Ações.

**a) Programa: 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista**

**a.1) 1P66 – Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho – Nacional – 02.122.0571.1P66.0001 – Projeto**

- PO:0000 – Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho

#### **QUADRO 66 – MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores		
Execução Orçamentária e Financeira		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado
R\$ 2.540.350,80	R\$ 2.473.803,88	R\$ 0,09

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Projeto direcionado ao mobiliário, equipamento, reforma, adaptação, padronização, ampliação e modernização de imóveis da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

Provisão recebida do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Trata-se de valores inscritos em restos a pagar não processados relativos aos exercícios de 2014 e 2015.

A execução no exercício de 2016 apresentou liquidação de 97% do total inscrito, restando saldo de R\$ 66.546,83 relativo à LOA/2015 reinscrito em restos a pagar não processados para 2017.

Segue quadro com a execução, no exercício de 2016, dos créditos descentralizados.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 67 – MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO –  
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR**

1P66-MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - NACIONAL  
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016

Processo	Objeto	Natureza Despesa Detalhada	INSCRITO	LIQUIDADO	CANCELADO	Em R\$	SALDO REINSCRITO PARA 2017
CP0590/2015	Contratação de empresa especializada em construção civil para execução de reformas no prédio onde está instalado o Fórum Trabalhista de Sorocaba, localizado na Rua Ministro Coqueijo Costa nº 61, Bairro Boa Vista em Sorocaba/SP, de acordo com o Projeto Básico/Memorial nº 11/15 e seus Anexos.	33903916 MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	406.699,41	340.152,58	0,00	66.546,83	
CP0591/2015	Contratação de empresa especializada em construção civil para execução de reforma e construção de sanitários no prédio da Rua Barão de Jaguara nº 945, em Campinas, conforme Projeto Básico/Memorial nº 08/15 e seus Anexos.	33903916 MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	166.146,01	166.146,01	0,00	0,00	
CP0599/2014	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de atualização tecnológica das condições físicas e operativas das instalações elétricas da Cabine de Transformação em média tensão do Tribunal, Edifício-Sede Judiciário situado à Rua Barão de Jaguara 901, em Campinas, SP, de acordo com o Termo de Requisição nº 000902/2014.	33903916 MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	169.849,30	169.849,30	0,00	0,00	
CP0627/2015	Contratação de serviços técnicos especializados para execução de serviços elétricos com substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas do tipo LED em todas as luminárias instaladas no Edifício-Sede Administrativo, deste E. Tribunal, conforme TR000839/2015, fls. 02/09.	33903916 MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	293.399,98	293.399,89	0,09	0,00	
		Total GND 3	1.036.094,70	969.547,78	0,09	66.546,83	
CP0408/2014	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de modernização tecnológica das instalações de transporte vertical (elevadores) do Edifício Sede Judiciário deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em conformidade com o Termo de Requisição nº 000634/2014.	44905192 INSTALACOES	834.087,10	834.087,10	0,00	0,00	
CP0653/2015	Aquisição de arquivos deslizantes.	44905242 MOBILIARIO EM GERAL	670.169,00	670.169,00	0,00	0,00	
		Total GND 4	1.504.256,10	1.504.256,10	0,00	0,00	
		TOTAL GERAL	2.540.350,80	2.473.803,88	0,09	66.546,83	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

**a.2) 151Y – Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – Nacional – 02.126.0571.151Y.0001 – Projeto**

PO:0000 – Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – PJe

**QUADRO 68 – DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA JUSTIÇA DO TRABALHO – PJE**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 3.221.928,08	R\$ 3.221.928,08	R\$ 3.148.582,27	R\$ 3.148.582,27	R\$ 0,00	R\$ 73.345,81

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado
R\$ 276.209,11	R\$ 157.620,00	R\$ 118.589,11

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Projeto destinado ao desenvolvimento e implantação de Sistema Processual Eletrônico de Processos Judiciais que contemple todas as atividades essenciais à tramitação dos processos e o intercâmbio de informações entre os diversos ramos do Poder Judiciário, cobrindo desde o ingresso até o arquivamento ou guarda permanente dos autos eletrônicos, com as seguintes características: adoção de fluxos para definição do trâmite processual, lançamento de atos e de movimentos processuais, segurança, padronização de modelos de documentos, pesquisa textual, registro de alterações, adoção das tabelas processuais únicas do CNJ, uso da assinatura digital e integração com terceiros. Contempla, ainda, a contratação de serviços específicos para apoio à implantação do sistema, bem como capacitação de magistrados e servidores para sua operação.

Provisão recebida do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O crédito descentralizado no exercício de 2016, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, contemplou as seguintes dotações: R\$ 658.925,63 relativos a custeio e R\$ 2.563.002,45 destinados a investimentos.

Segue a execução dos créditos descentralizados no exercício, bem como do saldo inscrito em restos a pagar para o exercício financeiro de 2017.

**QUADRO 69 – DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA JUSTIÇA DO TRABALHO – PJE – EXECUÇÃO E RESTOS A PAGAR**

151Y-DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA JUSTIÇA DO TRABALHO – NACIONAL  
EXECUÇÃO CRÉDITOS DESCENTRALIZADOS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016

Processo	Objeto	Natureza Despesa Detalhada	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO INSCRITO EM RPNC PARA 2017
CP0788/2015	Serviço especializado em suporte ao Sistema Operacional Linux	33903957 SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE T.I.	55.538,23	52.673,16	52.673,16	2.865,07
CP0784/2015	Supporte técnico para o Banco de Dados PostgreSQL, nas modalidades 24x7 e 8x5 contendo mentoria e treinamento em PostgreSQL para DBAs e Desenvolvedores	33903957 SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE T.I.	257.310,90	214.049,66	214.049,66	43.261,24
CP0783/2015	Aquisição de servidor de aplicação JBOSS	33903957 SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE T.I.	346.076,50	318.857,00	318.857,00	27.219,50
		Total GND 3	658.925,63	585.579,82	585.579,82	73.345,81
CP0577/2015	Fornecimento de solução de "Application Performance Management" - APM, incluindo instalação, configuração, treinamento e garantia de funcionamento por 36 meses.	44903993 AQUISICAO DE SOFTWARE	272.965,33	272.965,33	272.965,33	0,00
CP0403/2016	Registro de preços para eventual aquisição de solução para expandir a capacidade de armazenamento dos subsistemas de armazenamento de dados (Storage), deste E. Tribunal, conforme TRO56/2016, fls. 02/50, complementado às fls. 52/72, fl. 76, fl. 125 e fls	44903995 MELHORIA EQUIPAMENTO PROCESSAMENTO DE DADOS	2.290.037,12	2.290.037,12	2.290.037,12	0,00
		Total GND 4	2.563.002,45	2.563.002,45	2.563.002,45	0,00
		TOTAL GERAL	3.221.928,08	3.148.582,27	3.148.582,27	73.345,81

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A execução de restos a pagar relativos à LOA/2015 no ano de 2016 liquidou 57% do total inscrito. O montante liquidado, R\$ 157.620,00 se refere ao processo CP0577/2015 - Fornecimento de solução de "Application Performance Management" - APM, incluindo instalação, configuração, treinamento e garantia de funcionamento por 36 meses – aplicado em outras despesas correntes, manutenção de software.

Não houve reinscrição de restos a pagar não processados, nesta ação, para o exercício de 2017.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**a.3) 2C73 – Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação – Nacional – 02.126.0571.2C73.0001 – Atividade**

PO:0000 – Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação

**QUADRO 70 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 3.756.026,42	R\$ 3.756.026,42	R\$ 2.053.476,67	R\$ 1.701.107,03	R\$ 352.369,64	R\$ 1.702.549,75

Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado
R\$ 5.852.675,45	R\$ 5.432.190,30	R\$ 420.485,15

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Créditos destinados à implantação e desempenho de todos os sistemas nacionais, com ênfase no Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, e custeio das despesas de Tecnologia da Informação e das Comunicações indispensáveis à manutenção dos Sistemas Nacionais da Justiça do Trabalho, assegurando, assim, qualidade e celeridade na prestação jurisdicional trabalhista.

Provisão recebida do Tribunal Superior do Trabalho.

Do total descentralizado no exercício de 2016, R\$ 3.748.878,80 se destinou a despesas de custeio, e R\$ 7.147,62 a despesas de capital, e foram assim aplicados:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 71 – EXECUÇÃO – MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

2C73-MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NACIONAL  
EXECUÇÃO CRÉDITOS DESCENTRALIZADOS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016

Processo	Objeto	Natureza Despesa Detalhada	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	Em R\$
						SALDO INSCRITO EM RPNP PARA 2017
CP0789/2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licenciamento, suporte, atualização e manutenção da solução de filtragem para correio eletrônico do TRT da 15ª Região.	33903908 MANUTENCAO DE SOFTWARE	78.697,82	71.477,82	71.477,82	7.220,00
CP0692/2015	Serviço de suporte, manutenção e atualização das licenças do software Módulo Risk Manager	33903908 MANUTENCAO DE SOFTWARE	29.166,70	26.249,94	26.249,94	2.916,76
CP0648/2014	Aquisição de solução para controle, monitoramento e filtragem de conteúdo no uso da Internet - Participação na ARP PE 15/2013 - TRT 2ª Região.	33903908 MANUTENCAO DE SOFTWARE	73.462,28	73.462,28	73.462,28	0,00
PA. 1324-34.2011	Serviços de telecomunicações de dados p/ atendimento aos TRT 2º e TRT 15º Regiões / SIGI-JT (Sist.Integrado de Gestão de Informática da JT)	33903997 COMUNICACAO DE DADOS	3.567.552,00	1.875.788,63	1.523.418,99	1.691.763,37
		Total GND 3	3.748.878,80	2.046.978,67	1.694.609,03	1.701.900,13
CP0789/2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licenciamento, suporte, atualização e manutenção da solução de filtragem para correio eletrônico do TRT da 15ª Região.	44903993 AQUISICAO DE SOFTWARE	7.147,62	6.498,00	6.498,00	649,62
		Total GND 4	7.147,62	6.498,00	6.498,00	649,62
		TOTAL GERAL	3.756.026,42	2.053.476,67	1.701.107,03	1.702.549,75

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A execução de restos a pagar não processados no exercício de 2016 contemplou empenhos relativos às LOA's 2014 e 2015, liquidou 92,8% do total inscrito.

Segue demonstrativo da realização da execução por processo.

**b) Programa: 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**

**a.1) 0625 – Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado – Nacional – 28.846.0901.0625.0001 – Operações Especiais**

- PO:0001 – Requisições de Pequeno Valos

**QUADRO 72 – REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR**

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 4.805.293,71	R\$ 4.805.293,71	R\$ 4.805.293,71	R\$ 4.805.293,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A partir de 2015, conforme o disposto na Mensagem 10/2015 – CFIN/CSJT, por decisão da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, cabe ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho promover a descentralização dos créditos destinados aos pagamentos das sentenças judiciais de pequeno valor (RPV – ação 0625) aos Tribunais Regionais.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

O montante descentralizado, R\$ 4.805.293,71, amparou o pagamento de 179 (cento e setenta e nove) processos relativos a Sentenças Judiciais de Pequeno Valor.

#### 2.3.1.4.5 Das Ações – Descentralizações Externas

a) Programa: 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais

a.1) 0005 – Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado – Nacional – 28.846.0901.0005.0001 – Operações Especiais

#### QUADRO 73 – PRECATÓRIOS (ADMINISTRAÇÃO DIRETA)

LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 13.765.741,00	R\$ 13.564.000,63	R\$ 13.564.000,63	R\$ 13.564.000,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Trata-se de dotação descentralizada por Unidade Orçamentária do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Secretaria de Orçamento Federal a este Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, para o cumprimento dos precatórios devidos pela Administração Direta.

O montante consignado na LOA/2016 destinado a esta Ação, suportou a quitação de 45 (quarenta e cinco) processos.

Registre-se que, em conformidade com as normas de encerramento do exercício 2016 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no que se refere ao montante disponibilizado por este Tribunal àquela Corte Superior, os recursos financeiros foram transferidos integralmente à Setorial Financeira, e a dotação correspondente restou como orçamento não utilizado, registrada como disponível nas contas deste Regional, no encerramento do exercício de 2016.

a.2) 0005 – Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado – No Estado de São Paulo – 28.846.0901.0005.0001 e 28.846.0901.0005.0035 – Operações Especiais

#### QUADRO 74 – PRECATÓRIOS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA) – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Fundação Universidade Federal de São Carlos						
LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 145.192,00	R\$ 144.678,73	R\$ 144.678,73	R\$ 144.678,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

O destaque recebido amparou a quitação de 2 (dois) processos.

**QUADRO 75 – PRECATÓRIOS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA) – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS						
LOA 2016 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 3.139.230,00	R\$ 3.081.234,49	R\$ 3.081.234,49	R\$ 3.081.234,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O destaque recebido amparou a quitação de 3 (três) processos, sendo que o processo 0144900-09.1990.5.15.0059 Prec teve pagamento parcial, restando a quitação da parcela INSS (Cota Empregador).

Registre-se que, em conformidade com o disposto na norma de encerramento do exercício financeiro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no que se refere ao montante disponibilizado por este Tribunal àquela Corte Superior, os recursos financeiros foram transferidos integralmente à Setorial Financeira, e a dotação correspondente restou como orçamento não utilizado, registrada como disponível nas contas deste Regional, no encerramento do exercício de 2016.

**2.3.1.4.6 Da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados**

A diferença entre o total empenhado e o montante liquidado no exercício de 2016, R\$ 27.303.718,21, foi inscrita em restos a pagar não processados e representou 1,84% do total empenhado no ano de 2016.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 76 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

ORÇAMENTO 2016 – INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ( Em R\$)

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2016 E CRÉDITOS ADICIONAIS)

UO	TÍTULO	GRUPO NATUREZA DESPESA	Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	% RNP / Dotação Empenhada
15116	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Pessoal e Encargos	7.382.908,11	0,61%
15116	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Outras Despesas Correntes	11.741.946,44	4,97%
15116	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Investimentos	6.402.968,10	44,46%
		<b>TOTAL</b>	<b>25.527.822,65</b>	<b>1,75%</b>

PROVISÕES RECEBIDAS

UO	TÍTULO	GRUPO NATUREZA DESPESA	Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	% RNP / Dotação Empenhada
15101	Tribunal Superior do Trabalho	Outras Despesas Correntes	1.701.900,13	45,40%
15101	Tribunal Superior do Trabalho	Investimentos	649,62	9,09%
15126	Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Outras Despesas Correntes	73.345,81	11,13%
		<b>TOTAL</b>	<b>1.775.895,56</b>	<b>25,45%</b>
		<b>TOTAL GERAL</b>	<b>27.303.718,21</b>	<b>1,84%</b>

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Seguem destacados os valores mais relevantes, por origem de crédito e processo, a serem liquidados no exercício seguinte.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 77 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – VALORES MAIS RELEVANTES**

ORÇAMENTO 2016 – INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ( Em R\$)  
CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2016 E CRÉDITOS ADICIONAIS)

Processo	Objeto	Valor Insrito em RPNP
FLS. 001/16	Folha extra férias/16; normal ref. Jan/16, extra de benefícios, ind.transporte, ajuda de custo, curso; extra de acertos Jan/16; auxílio funeral	4.469.548,04
CP0574/2016	Eventual aquisição de desktops com dois monitores	2.112.344,00
CP0160/2016	Contratação de empresa especializada em engenharia de construção civil para execução da continuação das obras de construção de imóvel para a Vara do Trabalho de Barretos, conforme TR0156/2016, fls. 02/364.	2.019.476,03
FLS. 005/16	Folha Extra Rap não Processado e Exercícios Anteriores	1.387.492,77
CP0212/2016	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada, conforme TRCs 0050/2016 e 0051/2016, fls. 02/17, alterado às fls. 21/38, Planilhas Estimativas de fls. 189/194 e Informação de fls. 170/173 e 195.	1.108.277,12
CP0439/2016-A	CP00439/2016-A ARP: 84/2016 Objeto: Solução SWITCH SAN (Storage Area Network) Fornecedor: COMPWIRE INFORMÁTICA S.A	829.934,10
FLS. 001/16	Folha extra férias/16; normal ref. Jan/16, extra de benefícios, ind.transporte, ajuda de custo, curso; extra de acertos Jan/16; auxílio funeral	771.285,32
CP0330/2015	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, nas dependências dos edifícios onde estão instaladas as Unidades deste E. Tribunal, em todas as Circunscrições, conforme Termo de Requisição nº 000440/2015 (fls. 02/12), planilhas estimativas (fls. 212/215) e Informações (fls. 121/124 e 216).	758.689,45
CP0704/2015-A27	Manutenções civis - Edifício-Sede Administrativo	748.060,63
CP0500/2016	Aquisição Servidores de Rede Tipo Rack	631.992,00
PA. 1044-63.2011	Serviços de digitalização de processos judiciais, em quantitativo anual estimado de 25.000.000 de páginas - TRT 15ª Região	518.343,14
CP0123/2014	Contrato com a ECT.	487.670,58
CP0567/2014	Contratação de serviços terceirizados de motoristas (60 postos de motoristas e 02 postos de supervisores), conforme Termo de Requisição nº 000606/2014 às fls. 02/02-verso, projeto básico retificado às fls. 15/21-verso e complementado à fl. 232, minuta contratual às fls. 39/51-verso, planilha estimativa às fls. 246/247 e Informações às fls. 111/112-verso, 115, 218/219, 225 e 248/249. *Detalhamento da Estimativa: - Valor mensal do quadro: R\$ 420.411,92 - Valor mensal estimado para reembolso das despesas com pernoite: R\$ 17.291,06 *Observação: esta Autorização cancela e substitui o documento de fl. 226, em razão do aumento do número de postos de serviços com características diferenciadas (supervisores), conforme solicitado pela área demandante.	407.756,35
CP0259/2016	Registro de Preços para eventual prestação de serviços de logística de transporte para mudança integral ou parcial, local ou intermunicipal e de transporte, local e intermunicipal, de materiais permanentes, informática, elétrico, equipamentos e utensílios em geral e outros de pequeno porte de propriedade deste E. Tribunal, conforme TR0246/2015, fls. 02/07 e TR0247/2016, fls. 08/13, Planilhas Estimativas às fls. 43/46 à Lote 01 e às fls. 47/51 à Lote 02 e Informações de fls. 54/56.	369.060,00
FLS. 001/16	Folha extra férias/16; normal ref. Jan/16, extra de benefícios, ind.transporte, ajuda de custo, curso; extra de acertos Jan/16; auxílio funeral	335.974,48
SPA. 070/16	CPFL - Energia elétrica	334.849,16
FLS. 001/16	Folha extra férias/16; normal ref. Jan/16, extra de benefícios, ind.transporte, ajuda de custo, curso; extra de acertos Jan/16; auxílio funeral	320.411,86
CP0176/2016	Contratação de empresa especializada para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado, conforme TR0182/2016, fls. 02/07, complementado à fl. 89, Planilhas Estimativas de fls. 87/88 e Informação de fl. 90.	277.197,55
FLS. 005/16	Folha Extra Rap não Processado e Exercícios Anteriores	265.404,50
CP0593/2015	Contratação de empresa especializada em engenharia de construção civil para execução de obras de construção de imóvel para a Vara de Trabalho de Porto Ferreira, situado na Rua Júlio de Oliveira Dorta esquina com Rua Horácio de Moraes Dias, Vila Nesralla Rubez, sob responsabilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, conforme Projeto Básico/Memorial nº 10/2015 e seus anexos, fls. 02/321.	237.480,00
FLS. 001/16	Folha extra férias/16; normal ref. Jan/16, extra de benefícios, ind.transporte, ajuda de custo, curso; extra de acertos Jan/16; auxílio funeral	211.411,79



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

ORÇAMENTO 2016 – INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ( Em R\$)  
PROVISÕES RECEBIDAS

Processo	Objeto	Valor Inscrito em RPNP
PA. 1324-34.2011	Serviços de telecomunicações de dados p/atendimento aos TRT 2ª e TRT 15ª Regiões / SIGI-JT (Sist.Integrado de Gestão de Informática da JT)	1.691.763,37
CP0784/2015	Supor te ténico para o Banco de Dados PostgreSQL, nas modalidades 24x7 e 8x5 contendo mentoria e treinamento em PostgreSQL para DBAs e Desenvolvedores	43.261,24
CP0783/2015	Aquisição de servidor de aplicação JBOSS	27.219,50
CP0789/2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licenciamento, suporte, atualização e manutenção da solução de filtragem para correio eletrônico do TRT da 15ª Região.	7.220,00
CP0692/2015	Serviço de suporte, manutenção e atualização das licenças do software Módulo Risk Manager	2.916,76
CP0788/2015	Serviço especializado em suporte ao Sistema Operacional Linux	2.865,07
CP0789/2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licenciamento, suporte, atualização e manutenção da solução de filtragem para correio eletrônico do TRT da 15ª Região.	649,62

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

### **2.3.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário**

O desenvolvimento das Ações Orçamentárias foi extremamente prejudicado, basicamente, pelos severos cortes aplicados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, no âmbito do Congresso Nacional, ao Orçamento da Justiça do Trabalho.

É oportuno destacar que tais reduções de recursos foram ratificadas pelo Plenário do Congresso Nacional, e seguiram da mesma forma até as respectivas sanção e publicação pela Presidência da República.

Dessa forma, os créditos inicialmente consignados pela LOA/2016 à Justiça Trabalhista da 15ª Região, somente atenderiam suas despesas essenciais até o mês de agosto daquele exercício financeiro.

Consequentemente, inúmeras medidas restritivas de gastos foram implementadas, planejamento de ações administrativas reavaliados ou sobrestados, contratos repactuados, horário de funcionamento de todas as unidades de Primeiro e Segundo Graus modificados, entre outras tantas medidas destacadas neste Relatório de Gestão.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

### **2.3.3 Obrigações Assumidas Sem Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento**

---

Foram atualizados os registros efetivados a título de obrigações por insuficiência de créditos/recursos nas contas de: Obrigações Trabalhistas a Pagar e Outros Encargos Sociais, Curto e Longo Prazos.

Os valores relativos às despesas de Pessoal/Encargos Sociais foram ajustados no decorrer do exercício de 2016, por atualização ou pela não inclusão da dedução nos eventuais pagamentos efetuados, conforme informações encaminhadas à Coordenadoria de Contabilidade pela Área de Pessoal do TRT da 15ª Região.

Em 30/11/2015 foram ajustados os saldos nas novas contas de passivos, conforme informação prestada pela Coordenadoria de Pagamento, para registro da Inscrição Genérica de Passivos, em atendimento ao Ofício Circular nº 024/2015 e Mensagem CFIN/CSJT nº 53/2015.

Segue quadro demonstrativo, contendo notas das contabilizações, da composição dos saldos com insuficiência de créditos reconhecidos pelo Ordenador de Pessoal.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 78 – DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DOS SALDOS COM INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS RECONHECIDOS**

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
SOF / Coordenadoria de Contabilidade

**Reconhecimento de Passivos - Detalhado**

Posição: Dezembro/2016

Passivo	Principal	Correção Monetária	Juros	Total
<b>PESSOAL</b>				
(ISF:P): 21.111.04.00 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR (CP)				
	R\$ 33.631.321,99	R\$ 15.710.884,71	R\$ 31.987.641,52	R\$ 81.329.848,22
Férias Indenizadas de Magistrados				
Saldo Atual	R\$ 12.818.255,08	R\$ 3.334,77	R\$ 23.224,90	R\$ 12.844.814,75
PAE 94-97 (Proc. 0000778-13.2010.5.15.0895)				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 16.847,48	R\$ 34.101,97	R\$ 50.949,45
PAE 94-97 (Proc. 0077200-97.2008.5.15.0895)				
Saldo Atual	R\$ 452.453,46	R\$ 763.384,67	R\$ 1.809.490,54	R\$ 3.025.328,67
PAE 98-99 - Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 5.755.124,34	R\$ 8.123.856,47	R\$ 13.878.980,81
PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA)				
Saldo Atual	R\$ 4.016.515,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.016.515,14
PROAD 1045/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Marcia Ribeiro Ferreira)				
Saldo Atual	R\$ 12.515,93	R\$ 174,72	R\$ 63,41	R\$ 12.754,06
PROAD 120/2016 - Abono de Permanência - ABPE (José Carlos Fonseca)				
Saldo Atual	R\$ 25.409,85	R\$ 239,44	R\$ 128,22	R\$ 25.777,51
PROAD 1795/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Levi Rosa Tome)				
Saldo Atual	R\$ 10.785,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.785,29
PROAD 2191/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Augusto Cândido da Silva)				
Saldo Atual	R\$ 13.111,44	R\$ 148,72	R\$ 0,00	R\$ 13.260,16
PROAD 236/2016 - Abono de Permanência - ABPE (SILVANA DIAS JONAS)				
Saldo Atual	R\$ 7.816,41	R\$ 139,14	R\$ 0,00	R\$ 7.955,55
PROAD 2888/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Maria Rita da Costa)				
Saldo Atual	R\$ 15.787,74	R\$ 107,57	R\$ 0,00	R\$ 15.895,31
Proc.Adm.0000494-63.2014 - Diferença de Adicional de Férias e Indenizações (Proc.Adm.0000494-63.2014)				
Saldo Atual	R\$ 28.576,49	R\$ 3.112,45	R\$ 5.752,67	R\$ 37.441,61
Proc.Adm.0000494-63.2014 - Diferença de Gratificações (FC/C)				
Saldo Atual	R\$ 55.797,76	R\$ 9.275,39	R\$ 14.020,02	R\$ 79.093,17
Proc.Adm.0000494-63.2014 - Diferença de Proventos/Pensões				
Saldo Atual	R\$ 210.275,17	R\$ 43.550,44	R\$ 102.305,75	R\$ 356.131,36
Proc.Adm.0060000-29.1998.5.15.0895 PA - Diferença de Proventos e Pensões (Lei 8.112/90, art.189) - DPRP (Neusa de Oliveira Nogueira)				
Saldo Atual	R\$ 7.284,03	R\$ 535,91	R\$ 0,00	R\$ 7.819,94



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Passivo	Principal	Correção Monetária	Juros	Total
Processo 0000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Férias (Deise Ribas Ortigosa Leite).				
Saldo Atual	R\$ 24.717,96	R\$ 2.449,42	R\$ 1.222,53	R\$ 28.389,91
Processo 0000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Plantão Judiciário (Deise Ribas Ortigosa Leite).				
Saldo Atual	R\$ 35.223,10	R\$ 3.490,43	R\$ 1.161,41	R\$ 39.874,94
Processo 0000146-11.2015.5.15.0895 PA - Reembolso Despesas Remuneração e Encargos a Órgãos ou Entidades Cedentes				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI)				
Saldo Atual	R\$ 9.200,42	R\$ 3.096,89	R\$ 7.601,78	R\$ 19.899,09
Processo 0000458-49.2013.5.15.0897 PA - Pagamento de Férias (Dr.Afrânio Flora Pinto)				
Saldo Atual	R\$ 15.998,12	R\$ 1.331,24	R\$ 866,46	R\$ 18.195,82
Processo 0000467-74.2014.5.15.0897 PA - Juros moratórios incidentes sobre férias indenizadas intempestivamente				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Processo 0000559-24.2015.5.15.0895 PA - Reembolso Despesas Remuneração e Encargos a Órgãos ou Entidades Cedentes				
Saldo Atual	R\$ 2.329.029,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.329.029,10
Processo 0018400-13.2007.5.15.0895 PA - Diferenças de Adicional por Tempo de Serviço - Magistrados				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.118,09	R\$ 2.118,09
Processo 0020700-84.2003.5.15.0895 PA - Correção Monetária e Juros de Mora sobre Diferenças da Vantagem do Art.193 (Rosa Maria Costa Delfino).				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 25.306,77	R\$ 64.521,46	R\$ 89.828,23
Processo Administrativo - PROAD n. 2854/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Eliani Gomes Costa Gaspar)				
Saldo Atual	R\$ 7.348,90	R\$ 119,77	R\$ 0,00	R\$ 7.468,67
Processo Administrativo - PROAD n. 3073/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Alcindo Mendonça Machado)				
Saldo Atual	R\$ 20.749,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.749,47
Protocolo Administrativo nº 576/2016 - PAE - Gratificação de Adicional por Tempo de Serviço - ATSE (Edmar Laurêncio Carareto)				
Saldo Atual	R\$ 28.947,29	R\$ 5.728,42	R\$ 0,00	R\$ 34.675,71
Protocolo Administrativo nº 0002414/2013 - DGE - Abono de Permanência (Marlene Dias Mazironi)				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Protocolo Administrativo nº 001142/2015 - PAE - Gratificação Adicional por Tempo de Serviço(Henrique Chiossi Rodrigues)				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Protocolo Administrativo nº 03395/2015 - DGE (Ana Maria de Andrade Malara) - Licença Prêmio				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Protocolo Administrativo nº 10638/2015 - DGE - Abono de Permanência (Rosângela Ponce)				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Protocolo Administrativo nº 10775/2014 - DGE (Miriam de Oliveira Lazarim) - Abono de Permanência				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Protocolo Administrativo nº 11596/2014 - DGE - Abono de Permanência (Ione Matildes do Nascimento Gomes)				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Passivo	Principal	Correção Monetária	Juros	Total
Protocolo Administrativo nº 12599/2015 - DGE - Abono de Permanência (Ivana Alves do Carmo)				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Protocolo Administrativo nº 14500/2015 (Elenice Aparecida de Almeida) - Abono de Permanência				
Saldo Atual	R\$ 17.940,07	R\$ 1.568,50	R\$ 0,00	R\$ 19.508,57
Protocolo Administrativo nº 14830/2014 - DGE (Maria N.M.S.Centivilli) - Licença Prêmio Indenizada				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Protocolo Administrativo nº 1598/2016 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (Moema Duboc Garbellini de Aguiar)				
Saldo Atual	R\$ 9.708,75	R\$ 316,10	R\$ 50,10	R\$ 10.074,95
Protocolo Administrativo nº 18621/2014 - DGE (Márcia Regina S.Zampollo) - Abono de Permanência				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Protocolo Administrativo nº 18643/2014 - DGE (Edson Fernandes de Freitas) - Abono de Permanência				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Protocolo Administrativo nº 2431/2015 - DGE - Abono de Permanência (Rossana Caffe Benatti)				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Protocolo Administrativo nº 4898/2016-DGE - Reconhecimento de Passivos de Substituição -DSUB				
Saldo Atual	R\$ 11.215,24	R\$ 141,70	R\$ 56,78	R\$ 11.413,72
Protocolo Administrativo nº 611/2016 - DGE - Reconhecimento de Férias Indenizadas - DAFI				
Saldo Atual	R\$ 10.160,46	R\$ 1.220,39	R\$ 113,81	R\$ 11.494,66
Protocolo Administrativo nº 660/2015 - DGE (Solange Ribeiro Sene) - Licença Prêmio Indenizada				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Protocolo Administrativo nº 7155/2016 - DG - Diferenças retroativas decorrentes de reembolso de despesas com remuneração e encargos sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR				
Saldo Atual	R\$ 2.277.024,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.277.024,62
Protocolo nº 001558/2016 - DG - Abono de Permanência - ABPE (Dr. Paulo César dos Santos)				
Saldo Atual	R\$ 13.915,09	R\$ 0,00	R\$ 69,60	R\$ 13.984,69
Protocolo nº 002093/2016 - DG - Abono de Permanência - ABPE (Dr. Amauri Vieira Barbosa)				
Saldo Atual	R\$ 56.811,85	R\$ 1.349,57	R\$ 290,80	R\$ 58.452,22
Protocolo nº 002234/2016 - DG - Abono de Permanência - ABPE (Dr.Antonio Francisco Montanagna)				
Saldo Atual	R\$ 25.697,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.697,29
Protocolo nº 015144/2015 - DG - Dívida de Plantão Judiciário (Dra. Maria Cecília Fernandes Alvares Leite)				
Saldo Atual	R\$ 5.317,94	R\$ 194,55	R\$ 27,56	R\$ 5.540,05
Protocolo nº 017147/2015 - DG - Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ) - OUTR (Dr. Rosério Firmo)				
Saldo Atual	R\$ 43.847,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 43.847,49
Protocolo nº 018021/2015 - DG -Diferença de Adicional de Férias - DAFI (Dra. Ana Maria Garcia)				
Saldo Atual	R\$ 8.654,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.654,61
Protocolo nº 1060/2016 - PAE - Adicional de Tempo de Serviço - ATSE (Décio João Gallego Gimenes)				
Saldo Atual	R\$ 24.471,87	R\$ 277,88	R\$ 123,68	R\$ 24.873,43



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Passivo	Principal	Correção Monetária	Juros	Total
Protocolo nº 11289/2016 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR				
Saldo Atual	R\$ 3.814.442,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.814.442,83
Protocolo nº 1159/2014 - PAE - Gratificação Adicional por Tempo de Serviço (Sandra Regina Moraes Camargo Baccaglini)				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Protocolo nº 12036/2015 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (João Donizete Gonçalves)				
Saldo Atual	R\$ 13.604,87	R\$ 288,37	R\$ 69,47	R\$ 13.962,71
Protocolo nº 12219/2016 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR				
Saldo Atual	R\$ 1.635.680,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.635.680,04
Protocolo nº 1287/2016 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (José Laércio Verza)				
Saldo Atual	R\$ 47.505,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 47.505,18
Protocolo nº 14282/2014 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (Antonio Valdir Sousa)				
Saldo Atual	R\$ 6.952,37	R\$ 696,58	R\$ 573,66	R\$ 8.222,61
Protocolo nº 15884/2015-DGE - Férias Indenizadas - DAFI (Marlene Bezerra Batista)(Antigo Protocolo 1511/2015-DG)				
Saldo Atual	R\$ 45.952,98	R\$ 6.416,12	R\$ 2.880,30	R\$ 55.249,40
Protocolo nº 1663/2015 - PAE - Adicional de Tempo de Serviço - ATSE (Maria Cristina Alves Terra Vaz)				
Saldo Atual	R\$ 17.479,34	R\$ 0,00	R\$ 87,23	R\$ 17.566,57
Protocolo nº 16804/2015 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (Alcindo Aparecido da Silva)				
Saldo Atual	R\$ 17.225,31	R\$ 489,66	R\$ 88,56	R\$ 17.803,53
Protocolo nº 17060/2015 - DGE - Licença Prêmio Indenizada - LPIN (Conceição Mendonça Leite)				
Saldo Atual	R\$ 32.418,93	R\$ 1.154,38	R\$ 335,73	R\$ 33.909,04
Protocolo nº 17578/2015 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (Ricardo Antônio de Castro)				
Saldo Atual	R\$ 85.316,31	R\$ 3.417,92	R\$ 443,69	R\$ 89.177,92
Protocolo nº 3155/2016 - DG - Diferença de Proventos e Pensões - DPRP (Ismael Coelho de Oliveira Borges)				
Saldo Atual	R\$ 28.922,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 28.922,10
Protocolo nº 3227/2016 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR				
Saldo Atual	R\$ 1.626.077,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.626.077,02
Protocolo nº 3228/2016 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR				
Saldo Atual	R\$ 3.284.874,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.284.874,12
Protocolo nº 451/2015 - PAE - Adicional de Tempo de Serviço (Helio Vasconcellos Batista)				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Protocolo nº 599/2016 - PAE - Adicional por Tempo de Serviço (Adriane de Paula Campos Batistuta)				
Saldo Atual	R\$ 24.453,31	R\$ 3.417,12	R\$ 139,40	R\$ 28.009,83
Protocolo nº 934/2016 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (Sidney Ribeiro Vidal)				
Saldo Atual	R\$ 12.444,57	R\$ 292,83	R\$ 63,66	R\$ 12.801,06
Recesso (Proc 121-22.2013). Adicional por Serviço Extraordinário				
Saldo Atual	R\$ 8.300,38	R\$ 30,72	R\$ 443,24	R\$ 8.774,34



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Passivo	Principal	Correção Monetária	Juros	Total
URV (Proc. 0035300-23.1997.5.15.0895 PA)				
Saldo Atual	R\$ 279.108,90	R\$ 9.052.114,34	R\$ 21.791.348,57	R\$ 31.122.571,81
ENCARGOS DE PESSOAL				
(ISF:P): 21.142.98.00 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (CP)				
Saldo Atual	R\$ 830.680,31	R\$ 2.780.848,63	R\$ 0,00	R\$ 3.611.528,94
Mensagem Siafi 2016/0749811				
Saldo Atual				
PAE 94-97 (Proc. 00772-97.2008.5.15.0895 / Proc. 00778-13.2010.5.15.0895)				
Saldo Atual	R\$ 32.667,94	R\$ 55.153,38	R\$ 0,00	R\$ 87.821,32
PAE 98-99 - Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 644.168,59	R\$ 0,00	R\$ 644.168,59
PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA)				
Saldo Atual	R\$ 372.549,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 372.549,93
Processo 0000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Férias e Plantão Judiciário (Deise Ribas Ortigosa Leite).				
Saldo Atual	R\$ 7.749,08	R\$ 767,90	R\$ 0,00	R\$ 8.516,98
Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI)				
Saldo Atual	R\$ 1.384,39	R\$ 1.640,01	R\$ 0,00	R\$ 3.024,40
Protocolo Administrativo nº 576/2016 - PAE - Gratificação de Adicional por Tempo de Serviço - ATSE (Edmar Laurêncio Carareto)				
Saldo Atual	R\$ 6.213,33	R\$ 1.228,09	R\$ 0,00	R\$ 7.441,42
Protocolo Administrativo nº 001142/2015 - PAE - Gratificação Adicional por Tempo de Serviço(Henrique Chiossi Rodrigues)				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Protocolo nº 1060/2016 - PAE - Adicional de Tempo de Serviço - ATSE (Décio João Gallego Gimenes)				
Saldo Atual	R\$ 5.261,36	R\$ 59,74	R\$ 0,00	R\$ 5.321,10
Protocolo nº 1159/2014 - PAE - Gratificação Adicional por Tempo de Serviço (Sandra Regina Moraes Camargo Baccaglini)				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Protocolo nº 1663/2015 - PAE - Adicional de Tempo de Serviço - ATSE (Maria Cristina Alves Terra Vaz)				
Saldo Atual	R\$ 3.752,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.752,17
Protocolo nº 451/2015 - PAE - Adicional de Tempo de Serviço (Helio Vasconcellos Batista)				
Saldo Atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Protocolo nº 599/2016 - PAE - Adicional por Tempo de Serviço (Adriane de Paula Campos Batistuta)				
Saldo Atual	R\$ 5.257,27	R\$ 734,99	R\$ 0,00	R\$ 5.992,26
URV (Proc. 0035300-23.1997.5.15.0895 PA)				
Saldo Atual	R\$ 395.844,84	R\$ 2.077.095,93	R\$ 0,00	R\$ 2.472.940,77



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Passivo	Principal	Correção Monetária	Juros	Total
<b>PESSOAL</b>				
(ISF:P): 22.111.04.00 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR (LP)				
	R\$ 37.445.570,00	R\$ 27.800.940,00	R\$ 54.036.875,00	R\$ 119.283.385,00
<b>VPNI</b>				
	<b>Saldo Atual</b>	R\$ 37.445.570,00	R\$ 27.800.940,00	R\$ 54.036.875,00
<b>ENCARGOS DE PESSOAL</b>				
(ISF:P): 22.142.98.00 - OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (LP)				
	R\$ 7.197.627,36	R\$ 5.375.815,94	R\$ 0,00	R\$ 12.573.443,30
<b>VPNI</b>				
	<b>Saldo Atual</b>	R\$ 7.197.627,36	R\$ 5.375.815,94	R\$ 0,00
	<b>Total Geral:</b>	R\$ 79.105.199,66	R\$ 51.668.489,28	R\$ 86.024.516,52
				R\$ 216.798.205,46



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
SOF / Coordenadoria de Contabilidade

## Notas Explicativas - Reconhecimento de Passivos - Contabilizações no Exercício

Posição: DEZEMBRO/2016

DATA IG	DOCTO SIAFI	VALOR CONTABILIZADO
(ISF:P): 21.111.04.00 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR (CP)		
<b><u>RECONHECIDO</u></b>		
<b>PASSIVO:</b> PAE 94-97 (Proc. 0000778-13.2010.5.15.0895)		
26/04/2016	ADMA PAEM 2016NS002882	R\$ 50.949,45
NOTAS: Atualização de Passivo, conforme Informações CPAG/SPM nº 408 e 417/2016. (Obrigações Trabalhistas)		
<b>PASSIVO:</b> PAE 94-97 (Proc. 0077200-97.2008.5.15.0895)		
26/04/2016	ADMP PAEM 2016NS002882	R\$ 40.824,42
NOTAS: Atualização de Passivo, conforme Informações CPAG/SPM nº 408 e 417/2016. (Obrigações Trabalhistas)		
ADCN PAEM 2016NS002882		
NOTAS: Atualização de Passivo, conforme Informações CPAG/SPM nº 408 e 417/2016. (Obrigações Trabalhistas)		
ADMI PAEM 2016NS002882		
NOTAS: Atualização de Passivo, conforme Informações CPAG/SPM nº 408 e 417/2016. (Obrigações Trabalhistas)		
<b>PASSIVO:</b> PAE 98-99 - Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA		
08/07/2016	ADMP PAEM 2016NS005051	R\$ 14.977,93
NOTAS: Registro de atualização de valor registrado a título de passivo de pessoal, até junho/2016, referente Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA, de acordo com o contido no Memorando CPAG/SPM n 060/2016.		
ADCN PAEM 2016NS005051		
NOTAS: Registro de atualização de valor registrado a título de passivo de pessoal, até junho/2016, referente Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA, de acordo com o contido no Memorando CPAG/SPM n 060/2016.		
ADMA PAEM 2016NS005051		
NOTAS: Registro de atualização de valor registrado a título de passivo de pessoal, até junho/2016, referente Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA, de acordo com o contido no Memorando CPAG/SPM n 060/2016.		
ADMI PAEM 2016NS005051		
NOTAS: Registro de atualização de valor registrado a título de passivo de pessoal, até junho/2016, referente Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA, de acordo com o contido no Memorando CPAG/SPM n 060/2016.		
28/12/2016	ADMA PAEM 2016NS009976	R\$ 317.867,39
NOTAS: Atualização de valor registrado a título de passivo de pessoal e encargos, de acordo com o contido no Memorando CPAG/SPM n 1153/2016.		
ADMP PAEM 2016NS009976		
NOTAS: Atualização de valor registrado a título de passivo de pessoal e encargos, de acordo com o contido no Memorando CPAG/SPM n 1153/2016.		
ADMI PAEM 2016NS009976		
NOTAS: Atualização de valor registrado a título de passivo de pessoal e encargos, de acordo com o contido no Memorando CPAG/SPM n 1153/2016.		
ADCN PAEM 2016NS009976		
NOTAS: Atualização de valor registrado a título de passivo de pessoal e encargos, de acordo com o contido no Memorando CPAG/SPM n 1153/2016.		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

DATA IG	DOCTO SIAFI	VALOR CONTABILIZADO
<b>PASSIVO:</b>	PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA)	
20/04/2016	ADMI PAEM 2016NS002806	R\$ 173.266,57
	<b>NOTAS:</b> Atualização de Passivo, conforme Memorando CPAG/SPM nº 041/2016. (Obrigações Trabalhistas)	
	ADMA PAEM 2016NS002806	R\$ 1.084.337,16
	<b>NOTAS:</b> Atualização de Passivo, conforme Memorando CPAG/SPM nº 041/2016. (Obrigações Trabalhistas)	
	ADCN PAEM 2016NS002806	R\$ 26.293,63
	<b>NOTAS:</b> Atualização de Passivo, conforme Memorando CPAG/SPM nº 041/2016. (Obrigações Trabalhistas)	
	ADMP PAEM 2016NS002806	R\$ 15.604,48
	<b>NOTAS:</b> Atualização de Passivo, conforme Memorando CPAG/SPM nº 041/2016. (Obrigações Trabalhistas)	
23/12/2016	ADMA PAEM 2016NS009761	R\$ 1.349.475,94
	<b>NOTAS:</b> Informação CPAG/SPM nº 1128/2016, item 2 - Retificação do reconhecimento com reenquadramento do passivo, tendo em vista a inclusão de verba de ajuda de custo, em cumprimento ao acórdão proferido nos autos do Processo nº CSJT-PP-661-03.2013.5.90.0000.	
	ADMI PAEM 2016NS009761	R\$ 201.213,41
	<b>NOTAS:</b> Informação CPAG/SPM nº 1128/2016, item 2 - Retificação do reconhecimento com reenquadramento do passivo, tendo em vista a inclusão de verba de ajuda de custo, em cumprimento ao acórdão proferido nos autos do Processo nº CSJT-PP-661-03.2013.5.90.0000.	
	ADCN PAEM 2016NS009761	R\$ 30.705,80
	<b>NOTAS:</b> Informação CPAG/SPM nº 1128/2016, item 2 - Retificação do reconhecimento com reenquadramento do passivo, tendo em vista a inclusão de verba de ajuda de custo, em cumprimento ao acórdão proferido nos autos do Processo nº CSJT-PP-661-03.2013.5.90.0000.	
	ADMP PAEM 2016NS009761	R\$ 18.136,00
	<b>NOTAS:</b> Informação CPAG/SPM nº 1128/2016, item 2 - Retificação do reconhecimento com reenquadramento do passivo, tendo em vista a inclusão de verba de ajuda de custo, em cumprimento ao acórdão proferido nos autos do Processo nº CSJT-PP-661-03.2013.5.90.0000.	
<b>PASSIVO:</b>	PROAD 1045/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Marcia Ribeiro Ferreira)	
27/09/2016	ADSI ABPE 2016NS007111	R\$ 12.754,06
	<b>NOTAS:</b> Registro contábil de passivo de Pessoal, decorrente de reconhecimento de Dívida em 21/09/2016, montante relativo a Abono de Permanência - ABPE, conforme o contido na INFORMAÇÃO CPAG/SPS Nº 849/2016.	
<b>PASSIVO:</b>	PROAD 120/2016 - Abono de Permanência - ABPE (José Carlos Fonseca)	
30/05/2016	ADSI ABPE 2016NS003931	R\$ 25.777,51
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPS nº 543/2016, Memo CPAG/SPS Nº 592/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida - Docto nº 15.	
<b>PASSIVO:</b>	PROAD 1795/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Levi Rosa Tome)	
30/09/2016	ADMA ABPE 2016NS007420	R\$ 10.785,29
	<b>NOTAS:</b> Registro contábil de passivo de Pessoal, decorrente de Reconhecimento de Dívida em 26/09/2016, montante relativo a Abono de Permanência - ABPE, conforme o contido na INFORMAÇÃO CPAG/SPM Nº 889/2016.	
<b>PASSIVO:</b>	PROAD 2191/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Augusto Cândido da Silva)	
20/12/2016	ADSA ABPE 2016NS009492	R\$ 13.260,16
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SSORP nº 1121/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida DE 19/12/2016.	
<b>PASSIVO:</b>	PROAD 236/2016 - Abono de Permanência - ABPE (SILVANA DIAS JONAS)	
08/08/2016	ADSA ABPE 2016NS005866	R\$ 7.955,55
	<b>NOTAS:</b> Registro contábil do passivo de pessoal decorrente de reconhecimento de Dívida em 18/07/2016, do montante relativo a Abono de Permanência, conforme o contido na INFORMAÇÃO CPAG/SSORP Nº 724/2016 .	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

DATA IG	DOCTO SIAFI	VALOR CONTABILIZADO
<b>PASSIVO:</b> PROAD 2888/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Maria Rita da Costa)		
20/12/2016 ADSA ABPE 2016NS009535		R\$ 15.895,31
<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPS nº 1117/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 19/12/2016.		
<b>PASSIVO:</b> Proc.Adm.0000494-63.2014 - Diferença de Gratificações (FC/CJ)		
18/04/2016 ADSA DFCC 16NS002741		R\$ 2.238,13
<b>NOTAS:</b> Atualização de Passivo, conforme Memorando CPAG/SSORP nº 022/2016		
<b>PASSIVO:</b> Proc.Adm.0000494-63.2014 - Diferença de Proventos/Pensões		
19/04/2016 ADSI DPRP 16NS002746		R\$ 65.843,35
<b>NOTAS:</b> atualização de Passivo, conforme Memorando CPAG/SSORP nº 022/2016		
<b>PASSIVO:</b> Proc.Adm.0060000-29.1998.5.15.0895 PA - Diferença de Proventos e Pensões (Lei 8.112/90, art.189) - DPRP (Neusa de Oliveira Nogueira)		
30/11/2016 ADSP DPRP 2016NS008886		R\$ 7.819,94
<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPIP nº 1063/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 28/11/2016.		
<b>PASSIVO:</b> Processo 0000458-49.2013.5.15.0897 PA - Pagamento de Férias (Dr.Afrânio Flora Pinto)		
18/04/2016 ADMA DAFI 2016NS002703		R\$ 1.989,76
<b>NOTAS:</b> Atualização de Passivo, conforme Memorando CPAG/SPM nº 042/2016.		
<b>PASSIVO:</b> Processo Administrativo - PROAD n. 2854/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Eliani Gomes Costa Gaspar)		
16/11/2016 ADSA ABPE 2016NS008307		R\$ 7.468,67
<b>NOTAS:</b> Registro contábil de passivo de Pessoal, decorrente de reconhecimento de Dívida em 08/11/2016, montante relativo a Abono de Permanência - ABPE, conforme o contido na INFORMAÇÃO CPAG/SSORP Nº 998/2016.		
<b>PASSIVO:</b> Processo Administrativo - PROAD n. 3073/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Alcindo Mendonça Machado)		
16/11/2016 ADSA ABPE 2016NS008301		R\$ 20.749,47
<b>NOTAS:</b> Registro contábil de passivo de Pessoal, decorrente de reconhecimento de Dívida em 27/10/2016, montante relativo a Abono de Permanência - ABPE, conforme o contido na INFORMAÇÃO CPAG/SSORP Nº 976/2016.		
<b>PASSIVO:</b> Protocolo Administrativo nº 576/2016 - PAE - Gratificação de Adicional por Tempo de Serviço - ATSE (Edmar Laurêncio Carareto)		
29/07/2016 ADSA ATSE 2016NS005737		R\$ 34.675,71
<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPS nº 745/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 29/07/2016.		
<b>PASSIVO:</b> Protocolo Administrativo nº 10775/2014 - DGE (Miriam de Oliveira Lazarim) - Abono de Permanência		
19/04/2016 ADSA ABPE 2016NS002757		R\$ 6.964,21
<b>NOTAS:</b> Atualização de Passivo, conforme Memorando CPAG/SSORP nº 027/2016.		
<b>PASSIVO:</b> Protocolo Administrativo nº 14500/2015 (Elenice Aparecida de Almeida) - Abono de Permanência		
08/11/2016 ADSA ABPE 2016NS008175		R\$ 19.508,57
<b>NOTAS:</b> Registro contábil de passivo de Pessoal, decorrente de reconhecimento de Dívida em 04/11/2016, montante relativo a Abono de Permanência - ABPE, conforme o contido na INFORMAÇÃO CPAG/SSORP Nº 999/2016.		
<b>PASSIVO:</b> Protocolo Administrativo nº 1598/2016 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (Moema Duboc Garbellini de Aguiar)		
16/06/2016 ADSA ABPE 2016NS004410		R\$ 10.074,95
<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme o contido na Informação CPAG/SSORP nº 634/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida no despacho datado de 09/06/2016.		
<b>PASSIVO:</b> Protocolo Administrativo nº 4898/2016-DGE - Reconhecimento de Passivos de Substituição -DSUB		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

DATA IG	DOCTO SIAFI	VALOR CONTABILIZADO
19/07/2016	ADSA DSUB 2016NS005196	R\$ 11.413,72
	<b>NOTAS:</b> Reconhecimento de Passivo, conforme Informação CPAG/SPS nº 706/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 12/07/2016 (Mário Sérgio Guerreiro Franco)	
	<b>PASSIVO:</b> Protocolo Administrativo nº 611/2016 - DGE - Reconhecimento de Férias Indenizadas - DAFI	
19/07/2016	ADSA DAFI 2016NS005197	R\$ 11.494,66
	<b>NOTAS:</b> Registro de Reconhecimento de Passivo, conforme Informação CPAG/SPS nº 406/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 13/07/2016 (Shirley Alves Michelan Rodella)	
	<b>PASSIVO:</b> Protocolo Administrativo nº 7155/2016 - DG - Diferenças retroativas decorrentes de reembolso de despesas com remuneração e encargos sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR	
20/07/2016	ADSA OUTR 2016NS005236	R\$ 2.277.024,62
	<b>NOTAS:</b> Registro de Reconhecimento de Passivo, conforme Informação CPAG/SPPSVE nº 711/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 15/07/2016.	
	<b>PASSIVO:</b> Protocolo nº 001558/2016 - DG - Abono de Permanência - ABPE (Dr. Paulo César dos Santos)	
28/03/2016	ADMA ABPE 2016NS002082	R\$ 13.984,69
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPM nº 235/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 08/03/2016.	
	<b>PASSIVO:</b> Protocolo nº 002093/2016 - DG - Abono de Permanência - ABPE (Dr. Amauri Vieira Barbosa)	
19/05/2016	ADMA ABPE 2016NS003675	R\$ 58.452,22
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPM nº 512/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 12/05/2016.	
	<b>PASSIVO:</b> Protocolo nº 002234/2016 - DG - Abono de Permanência - ABPE (Dr. Antonio Francisco Montanagna)	
28/03/2016	ADMA ABPE 2016NS002084	R\$ 25.697,29
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPM nº 283/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 17/03/2016.	
	<b>PASSIVO:</b> Protocolo nº 015144/2015 - DG - Dívida de Plantão Judiciário (Dra. Maria Cecília Fernandes Alvares Leite)	
18/03/2016	ADMI OUTR 2016NS001959	R\$ 5.540,05
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPM nº 131/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 02/03/2016.	
	<b>PASSIVO:</b> Protocolo nº 017147/2015 - DG - Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ) - OUTR (Dr. Rosério Firmo)	
28/03/2016	ADMA OUTR 2016NS002078	R\$ 43.847,49
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPM nº 023/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 19/02/2016.	
	<b>PASSIVO:</b> Protocolo nº 018021/2015 - DG - Diferença de Adicional de Férias - DAFI (Dra. Ana Maria Garcia)	
28/03/2016	ADMA DAFI 2016NS002075	R\$ 8.654,61
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPM nº 026/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 02/03/2016.	
	<b>PASSIVO:</b> Protocolo nº 1060/2016 - PAE - Adicional de Tempo de Serviço - ATSE (Décio João Gallego Gimenes)	
19/12/2016	ADSA ATSE 2016NS009397	R\$ 24.873,43
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SSORP nº 1122/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 14/12/2016.	
	<b>PASSIVO:</b> Protocolo nº 11289/2016 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR	
30/11/2016	ADSA OUTR 2016NS008878	R\$ 3.814.442,83
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPPSVE nº 1066/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 28/11/2016.	
	<b>PASSIVO:</b> Protocolo nº 12036/2015 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (João Donizete Gonçalves)	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

DATA IG	DOCTO SIAFI	VALOR CONTABILIZADO
28/03/2016	ADSA ABPE 2016NS002074	R\$ 13.962,71
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SSORP nº 119/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 12/02/2016.	
PASSIVO:	Protocolo nº 12219/2016 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR	
22/12/2016	ADSA OUTR 2016NS009722	R\$ 1.635.680,04
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPPSVE nº 1133/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 19/12/2016.	
PASSIVO:	Protocolo nº 1287/2016 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (José Laércio Verza)	
28/03/2016	ADSI ABPE 2016NS002088	R\$ 47.505,18
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPS nº 315/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 18/03/2016.	
PASSIVO:	Protocolo nº 14282/2014 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (Antonio Valdir Sousa)	
28/03/2016	ADSA ABPE 2016NS002119	R\$ 8.222,61
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPS nº 257/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 18/03/2016.	
PASSIVO:	Protocolo nº 15884/2015-DGE - Férias Indenizadas - DAFI (Marlene Bezerra Batista)(Antigo Protocolo 1511/2015-DG)	
31/08/2016	ADSA DAFI 2016NS006446	R\$ 55.249,40
	<b>NOTAS:</b> Registro contábil do passivo de pessoal decorrente de reconhecimento de Dívida em 26/08/2016, montante relativo a Férias Indenizadas, interessada Marlene Bezerra Batista, conforme o contido na INFORMAÇÃO CPAG/SPS Nº 798/2016.	
PASSIVO:	Protocolo nº 1663/2015 - PAE - Adicional de Tempo de Serviço - ATSE (Maria Cristina Alves Terra Vaz)	
31/03/2016	ADSA ATSE 2016NS002449	R\$ 17.566,57
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SSORP nº 360/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 31/03/2016.	
PASSIVO:	Protocolo nº 16804/2015 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (Alcindo Aparecido da Silva)	
28/03/2016	ADSA ABPE 2016NS002111	R\$ 17.803,53
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPS nº 188/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 21/03/2016.	
PASSIVO:	Protocolo nº 17060/2015 - DGE - Licença Prêmio Indenizada - LPIN (Conceição Mendonça Leite)	
28/03/2016	ADSI LPIN 2016NS002126	R\$ 33.909,04
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPS nº 173/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 18/03/2016.	
PASSIVO:	Protocolo nº 17578/2015 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (Ricardo Antônio de Castro)	
25/04/2016	ADSA ABPE 2016NS002807	R\$ 89.177,92
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPS nº 358/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 15/04/2016.	
PASSIVO:	Protocolo nº 3155/2016 - DG - Diferença de Proventos e Pensões - DPRP (Ismael Coelho de Oliveira Borges)	
06/04/2016	ADSP DPRP 2016NS002505	R\$ 28.922,10
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPIP nº 305/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 1/4/2016.	
PASSIVO:	Protocolo nº 3227/2016 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR	
15/04/2016	ADSA OUTR 2016NS002686	R\$ 1.626.077,02
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPPSVE nº 0353/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 12/4/2016.	
PASSIVO:	Protocolo nº 3228/2016 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

DATA IG	DOCTO SIAFI	VALOR CONTABILIZADO
15/04/2016	ADSA OUTR 2016NS002685	R\$ 3.284.874,12
	<p><b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPPSVE nº 0352/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 12/4/2016.</p> <p><b>PASSIVO:</b> Protocolo nº 599/2016 - PAE - Adicional por Tempo de Serviço (Adriane de Paula Campos Batistuta)</p>	
26/08/2016	ADSA ATSE 2016NS006259	R\$ 28.009,83
	<p><b>NOTAS:</b> Registro de Reconhecimento de Passivo, conforme Informação CPAG/SPS nº 789/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 18/08/2016.</p> <p><b>PASSIVO:</b> Protocolo nº 934/2016 - DGE - Abono de Permanência – ABPE (Sidney Ribeiro Vidal)</p>	
28/03/2016	ADSA ABPE 2016NS002094	R\$ 12.801,06
	<p><b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPS nº 246/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 21/03/2016.</p> <p><b>PASSIVO:</b> URV (Proc. 0035300-23.1997.5.15.0895 PA)</p>	
11/05/2016	ADCN URVR 2016NS003472	R\$ 1.729.002,87
	<p><b>NOTAS:</b> Atualização de passivo, conforme Memorando CPAG/SPS nº 046/2016 (Obrigações Trabalhistas).</p> <p>ADSI URVR 2016NS003472</p>	R\$ 194.993,27
	<p><b>NOTAS:</b> Atualização de passivo, conforme Memorando CPAG/SPS nº 046/2016 (Obrigações Trabalhistas).</p> <p>ADMA URVR 2016NS003472</p>	R\$ 165.455,63
	<p><b>NOTAS:</b> Atualização de passivo, conforme Memorando CPAG/SPS nº 046/2016 (Obrigações Trabalhistas).</p> <p>ADMI URVR 2016NS003472</p>	R\$ 90.441,93
	<p><b>NOTAS:</b> Atualização de passivo, conforme Memorando CPAG/SPS nº 046/2016 (Obrigações Trabalhistas).</p> <p>ADSA URVR 2016NS003472</p>	R\$ 904.740,39
	<p><b>NOTAS:</b> Atualização de passivo, conforme Memorando CPAG/SPS nº 046/2016 (Obrigações Trabalhistas).</p> <p>ADSP URVR 2016NS003472</p>	R\$ 27.383,97
	<p><b>NOTAS:</b> Atualização de passivo, conforme Memorando CPAG/SPS nº 046/2016 (Obrigações Trabalhistas).</p> <p>ADMP URVR 2016NS003472</p>	R\$ 123.247,28
	<p><b>NOTAS:</b> Atualização de passivo, conforme Memorando CPAG/SPS nº 046/2016 (Obrigações Trabalhistas).</p>	
<b>BAIXA</b>		
	<p><b>PASSIVO:</b> PAE 98-99 - Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA</p>	
30/05/2016	ADMP PAEM 2016NS003957	(R\$ 48.485,41)
	<p><b>NOTAS:</b> Ajuste de valor registrado de acordo com o contido na Informação CPAG/SPM nº 412/2016.</p> <p>ADMA PAEM 2016NS003957</p>	(R\$ 105.309,01)
	<p><b>NOTAS:</b> Ajuste de valor registrado de acordo com o contido na Informação CPAG/SPM nº 412/2016.</p>	
08/07/2016	ADMA PAEM 2016NS005049	(R\$ 273.393,57)
	<p><b>NOTAS:</b> Baixa de valor registrado a título de passivo de pessoal e encargos, referente Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA, de acordo com o contido no Memorando CPAG/SPM nº 060/2016.</p> <p>ADMI PAEM 2016NS005049</p>	(R\$ 165.197,05)
	<p><b>NOTAS:</b> Baixa de valor registrado a título de passivo de pessoal e encargos, referente Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA, de acordo com o contido no Memorando CPAG/SPM nº 060/2016.</p>	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

DATA IG	DOCTO SIAFI	VALOR CONTABILIZADO
08/07/2016	ADMP PAEM 2016NS005049	(R\$ 6.485,66)
	<b>NOTAS:</b> Baixa de valor registrado a título de passivo de pessoal e encargos, referente Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA, de acordo com o contido no Memorando CPAG/SPM n 060/2016.	
28/12/2016	ADCN PAEM 2016NS009955	(R\$ 410.516,09)
	<b>NOTAS:</b> Baixa parcial de valor registrado a título de passivo de pessoal e encargos, tendo em vista pagamentos ocorridos em dezembro/2016, de acordo com o contido no Memorando CPAG/SPM n 1153/2016.	
	ADMP PAEM 2016NS009955	(R\$ 39.441,54)
	<b>NOTAS:</b> Baixa parcial de valor registrado a título de passivo de pessoal e encargos, tendo em vista pagamentos ocorridos em dezembro/2016, de acordo com o contido no Memorando CPAG/SPM n 1153/2016.	
	ADMA PAEM 2016NS009955	(R\$ 5.096.922,85)
	<b>NOTAS:</b> Baixa parcial de valor registrado a título de passivo de pessoal e encargos, tendo em vista pagamentos ocorridos em dezembro/2016, de acordo com o contido no Memorando CPAG/SPM n 1153/2016.	
	ADMI PAEM 2016NS009955	(R\$ 921.923,68)
	<b>NOTAS:</b> Baixa parcial de valor registrado a título de passivo de pessoal e encargos, tendo em vista pagamentos ocorridos em dezembro/2016, de acordo com o contido no Memorando CPAG/SPM n 1153/2016.	
PASSIVO:	PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA)	
23/12/2016	ADCN PAEM 2016NS000179	(R\$ 462.002,86)
	<b>NOTAS:</b> Transferência de saldo da conta 211110400 - Obrigações Trabalhistas para 217110100 - Provisão para Indenizações Trabalhistas, passivo com sua exigibilidade suspensa por medida cautelar, em atenção à Mensagem CFIN/CSJT nr 036/2016 e Informação CPAG/SPM nº 1128/2016, item 2.2 - considerando a Decisão proferida na Ação Originária nr 2016/DF (fls.31 a 35).	
	ADMP PAEM 2016NS000182	(R\$ 279.073,47)
	<b>NOTAS:</b> Transferência de saldo da conta 211110400 - Obrigações Trabalhistas para 217110100 - Provisão para Indenizações Trabalhistas, passivo com sua exigibilidade suspensa por medida cautelar, em atenção à Mensagem CFIN/CSJT nr 036/2016 e Informação CPAG/SPM nº 1128/2016, item 2.2 - considerando a Decisão proferida na Ação Originária nr 2016/DF (fls.31 a 35).	
	ADMA PAEM 2016NS000180	(R\$ 19.555.330,77)
	<b>NOTAS:</b> Transferência de saldo da conta 211110400 - Obrigações Trabalhistas para 217110100 - Provisão para Indenizações Trabalhistas, passivo com sua exigibilidade suspensa por medida cautelar, em atenção à Mensagem CFIN/CSJT nr 036/2016 e Informação CPAG/SPM nº 1128/2016, item 2.2 - considerando a Decisão proferida na Ação Originária nr 2016/DF (fls.31 a 35).	
	ADMI PAEM 2016NS000181	(R\$ 3.106.155,62)
	<b>NOTAS:</b> Transferência de saldo da conta 211110400 - Obrigações Trabalhistas para 217110100 - Provisão para Indenizações Trabalhistas, passivo com sua exigibilidade suspensa por medida cautelar, em atenção à Mensagem CFIN/CSJT nr 036/2016 e Informação CPAG/SPM nº 1128/2016, item 2.2 - considerando a Decisão proferida na Ação Originária nr 2016/DF (fls.31 a 35).	
PASSIVO:	Proc.Adm.0000494-63.2014 - Diferença de Adicional de Férias e Indenizações (Proc.Adm.0000494-63.2014)	
18/04/2016	ADSA DAFI 16NS002736	(R\$ 6.800,29)
	<b>NOTAS:</b> Atualização de Passivo, conforme Memorando CPAG/SSORP nº 022/2016	
	ADMI DAFI 16NS002733	(R\$ 317.053,31)
	<b>NOTAS:</b> Atualização de Passivo, conforme Memorando CPAG/SSORP nº 022/2016	
PASSIVO:	Proc.Adm.0000494-63.2014 - Diferença de Proventos/Pensões	
19/04/2016	ADSP DPRP 16NS002746	(R\$ 15.402,73)
	<b>NOTAS:</b> atualização de Passivo, conforme Memorando CPAG/SSORP nº 022/2016	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

DATA IG	DOCTO SIAFI	VALOR CONTABILIZADO
10/08/2016	ADSI DPRP 16NS005927	(R\$ 54.857,42)
	<b>NOTAS:</b> Baixa parcial de passivo relativo a diferenças de proventos/pensões -DPRP, tendo em vista o pagamento ocorrido em julho/2016, em favor da servidora inativa Cleuza Maria de Oliveira, parte do montante devido à mesma, conforme Certidão CPAG/SPIP nr 874/2016 e Memorando CPAG/SPIP n 067/2016.	
PASSIVO:	Processo 0000146-11.2015.5.15.0895 PA -Reembolso Despesas Remuneração e Encargos a Órgãos ou Entidades Cedentes	
22/03/2016	ADSA OUTR 2016NS002051	(R\$ 1.143.109,18)
	<b>NOTAS:</b> Baixa de valor registrado a título de passivos, conforme Memorando CPAG/SPPSVE n 006/2016.	
PASSIVO:	Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI)	
28/12/2016	ADSA OUTR 2016NS009944	(R\$ 10.989,75)
	<b>NOTAS:</b> Baixa parcial de passivo, tendo em vista pagamento de retroativos, conforme informações contidas no Memorando CPAG/SSORP nº 088/2016 e Certidão CPAG/SSORP nº 1160/2016.	
PASSIVO:	Processo 0000467-74.2014.5.15.0897 PA - Juros moratórios incidentes sobre férias indenizadas intempestivamente	
27/04/2016	ADMI FIMG 2016NS003027	(R\$ 64.896,19)
	<b>NOTAS:</b> Baixa de passivo por motivo de quitação do débito, conforme Memorando CPAG/SPM nº 043/2016.	
PASSIVO:	Protocolo Administrativo nº 0002414/2013 - DGE - Abono de Permanência (Marlene Dias Mazironi)	
29/03/2016	ADSA ABPE 2016NS002167	(R\$ 28.015,46)
	<b>NOTAS:</b> Baixa de passivo, conforme o contido no Memorando nº CPAG/SSORP 018/2016.	
PASSIVO:	Protocolo Administrativo nº 001142/2015 - PAE - Gratificação Adicional por Tempo de Serviço(Henrique Chiossi Rodrigues)	
28/12/2016	ADSA ATSE 2016NS009918	(R\$ 24.874,67)
	<b>NOTAS:</b> Baixa do valor registrado a título de passivo, pela quitação do débito conforme o contido no Memorando CPAG/SPS nº 086/2016.	
PASSIVO:	Protocolo Administrativo nº 03395/2015 - DGE (Ana Maria de Andrade Malara) - Licença Prêmio	
19/04/2016	ADSI LPIN 2016NS002769	(R\$ 48.072,64)
	<b>NOTAS:</b> Baixa de passivo, conforme Memorando CPAG/SPS nº 039/2016.	
PASSIVO:	Protocolo Administrativo nº 10638/2015 - DGE - Abono de Permanência (Rosângela Ponce)	
19/04/2016	ADSA ABPE 2016NS002765	(R\$ 9.413,46)
	<b>NOTAS:</b> Baixa de passivo, conforme Memorando CPAG/SPS nº 037/2016.	
PASSIVO:	Protocolo Administrativo nº 10775/2014 - DGE (Miriam de Oliveira Lazarim) - Abono de Permanência	
18/07/2016	ADSA ABPE 2016NS005180	(R\$ 51.295,01)
	<b>NOTAS:</b> Registro de baixa total, tendo em vista o pagamento do passivo, conforme o contido na Certidão CPAG/SSORP nº 818/2016 e Memorando CPAG/SSORP nº 062/2016.	
PASSIVO:	Protocolo Administrativo nº 11596/2014 - DGE - Abono de Permanência (Ione Matildes do Nascimento Gomes)	
29/03/2016	ADSA ABPE 2016NS002158	(R\$ 25.733,50)
	<b>NOTAS:</b> Baixa de valor registrado a título de passivo, conforme o contido no Memorando nº CPAG/SSORP 015/2016.	
PASSIVO:	Protocolo Administrativo nº 12599/2015 - DGE - Abono de Permanência (Ivana Alves do Carmo)	
29/03/2016	ADSA ABPE 2016NS002153	(R\$ 15.659,64)
	<b>NOTAS:</b> Baixa de passivo, conforme o contido no Memorando nº CPAG/SSORP nr. 016/2016	
PASSIVO:	Protocolo Administrativo nº 14830/2014 - DGE (Maria N.M.S.Centivilli) - Licença Prêmio Indenizada	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

DATA IG	DOCTO SIAFI	VALOR CONTABILIZADO
29/03/2016	ADSI LPIN 2016NS002151	(R\$ 139.961,51)
	<b>NOTAS:</b> Baixa de Passivo, conforme informações contidas no Memorando CPAG/SSORP nº 019/2016.	
PASSIVO:	Protocolo Administrativo nº 18621/2014 - DGE (Márcia Regina S.Zampollo) - Abono de Permanência	
29/03/2016	ADSA ABPE 2016NS002171	(R\$ 14.902,72)
	<b>NOTAS:</b> Baixa de passivo, conforme o contido no contido no Memorando nº CPAG/SSORP 021/2016.	
PASSIVO:	Protocolo Administrativo nº 18643/2014 - DGE (Edson Fernandes de Freitas) - Abono de Permanência	
29/03/2016	ADSA ABPE 2016NS002146	(R\$ 75.886,19)
	<b>NOTAS:</b> Baixa de passivo, conforme informações contidas no Memorando nº CPAG/SSORP 017/2016.	
PASSIVO:	Protocolo Administrativo nº 2431/2015 - DGE - Abono de Permanência (Rossana Caffe Benatti)	
09/06/2016	ADSA ABPE 2016NS004257	(R\$ 10.807,86)
	<b>NOTAS:</b> Baixa de passivo, tendo em vista declaração do ordenador de despesas quanto a disponibilidade de crédito para a quitação do débito e o contido no Memorando CPAG/SPS n 050/2016.	
PASSIVO:	Protocolo Administrativo nº 660/2015 - DGE (Solange Ribeiro Sene) - Licença Prêmio Indenizada	
19/04/2016	ADSI LPIN 2016NS002779	(R\$ 19.675,89)
	<b>NOTAS:</b> Baixa de passivo por motivo de quitação do débito, conforme Memorando CPAG/SPS nº 040/2016.	
PASSIVO:	Protocolo nº 1159/2014 - PAE - Gratificação Adicional por Tempo de Serviço (Sandra Regina Moraes Camargo Baccaglini)	
19/04/2016	ADSA ATSE 2016NS002760	(R\$ 10.023,47)
	<b>NOTAS:</b> Baixa de passivo, conforme Memorando CPAG/SPS nº 038/2016.	
PASSIVO:	Protocolo nº 451/2015 - PAE - Adicional de Tempo de Serviço (Helio Vasconcellos Batista)	
29/03/2016	ADSA ATSE 2016NS002177	(R\$ 18.595,15)
	<b>NOTAS:</b> Baixa de valor registrado a título de passivos, conforme o contido no Memorando nº CPAG/SSORP 020/2016.	
PASSIVO:	URV (Proc. 0035300-23.1997.5.15.0895 PA)	
29/12/2016	ADSA URVR 2016NS010043	(R\$ 5.261,59)
	<b>NOTAS:</b> Baixa parcial de passivo, conforme Memorando CPAG/SSORP nº 089/2016 , decorrente do pagamento de retroativos.	
(ISF:P):	21.142.98.00 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (CP)	
	-	
PASSIVO:	Mensagem Siafi 2016/0749811	
30/04/2016	2016NL000060, 61 e 62	
	<b>NOTAS:</b> Transferência de saldo entre contas, de 211419800 para 211429800, para ajuste do quinto nível, conforme orientações contidas na Msg. Siafi 2016/0749811.	
<b>RECONHECIDO RGPS</b>		
PASSIVO:	PAE 94-97 (Proc. 00772-97.2008.5.15.0895 / Proc. 00778-13.2010.5.15.0895)	
26/04/2016	ADCN PAEM 2016NL000055	R\$ 3.197,93
	<b>NOTAS:</b> Atualização de Passivo, conforme Informações CPAG/SPM nº 408 e 417/2016 (Encargos Sociais).	
	ADMX PAEM 2016NL000055	R\$ 1.281,72
	<b>NOTAS:</b> Atualização de Passivo, conforme Informações CPAG/SPM nº 408 e 417/2016 (Encargos Sociais).	
PASSIVO:	PAE 98-99 - Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

DATA IG	DOCTO SIAFI	VALOR CONTABILIZADO
08/07/2016	ADCN PAEM 2016NL000080	R\$ 42.529,36
	<b>NOTAS:</b> REGISTRO DE ATUALIZAÇÃO DE VALOR REGISTRADO A TÍTULO DE PASSIVO DE ENCARGOS, ATÉ JUN/2016, REFERENTE PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA, DE ACORDO COM O CONTIDO NO MEMORANDO CPAG/SPM N 060/2016.	
	ADMX PAEM 2016NL000080	R\$ 33.133,83
	<b>NOTAS:</b> REGISTRO DE ATUALIZAÇÃO DE VALOR REGISTRADO A TÍTULO DE PASSIVO DE ENCARGOS, ATÉ JUN/2016, REFERENTE PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA, DE ACORDO COM O CONTIDO NO MEMORANDO CPAG/SPM N 060/2016.	
28/12/2016	ADMX PAEM 2016NS009976	R\$ 32.342,56
	<b>NOTAS:</b> Atualização de valor registrado a título de passivo de pessoal e encargos, de acordo com o contido no Memorando CPAG/SPM n 1153/2016.	
	<b>PASSIVO:</b> PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA)	
20/04/2016	ADCN PAEM 2016NL000051	R\$ 10.268,76
	<b>NOTAS:</b> Atualização de Passivo, conforme Memorando CPAG/SPM nº 041/2016 (Encargos Sociais)	
	ADMX PAEM 2016NL000051	R\$ 34.638,91
	<b>NOTAS:</b> Atualização de Passivo, conforme Memorando CPAG/SPM nº 041/2016 (Encargos Sociais)	
23/12/2016	ADCN PAEM 2016NS009761	R\$ 11.127,15
	<b>NOTAS:</b> Informação CPAG/SPM nº 1128/2016, item 2 - Retificação do reconhecimento com reenquadramento do passivo, tendo em vista a inclusão de verba de ajuda de custo, em cumprimento ao acórdão proferido nos autos do Processo nº CSJT-PP-661-03.2013.5.90.0000.	
	ADMX PAEM 2016NS009761	R\$ 31.822,86
	<b>NOTAS:</b> Informação CPAG/SPM nº 1128/2016, item 2 - Retificação do reconhecimento com reenquadramento do passivo, tendo em vista a inclusão de verba de ajuda de custo, em cumprimento ao acórdão proferido nos autos do Processo nº CSJT-PP-661-03.2013.5.90.0000.	
	<b>PASSIVO:</b> Protocolo Administrativo nº 576/2016 - PAE - Gratificação de Adicional por Tempo de Serviço - ATSE (Edmar Laurêncio Carareto)	
29/07/2016	ADSX ATSE 2016NS005737	R\$ 7.441,42
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SPS nº 745/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 29/07/2016.	
	<b>PASSIVO:</b> Protocolo nº 1060/2016 - PAE - Adicional de Tempo de Serviço - ATSE (Décio João Gallego Gimenes)	
19/12/2016	ADSX ATSE 2016NS009397	R\$ 5.321,10
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SSORP nº 1122/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 14/12/2016.	
	<b>PASSIVO:</b> Protocolo nº 1663/2015 - PAE - Adicional de Tempo de Serviço - ATSE (Maria Cristina Alves Terra Vaz)	
31/03/2016	ADSX ATSE 2016NS002449	R\$ 3.752,17
	<b>NOTAS:</b> Registro de passivo, conforme Informação CPAG/SSORP nº 360/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 31/03/2016	
	<b>PASSIVO:</b> Protocolo nº 599/2016 - PAE - Adicional por Tempo de Serviço (Adriane de Paula Campos Batistuta)	
26/08/2016	ADSX ATSE 2016NS006259	R\$ 5.992,26
	<b>NOTAS:</b> Registro de Reconhecimento de Passivo, conforme Informação CPAG/SPS nº 789/2016 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 18/08/2016.	
	<b>PASSIVO:</b> URV (Proc. 0035300-23.1997.5.15.0895 PA)	
11/05/2016	ADCX URVR 2016NL000064	R\$ 20.701,12
	<b>NOTAS:</b> Atualização de passivo, conforme Memorando CPAG/SPS nº 046/2016 (Encargos Sociais).	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

DATA IG	DOCTO SIAFI	VALOR CONTABILIZADO
11/05/2016	ADCN URVR 2016NL000064	R\$ 89.113,80
	<b>NOTAS:</b> Atualização de passivo, conforme Memorando CPAG/SPS nº 046/2016 (Encargos Sociais).	
	ADSX URVR 2016NL000064	R\$ 25.280,08
	<b>NOTAS:</b> Atualização de passivo, conforme Memorando CPAG/SPS nº 046/2016 (Encargos Sociais).	
	ADSA URVR 2016NL000064	R\$ 44.511,27
	<b>NOTAS:</b> Atualização de passivo, conforme Memorando CPAG/SPS nº 046/2016 (Encargos Sociais).	
	ADMX URVR 2016NL000064	R\$ 5.150,52
	<b>NOTAS:</b> Atualização de passivo, conforme Memorando CPAG/SPS nº 046/2016 (Encargos Sociais).	
	<b>BAIXA CPSSS</b>	
	<b>PASSIVO:</b> PAE 98-99 - Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA	
30/05/2016	ADMX PAEM 2016NS003957	(R\$ 3.413,09)
	<b>NOTAS:</b> Ajuste de valor registrado de acordo com o contido na Informação CPAG/SPM nº 412/2016.	
08/07/2016	ADMX PAEM 2016NS005049	(R\$ 8.943,24)
	<b>NOTAS:</b> Baixa de valor registrado a título de passivo de pessoal e encargos, referente Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA, de acordo com o contido no Memorando CPAG/SPM nº 060/2016.	
28/12/2016	ADCN PAEM 2016NS009976	(R\$ 27.775,46)
	<b>NOTAS:</b> Atualização de valor registrado a título de passivo de pessoal e encargos, de acordo com o contido no Memorando CPAG/SPM nº 1153/2016.	
	ADMX PAEM 2016NS009955	(R\$ 172.393,05)
	<b>NOTAS:</b> Baixa parcial de valor registrado a título de passivo de pessoal e encargos, tendo em vista pagamentos ocorridos em dezembro/2016, de acordo com o contido no Memorando CPAG/SPM nº 1153/2016.	
	ADCN PAEM 2016NS009955	(R\$ 130.528,15)
	<b>NOTAS:</b> Baixa parcial de valor registrado a título de passivo de pessoal e encargos, tendo em vista pagamentos ocorridos em dezembro/2016, de acordo com o contido no Memorando CPAG/SPM nº 1153/2016.	
	<b>PASSIVO:</b> PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA)	
23/12/2016	ADMX PAEM 2016NS000183	(R\$ 519.726,94)
	<b>NOTAS:</b> Transferência de saldo da conta 211429800 - Outros Encargos Sociais para 217110100 - Provisão para Indenizações Trabalhistas, passivo com sua exigibilidade suspensa por medida cautelar, em atenção à Mensagem CFIN/CSJT nº 036/2016 e Informação CPAG/SPM nº 1128/2016, item 2.2 - considerando a Decisão proferida na Ação Originária nº 2016/DF (fls.31 a 35).	
	ADCN PAEM 2016NS000183	(R\$ 117.596,02)
	<b>NOTAS:</b> Transferência de saldo da conta 211429800 - Outros Encargos Sociais para 217110100 - Provisão para Indenizações Trabalhistas, passivo com sua exigibilidade suspensa por medida cautelar, em atenção à Mensagem CFIN/CSJT nº 036/2016 e Informação CPAG/SPM nº 1128/2016, item 2.2 - considerando a Decisão proferida na Ação Originária nº 2016/DF (fls.31 a 35).	
	<b>PASSIVO:</b> Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI)	
28/12/2016	ADSX OUTR 2016NS009944	(R\$ 1.510,84)
	<b>NOTAS:</b> Baixa parcial de passivo, tendo em vista pagamento de retroativos, conforme informações contidas no Memorando CPAG/SSORP nº 088/2016 e Certidão CPAG/SSORP nº 1160/2016.	
	<b>PASSIVO:</b> Protocolo Administrativo nº 001142/2015 - PAE - Gratificação Adicional por Tempo de Serviço(Henrique Chiossi Rodrigues)	
28/12/2016	ADSX ATSE 2016NS009918	(R\$ 5.353,32)
	<b>NOTAS:</b> Baixa do valor registrado a título de passivo, pela quitação do débito conforme o contido no Memorando CPAG/SPS nº 086/2016.	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

DATA IG	DOCTO SIAFI	VALOR CONTABILIZADO
PASSIVO:	Protocolo nº 1159/2014 - PAE - Gratificação Adicional por Tempo de Serviço (Sandra Regina Moraes Camargo Baccaglini)	
19/04/2016	ADSX ATSE 2016NS002760	(R\$ 2.043,46)
	NOTAS: Baixa de passivo, conforme Memorando CPAG/SPS nº 038/2016.	
PASSIVO:	Protocolo nº 451/2015 - PAE - Adicional de Tempo de Serviço (Helio Vasconcellos Batista)	
29/03/2016	ADSX ATSE 2016NS002177	(R\$ 3.928,58)
	NOTAS: Baixa de valor registrado a título de passivos, conforme o contido no Memorando nº CPAG/SSORP 020/2016.	
PASSIVO:	URV (Proc. 0035300-23.1997.5.15.0895 PA)	
29/12/2016	ADSX URVR 2016NS010043	(R\$ 64,81)
	NOTAS: Baixa parcial de passivo, conforme Memorando CPAG/SSORP nº 089/2016 , decorrente do pagamento de retroativos.	
	Contabilizado no Ano de 2016	(R\$ 10.946.149,92)



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em outro demonstrativo, quadro abaixo, restam indicados os valores dos passivos registrados no SIAFI, consideradas as contas contábeis e as inscrições genéricas utilizadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

**QUADRO 79 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS**

Valores em R\$

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
UG	Conta Corrente				
211110	Obrigações Trabalhistas a Pagar				
400	Linha Detalhe				
080011	ADCNCPAEM PAE-CLASSISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	705.709,55	309.745,62	95.427,19	491.391,12
	ADCNCURVR URV-CLASSISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	4.382.826,21	0,00	454.552,33	4.837.378,54
	ADCNJPAEM PAE - CLASSISTA - JUROS	1.138.188,55	562.773,33	148.941,31	724.356,53
	ADCNJURVR URV-CLASSISTA-JUROS	10.416.037,97	0,00	1.274.450,54	11.690.488,51
	ADCNPPAEM PAE - CLASSISTA - PRINCIPAL	116.864,03	0,01	0,01	116.864,03
	ADCNPURVR URV-CLASSISTA-PRINCIPAL	120.594,62	0,00	0,00	120.594,62
	ADMACABPE ABONO PERMAN-MAGIST-ATIVO-CORR.MONE. TRT19 <sup>a</sup>	0,00	0,00	1.349,57	1.349,57
	ADMACDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-MAGIST.ATIVO-COR.MON.	47,48	0,00	1.283,76	1.331,24
	ADMACFIMG FÉRIA INDENIZADAS MAGISTRADO ATIVO - COR MON.	3.334,77	0,00	0,00	3.334,77
	ADMACPAEM PAE-MAGISTRADO-ATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	11.132.666,34	8.084.183,07	1.541.451,09	4.589.934,36
	ADMACURVR URV-MAGISTRADO-ATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	463.890,99	0,00	46.822,79	510.713,78
	ADMAJABPE ABONO PERMAN-MAGIST.ATIVO-JUROS TRT19 <sup>a</sup>	0,00	0,00	360,40	360,40
	ADMAJATSE ATS - MAGISTRADO - ATIVO - JUROS	179,34	0,00	0,00	179,34
	ADMAJDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.- MAGIST.ATIVO - JUROS	160,46	0,00	706,00	866,46
	ADM AJFIMG FÉRIAS INDENIZADAS DE MAGISTRADO ATIVO- JUROS	23.224,90	0,00	0,00	23.224,90
	ADM AJPAEM PAE-MAGISTRADO-ATIVO-JUROS	20.869.521,86	16.946.773,13	2.819.197,66	6.741.946,39
	ADM AJURVR URV-MAGISTRADO-ATIVO-JUROS	947.647,62	0,00	118.632,84	1.066.280,46
	ADM APABPE ABONO PERMAN-MAG. ATIVO-PRIN. TRT19 <sup>a</sup>	0,00	0,00	107.209,52	107.209,52
	ADM APDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-MAGIST.ATIVO-PRINCIP	15.998,12	0,00	8.654,61	24.652,73
	ADM APFIMG FERIAS INDENIZADAS MAGISTRADO ATIVO - PRINCIP	12.818.255,08	0,00	0,00	12.818.255,08
	ADM APOUTR OUTROS PASSIVOS - MAGISTRADO-ATIVO-PRINCIPAL	0,00	0,00	43.847,49	43.847,49
	ADM APPAEM PAE-MAGISTRADO-ATIVO-PRINCIPAL	3.466.802,19	0,00	12.691,28	3.479.493,47
	ADM ICDAFI DIF. ADIC. FÉRIAS E INDEN.-MAGIST.INATIVO-CM	1.191,22	1.191,22	0,00	0,00
	ADM ICOUTR OUTROS PASSIVOS - MAGISTR - INATIV - CORR MON	0,00	0,00	194,55	194,55
	ADM ICPAEM PAE-MAGISTRADO-INATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	2.284.000,98	1.375.864,44	294.488,94	1.202.625,48
	ADM ICURVR URV-MAGISTRADO-INATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	211.121,40	0,00	21.309,52	232.430,92
	ADM IJATSE ATS - MAGISTRADO - INATIVO - JUROS	703,67	0,00	0,00	703,67
	ADM IJDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-MAGIST.INATIVO-JUROS	5.256,43	5.256,43	0,00	0,00
	ADM IJFIMG FÉRIAS INDENIZADAS MAGISTRAD. INATIVO - JUROS	64.896,19	64.896,19	0,00	0,00
	ADM IJOUTR OUTROS PASSIVOS - MAGISTRADO INATIVO - JUROS	0,00	0,00	27,56	27,56
	ADM IJPAEM PAE-MAGISTRADO-INATIVO-JUROS	4.251.291,49	2.817.411,91	522.076,40	1.955.955,98
	ADM IJURVR URV-MAGISTRADO-INATIVO-JUROS	581.295,62	0,00	69.132,41	650.428,03
	ADM IPDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN-MAGIST.INAT-PRINCIPAL	310.605,66	310.605,66	0,00	0,00



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

ADMIPOUTR OUTROS PASIVOS - MAGISTRADO INATIVO-PRINCIPAL	0,00	0,00	5.317,94	5.317,94
ADMIPPAEM PAE-MAGISTRADO-INATIVO-PRINCIPAL	700.629,33	0,00	0,30	700.629,63
ADMPCPAEM PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	342.213,63	122.766,34	31.958,24	251.405,53
ADMPCURVR URV-MAGISTRADO-PENSIONISTA-CORREÇÃO MONETARIA	255.978,72	0,00	41.836,81	297.815,53
ADMPPJATSE ATS - MAGISTRADO - PENSIONISTA - JUROS	1.235,08	0,00	0,00	1.235,08
ADMPPJPAEM PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-JUROS	735.309,52	250.719,74	60.600,30	545.190,08
ADMPPJURVR URV-MAGISTRADO-PENSIONISTA-JUROS	603.117,75	0,00	81.410,47	684.528,22
ADMPPPAAEM PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-PRINCIPAL	171.981,47	0,00	0,00	171.981,47
ADMPPPURVR URV-MAGITRADO-PENSIONISTA-PRINCIPAL	158.514,28	0,00	0,00	158.514,28
ADSACABPE ABONO PERMAN-SERVIDOR-ATIVO-CORR MONETÁRIA	5.374,59	9.428,66	11.639,23	7.585,16
ADSACATSE ATS - SERVIDOR - ATIVO - CORREÇÃO MONETÁRIA	1.029,04	1.029,04	9.423,42	9.423,42
ADSACDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-SERV.ATIVO-CORR.MON	224,18	0,00	10.524,78	10.748,96
ADSACDFCC DIFER.GRATIF.-FC'S E CC-SERV.-ATIVO-CORR.MON.	4.365,07	0,00	4.910,32	9.275,39
ADSACDSUB DIFERENÇA DE SUBSTITUIÇÃO SERVIDOR ATIVO- CM	0,00	0,00	141,70	141,70
ADSACOUTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR ATIVO - COR.MON.	4.731,99	1.604,38	0,00	3.127,61
ADSACURVR URV-SERVIDOR-ATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	2.276.902,52	593,70	229.818,93	2.506.127,75
ADSAJABPE ABONO PERMAN - SERVIDOR - ATIVO - JUROS	6.570,71	9.480,85	4.199,28	1.289,14
ADSAJATSE ATS - SERVIDOR - ATIVO - JUROS	966,24	966,24	350,31	350,31
ADSAJDADI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.- SERV.ATIVO - JUROS	2.620,50	0,00	6.126,28	8.746,78
ADSAJDFFCC DIFER.GRATIF.-FC'S E CC - SERV.-ATIVO - JUROS	10.071,67	0,00	3.948,35	14.020,02
ADSAJDSUB DIFERENÇA DE SUBSTITUIÇÃO SERVIDOR ATIVO- JR	0,00	0,00	56,78	56,78
ADSAJOUTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR - ATIVO - JUROS	12.081,81	4.036,79	0,00	8.045,02
ADSAJURVR URV-SERVIDOR-ATIVO-JUROS	5.569.124,12	4.667,89	674.921,46	6.239.377,69
ADSAPABPE ABONO PERMAN - SERVIDOR - ATIVO - PRINCIPAL	212.804,33	212.804,33	228.006,21	228.006,21
ADSAPATSE ATS - SERVIDOR - ATIVO - PRINCIPAL	51.498,01	51.498,01	95.351,81	95.351,81
ADSAPDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-SERV.ATIVO-PRINCIPAL	41.397,22	12.820,73	56.113,44	84.689,93
ADSAPDFCC DIFER.GRATIF.-FC'S E CC - SERV.-ATIVO - PRINC	62.418,30	6.620,54	0,00	55.797,76
ADSAPDSUB DIFERENÇA DE SUBSTITUIÇÃO SERVIDOR ATIVO- PRI	0,00	0,00	11.215,24	11.215,24
ADSAPOUTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR ATIVO - PRINCIPAL	3.494.987,66	1.148.457,76	12.638.098,63	14.984.628,53
ADSICABPE ABONO PERMAN-SERVIDOR-INATIVO-CORR MONETÁRIA	0,00	0,00	414,16	414,16
ADSICDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-SERV.INATIVO-COR.MON	2.449,42	0,00	0,00	2.449,42
ADSICDPRP DIFER.PROVENTOS E PENSÕES - SERV.INAT.- CM	19.944,99	4.646,95	26.853,32	42.151,36
ADSICLPIN LICENÇA PREMIO INDENIZADA SERVIDOR INATIVO-CM	3.467,46	3.467,46	1.154,38	1.154,38
ADSICOUTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR INATIVO-CORR. MON.	28.797,20	0,00	0,00	28.797,20
ADSICURVR URV-SERVIDOR-INATIVO-CORREÇÃO MONETARIA	541.725,59	0,00	54.679,02	596.404,61
ADSIJABPE ABONO PERMAN-SERVIDOR-INATIVO-JUROS	0,00	0,00	191,63	191,63
ADSIJDADI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.- SERV.INATIVO -JUROS	1.222,53	0,00	0,00	1.222,53
ADSIJDPRP DIFER.PROVENTOS E PENSÕES - SERV.INAT.-JUROS	70.295,29	11.688,45	41.237,23	99.844,07
ADSIJLPIN LICENÇA PREMIO INDENIZADA SERVIDOR INATIVO-JR	2.883,82	2.883,82	335,73	335,73
ADSIJOUTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR INATIVO - JUROS	65.682,87	0,00	0,00	65.682,87
ADSIJURVR URV-SERVIDOR-INATIVO-JUROS	1.124.249,74	0,00	140.314,25	1.264.563,99
ADSPABPE ABONO PERMAN-SERVIDOR-INATIVO-PRINCIPAL	0,00	0,00	85.430,96	85.430,96
ADSPDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-SERV.INATIVO-PRINCIP	24.717,96	0,00	0,00	24.717,96
ADSPDPBP DIFER.PROVENTOS E PENSÕES - SERV.INAT.-PRINCI	238.231,07	40.769,22	0,00	197.461,85
ADSIPLPIN LICENÇA PREMIO INDENIZ SERVIDOR INATIVO- PRIN	201.358,76	201.358,76	32.418,93	32.418,93
ADSIPOUTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR INATIVO- PRINCIPAL	35.223,10	0,00	0,00	35.223,10



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

ADSPCDPRP DIFER.PROVENTOS E PENSÕES - SERV.PENS. - CM	116,74	0,00	1.818,25	1.934,99	
ADSPCURVR URV-SERVIDOR-PENSIONISTA-CORREÇÃO MONETAÁRIA	64.711,56	0,00	6.531,65	71.243,21	
ADSPJDPRP DIFER.PROVENTOS E PENSÕES - SERV.PENS. - JURO	1.620,37	0,00	841,31	2.461,68	
ADSPJURVR URV-SERVIDOR-PENSIONISTA-JUROS	174.829,35	0,00	20.852,32	195.681,67	
ADSPPDPRP DIFER.PROVENTOS E PENSÕES - SERV.PENS.-PRINC.	30.339,70	17.526,38	36.206,13	49.019,45	
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
211429 800	Outros encargos sociais – intra OFSS				
Linha Detalhe					
UG	Conta Corrente	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
080011	ADCNCPAEM PAE-CLASSISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	275.899,63	587.584,63	311.685,00
	ADCNCURVR URV-CLASSISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	1.032.011,47	1.032.011,47
	ADCNPPAEM PAE - CLASSISTA - PRINCIPAL	0,00	0,00	97.869,68	97.869,68
	ADCNPURVR URV-CLASSISTA-PRINCIPAL	0,00	0,00	245.286,38	245.286,38
	ADCXCURVR URV-CLASSISTA-CPSSS-CORR MONETÁRIA	0,00	0,00	225.794,94	225.794,94
	ADMXCPAEM PAE-MAGISTRADO-CPSSS-CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	704.476,32	1.092.113,29	387.636,97
	ADMXCURVR URV-MAGISTRADO-CPSSS-CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	56.178,52	56.178,52
	ADMXPAAEM PAE-MAGISTRADO-CPSSS-PRINCIPAL	0,00	0,00	307.348,19	307.348,19
	ADSACURVR URV-SERVIDOR-ATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	487.436,45	487.436,45
	ADSAPURVR URV-SERVIDOR-ATIVO-PRINCIPAL	0,00	0,00	150.558,46	150.558,46
	ADSXCATSE ATS - SERVIDOR - CPSSS – CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	2.022,82	2.022,82
	ADSXCOUTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR CPSSS - CORR. MONE	0,00	348,62	2.756,53	2.407,91
	ADSXCURVR URV-SERVIDOR-CPSSS-CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	64,81	275.739,36	275.674,55
	ADSXPATSE ATS - SERVIDOR - CPSSS - PRINCIPAL	0,00	5.353,32	25.837,45	20.484,13
	ADSXPOTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR CPSSS - PRINCIPAL	0,00	1.162,22	10.295,69	9.133,47
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
221110 400	Obrigações trabalhistas a pagar				
Linha Detalhe					
UG	Conta Corrente	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
080011	ADSACIAQD INCORP/INDENIZ QUINTOS/DÉC. SERVID ATIVO - CM	24.435.527,00	0,00	0,00	24.435.527,00
	ADSAJIAQD INCORP/INDENIZ QUINTOS/DÉC. SERVID ATIVO - JR	47.566.101,00	0,00	0,00	47.566.101,00
	ADSAPIAQD INCORP/INDENIZ QUINTOS/DÉC. SERV.ATIVO-PRINCI	32.716.488,00	0,00	0,00	32.716.488,00
	ADSCICIAQD INCORP/INDENIZ QUINTOS/DÉC. SERVID INATIV-CM	3.365.413,00	0,00	0,00	3.365.413,00
	ADSIJIAQD INCORP/ATUALIZ DE QUINTOS/DÉC. SER INATI -JR	6.470.774,00	0,00	0,00	6.470.774,00
	ADSIPIAQD INCORP/ATUALIZ DE QUINTOS/DÉC SERV INAT- PRIN	4.729.082,00	0,00	0,00	4.729.082,00
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
221429 800	Outros encargos sociais – intra OFSS				
Linha Detalhe					



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

UG	Conta Corrente	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
080011	ADSXCIAQD INCORP/ATUALIZ QUINTOS/DÉC SERV CPSSS - CM	0,00	0,00	5.375.815,94	5.375.815,94
	ADSXPIAQD INCORP/ATUALIZ QUINTOS/DÉC SERVID CPSSS- PRIN	0,00	0,00	7.197.627,36	7.197.627,36

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

#### **2.3.4 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

**QUADRO 80 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Valores em R\$

Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2015	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar em 31/12/2016	
2015	1.504.286,04	1.501.160,92	794,03	2.331,09	
2013	9.709,93	9.709,93	0,00	0,00	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2015	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar em 31/12/2016
2015	32.635.028,47	25.619.473,70	25.578.462,68	3.610.414,50	3.446.151,29
2014	8.666.779,05	4.346.265,66	4.346.265,66	2.204.054,07	2.116.459,32
2013	2.625.783,84	815.909,87	815.909,87	1.765.602,59	44.271,38
2012	626.582,62	0,00	0,00	543.534,53	83.048,09

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

##### **2.3.4.1 Da Execução dos Restos a Pagar Não Processados**

O quadro a seguir apresenta a execução dos restos a pagar não processados no exercício de 2016, relativos aos valores inscritos (LOA/2015) e reinscritos de exercícios anteriores (LOA/2012, LOA/2013 e LOA/2014), por categoria econômica e natureza de despesa.

Os valores relativos à execução de restos a pagar não processados no exercício de 2016 são: R\$ 44.554.173,98 inscritos e reinscritos no final de 2015, R\$ 30.781.649,23 liquidados, R\$ 8.123.605,69 cancelados e R\$ 5.648.919,06 reinscritos ao final de 2016.

Para a análise dos índices de execução foram destacados as porcentagens dos totais liquidados, cancelados e reinscritos em relação ao total da inscrição, por grupo de natureza da despesa.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

### **QUADRO 81 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – DESPESAS DE PESSOAL**

ORÇAMENTO 2016 – EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (EM R\$)

DESPESAS DE PESSOAL

Em R\$

ND	Descrição_ND	Inscrição e Reinscrição	Liquidação	%Liquidação/Inscrição e Reinscrição	Cancelamento	%Cancelamento/Inscrição e Reinscrição	Saldo para Reinscrição em 31/12/2016	%Saldo para Reinscrição 2016/Inscrição e Reinscrição
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	12.606,11	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12.606,11	100,00%
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.620.094,42	2.550.228,44	97,33%	477,02	0,02%	69.388,96	2,65%
319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	493.253,62	0,00	0,00%	493.253,62	100,00%	0,00	0,00%
319192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	24.063,40	19.030,42	79,08%	5.032,98	20,92%	0,00	0,00%
		<b>3.150.017,55</b>	<b>2.569.258,86</b>	<b>81,56%</b>	<b>498.763,62</b>	<b>15,83%</b>	<b>81.995,07</b>	<b>2,60%</b>

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O montante relativo a despesa de pessoal liquidado amparou pagamentos de folhas relativas a acertos e demais pendências, quais sejam:

- Diferença Correção Monetária e Juros da PAE 98-99 (Processo CSJT-PP-744/53.2012.5.90.0000, neste Tribunal a matéria é tratada no Processo nº 0031700-18.2002.5.15.0895 PA) paga em janeiro. (Inativos e Pensionistas). Valores disponibilizados pelo Ofício-Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 29/2015;
- Diferenças decorrentes da disponibilização de recursos concedidas pelo Ofício-Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 30/2015;
- Diferenças decorrentes da disponibilização de recursos concedidas pelos Ofício-Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 36/2014;
- Diferenças decorrentes de sobras do exercício de 2015: Licença-Prêmio, Ressarcimento de Prefeituras, Diferença de Proventos, de Gratificação de Natal e de Função Comissionada – artigo 193.

### **QUADRO 82 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

ORÇAMENTO 2016 – EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (EM R\$)

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Em R\$

ND	Descrição_ND	Inscrição e Reinscrição	Liquidação	%Liquidação/Inscrição e Reinscrição	Cancelamento	%Cancelamento/Inscrição e Reinscrição	Saldo para Reinscrição em 31/12/2016	%Saldo para Reinscrição 2016/Inscrição e Reinscrição
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	162.574,80	4.143,62	2,55%	143.763,12	88,43%	14.668,06	9,02%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.330.238,97	1.123.099,94	84,43%	201.502,27	15,15%	5.636,76	0,42%
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	56.906,27	23.347,48	41,03%	33.558,79	58,97%	0,00	0,00%
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	179.707,00	146.107,00	81,30%	33.600,00	18,70%	0,00	0,00%
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.420.296,81	1.217.429,50	85,72%	202.676,13	14,27%	191,18	0,01%
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	4.892.734,60	4.672.394,22	95,50%	163.134,75	3,33%	57.205,63	1,17%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	12.358.976,49	8.051.697,10	65,15%	3.022.182,01	24,45%	1.285.097,38	10,40%
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	375.600,06	20.610,42	5,49%	0,00	0,00%	354.989,64	94,51%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	10.590,38	7.055,60	66,62%	3.534,78	33,38%	0,00	0,00%
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	84.577,18	1.607,05	1,90%	67.309,60	79,58%	15.660,53	18,52%
339059	PENSOES ESPECIAIS	768.339,02	226.236,78	29,44%	0,00	0,00%	542.102,24	70,56%
339091	SENTENCIAS JUDICIAIS	191.989,88	0,00	0,00%	191.989,88	100,00%	0,00	0,00%
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	26.925,04	0,00	0,00%	26.925,04	100,00%	0,00	0,00%
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.753.659,99	539.771,79	30,78%	464.549,60	26,49%	749.338,60	42,73%
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	84.675,72	21.016,04	24,82%	63.659,68	75,18%	0,00	0,00%
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	226.174,59	222.007,44	98,16%	4.167,15	1,84%	0,00	0,00%
		<b>23.923.966,80</b>	<b>16.276.523,98</b>	<b>68,03%</b>	<b>4.622.552,80</b>	<b>19,32%</b>	<b>3.024.890,02</b>	<b>12,64%</b>

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Os valores mais relevantes liquidados em 2016 relativos a outras despesas correntes, seguem



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

destacados: R\$ 2,7 milhões em manutenção e conservação de bens imóveis; R\$ 2,3 milhões, gastos com comunicação de dados; R\$ 1,8 milhão, apoio administrativo / técnico / operacional; R\$ 1,4 milhão em vigilância ostensiva; R\$ 1,2 milhão em limpeza e conservação; R\$ 1,1 milhão, perícias técnicas vinculadas à justiça gratuita; dentre outros.

#### QUADRO 83 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTO 2016 – EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (EM R\$)

DESPESAS DE CAPITAL

Em R\$

ND	Descrição_ND	Inscrição e Reinscrição	Liquidação	%Liquidação/Inscrição e Reinscrição	Cancelamento	%Cancelamento/Inscrição e Reinscrição	Saldo para Reinscrição em 31/12/2016	%Saldo para Reinscrição 2016/Inscrição e Reinscrição
449039	OUTROS SERVOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	715.511,11	575.800,00	80,47%	119.311,11	16,67%	20.400,00	2,85%
449051	OBRAS E INSTALAÇOES	9.464.639,83	4.265.510,01	45,07%	2.807.197,36	29,66%	2.391.932,46	25,27%
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.300.038,69	7.094.556,38	97,19%	75.780,80	1,04%	129.701,51	1,78%
		<b>17.480.189,63</b>	<b>11.935.866,39</b>	<b>68,28%</b>	<b>3.002.289,27</b>	<b>17,18%</b>	<b>2.542.033,97</b>	<b>14,54%</b>

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

As despesas de capital liquidadas em 2016, com créditos de restos a pagar não processados, mais significativas foram: R\$ 3,4 milhões aplicados em equipamentos de processamento de dados; R\$ 2,3 milhões em instalações; R\$ 2,2 milhões na aquisição de mobiliário em geral; R\$ 1,8 milhão investidos em obras em andamento; dentre outros.

Na análise dos empenhos pelos gestores dos contratos de aquisições e prestação de serviços, a manutenção dos saldos se deve pelos seguintes motivos: vigência do prazo de cumprimento da obrigação assumida pelo credor, ou, liquidação da despesa em curso, ou, ainda, pelo interesse da administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor, conforme dispõe o art. 35 do Decreto 93.872/1986.

Insta esclarecer que, assim como a reinscrição do saldo de restos a pagar não processados, os cancelamentos dos Restos a Pagar foram procedidos com a devida autorização e de acordo com as diretrizes estipuladas pela Administração desta Corte, amparados pelo Decreto do Presidente da República nº 8.795 de 30 de junho de 2016.

#### 2.3.4.2 Da Execução dos Restos a Pagar Processados

Do total de R\$ 1.513.995,97 inscrito em restos a pagar processados, restou pendente de pagamento o valor de R\$ 2.331,09, relativo ao Processo CP. 0274/2015 – Serviços de ascensoristas (05 postos) no Edifício-Sede e no FT de Campinas, registrado a título de depósitos de fornecedores, e transferido para conta do passivo não circulante 22881.04.06, conforme Inf. 756/2016 – ST – CCT, sendo que o saldo deverá permanecer retido pelo prazo de 02 anos contados da data de rescisão do contrato (04/07/2016).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

### **2.3.5 Informações Sobre a Realização das Receitas**

---

#### - Das Receitas Geradas

A receita líquida arrecadada pelo Órgão no exercício financeiro de 2016 somou R\$ 52,9 milhões. A tabela seguinte apresenta os valores arrecadados no ano, de acordo com o contabilizado, por tipo de recolhimento.

**QUADRO 84 – ARRECADAÇÃO POR TIPO DE RECEITA**

ARRECADAÇÃO POR TIPO DE RECEITA

(Em R\$)

Tipo de Receita	Exercício 2016
CUSTAS E EMOLUMENTOS	49.672.717,78
MULTAS CONTRATUAIS E OUTRAS	726.517,94
TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS – FT 50	670.729,66
OUTROS RESSARCIMENTOS – FT 50	631.428,98
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – FT 81	607.236,52
INDENIZAÇÕES/RESTITUIÇÕES e DEMAIS RECEITAS	381.793,22
SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	138.344,59
CONTRIBUIÇÃO MONTEPIO CIVIL	50.694,45
INSCRIÇÃO EM CONCURSO MAGISTRATURA – FT 50	0,00
	<b>52.879.463,14</b>

Fonte Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

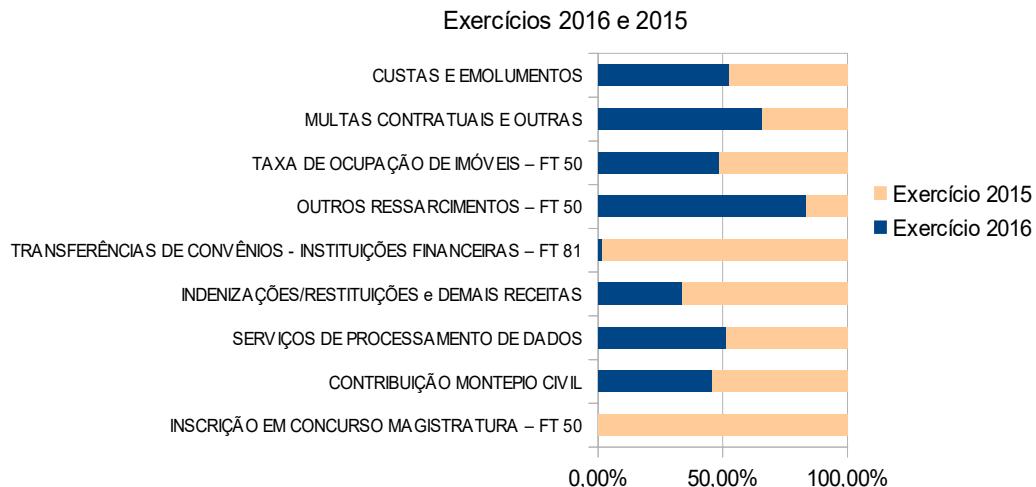
Seguem notas relativas à variação do montante arrecadado no ano de 2016 em relação ao exercício anterior.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

#### GRÁFICO 4 – COMPARATIVO DA RECEITA LÍQUIDA ARRECADADA (2016 X 2015)

Comparativo em percentuais da Receita Líquida Arrecadada



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A arrecadação derivada dos recolhimentos ao erário, decorrentes de Custas e Emolumentos Judiciais, pelo TRT da 15ª Região, contabilizou o total de R\$ 49,7 milhões, um aumento de 10,7% em relação ao exercício financeiro de 2015.

Quanto à variação negativa relativa à arrecadação oriunda de convênios, esta decorreu do impacto provocado pela receita contabilizada em 2015, no montante de R\$ 35,7 milhões arrecadados, a título de “Transferências de Convênios”, os quais derivaram dos acordos celebrados entre este Regional e as Instituições Financeiras, com vigência encerrada em 2015, sendo que o novo acordo não promoveu efeitos financeiros em 2016. Tais recursos são classificados em fonte específica: 81 – Recursos de Convênios, destinados à consecução de projetos e atividades que traduzam o interesse público primário do Órgão.

Verifica-se, também, a variação negativa na arrecadação decorrente de taxas de inscrição, tendo em vista que não houve concurso no ano de 2016, realizado pelo TRT da 15ª Região.

A receita de R\$ 670,7 mil concernentes à taxa de ocupação de imóveis, derivou dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, assinados por este Tribunal e as Instituições Financeiras, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem como a receita de R\$ 631,4 mil, oriunda de reembolso de gastos com locação pelas prefeituras. Trata-se de valores diretamente arrecadados, receita própria do Órgão, classificados na Fonte – 50.

A receita total arrecadada por este Regional derivou, também, do recolhimento ao Tesouro Nacional de: taxa sobre consignação em folha de pagamento; multas previstas em contratos/outras; indenizações e restituições aos cofres públicos.

Vale destacar que, não houve no exercício de 2016 geração de receita derivada de alienação de bens e direitos que integrem o patrimônio público, tendo em vista o que dispõe o art. 44, bem como o inciso VI, do art. 50, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que vedam a aplicação de tais



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

receitas para financiar Despesas Correntes.

### **2.3.6 Informações Sobre a Execução das Despesas**

#### **2.3.6.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação**

**QUADRO 85 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

Valores em R\$

Unidade Orçamentária: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região				Código UO: 15.116			UGO: 080011	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	57.044.039,95	3,91	50.186.081,70	3,56	56.668.125,99	3,88	50.124.052,67	3,56
a) Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Pregão	57.044.039,95	3,91	50.186.081,70	3,56	56.668.125,99	3,88	50.124.052,67	3,56
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	34.535.024,30	2,36	38.376.638,87	2,72	34.535.024,30	2,37	36.943.160,81	2,62
h) Dispensa	31.598.656,72	2,16	34.623.047,48	2,46	31.598.656,72	2,17	33.189.969,92	2,36
i) Inexigibilidade	2.936.367,58	0,20	3.753.591,39	0,26	2.936.367,58	0,20	3.753.190,89	0,26
3. Regime de Execução Especial	146.660,23	0,01	143.011,14	0,01	146.660,23	0,01	143.011,14	0,01
j) Suprimento de Fundos	146.660,23	0,01	143.011,14	0,01	146.660,23	0,01	143.011,14	0,01
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.229.303.570,76	84,20	1.195.170.441,28	84,81	1.229.303.570,76	84,22	1.195.170.441,28	84,90
k) Pagamento em Folha	1.222.515.058,45	83,73	1.184.306.214,94	84,04	1.222.515.058,45	83,76	1.184.306.214,94	84,13
l) Diárias	6.788.512,31	0,47	10.864.226,34	0,77	6.788.512,31	0,46	10.864.226,34	0,77
5. Outros	138.966.152,89	9,52	125.390.082,84	8,90	138.946.664,31	9,52	125.381.303,89	8,91
6. Total (1+2+3+4+5)	1.459.995.448,13	100	1.409.266.255,83	100	1.459.600.045,59	100	1.407.761.969,79	100

Fonte: Tesouro Gerencial

### 2.3.6.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

**QUADRO 86 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA**

Valores em R\$

Unidade Orçamentária: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região				Código UO: 15.116		UGO: 080011		
<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	764.566.791,52	751.538.329,26	764.449.667,26	751.538.329,26	117.124,26	0,00	764.449.667,26	751.538.329,26
Aposent.RPPS, Reser.Remuner. e Refor.Militar	231.039.749,08	208.294.307,22	230.719.337,22	208.294.307,22	320.411,86	0,00	230.719.337,22	208.294.307,22
Demais elementos do grupo	234.291.425,96	227.403.439,03	227.346.053,97	224.473.578,46	6.945.371,99	2.929.860,57	227.346.053,97	224.473.578,46
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
Auxílio-alimentação	42.970.520,00	38.191.345,64	42.634.545,52	38.106.682,44	335.974,48	84.663,20	42.634.545,52	38.106.682,44
Indenizações e Restituições	42.848.305,97	40.914.337,33	42.503.566,18	39.842.767,08	344.739,79	1.071.570,25	42.502.586,18	39.842.767,08
Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	37.958.561,73	41.357.235,97	29.478.982,80	32.379.950,58	8.479.578,93	8.977.285,39	29.126.003,93	31.710.372,91
Locação de mão-de-obra	34.536.516,12	36.446.138,60	31.376.029,86	31.553.404,00	3.160.486,26	4.892.734,60	31.361.511,35	31.529.599,42
Outros Serviços de Terceiros – P. Física	34.101.238,50	25.598.817,27	33.995.393,43	24.275.677,10	105.845,07	1.323.140,17	33.979.969,61	23.484.341,79
Demais elementos do grupo	48.015.628,04	57.311.768,29	46.925.060,19	55.577.605,20	1.090.567,85	1.734.163,09	46.915.507,17	55.565.616,41
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Equipamentos e Material Permanente	10.026.164,07	10.221.463,06	6.000.190,37	3.120.018,55	4.025.973,70	7.101.444,51	5.998.242,05	3.112.438,86
Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	4.220.785,36	283.676,05	4.186.097,36	44.764,94	34.688,00	238.911,11	4.186.097,36	44.764,94
Demais elementos do grupo	2.723.479,99	4.340.426,58	380.523,97	59.171,00	2.342.956,02	4.281.255,58	380.523,97	59.171,00
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Fonte: Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

### **2.3.6.3 Análise Crítica da Realização da Despesa**

#### **2.3.6.3.1 Da Execução Orçamentária**

O quadro a seguir, demonstrativo do Crédito Autorizado comparativamente à Despesa Executada, apresenta o nível da execução orçamentária por origem de crédito.

**QUADRO 87 – NÍVEL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR ORIGEM DE CRÉDITO**

ORÇAMENTO 2016 - EXECUÇÃO DA DESPESA (EM R\$)

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2016 E CRÉDITOS ADICIONAIS)

UO	TÍTULO	GRUPO NATUREZA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESA EMPENHADA (b)	% (b) / (a)	DESPESA LIQUIDADA (c)	% (c) / (a)	DESPESA PAGA (d)	% (d) / (a)
15116	TRT 15ª Região	Pessoal e Encargos	1.133.598.109,00	1.208.302.759,00	1.208.302.759,00	100,0%	1.200.919.850,89	99,39%	1.200.919.850,89	99,39%
15116	TRT 15ª Região	Outras Despesas Correntes	222.917.117,00	236.089.969,00	236.022.965,93	100,0%	224.281.019,49	95,00%	224.239.934,91	94,98%
15116	TRT 15ª Região	Investimentos	3.315.000,00	14.512.480,00	14.400.279,35	99,2%	7.997.311,25	55,11%	7.995.362,93	55,09%
15116	TRT 15ª Região	Reserva de Contingência	6.075.000,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
<b>TOTAL</b>		<b>1.365.905.226,00</b>	<b>1.458.905.208,00</b>	<b>1.458.726.004,28</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.433.198.181,63</b>	<b>98,24%</b>	<b>1.433.155.148,73</b>	<b>98,23%</b>	

PROVISÕES RECEBIDAS

UO	TÍTULO	GRUPO NATUREZA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESA EMPENHADA (b)	% (b) / (a)	DESPESA LIQUIDADA (c)	% (c) / (a)	DESPESA PAGA (d)	% (d) / (a)
15101	TST	outras despesas correntes	0,00	3.748.878,80	3.748.878,80	100,0%	2.046.978,67	54,60%	1.694.609,03	45,20%
15101	TST	investimentos	0,00	7.147,62	7.147,62	100,0%	6.498,00	90,91%	6.498,00	90,91%
15126	CSJT	outras despesas correntes	0,00	658.925,63	658.925,63	100,0%	585.579,82	88,87%	585.579,82	88,87%
15126	CSJT	investimentos	0,00	2.563.002,45	2.563.002,45	100,0%	2.563.002,45	100,00%	2.563.002,45	100,00%
15126	CSJT	pessoal e encargos sociais	0,00	4.805.293,71	4.805.293,71	100,0%	4.805.293,71	100,00%	4.805.293,71	100,00%
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>11.783.248,21</b>	<b>11.783.248,21</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.007.352,65</b>	<b>84,9%</b>	<b>9.654.983,01</b>	<b>81,9%</b>	

DESTAQUES RECEBIDOS

UO	TÍTULO	GRUPO NATUREZA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESA EMPENHADA (b)	% (b) / (a)	DESPESA LIQUIDADA (c)	% (c) / (a)	DESPESA PAGA (d)	% (d) / (a)
26280	UFSCAR	pessoal e encargos sociais	0,00	145.192,00	144.678,73	99,65%	144.678,73	99,65%	144.678,73	99,65%
40201	INSS	pessoal e encargos sociais	0,00	3.139.230,00	3.081.234,49	98,15%	3.081.234,49	98,15%	3.081.234,49	98,15%
71103	Encargos União	pessoal e encargos sociais	0,00	13.765.741,00	13.564.000,63	98,53%	13.564.000,63	98,53%	13.564.000,63	98,53%
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>17.050.163,00</b>	<b>16.789.913,85</b>	<b>98,47%</b>	<b>16.789.913,85</b>	<b>98,47%</b>	<b>16.789.913,85</b>	<b>98,47%</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.365.905.226,00</b>	<b>1.487.738.619,21</b>	<b>1.487.299.166,34</b>	<b>99,97%</b>	<b>1.459.995.448,13</b>	<b>98,14%</b>	<b>1.459.600.045,59</b>	<b>98,11%</b>	

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

### 2.3.6.3.2 Dos Créditos Empenhados

Do total de R\$ 1.487.738.619,21 em créditos atualizados foram empenhados R\$ 1.487.299.166,34, quando analisado o grau de gestão orçamentária verifica-se eficiência no planejamento e na execução dos gastos, comprovada pelo índice de 0,9997 apurado na comparação entre a Despesa Empenhada e a Dotação Atualizada, próximo a 1,0.

O quadro a seguir compara os totais executados, valores empenhados, nos exercícios de 2014 a 2016, considerando os valores consignados nas Leis Orçamentárias respectivas, acrescidos das Suplementações e das Descentralizações recebidas, por categoria econômica.

Os Precatórios e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor não foram considerados, com o intuito de se efetuar uma análise da evolução das Despesas Correntes e de Capital, aplicadas na manutenção e investimentos do Órgão.

**QUADRO 88 – ORÇAMENTOS EXECUTADOS POR CATEGORIA ECONÔMICA**

ORÇAMENTOS EXECUTADOS POR CATEGORIA ECONÔMICA

Em R\$ milhões

DOTAÇÕES	Exerc. 2014	Exerc. 2015	Var. 2015/2014	Exerc. 2016	Var. 2016/2015
Pessoal e Encargos Sociais	1.037,50	1.164,50	12,2%	1.208,30	3,8%
Outras Despesas Correntes	211,60	239,80	13,3%	240,40	0,3%
Investimentos: equipamentos, material permanente e softwares	20,20	10,50	-48,0%	14,25	35,7%
Investimentos: obras e instalações	2,40	4,30	79,2%	2,72	-36,7%
Soma Investimentos	22,60	14,80	-34,5%	16,97	14,7%

FONTE: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional. Considerados os valores inscritos em Restos a Pagar não processados a liquidar e em liquidação.

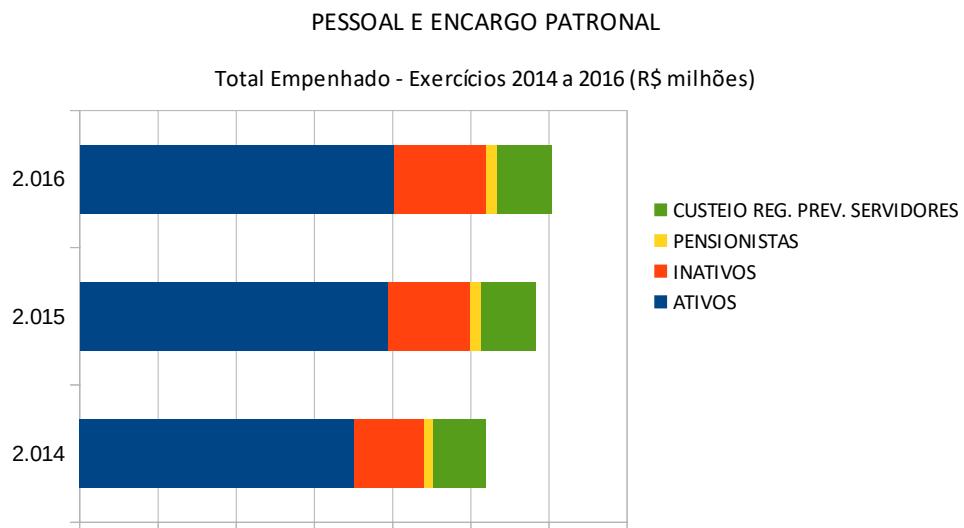
### 2.3.6.3.3 Dos Gastos com Pessoal

O gráfico a seguir representa os gastos nos anos de 2014, 2015 e 2016 com Pessoal Ativo, Inativo e Pensionista, bem como aqueles referentes a encargos contributivos para custeio do regime de previdência dos Servidores Públicos Federais.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

### GRÁFICO 5 – PESSOAL E CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

### QUADRO 89 – PESSOAL E CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

EXERCÍCIO	ATIVOS	INATIVOS	PENSIONISTAS	CUSTEIO REG. PREV. SERVIDORES	Em R\$ milhões TOTAL DESPESA PESSOAL / ENCARGOS
2014	701,4	179,9	23,5	132,7	1.037,5
2015	788,9	209,6	26,7	139,4	1.164,6
2016	804,2	233,9	29,7	140,5	1.208,3

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Destaca-se a variação positiva de 30% nos gastos com inativos e de 26% com pensionistas, quando comparados os totais empenhados nos exercícios de 2016/2014.

As execuções, no exercício de 2016, concernentes ao pagamento de Pessoal: Ativo, Inativo, Pensionista, e Contribuição Patronal para Custeio da Previdência Social de Servidor Público (CPSSS), variaram 3,8% em relação ao ano de 2015, e suportaram o pagamento de:

- Folhas Habituais do ano (ATIVOS, INATIVOS, CPSS);
- Implantação dos aumentos decorrentes da Lei 13.317/2016 – Plano de Carreira dos Servidores;
- Reembolso de despesas de Prefeituras com remuneração/encargos sociais dos servidores cedidos ao TRT-15ª Região, em cumprimento ao Ato CSJT.GP.SG.CGPES nº 75/2013 (ATIVOS E REEMBOLSO DE PATRONAL);
- Pagamentos de Diferenças Diversas conforme autorização concedida na Resolução nº



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

137/2014 – CSJT (ATIVOS, INATIVOS, CPSS);

- Diferença Correção Monetária e Juros da PAE 98-99 (Processo CSJT-PP-744/53.2012.5.90.000, neste Tribunal a matéria é tratada no Processo nº 0031700-18.2002.5.15.0895 PA) paga em dezembro (Ativos, Inativos e Pensionistas). Valores disponibilizados pelo Ofício-Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 20/2016;
- Valores inscritos em RAP para pagamento de diferenças diversas: Férias Indenizadas, Licença Prêmio Indenizada, Substituição, Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição, Reembolso de Prefeituras, Abono de Permanência, Vencimentos, Pensões, Gratificação de Atividade Judiciária, Gratificação de Atividade Externa, Adicionais de Insalubridade, Qualificação e Treinamento, Gratificação Adicional por Tempo de Serviço, Gratificação de Natal, Adicional de Férias, Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público e para Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário.

#### **2.3.6.3.4 Dos Gastos com Outras Despesas Correntes**

A execução de Outras Despesas Correntes em 2016 somou R\$ 240,4 milhões, 0,3% a mais que o empenhado no ano de 2015.

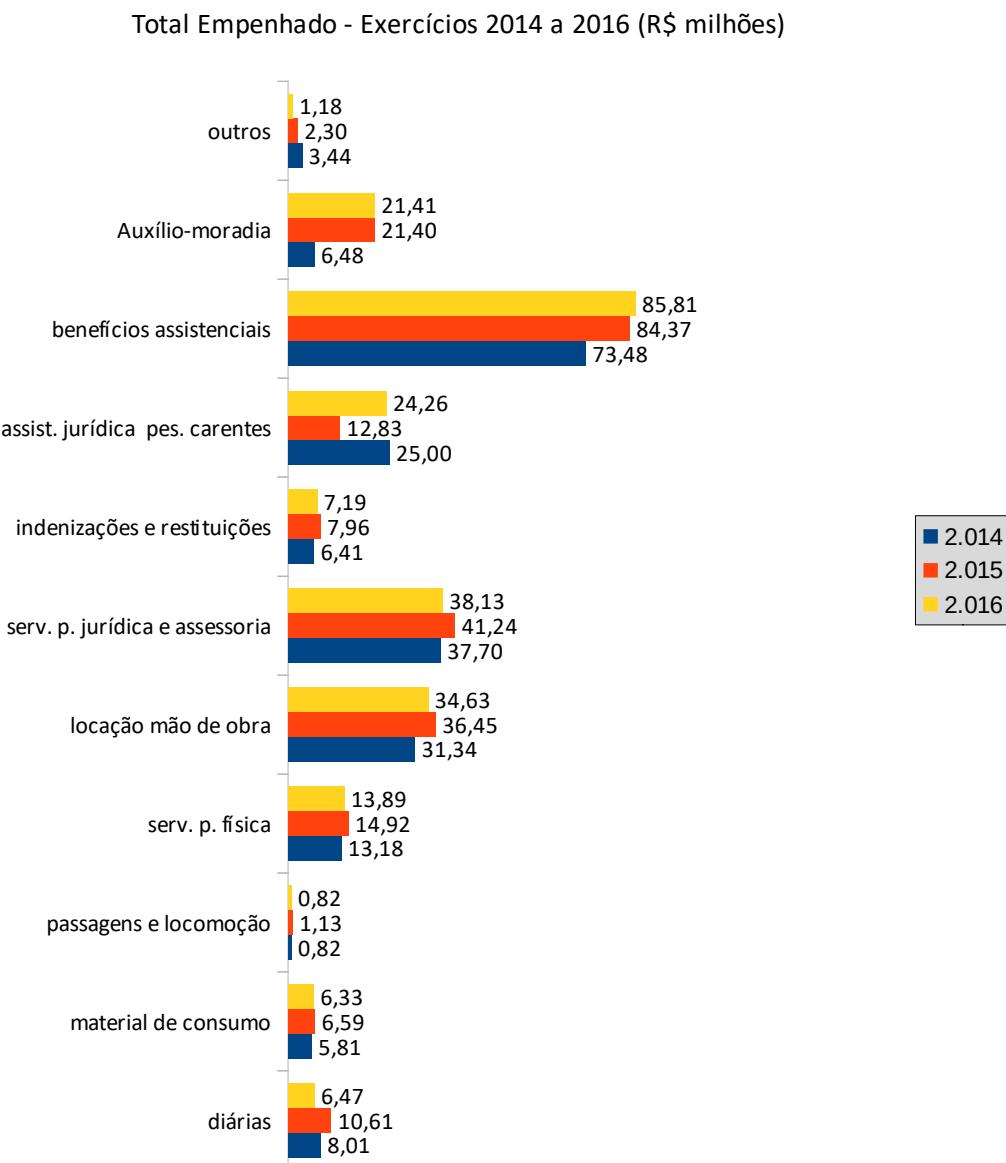
O gráfico a seguir apresenta a evolução dos dispêndios, considerados os valores inscritos em Restos a Pagar não Processados a serem liquidados em 2017, relativos a Outras Despesas Correntes, aplicados na manutenção do Órgão, quais sejam: aquisição de material de consumo, serviços prestados por pessoas física e jurídica, diárias e passagens, locações de imóveis e de mão de obra, indenizações e restituições, auxílio-moradia, além dos gastos com benefícios assistenciais, e honorários periciais vinculados à Atividade denominada: Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

### GRÁFICO 6 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

#### OUTRAS DESPESAS CORRENTES



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

As providências restritivas para a contenção de gastos implementadas pelo Órgão, para fazer face ao corte orçamentário no ano 2016, resultaram na redução de despesas empenhadas, em relação a 2015, nos seguintes itens: diárias, passagens, indenizações/restituições, serviços prestados por



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

pessoa jurídica e física, locação de mão de obra e aquisição de material de consumo.

Destaque para a variação negativa no total empenhado destinado a despesas com diárias, menos 39%, e com passagens/locomoção, redução de 27%, comparativamente ao ano anterior.

O montante empenhado a título de Benefícios Assistenciais apresentou aumento de 1,7% quando comparados os exercícios de 2016/ 2015, acréscimo discreto que se justifica pelo impacto provocado por valores pagos a título de auxílio-alimentação em 2015 relativos a exercícios anteriores, e das seguintes majorações ocorridas no exercício de 2016:

Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, aumento de 9,2%, recursos destinados sobretudo: ao resarcimento parcial aos magistrados e servidores que comprovem estar abrangidos por plano de saúde, com subsídio escalonado pelo critério de faixa etária do titular, variando de R\$ 200,20 a R\$ 1.207,80 (14/05/2015); e ao cumprimento do Ato Regulamentar GP nº 14/2014, que instituiu o "Programa de Assistência Farmacêutica" no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª.

Assistência Pré-Escolar, variação de 15,28% e Auxílio-Alimentação, aumento de 12,51%, nos gastos relativos aos benefícios, reflexos da majoração autorizada mediante Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 1/2016, de 8 de março de 2016, com efeitos financeiros a partir da folha de pessoal do mês de janeiro de 2016.

O total de recursos aplicados em 2016 a título de honorários periciais, destinados a garantir a assistência jurídica a pessoas carentes, apresentou aumento expressivo, 89%, em relação ao demandado no ano anterior.

Seguem demonstrados os maiores gastos relativos a outras despesas correntes, total empenhado no exercício, não consideradas as despesas de exercícios anteriores, por ordem de relevância, que somados representam mais de 90% da despesa total da categoria, amparados pelas Ações vinculadas ao Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado denominado Prestação Jurisdicional Trabalhista – 0571, cuja atividade tem por escopo a aplicação dos recursos em ações que visem a solução de controvérsias trabalhistas, mediante a atuação de Magistrados e Servidores.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 90 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – DETALHAMENTO**

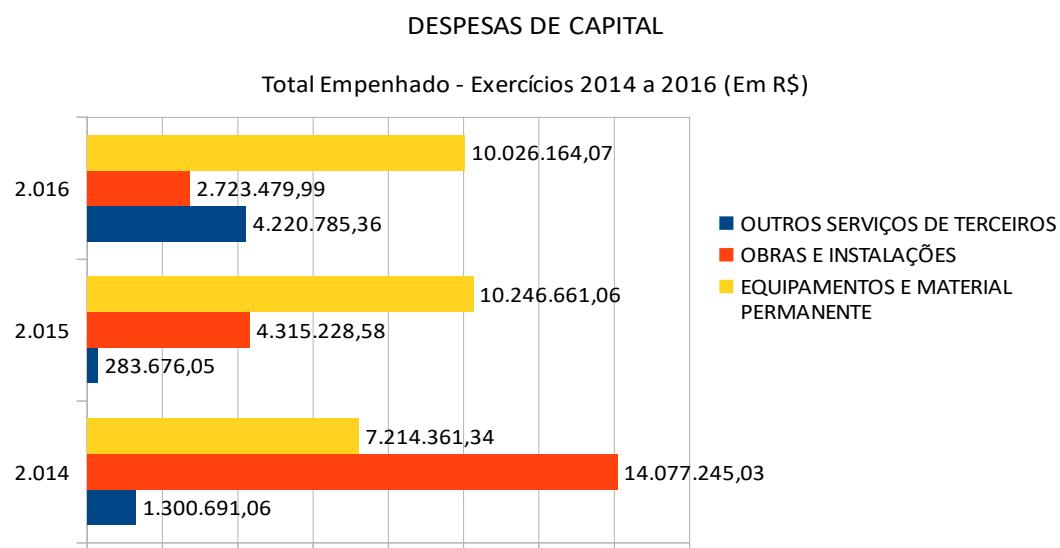
Relevância	OUTRAS DESPESAS CORRENTES – NATUREZA DE DESPESA DETALHADA	Total Empenhado Exercício de 2016 (Em R\$)
1º	AUXILIO-ALIMENTACAO CIVIS	42.970.520,00
2º	RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOGICA	35.752.004,91
3º	SENTENCA JUDICIAL - AUXILIO MORADIA (ACORDAO TCU 1690),DE 04 DE DEZEMBRO DE 2002.	21.406.159,00
4º	PERICIAS TECNICAS JUSTICA GRATUITA	20.215.869,53
5º	LOCACAO DE IMOVEIS	16.115.150,10
6º	VIGILANCIA OSTENSIVA	14.095.686,51
7º	APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	9.235.416,06
8º	LIMPEZA E CONSERVACAO	9.158.705,32
9º	DIARIAS NO PAIS	6.466.031,49
10º	AUXILIO-CRECHE CIVIL	6.372.120,00
11º	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	6.305.971,62
12º	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	5.616.931,05
13º	INDENIZACAO DE TRANSPORTE - PESSOAL CIVIL	5.190.000,00
14º	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	4.667.002,45
15º	CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS	4.102.958,47
16º	COMUNICACAO DE DADOS	3.905.032,40
17º	ESTAGIARIOS	3.783.506,00
18º	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.984.345,46

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

### 2.3.6.3.5 Dos Gastos com Despesas de Capital

O gráfico a seguir representa as Despesas de Capital empenhadas nos exercícios de 2014 a 2016.

**GRÁFICO 7 – DESPESAS DE CAPITAL**



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Verifica-se variação positiva importante nos valores aplicados no exercício de 2016 em outros serviços de terceiros, os quais se destinam à aquisição de softwares e expansão/melhoria dos equipamentos de processamento de dados, tendo sido neste último investidos R\$ 3,9 milhões, dos quais R\$ 2,3 milhões foram empenhados com dotação descentralizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Quanto ao montante aplicado no ano de 2016 em equipamentos e material permanente, verifica-se que foi mantido o nível de investimento do exercício anterior.

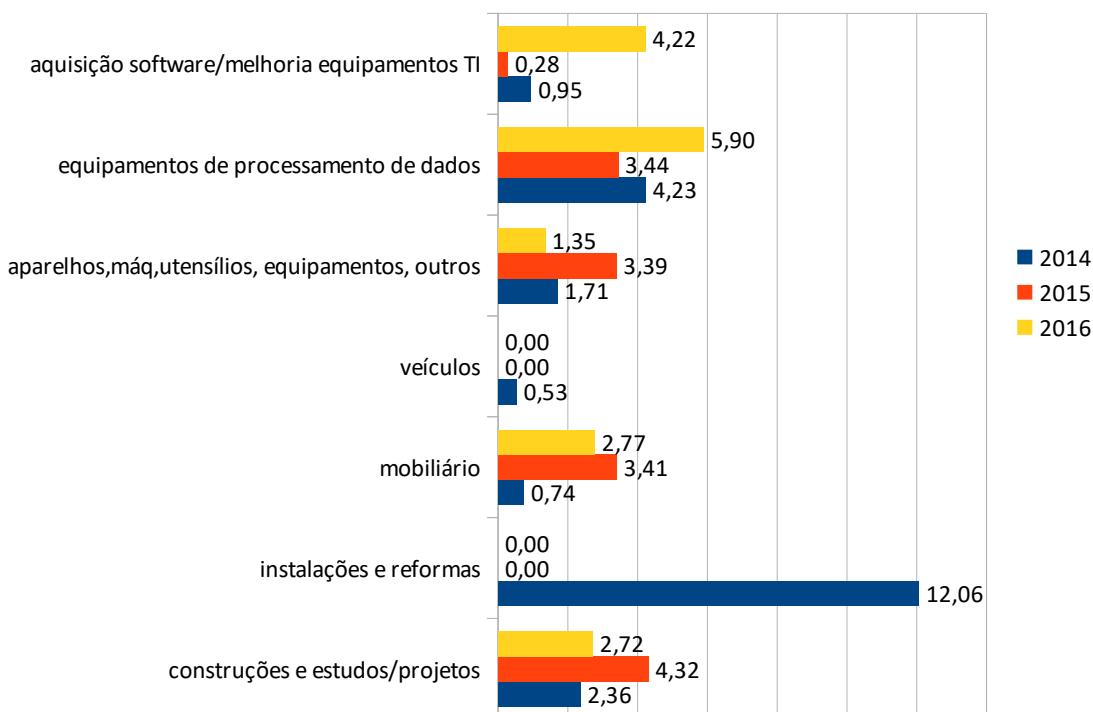
O valor empenhado em 2016, a título de obras e instalações, contemplou sobretudo recursos para a Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Barretos.

O gráfico a seguir apresenta o montante empenhado por tipo de despesa de capital, nos exercícios de 2014 a 2016.

**GRÁFICO 8 – INVESTIMENTOS – POR TIPO DE DESPESA**

**INVESTIMENTOS - POR TIPO DE DESPESA**

Total Empenhado - Exercícios 2014 a 2016 (Em Milhões)



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Seguem discriminados os processos relativos aos empenhos de maior relevância, emitidos no ano de 2016, destinados a investimentos no Órgão.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 91 – INVESTIMENTO – EMPENHOS DE MAIOR RELEVÂNCIA**

Relevância	Tipo de Investimento	Processo	Objeto	Total Empenhado (Em R\$)
1º	MELHORIA EQUIPAMENTO PROCESSAMENTO DE DADOS	CP0403/2016	Registro de preços para eventual aquisição de solução para expandir a capacidade de armazenamento dos subsistemas de armazenamento de dados (Storage), deste E. Tribunal, conforme TR0506/2016, fls. 02/50, complementado às fls. 52/72, fl. 76, fl. 125 e fls. 132/137, certidão de fl. 144, Planilhas Estimativas de fls.145/146, Informações de fls. 128 e fl. 147 e documentos de fls. 149/199.	3.890.464,68
2º	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	CP0511/2016	Aquisição de Notebooks para magistrados	2.307.810,00
3º	OBRAS EM ANDAMENTO	CP0160/2016	Contratação de empresa especializada em engenharia de construção civil para execução da continuação das obras de construção de imóvel para a Vara do Trabalho de Barretos, conforme TR0156/2016, fls. 02/364.	2.300.100,00
4º	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	CP0574/2016	Eventual aquisição de desktops com dois monitores	2.112.344,00
5º	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	CP0439/2016-A	CP00439/2016-A ARP: 84/2016 Objeto: Solução SWITCH SAN (Storage Area Network) Fornecedor: COMPWIRE INFORMÁTICA S.A	829.934,10
6º	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	CP0137/2015-A	CP0137/2015-A ARP 069/2015 Objeto: Ar Condicionado - Fornecimento e Instalação Fornecedor: IVAI AR CONDICIONADO LTDA - EPP	665.710,52
7º	PROCESSAMENTO DE DADOS	CP0500/2016	Aquisição Servidores de Rede Tipo Rack	631.992,00
8º	MOBILIARIO EM GERAL	CP0589/2014	: Registro de preços para eventual aquisição de estações de trabalho, conforme TR813/2015, fls. 02/03, alterado pelo memorando nº 14/2015-SA/CML, fls. 181/190, planilhas estimativas de fls. 524/261 e informações de fls. 262/263.	542.295,00
9º	MOBILIARIO EM GERAL	CP0494/2016	Aquisição de sofás de 2 e 3 lugares.	463.835,50
10º	MOBILIARIO EM GERAL	CP0461/2016	Aquisição de Poltrona Giratória com Espaldar Alto e Apoia-Braças para Magistrado e Poltrona Fixa Interlocutor com Espaldar Médio para Diretor, Magistrado e Salas de Audiência.	378.949,76
11º	MOBILIARIO EM GERAL	CP0489/2016	Aquisição de Poltrona Fixa Interlocutor com Espaldar Médio para Diretor, Magistrado e Salas de Audiência.	295.254,30
12º	AQUISICAO DE SOFTWARE	CP0577/2015	Fornecimento de solução de "Application Performance Management" - APM, incluindo instalação, configuração, treinamento e garantia de funcionamento por 36 meses.	272.965,33
13º	MOBILIARIO EM GERAL	CP0509/2016	Aquisição de poltronas para auditório com prancheta escamoteável anti-pânico.	266.662,00
14º	OBRAS EM ANDAMENTO	CP0593/2015	Contratação de empresa especializada em engenharia de construção civil para execução de obras de construção de imóvel para a Vara de Trabalho de Porto Ferreira, situado na Rua Júlio de Oliveira Dorta esquina com Rua Horácio de Moraes Dias, Vila Nesrala Rubez, sob responsabilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, conforme Projeto Básico/Memorial nº 10/2015 e seus anexos, fls. 02/321.	237.480,00
15º	MOBILIARIO EM GERAL	CP0491/2016	Aquisição de sofás de 1 e 2 lugares, em similicouro.	209.478,42
16º	MOBILIARIO EM GERAL	CP0519/2016	Poltrona giratória com espaldar alto para desembargador.	193.577,44
17º	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	CP0392/2016	Aquisição Ar Condicionado - VT Porto Ferreira	154.000,00
18º	MOBILIARIO EM GERAL	CP0486/2016	Aquisição de mesas de canto e de centro para desembargadores.	142.600,00
19º	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	CP0137/2015-B	CP0137/2015-B ARP 070/2015 Objeto: Ar Condicionado - Fornecimento e Instalação Fornecedor: R&V BAURU AR CONDICIONADO LTDA - EPP	135.748,06
20º	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	CP0137/2015	Contratação de empresa(s) para eventual prestação de serviços de climatização, com fornecimento e instalação de aparelhos condicionadores de ar tipo split piso-teto e split tipo cassette, nas Unidades das 08 (oito) Circunscrições deste E. TRT e, nas mesmas condições, nas unidades do Ministério Público do Trabalho à PRT 15ª Região, órgão participante do futuro Registro de Preços, em conformidade com as especificações do Termo de Requisição nº 000955/2014 e anexos (fls. 12/20-verso e anexo retificado às fls. 315/319-verso), planilhas estimativas às fls. 320/335 (TRT) e Informações às fls. 352/367.	123.457,53
21º	OBRAS EM ANDAMENTO	CP0121/2016	Contratação emergencial para instalação de gradil e portões - VT Barretos	119.900,00
22º	MOBILIARIO EM GERAL	CP0047/2016	Aquisição de porta paletes, conforme TR00979/2015, fls. 02/03, planilhas estimativas de fls. 43/44 e informação de fls. 45/46.	102.999,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

### 2.3.6.3.6 Execução Orçamentária com Aquisições Diretas até 8 Mil

A execução orçamentária respaldada na dispensa de licitação, relativa ao inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/93, qual seja, compras diretas até R\$ 8.000,00, teve uma redução de (32,3%) no exercício financeiro de 2016, quando comparada com o do ano anterior, e representou cerca de 0,2% do total empenhado/ano com Outras Despesas Correntes e de Capital.

Tais despesas foram definidas com base no inciso II, do artigo 141, da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016, como de caráter irrelevante, dispensando as estimativas de impacto orçamentário e financeiro para a sua execução, conforme disposto pelo parágrafo 3º do artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e sua execução é a seguir apresentada, por grupo de despesa:

**QUADRO 92 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM AQUISIÇÕES DIRETAS**

ANO	Material de Consumo	Serviços Pessoa Física	Serviços Pessoa Jurídica	Material Permanente	Outros	Em R\$ mil
						TOTAL
2013	280,4	72,5	404,5	115,2	7,3	879,9
2014	227,3	68,9	295,8	124,6	7,2	723,8
2015	380,6	75,4	298,0	72,0	0,1	826,1
2016	210,7	94,4	215,8	38,4	0,0	559,3

FONTE: SIAFI-Notas de Empenho, exceto exercícios anteriores e indenizações, com dispensa prevista no inciso II, artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

### 2.3.6.3.7 Dos Créditos Liquidados

É o segundo estágio da despesa pública, fase em que são consideradas as despesas efetivamente realizadas, mediante a entrega do material ou a prestação do serviço, ou até mediante reconhecimento da despesa.

O índice de liquidação em relação aos créditos atualizados foi de 98,14%, seguem demonstrados os 10 (dez) maiores valores relativos a despesas liquidadas, com créditos do exercício de 2016, por categoria econômica.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 93 – DESPESAS LIQUIDADAS – MAIORES VALORES POR CATEGORIA ECONÔMICA**

**DESPESAS DE PESSOAL**

Natureza de Despesa Detalhada	Total Liquidado (Em R\$)
GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGO EFETIVO	193.563.263,11
VENCIMENTOS E SALARIOS	187.410.809,29
SUBSIDIOS	141.550.117,33
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS	139.496.829,12
13. SALARIO	60.807.418,59
PROVENTOS ORIGINARIAS DE GRAT.P/EXERC. CARGO.	52.538.297,86
GRAT POR EXERCICIO DE FUNCOES COMISSIONADAS	49.380.478,66
INCORPORACOES	46.799.541,20
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	46.387.979,48
APOSENT ORIGINARIA DE SUBSIDIOS - PESSOAL CIV	36.742.910,93

**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

Natureza de Despesa Detalhada	Total Liquidado (Em R\$)
AUXILIO-ALIMENTACAO CIVIS	42.634.545,52
RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOGICA	35.581.451,22
SENTENCA JUDICIAL - AUXILIO MORADIA (ACORDAO TCU 1690),DE 04 DE DEZEMBRO DE 2002).	21.268.764,57
PERICIAS TECNICAS JUSTICA GRATUITA	20.215.369,15
LOCACAO DE IMOVEIS	16.056.846,55
VIGILANCIA OSTENSIVA	12.912.379,47
APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	8.398.577,76
LIMPEZA E CONSERVACAO	8.140.704,30
DIARIAS NO PAIS	6.466.031,49
AUXILIO-CRECHE CIVIL	6.241.898,37

**DESPESAS DE CAPITAL**

Natureza de Despesa Detalhada	Total Liquidado (Em R\$)
MELHORIA EQUIPAMENTO PROCESSAMENTO DE DADOS	3.890.464,68
MOBILIARIO EM GERAL	2.532.645,97
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.327.861,09
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	991.006,39
OBRAS EM ANDAMENTO	380.523,97
AQUISICAO DE SOFTWARE	295.632,68
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	90.489,00
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	49.260,00
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	6.738,92
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	1.145,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

### 2.3.6.3.8 Da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados

A diferença entre o total empenhado e o montante liquidado no exercício de 2016, R\$ 27.303.718,21, foi inscrita em restos a pagar não processados e representou 1,84% do total empenhado no ano de 2016.

#### QUADRO 94 – INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

ORÇAMENTO 2016 – INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ( Em R\$ )

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2016 E CRÉDITOS ADICIONAIS)

UO	TÍTULO	GRUPO NATUREZA DESPESA	Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	% RNP / Dotação Empenhada
15116	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Pessoal e Encargos	7.382.908,11	0,61%
15116	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Outras Despesas Correntes	11.741.946,44	4,97%
15116	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Investimentos	6.402.968,10	44,46%
		<b>TOTAL</b>	<b>25.527.822,65</b>	<b>1,75%</b>

PROVISÕES RECEBIDAS

UO	TÍTULO	GRUPO NATUREZA DESPESA	Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	% RNP / Dotação Empenhada
15101	Tribunal Superior do Trabalho	Outras Despesas Correntes	1.701.900,13	45,40%
15101	Tribunal Superior do Trabalho	Investimentos	649,62	9,09%
15126	Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Outras Despesas Correntes	73.345,81	11,13%
		<b>TOTAL</b>	<b>1.775.895,56</b>	<b>25,45%</b>
		<b>TOTAL GERAL</b>	<b>27.303.718,21</b>	<b>1,84%</b>

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

### 2.3.6.3.9 Da Inscrição em Restos a Pagar Processados

Do total da despesa liquidada no exercício, R\$ 1.459.995.448,13, foi pago o montante de R\$ 1.459.600.045,59, o saldo de R\$ 395.402,54 restou pendente de pagamento, a ser quitado no exercício seguinte, e se refere predominantemente a depósitos retidos de fornecedores.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

## 2.3.7 Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

### 2.3.7.1 Concessão de Suprimento de Fundos

QUADRO 95 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Valores em R\$

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	080011	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	0	0	270	151.718,30	4.000,00
2015	080011	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	0	0	296	143.044,52	4.000,00

Fonte: Tesouro Gerencial

### 2.3.7.2 Utilização de Suprimento de Fundos

QUADRO 96 – UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Valores em R\$

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	080011	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	0	0	83	23.512,00	144.928,64	168.440,64
2015	080011	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	0	0	100	29.014,00	97.899,32	126.913,32

Fonte: Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

### **2.3.7.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos**

**QUADRO 97 – CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS**

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
080011	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	3390.30 – Material de Consumo	33903010 - material odontológico	6.021,70
			33903015 - material p/ festividades e homenagens	50,00
			33903016 - material de expediente	326,40
			33903017 - material de processamento de dados	1.410,42
			33903019 - material de acondic. e embalagem	405,37
			33903022 - material de limp. e prod. de higienização	522,90
			33903024 - material p/ manut.de bens imóveis/instal.	27.513,97
			33903025 - material p/ manutenção de bens moveis	5.047,96
			33903026 - material elétrico e eletrônico	20.749,95
			33903028 - material de proteção e segurança	766,05
			33903029 - material p/ áudio, vídeo e foto	240,00
			33903030 - material para comunicações	772,50
			33903036 - material hospitalar	69,00
			33903039 - material p/ manutenção de veículos	129,50
			33903041 - material p/ utilização em gráfica	689,80
			33903042 - ferramentas	1.434,32
			33903044 - material de sinalização visual e outros	248,00
		3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	33903908 – manutenção de software	7.390,00
			33903912 - locação de maquinas e equipamentos	120,00
			33903916 - manutenção e conserv. de bens imóveis	51.298,94
			33903917 - manut. e conserv. de máq. e equipamentos	17.505,74
			33903920 - manut.e cons.de b. móveis de outras natur.	730,00
			33903946 - serviços domésticos	2.015,07
			33903947 – serviços de comunicação em geral	22,30
			33903963 - serviços gráficos e editoriais	660,00
			33903966 - serviços judiciários	41,67
		3390.47 – obrigações tributárias - pagto antecipado	33904710 - taxas	298,67

Fonte: Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

#### **2.3.7.4 Análise Crítica**

##### **2.3.7.4.1 Suprimento de Fundos – Cartão de Pagamento do Governo Federal**

O Ato Regulamentar GP nº 10/2010 de 14 de setembro de 2010, alterado pelo Ato Regulamentar GP nº 06/2013 de 06 de maio de 2013, regulamentou a concessão e a aplicação de Suprimento de Fundos, exclusivamente com o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, e dispôs sobre a sua utilização, também, na modalidade de saque em espécie, no âmbito da Justiça do Trabalho da 15ª Região.

No citado normativo estão autorizadas as aquisições de serviços ou bens de consumo, desde que comprovada sua imprescindibilidade à prestação jurisdicional, a necessidade de pronto pagamento e seu caráter indiscutivelmente eventual, bem como que as despesas não possam se subordinar ao processo normal de aplicação.

Os números relacionados com a operacionalização no SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal, no exercício de 2016, na modalidade de suprimento de fundos foram:

- Limites concedidos, no importe total de R\$ 151.718,30, a 48 agentes supridos pertencentes às diversas unidades administrativas de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> Instâncias deste Tribunal, com a autuação de mesmo número de processos para o acompanhamento da movimentação orçamentária e financeira das concessões e prestações de contas;
- Prestações de contas apresentadas pelos supridos e aprovadas pelo Ordenador de Despesas, com o total, líquido das devoluções, aplicado de R\$ 146.660,23, sendo que deste total: R\$ 66.397,84 foram aplicados em aquisições de bens de consumo, R\$ 79.963,72 destinados a contratações de prestadores de serviços – pessoa jurídica, e R\$ 298,67 gastos com obrigações tributárias;
- Foram despendidos R\$ 144.928,64 mil em quitações das faturas dos Cartões de Pagamento do Governo Federal – CPGF, sendo que deste total R\$ 16.736,96 se referem a gastos de 2015 e R\$ 128.191,68 a compromissos do exercício de 2016.
- O total de saques efetuados pelos supridos somou R\$ 23.512,00, sendo que este valor observou o dispositivo legal que limita em 30% do montante dos saques/ano em relação ao total da despesa anual com suprimento de fundos;
- As devoluções efetuadas pelos agentes responsáveis, por motivo de indeferimento de gastos pelo Ordenador de Despesas, ou por numerário remanescente de saques, totalizaram R\$ 5.058,07 (R\$ 315,25 – devoluções de saques; e R\$ 4.742,82 – devoluções de faturas), recolhidas mediante GRU – Guia de Recolhimento da União, cujas despesas foram estornadas no próprio exercício.

Os Suprimentos de Fundos concedidos em 2016 foram encerrados tempestivamente, tendo os responsáveis prestado contas nos prazos estabelecidos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

## 2.4 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

---

Os indicadores de desempenho operacional utilizados pela Secretaria de Orçamento e Finanças são aqueles constantes do SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, que acompanham a realização das metas físicas previstas nas Ações Programáticas consignadas na Lei Orçamentária Anual, assunto tratado no conteúdo do item 2.3.1 – Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade deste Relatório.

Os indicadores que aferem o alcance dos objetivos finalísticos estão explicitados no item 2.2 deste Relatório de Gestão.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

### 3 GOVERNANÇA

---

#### 3.1 Descrição das Estruturas de Governança

---

O Conselho Nacional de Justiça, assim como o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por intermédio de suas unidades de controle e de suas respectivas Corregedorias realizam, constantemente, ações de inspeção e auditoria com o objetivo de examinar a regularidade das ações realizadas nos órgãos vinculados, bem como o cumprimento das diretrizes fixadas por seus atos normativos.

Internamente, o TRT da 15ª Região possui as seguintes estruturas de controle, independentes entre si, cujas competências estão fixadas, precípuamente, no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e/ou na Resolução Administrativa n.º 10/2012.

---

##### 3.1.1 Tribunal Pleno

---

###### a) Base Normativa

Regimento Interno do TRT da 15ª Região, artigo 20.

###### b) Atribuições/Forma de atuação

*I - Em matéria judiciária:*

*a) processar e julgar originariamente:*

*1. as arguições de inconstitucionalidade de lei ou de ato do poder público, quando acolhidas pelo Órgão Especial, pelas Seções Especializadas, pelas Câmaras, ou quando opostas em processos de sua competência originária;*

*2. as ações rescisórias de seus próprios acórdãos;*

*3. os habeas corpus e os mandados de segurança contra seus próprios atos, contra os atos do seu Presidente, nesta qualidade;*

*4. os incidentes de uniformização da jurisprudência em dissídios individuais;*

*b) processar e julgar nos feitos de sua competência:*

*1. as exceções de suspeição e impedimento de seus Desembargadores;*

*2. as exceções de incompetência que lhe forem opostas;*

*3. as restaurações de autos;*

*4. as habilitações incidentes e as arguições de falsidade;*

*5. os agravos regimentais e os agravos internos;*

*6. os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos;*



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

*II - Em matéria administrativa:*

- a) aprovar e alterar, as disposições deste Regimento Interno;*
- b) eleger e dar posse aos membros da direção do Tribunal, segundo o disposto no art. 14;*
- c) eleger e dar posse aos membros do Órgão Especial, observados os artigos 21-A e 21-B;*
- d) compor, para promoção por merecimento, as listas tríplices dos Juízes e indicar, para promoção por antiguidade, o Juiz com direito a esta;*
- e) organizar as listas tríplices dos candidatos ao preenchimento de vagas destinadas ao quinto constitucional;*
- f) elaborar, anualmente e mediante votação pública e fundamentada, lista de Juízes Titulares de Varas do Trabalho, destinada à convocação para substituição no Tribunal;*
- g) constituir as comissões a que se refere o art. 296, elegendo os respectivos integrantes para mandatos coincidentes com os dos órgãos da direção do Tribunal;*
- h) eleger e dar posse ao Diretor e ao Vice-Diretor da Escola Judicial;*
- i) fixar os dias e os horários de suas sessões ordinárias, assim como do funcionamento dos demais órgãos do Tribunal;*

*III - editar, modificar ou revogar Súmula da Jurisprudência predominante, ou Tese Prevalecente, em dissídios individuais, exceto em matéria de competência das Seções Especializadas;*

*IV - resolver as dúvidas que lhe forem submetidas pelo Presidente ou por seus Desembargadores, sobre a ordem dos trabalhos ou a interpretação e execução deste Regimento, observados os termos do art. 326;*

*V - fiscalizar o cumprimento de suas próprias decisões, declarando a nulidade dos atos contra elas praticados;*

*VI - requisitar às autoridades competentes as diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob sua apreciação, representando contra aquelas que não atenderem às requisições;*

*VII - outorgar as comendas de mérito, na forma da respectiva Resolução;*

*VIII - apreciar e aprovar as prestações de contas e relatório geral encaminhados pela Presidência do Tribunal;*

*IX - apreciar e referendar a proposta orçamentária enviada pelo Presidente do Tribunal;*

*X - apreciar e aprovar a proposta de Planejamento Estratégico quinquenal, elaborada pelo Presidente do Tribunal.*

---

### 3.1.2 Órgão Especial

---

**a) Base Normativa**

Regimento Interno do TRT da 15ª Região, artigo 21-F.

**b) Atribuições/Forma de atuação**

*I - em matéria judiciária:*



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

*a) Processar e julgar originariamente:*

1. quaisquer conflitos de competência, jurisdição e atribuições envolvendo os órgãos do Tribunal e os Desembargadores que os integram, ressalvada a competência prevista nos arts. 29, XX, 47, § 3º, 49, § 2º, 49-B, § 2º e 51, § 2º;
2. o habeas corpus, habeas data e mandado de segurança em processos de sua competência e contra os atos do Presidente do Tribunal, Vice-Presidente Administrativo, Vice-Presidente Judicial, Corregedor Regional, Vice-Corregedor Regional, assim como, nas questões administrativas, contra os atos de suas Seções Especializadas, de suas Turmas, de quaisquer de seus órgãos, de seus Desembargadores, de Juízes de primeiro grau e de seus servidores;
3. os agravos regimentais, nas hipóteses do art. 281, II;
4. as ações rescisórias de seus acórdãos;
5. o mandado de segurança impetrado contra atos praticados pelos membros de Comissão de Concurso;
6. as habilitações incidentes, as arguições de falsidade, as exceções de impedimento e de suspeição vinculadas a processos pendentes de sua decisão;
7. os agravos de petição, nos casos previstos no § 2º do art. 263, assim como aqueles decorrentes da execução da decisão proferida na ação rescisória, aos quais será aplicado o disposto no art. 54, II.
8. as demais exceções de suspeição e impedimento opostas contra Juízes de 1º grau não enquadradas nas competências dos órgãos fracionários, aplicando-se, no que couber, as disposições do art. 54, inciso XX, deste Regimento Interno.

*b) deliberar sobre as demais matérias jurisdicionais não incluídas na competência dos outros órgãos do Tribunal;*

*c) processar e julgar nos feitos de sua competência:*

1. as exceções de suspeição e impedimento de seus Desembargadores;
2. as exceções de incompetência que lhe forem opostas;
3. as restaurações de autos;
4. as habilitações incidentes e as arguições de falsidade;
5. os agravos regimentais e os agravos internos;
6. os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos;

*II - Em matéria administrativa:*

*a) processar e julgar as questões e os recursos de natureza administrativa, originários de atos do Presidente do Tribunal, da Corregedoria, de quaisquer de seus Desembargadores, dos Juízes de primeiro grau e de seus servidores, observado o prazo do art. 293;*

*b) deliberar, referendar e determinar o processamento de:*

1. exoneração e aposentadoria de Desembargadores;
2. promoções, remoções voluntárias e permutas de Juízes Titulares de Varas do Trabalho e Juízes do Trabalho Substitutos;
3. exercer disciplina sobre os Juízes de 1ª Instância e julgar os processos disciplinares em que sejam partes, garantida sempre a ampla defesa;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- d) determinar, nos casos de interesse público, a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria de Juízes de 1ª Instância, assim como a disponibilidade ou aposentadoria de membro do próprio Tribunal;*
- e) deliberar sobre proposta de não-vitaliciamento ou perda do cargo de Juiz não-Vitalício;*
- f) aprovar listas de antiguidade preparadas anualmente pelo Presidente do Tribunal, conhecendo das reclamações contra elas oferecidas, nos quinze dias seguintes à sua publicação oficial;*
- g) fixar e rever as diárias e ajudas de custo do Presidente, do Vice-Presidente Administrativo, do Vice-Presidente Judicial, do Corregedor Regional, do Vice-Corregedor Regional, dos Desembargadores do Trabalho, dos Juízes de 1ª Instância e dos servidores;*
- h) apreciar e decidir os pedidos de remoção de Turmas, Câmaras e Seções Especializadas entre os Desembargadores, observada a ordem de antiguidade entre os interessados que tenham apresentado o requerimento no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do respectivo edital, noticiando a abertura da vaga;*
- i) deliberar sobre a definição das circunscrições judiciárias, com a finalidade de distribuição e lotação dos magistrados de 1º grau, mediante proposta da Corregedoria Regional;*
- j) deliberar sobre a alteração e estabelecimento da jurisdição das Varas do Trabalho, assim como a transferência de sua sede de um Município para outro, visando à melhoria e agilização na prestação jurisdicional, mediante proposta da Corregedoria Regional;*
- k) deliberar sobre as indicações para os cargos de Secretários das Seções Especializadas e das Turmas.*
- l) deliberar sobre as demais matérias administrativas não incluídas na competência dos outros órgãos do Tribunal.*
- m) conceder licenças para frequências em cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos;*
- n) aprovar as comissões de licitação;*
- o) propor ao Tribunal Superior do Trabalho a criação, com a fixação dos vencimentos correspondentes, e a extinção de cargos ou funções, além de outros órgãos;*
- p) estabelecer os critérios, designar as comissões, aprovar as instruções, a classificação final dos candidatos, assim como a prestação de contas dos concursos para provimento dos cargos de Juiz do Trabalho Substituto e de servidores do quadro de pessoal; os concursos terão validade por até dois anos, prorrogável uma vez por igual período.*
- q) autorizar a denominação dos Fóruns e prédios.*
- r) deliberar sobre pedido de residência do Magistrado fora da respectiva jurisdição ou circunscrição.*
- s) aprovar o regulamento da secretaria e serviços auxiliares, assim como as alterações necessárias.*
- III - organizar seus serviços auxiliares;*
- IV - fixar os dias de suas sessões;*
- V - convocar Desembargador para a formação de quorum, respeitada a ordem de antiguidade;*
- VI - editar resoluções, provimentos e outros atos, mediante proposta de quaisquer de seus órgãos ou Desembargadores, após aprovação pela maioria destes;*
- VII - praticar quaisquer outros atos necessários ao bom funcionamento da Justiça do Trabalho da 15ª Região, assim como deliberar o que for cabível, nos casos não previstos neste Regimento;*



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

*VIII - fiscalizar o cumprimento de suas próprias decisões, declarando a nulidade dos atos contra elas praticados;*

*IX - dar ciência à Corregedoria de atos considerados atentatórios à boa ordem processual;*

*X - determinar às Varas do Trabalho a realização dos atos processuais e das diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob sua apreciação;*

*XI - requisitar às autoridades competentes as diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob sua apreciação, representando contra aquelas que não atenderem às requisições.*

---

### **3.1.3 Corregedoria Regional**

---

#### **a) Base Normativa**

Regimento Interno do TRT da 15ª Região, artigos 26 a 41;

Assento Regimental nº 5, de 23/11/2009;

Regulamento Interno da Corregedoria Regional.

#### **b) Atribuições/Forma de atuação**

*I - decidir sobre as correições parciais de números ímpares, exceto quando se tratar de matéria correlata por ele já conhecida;*

*II - exercer, uma vez por ano e sempre que necessário, correição nas Varas do Trabalho, nas Diretorias de foro, nos Serviços de Distribuição de Feitos de primeira instância, nas Centrais de Mandados e nos cálculos judiciais, facultado tal procedimento por meio de informações fornecidas pelo sistema de dados;*

*III - exercer correição extraordinária ou inspeção;*

*IV - processar os pedidos de providências;*

*V - processar contra ato ou despacho de Juiz de primeira instância a correição parcial requerida pela parte e, se admitida, julgá-la no prazo de dez dias, após a instrução;*

*VI - processar as representações alusivas aos serviços judiciais e auxiliares das Varas do Trabalho e as que envolverem Juiz do Trabalho de primeira instância, determinando e promovendo as medidas necessárias à regularidade do procedimento administrativo ou jurisdicional;*

*VII - apurar, de ofício ou mediante representação, ordenando, quando necessário, a imediata regularização ou as providências e as medidas adequadas:*

*a) ao cumprimento de prazos legais pelos Juízes do Trabalho de primeira instância;*

*b) à prática de atos ou omissões dos órgãos e serviços auxiliares, que devam ser corrigidos;*

*VIII - baixar provimentos sobre matéria de sua competência, ad referendum do Tribunal Pleno e decidir as questões deles provenientes;*

*IX - analisar e, se for o caso, cancelar ou mandar retificar portarias, ordens de serviço, instruções e outros atos de natureza administrativa baixados por Juízes do Trabalho de primeira instância e seus serviços auxiliares, quando contrariarem a lei ou este Regimento;*

*X - prestar informações sobre Juízes do Trabalho de primeira instância para os fins de acesso, promoção, remoção, permuta e aplicação de penalidades;*



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

*XI - aprovar, quando não previstos em lei, os modelos de livros e formulários dos serviços de primeira instância;*

*XII - examinar, em correição ou inspeção, autos, livros e documentos findos, determinando as providências cabíveis, exceto quanto à eliminação de processos, que será realizada na forma da lei;*

*XIII - expedir instruções normativas aos serviços auxiliares das Varas do Trabalho;*

*XIV - instaurar, instruir e submeter à apreciação do Tribunal Pleno, procedimento nos casos de incorreção ou descumprimento de deveres e obrigações por parte de Juiz do Trabalho de primeira instância, de que possam resultar pena de advertência e censura, observado o princípio da ampla defesa;*

*XV - propor ao Tribunal Pleno, por motivo de interesse público, a instauração de processo administrativo contra Juízes do Trabalho de primeira instância, em casos de punição que possa importar a perda do cargo, remoção, disponibilidade e aposentadoria compulsória;*

*XVI - comunicar ao Presidente do Tribunal a necessidade de decretar regime de exceção em Vara do Trabalho e de designar Juízes para responder pelo expediente judiciário, definindo normas a serem observadas durante a vigência do regime de exceção, mediante aprovação do Tribunal Pleno;*

*XVII - realizar sindicâncias no âmbito de sua competência;*

*XVIII - supervisionar a elaboração dos relatórios estatísticos sobre o movimento processual e a atuação jurisdicional dos Órgãos e dos Juízes da primeira instância, produzidos pela Secretaria da Corregedoria, e determinar a remessa ao Presidente do Tribunal para os fins do art. 22, XXXV do Regimento Interno do Tribunal;*

*XIX - opinar, com dados técnicos e estatísticos, nos processos de criação, ampliação ou adequação de Varas do Trabalho, bem como nos casos de divisão ou revisão das circunscrições judiciárias;*

*XX - decidir os conflitos de atribuições entre Juízes de primeiro grau;*

*XXI - fiscalizar o cumprimento do disposto no inciso V do art. 35 da Lei Complementar nº 35, de 1979;*

*XXII - decidir os recursos dos atos de natureza administrativa praticados por Juízes de primeiro grau ou por servidores a eles vinculados, no âmbito das respectivas atribuições;*

*XXIII - presidir a 1ª Seção de Dissídios Individuais (1ª SDI);*

*XXIV - emitir parecer nos processos de vitaliciamento;*

*XXV - Prestar informações nos processos de indicação de Diretores de Secretaria e de Serviço de Distribuição de Feitos;*

*XXVI - presidir audiências de conciliação em recursos de revista*

---

### **3.1.4 Comissão de Regimento Interno**

---

#### **a) Base Normativa**

Regimento Interno do TRT da 15ª Região, artigo 301.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15<sup>a</sup> REGIÃO

#### b) Atribuições/Forma de atuação

- I - emitir parecer sobre matéria regimental, em quinze dias, prorrogáveis por igual período;
- II - estudar as proposições sobre reforma ou alteração regimental feitas pelos Desembargadores, emitindo parecer fundamentado e propondo sua redação, se for o caso, no mesmo prazo;
- III - sugerir ao Tribunal Pleno qualquer alteração no Regimento.

---

### 3.1.5 Comissão de Jurisprudência

---

#### a) Base Normativa

Regimento Interno do TRT da 15<sup>a</sup> Região, artigo 304.

#### b) Atribuições/Forma de atuação

- I - velar pela expansão, atualização e publicação das Súmulas ou Teses Prevalecentes da jurisprudência predominante do Tribunal;
- II - acompanhar a evolução da jurisprudência do Tribunal, com vistas à obrigatoriedade uniformização, na forma do art. 896, § 3º da CLT;
- III - ordenar o serviço de sistematização da jurisprudência do Tribunal, determinando medidas atinentes à seleção e ao registro, de modo a facilitar a pesquisa de julgados e processos;
- IV - receber e processar propostas de edição, revisão ou cancelamento de Súmulas ou Teses Prevalecentes.

---

### 3.1.6 Comissão de Vitaliciamento

---

#### a) Base Normativa

Regimento Interno do TRT da 15<sup>a</sup> Região, artigo 309.

#### b) Atribuições/Forma de atuação

A Comissão de Vitaliciamento, eleita pelo Tribunal, terá a incumbência de acompanhar o processo de vitaliciamento, em conjunto com a Corregedoria Regional e a Escola Judicial.

---

### 3.1.7 Comissão de Informática

---

#### a) Base Normativa

Regimento Interno, artigo 313.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Resolução Administrativa nº 13/2012.

**b) Atribuições/Forma de atuação**

- I – planejar e definir a política de informática;*
- II – promover intercâmbio e parceria com outras instituições;*
- III – regulamentar o uso de recursos de informática;*
- IV – opinar sobre a aquisição de equipamentos e programas, bem como definir suas destinações.*

---

### **3.1.8 Comissão de Gerenciamento de Fluxo Processual**

---

**a) Base Normativa**

Regimento Interno, artigo 314.

**b) Atribuições/Forma de atuação**

- I - definir e gerenciar a política de distribuição dos feitos de natureza recursal, apresentando sugestões e alternativas;*
- II - Propor ao Tribunal Pleno a convocação de Juízes de primeiro grau para auxílio junto ao Tribunal, ouvida a Corregedoria.*

---

### **3.1.9 Comissão de Gerenciamento de Orçamento e Finanças**

---

**a) Base Normativa**

Regimento Interno, artigo 315.

**b) Atribuições/Forma de atuação**

- I - funcionar como órgão consultivo da Administração;*
- II - auxiliar a elaboração de proposta orçamentária e acompanhar sua execução;*
- III - opinar na fixação da política pública quanto à aplicação dos recursos.*

---

### **3.1.10 Comissão de Gerenciamento de Assuntos Administrativos**

---

**a) Base Normativa**

Regimento Interno, artigo 316.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**b) Atribuições/Forma de atuação**

- I - o assessoramento da Presidência, em matéria de política de pessoal;*
- II - a supervisão de concursos de provas e seleção;*
- III - a sugestão de medidas de aprimoramento da organização dos serviços administrativos.*

---

**3.1.11 Comissão da Ordem do Mérito Judiciário**

---

**a) Base Normativa**

Regimento Interno, artigo 317.

**b) Atribuições/Forma de atuação**

*Competirá à Comissão da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho cumprir os termos da Resolução Administrativa no 4, de 8 de maio de 2000 ou outra que a substituir.*

---

**3.1.12 Comissão de Gerenciamento de Preservação da Memória da Justiça do Trabalho**

---

**a) Base Normativa**

Regimento Interno, artigo 318-A.

**b) Atribuições/Forma de atuação**

- I - Preservar e organizar a memória da Justiça do Trabalho;*
- II - Superintender a avaliação de documentos relacionados à preservação da memória da Justiça do Trabalho;*
- III - Promover e difundir a memória da Justiça do Trabalho.*

---

**3.1.13 Comissão de Gerenciamento de Fluxo Processual**

---

**a) Base Normativa**

Regimento Interno, artigo 318-B.

**b) Atribuições/Forma de atuação**

- I - Elaborar o plano de proteção e assistência dos Juízes em situação de risco e conhecer e decidir pedidos de proteção especial, formulados por Magistrados;*
- II - Estabelecer regime de plantão entre os agentes de segurança, para pleno atendimento dos*



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

*Juízes, em caso de urgência.*

---

### **3.1.14 Comissão de Gerenciamento de Responsabilidade Socioambiental**

---

**a) Base Normativa**

Regimento Interno, artigo 318-C.

**b) Atribuições/Forma de atuação**

*I – propor à Administração a adoção de medidas que visem à economia de recursos, à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente do trabalho, em primeira e segunda instâncias;*  
*II – opinar sobre questões submetidas à Administração do Tribunal relacionadas à sustentabilidade, à causa ambiental e ao meio ambiente do trabalho;*  
*III – acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Gestora da Política de Responsabilidade Socioambiental, no cumprimento do plano de gestão socioambiental do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região .*

---

### **3.1.15 Assessoria de Gestão Estratégica**

---

**a) Base Normativa**

Resolução CNJ n.º 49/2007

Resolução Administrativa nº 10/2012, artigos 152 e 153.

**b) Atribuições/Forma de atuação**

*I - assessorar a Presidência e o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica na definição de missão, visão, valores, objetivos, indicadores e metas de desempenho para este Tribunal;*  
*II - monitorar variáveis estratégicas, de modo a acompanhar a evolução dos cenários construídos para apoiar revisões anuais do Plano;*  
*III - acompanhar o cumprimento de metas estabelecidas;*  
*IV - acompanhar a execução das ações estratégicas, avaliando os resultados e oportunidades de melhoria;*  
*V - elaborar e divulgar os planos de ação relacionadas à estratégia, em consonância com as diretrizes da Presidência;*  
*VI - padronizar procedimentos para controle de metas e projetos estratégicos;*  
*VII - atuar como agente facilitador na transição entre as Administrações, com o objetivo de dar continuidade à execução da estratégia;*  
*VIII - promover ações de sensibilização nas unidades de 1ª e 2ª instâncias e administrativas sobre a*



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

*importância do planejamento;*

*IX - fornecer suporte técnico à elaboração dos planos estratégicos alinhados das unidades de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> instâncias e administrativas;*

*X - realizar intercâmbio com outros órgãos em assuntos relacionados ao planejamento estratégico;*

*XI - atuar de forma integrada com as áreas de Orçamento, Comunicação e Tecnologia da Informação e Comunicações;*

*XII - organizar e manter atualizada a documentação técnica e administrativa relativa à Gestão Estratégica;*

*XIII - consolidar informações relativas às ações realizadas;*

*XIV - analisar, formular e elaborar relatórios técnicos e de natureza institucional necessários, bem como aqueles demandados pela Presidência, ou por seu intermédio.*

---

### **3.1.16 Assessoria Jurídica**

---

**a) Base Normativa**

Resolução Administrativa nº 10/2012, artigo 8º.

**b) Atribuições/Forma de atuação**

*I - assessorar a Presidência em todas as questões institucionais em assuntos de natureza jurídico-administrativa, elaborando estudos, quando solicitados;*

*II - assessorar a Presidência no cumprimento das ordens e sentenças judiciais; examinar e aprovar as minutas de edital de licitação e de instrumentos contratuais e congêneres, bem como emitir parecer, quando solicitado, em casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação;*

*III - realizar o acompanhamento de ações judiciais de interesse do Tribunal;*

*IV - elaborar e/ou encaminhar informações a órgãos e entes públicos, quando solicitadas ao Tribunal, para subsidiar processos administrativos ou judiciais;*

*V - enviar eletronicamente à Presidência resumo periódico de decisões judiciais ou administrativas relacionadas a direitos, pretensões ou deveres de Magistrados, servidores e administrados em geral, observado o grau de repercussão e interesse para o Tribunal.*

---

### **3.1.17 Coordenadoria de Controle Interno**

---

**a) Base Normativa**

Resolução Administrativa nº 10/2012, artigos 156 a 161.

Resolução nº 171, de 01/03/2013, do Conselho Nacional de Justiça.

**b) Atribuições/Forma de atuação**



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- I - examinar os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, quanto à observância e comprovação do cumprimento das normas legais e regulamentares;*
- II - avaliar os resultados alcançados pelos gestores em cada exercício, incluindo o cumprimento das metas previstas nos planos plurianuais e os programas de gestão definidos nos respectivos planos estratégicos, especialmente quanto à eficácia e eficiência das ações administrativas;*
- III - planejar e coordenar as auditorias, incluindo, entre as respectivas metas, a avaliação da adequação e efetividade dos sistemas de controles internos, cujos resultados serão comunicados mediante relatórios, pareceres e certificados das verificações ou análises efetuadas;*
- IV - elaborar relatórios parciais ou específicos sobre a legalidade de atos relativos à execução orçamentária ou à avaliação da gestão, financeira ou de pessoal e patrimonial, a pedido da dos recursos públicos;*
- V - fornecer subsídios e informações com vistas a conferir apoio técnico aos órgãos de controle externo e interno competentes, no exercício de suas respectivas missões institucionais;*
- VI - orientar técnica e normativamente as atividades relacionadas à administração e utilização de bens e valores públicos, assim como responder a eventuais consultas técnicas solicitadas pela Presidência, tendo caráter geral e abstrato, não constituindo pré-julgamento de fatos ou casos concretos;*
- VII - examinar as aplicações de recursos públicos alocados por entidades de direito privado;*
- VIII - elaborar relatório anual das atividades, com informações das análises e exames realizados, bem como dos resultados obtidos, inclusive quanto ao cumprimento das auditorias planejadas.*

---

### **3.1.18 Área de Concursos e Avaliação de Desempenho de Pessoas da Secretaria de Gestão de Pessoas**

---

#### **a) Base Normativa**

Resolução Administrativa nº 10/2012, artigo 88.

Resolução Administrativa nº 13/2012.

#### **b) Atribuições/Forma de atuação**

*I - gerenciar e operacionalizar o programa de avaliação de desempenho regulamentado pelo Tribunal, nos termos da Resolução Administrativa nº 13/2012:*

*a) monitorando os planos de ação, mediando os conflitos detectados, como o auxílio dos profissionais da área de saúde, se necessário, e acompanhando a efetiva aplicação das soluções propostas pelos avaliadores;*

*b) observando as diretrizes que envolvam avaliações de desempenho de servidores em estágio probatório ou não, para efeito de aprovação, progressão ou promoção.*

*II – analisar, para fins de concessão de Adicional de Qualificação, cursos, palestras, simpósios e demais atividades relacionadas à educação corporativa realizadas pelos servidores.*



### **3.2 Atuação da unidade de auditoria interna**

A atividade de auditoria no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região é parte das atribuições da unidade administrativa Coordenadoria de Controle Interno – CCIN, que está subordinada à Presidência do Órgão e estruturada nas Seções de Auditoria, Análise de Licitações e Contratos, Análise de Despesas com Pessoal, Análise de Despesas Diversas e Controle e Apoio.

Os servidores lotados nessas seções são os responsáveis pelo desenvolvimento das etapas da atividade, constituindo equipes comumente compostas por um membro e um coordenador-líder e contando com apoio de um supervisor, atribuição do titular da CCIN.

As etapas abrangidas na atividade são o planejamento, com respectivo programa, incluindo pertinente matriz; a execução, compreendendo a realização de procedimentos, incluindo testes, resultando na matriz de achados; a comunicação de resultados, pela elaboração do respectivo relatório; e o monitoramento, realizado posteriormente para se verificar/acompanhar o atendimento/cumprimento das recomendações e/ou determinações quando expedidas.

Os objetos fiscalizados e os objetivos estabelecidos para essa atividade são elementos do planejamento elaborado pela própria unidade, resultando no instrumento denominado Plano Anual de Auditoria – PAA. Na seleção desses objetos e objetivos são consideradas as metas do plano estratégico institucional abrangido pelo exercício, observadas as variáveis materialidade, relevância, criticidade e risco e os trabalhos realizados noutros períodos.

No plano estão ainda incluídas eventuais ações definidas para realização de forma integrada pela Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça – SCI/CNJ e/ou pela Coordenadoria de Controle e Auditoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CCAUD/CSJT.

O citado instrumento de planejamento é submetido à apreciação da autoridade máxima e, ato contínuo, divulgado na página “Transparência” do Portal do Órgão, para conhecimento pelos interessados, principalmente as unidades auditadas.

No exercício dessas contas, embora planejadas 22 (vinte e duas) auditorias, foram desenvolvidas, estando finalizadas 16 (dezesseis) no encerramento do exercício, sendo 5 (cinco) abrangendo a verificação/avaliação das informações constantes do relatório de gestão de 2015 visando à validação dos correspondentes conteúdos conforme previstos/exigidos pelo normativo editado pelo TCU, e outras 4 (quatro) para avaliar a Gestão de forma a subsidiar o Relatório de Auditoria de Gestão das contas de 2015. As demais, os resultados mais relevantes decorrentes das auditorias executadas no exercício das contas estão relacionados aos seguintes Itens do PAA de 2016:

- Item 11 – Desfazimento de bens – Análise da regularidade na instrução processual e da legalidade e adequação dos procedimentos;
- Item 15 – Programa de Assistência à Saúde – Análise da regularidade na instrução processual e da legalidade e adequação dos procedimentos;
- Item 16 – Tarifas públicas – Análise da legalidade e legitimidade das despesas com telefonia;
- Item 19 – Avaliação de cumprimento dos normativos editados para disciplinar as obras no âmbito da Justiça do Trabalho;
- Item 22 – Recursos de TI investidos pelo CSJT no exercício de 2015.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

As recomendações expedidas nas auditorias realizadas, consideradas as mais relevantes, constam do item de informação denominado “Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno” deste Relatório de Gestão.



---

### **3.3 Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos**

---

A teor do art. 26 do Regimento Interno, as competências atribuídas à Corregedoria Regional compreendem, em síntese, a fiscalização e a orientação dos serviços prestados pelas unidades de primeira instância, seja de ofício, por meio das correições ordinárias e extraordinárias, seja por provocação de interessados, por meio de procedimentos de caráter administrativo e disciplinar. Compete também à Corregedoria Regional zelar pela observância da disciplina judiciária pelos Juízes do Trabalho de 1º grau. Nesse contexto, foram desenvolvidas as atividades abaixo elencadas, tendo em vista atender à finalidade institucional do órgão, nos termos regimentais.

---

#### **3.3.1 Correições Ordinárias**

---

Compete à Corregedoria Regional, na forma do inciso II do art. 29 do Regimento Interno do Tribunal, “exercer, uma vez por ano e sempre que necessário, correição ordinária nas unidades de primeira instância”. As atividades são exercidas pelos Desembargadores Corregedor e Vice-Corregedor, alternadamente, com apoio de equipes e da Secretaria da Corregedoria Regional, responsável pela coleta e fornecimento de dados estatísticos para fins correicionais (art. 27 do RI).

Para o ano de 2016, em especial por conta das restrições orçamentárias impostas à Justiça do Trabalho (Lei nº 13.255/2016), as correições ordinárias foram realizadas com equipe reduzida, para fins de redução de gastos com transporte e diárias. Por outro lado, houve o delineamento de uma nova sistemática para os procedimentos de correição, por meio de setor específico da Secretaria da Corregedoria Regional, que inicia suas atividades com o preparo e a publicação do edital de correições. Duas semanas antes da realização da correição ordinária, são requeridas informações prévias à unidade judiciária, a serem encaminhadas por meio de formulário padrão, para verificação da uniformização de procedimentos, conforme regulamentado pelos normativos internos. Após a análise dos formulários, são realizadas pesquisas nos sistemas eletrônicos de tramitação processual, em especial o Sistema de Acompanhamento de Processos Judiciais (SAP-1g) e o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT).

Desta análise, procede-se à solicitação, se necessária, da elaboração de plano de ação pela unidade correicionalizada – que terá eventuais dúvidas esclarecidas pela Equipe Correicional à época da correição presencial. Por fim, procede-se ao envio do esboço da Ata de Correição à equipe, que assumirá a condução das atividades presenciais. Confeccionado, então, o relatório dos trabalhos realizados nas unidades, encerra-se o fluxo do procedimento correicional, com a finalização da ata de Correição. As determinações registradas na ata decorrem de possíveis pontos de desalinhamento identificados no formulário respondido ou nas constatações em reunião. Entre as determinações normalmente registradas, destaca-se a hipótese de estar a unidade com índices críticos de desempenho. Após a assinatura eletrônica da Ata pelo Desembargador Corregedor ou Vice-Corregedor, o documento é gravado na rede interna de arquivos, disponibilizado no sítio eletrônico do TRT15 e publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – DEJT.

No ano de 2016, foram realizadas correições ordinárias em todas as unidades judiciárias de 1º grau,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

nas datas a seguir elencadas:

**QUADRO 98 – CORREIÇÕES ORDINÁRIAS**

<b>Unidade Judiciária</b>	<b>Desembargador</b>	<b>Data</b>
Adamantina	Gerson Lacerda Pistori	01/03/2016
Fórum Americana	Gerson Lacerda Pistori	16/02/2016
Amparo	Manuel Soares Ferreira Carradita	28/04/2016
Andradina	Gerson Lacerda Pistori	02/06/2016
Aparecida	Manuel Soares Ferreira Carradita	25/08/2016
Fórum Araçatuba	Gerson Lacerda Pistori	01/06/2016
Fórum Araraquara	Manuel Soares Ferreira Carradita	08/08/2016
Araras	Gerson Lacerda Pistori	25/05/2016
Fórum Assis	Manuel Soares Ferreira Carradita	12/04/2016
Atibaia	Gerson Lacerda Pistori	07/03/2016
Avaré	Manuel Soares Ferreira Carradita	18/10/2016
Barretos	Manuel Soares Ferreira Carradita	09/03/2016
Batatais	Gerson Lacerda Pistori	27/10/2016
Fórum Bauru	Manuel Soares Ferreira Carradita	23/02/2016
Bebedouro	Manuel Soares Ferreira Carradita	10/03/2016
Birigui	Gerson Lacerda Pistori	28/06/2016
Botucatu	Manuel Soares Ferreira Carradita	19/10/2016
Bragança Paulista	Manuel Soares Ferreira Carradita	14/06/2016
Caçapava	Gerson Lacerda Pistori	03/10/2016
Cajuru	Gerson Lacerda Pistori	04/04/2016
Fórum Campinas (ímpares)	Manuel Soares Ferreira Carradita	05/09/2016
Fórum Campinas (pares)	Gerson Lacerda Pistori	05/09/2016
C. Limpo Paulista	Manuel Soares Ferreira Carradita	15/06/2016
Capão Bonito	Manuel Soares Ferreira Carradita	01/09/2016
Capivari	Manuel Soares Ferreira Carradita	29/03/2016
Caraguatatuba	Manuel Soares Ferreira Carradita	22/06/2016
Fórum Catanduva	Gerson Lacerda Pistori	09/08/2016
Cravinhos	Gerson Lacerda Pistori	28/10/2016
Cruzeiro	Manuel Soares Ferreira Carradita	23/08/2016
Dracena	Manuel Soares Ferreira Carradita	20/05/2016
Fernandópolis	Manuel Soares Ferreira Carradita	26/10/2016
Fórum Franca	Gerson Lacerda Pistori	26/10/2016



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

<b>Unidade Judiciária</b>	<b>Desembargador</b>	<b>Data</b>
Garça	Gerson Lacerda Pistori	04/03/2016
Guaratinguetá	Manuel Soares Ferreira Carradita	25/08/2016
Hortolândia	Gerson Lacerda Pistori	15/02/2016
Indaiatuba	Gerson Lacerda Pistori	17/02/2016
Itanhaém	Manuel Soares Ferreira Carradita	02/08/2016
Itapetininga	Manuel Soares Ferreira Carradita	07/06/2016
Itapeva	Manuel Soares Ferreira Carradita	31/08/2016
Itapira	Manuel Soares Ferreira Carradita	26/04/2016
Itápolis	Manuel Soares Ferreira Carradita	11/08/2016
Itararé	Manuel Soares Ferreira Carradita	30/08/2016
Itatiba	Manuel Soares Ferreira Carradita	16/06/2016
Itu	Gerson Lacerda Pistori	17/03/2016
Ituverava	Manuel Soares Ferreira Carradita	27/09/2016
Fórum Jaboticabal	Gerson Lacerda Pistori	16/08/2016
Fórum Jacareí	Gerson Lacerda Pistori	05/10/2016
Jales	Manuel Soares Ferreira Carradita	25/10/2016
Fórum Jaú	Manuel Soares Ferreira Carradita	18/08/2016
José Bonifácio	Gerson Lacerda Pistori	23/09/2016
Fórum Jundiaí	Gerson Lacerda Pistori	18/04/2016
Leme	Gerson Lacerda Pistori	24/05/2016
Fórum Lençóis Paulista	Manuel Soares Ferreira Carradita	20/10/2016
Fórum Limeira	Gerson Lacerda Pistori	05/05/2016
Lins	Gerson Lacerda Pistori	27/06/2016
Lorena	Manuel Soares Ferreira Carradita	24/08/2016
Fórum Marília	Gerson Lacerda Pistori	03/03/2016
Matão	Manuel Soares Ferreira Carradita	11/03/2016
Mococa	Gerson Lacerda Pistori	10/10/2016
Mogi Guaçu	Gerson Lacerda Pistori	08/03/2016
Mogi Mirim	Manuel Soares Ferreira Carradita	26/04/2016
Olímpia	Manuel Soares Ferreira Carradita	08/03/2016
Orlândia	Manuel Soares Ferreira Carradita	29/09/2016
Ourinhos	Manuel Soares Ferreira Carradita	13/04/2016
Fórum Paulínia	Manuel Soares Ferreira Carradita	29/04/2016
Pederneiras	Manuel Soares Ferreira Carradita	25/02/2016
Penápolis	Gerson Lacerda Pistori	29/06/2016



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15<sup>a</sup> REGIÃO

<b>Unidade Judiciária</b>	<b>Desembargador</b>	<b>Data</b>
Piedade	Manuel Soares Ferreira Carradita	04/08/2016
Pindamonhangaba	Gerson Lacerda Pistori	11/11/2016
Fórum Piracicaba	Gerson Lacerda Pistori	03/05/2016
Pirassununga	Gerson Lacerda Pistori	23/05/2016
Porto Ferreira	Gerson Lacerda Pistori	30/08/2016
Fórum Pres. Prudente	Manuel Soares Ferreira Carradita	18/05/2016
Pres. Venceslau	Manuel Soares Ferreira Carradita	19/05/2016
Rancharia	Gerson Lacerda Pistori	02/03/2016
Registro	Manuel Soares Ferreira Carradita	03/08/2016
Fórum Ribeirão Preto	Gerson Lacerda Pistori	05/05/2016
Rio Claro	Gerson Lacerda Pistori	29/08/2016
Salto	Manuel Soares Ferreira Carradita	30/03/2016
Sta Bárbara D’Oeste	Manuel Soares Ferreira Carradita	28/03/2016
Sta C do Rio Pardo	Manuel Soares Ferreira Carradita	14/04/2016
Fórum São Carlos	Gerson Lacerda Pistori	31/08/2016
São J. da Boa Vista	Gerson Lacerda Pistori	13/10/2016
S Joaquim da Barra	Manuel Soares Ferreira Carradita	28/09/2016
S José do Rio Pardo	Gerson Lacerda Pistori	11/10/2016
Fórum S. José Rio Preto	Gerson Lacerda Pistori	20/09/2016
Fórum S. J. dos Campos	Manuel Soares Ferreira Carradita	10/05/2016
São Roque	Gerson Lacerda Pistori	14/03/2016
São Sebastião	Manuel Soares Ferreira Carradita	23/06/2016
Fórum Sertãozinho	Gerson Lacerda Pistori	18/08/2016
Fórum Sorocaba	Gerson Lacerda Pistori	15/03/2016
Sumaré	Manuel Soares Ferreira Carradita	31/03/2016
Tanabi	Manuel Soares Ferreira Carradita	28/10/2016
Taquaritinga	Manuel Soares Ferreira Carradita	07/03/2016
Tatuí	Manuel Soares Ferreira Carradita	08/06/2016
Fórum Taubaté	Gerson Lacerda Pistori	09/11/2016
Teodoro Sampaio	Manuel Soares Ferreira Carradita	17/05/2016
Tietê	Manuel Soares Ferreira Carradita	06/06/2016
Tupã	Gerson Lacerda Pistori	29/02/2016
Ubatuba	Manuel Soares Ferreira Carradita	21/06/2016
Votuporanga	Manuel Soares Ferreira Carradita	27/10/2016

Fonte: Corregedoria Regional



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

### **3.3.2 Correções Extraordinárias**

---

Foi ainda realizada correição extraordinária nas unidades judiciais de 1º grau a seguir elencadas, tudo na forma do inciso III do art. 29 do Regimento Interno:

**QUADRO 99 – CORREIÇÕES ORDINÁRIAS**

Vara	Desembargador	Data
Bebedouro	Gerson Lacerda Pistori	17/08/2016
Ubatuba	Gerson Lacerda Pistori	03/11/2016

Fonte: Corregedoria Regional

### **3.3.3 Instauração de Procedimentos para Apuração de Infrações Disciplinares de Magistrados**

---

Foram ainda instauradas, na forma dos incisos XIV e XV do art. 29 do Regimento Interno, 2 (duas) Reclamações Disciplinares, bem como 2 (dois) Processos Administrativos Disciplinares em face de Magistrados de 1º Grau. Com fulcro no inciso XVII de mesmo artigo, foram autuadas 2 (duas) Sindicâncias.

### **3.3.4 Elaboração de Relatórios Gerenciais para Fins Correicionais**

---

Assistida pela área de TI, a Corregedoria Regional desenvolveu o Sistema de Informações Correicionais e Apoio à Gestão (e-SInCor), para elaboração de relatórios gerenciais contemplando, em linhas gerais, dados estatísticos acerca da tramitação de processos pelas unidades judiciais de primeira instância, de forma a aferir indicadores de desempenho e produtividade. Em síntese, o sistema aplica métodos de *bussiness intelligence* aos dados estatísticos coletados, de forma a traduzi-los em índices, para maior facilidade na interpretação das informações. Diversos relatórios gerenciais são elaborados mensalmente, e em seguida disponibilizados internamente para toda a primeira instância, para serem utilizados, fundamentalmente, como ferramentas de aprimoramento da gestão de processos judiciais e procedimentos de trabalho.

No tocante aos serviços judiciais prestados pela primeira instância, a Corregedoria Regional desenvolveu o "Mapeamento Global de Desempenho" (MGD), criado pela Portaria CR nº 17/2014, composto por índices relativos ao congestionamento de processos nas fases de conhecimento e execução. Também são medidos os prazos médios entre o ajuizamento da ação e o encerramento da instrução processual, o prazo médio do início ao fim da fase de liquidação, e o volume dos acervos processuais, em especial de processos pendentes de solução. Os dados compilados são utilizados tanto pela própria Corregedoria Regional, para instruir decisões acerca de possíveis ações



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

institucionais, bem como pelas próprias unidades judiciais de 1º grau, que tem no MGD um instrumento capaz de indicar quais medidas podem ser adotadas pela gestão local no sentido de promover o aprimoramento dos serviços prestados.

Também são disponibilizados os Relatórios de Aferição de Resultados (RAR), por meio dos quais a Corregedoria Regional estima a produtividade individual dos Juízes do Trabalho de 1º Grau, em especial quanto à observância dos prazos para julgamento de processos judiciais e incidentes processuais. Os relatórios, emitidos mensalmente, são utilizados pelo órgão no controle dos prazos e na instrução dos procedimentos administrativos cabíveis, e também pelos próprios Magistrados, que têm nos relatório um meio confiável para acompanhar os prazos processuais vincendos e adotar medidas no sentido de aprimorar a prestação jurisdicional.

---

### **3.3.5 Acompanhamento da Produtividade das Unidades Judiciais de Primeira Instância**

---

Dentre as finalidades da Corregedoria Regional dentro da estrutura organizacional, encontra-se a de orientar as unidades judiciais da primeira instância, mormente quanto a matérias de cunho procedural, tendo em vista o aprimoramento da gestão de processos judiciais e, em decorrência, da qualidade do serviço prestado aos jurisdicionados. Nesse contexto, o órgão idealizou o projeto "Apoia 15", que tem por objetivo oferecer acompanhamento às unidades judiciais de 1ª instância que, carentes de auxílio, apresentam comprovada perspectiva de melhora efetiva, por meio do investimento institucional na gestão e no planejamento interno.

A ação tem início com a realização de reuniões e a elaboração de um plano de ação, compatível com métodos de gestão de efetividade comprovada e com as mais modernas técnicas de planejamento e gestão, tais como o PDCA e o 5W2H. Após aprovação do plano, que deve conter metas e estratégias para redução do acervo de processos judiciais sem tramitação efetiva, a unidade é acompanhada paulatinamente pela Corregedoria Regional, com vistas a orientar a equipe e os gestores da unidade na execução das metas previamente estabelecidas.

Ao par disso, com vistas à otimização das rotinas de trabalho da primeira instância, a Corregedoria Regional promoveu um conjunto de projetos e pesquisas para racionalizar o uso da mão de obra disponível, em prol da realização dos serviços afetos à atividade judiciária, sem abrir mão da produtividade e qualidade. Entre as ações desenvolvidas, a modelagem de processos é uma das mais recentes propostas para a composição de um modelo de gestão adequado para a 1ª instância. Na esteira dessa inovação estratégica, a implementação desta técnica na 15ª Região resultou no mapeamento dos procedimentos internos do fluxo processual de 1ª instância, o que gerou, como consequência, o aperfeiçoamento das rotinas de tramitação de processos.

---

### **3.3.6 Coordenação da Equipe de Apoio ao 1º Grau**

---

A fim de implementar essas ferramentas estratégicas na gestão das unidades judiciais de 1º grau, a Corregedoria Regional também coordena a atividade da Equipe de Apoio, criada pelo Provimento GP-CR nº 03/2013. O trabalho da Equipe de Apoio físico consistiu em realizar visitas presenciais às



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

unidades judiciárias que estão sendo acompanhadas, para identificar aspectos da gestão de processos de trabalho e de processos judiciais que impactam negativamente na prestação jurisdicional.

A Equipe também presta auxílio à unidade, oferecendo auxílio para a elaboração de plano de ação e propondo soluções de gestão que estejam alinhadas com as orientações da Corregedoria. Se identificada sobrecarga de trabalho nas unidades em acompanhamento, caracterizada pela comprovada incapacidade da força de trabalho local em dar prosseguimento normal aos trâmites processuais, as Equipes de Apoio também prestam auxílio nos trabalhos de rotina da unidade.

---

### **3.3.7 Acompanhamento da Produtividade de Magistrados**

---

Compete à Corregedoria Regional, na forma da alínea 'a', inciso VII, do art. 29 do Regimento Interno do Tribunal, zelar pelo "cumprimento de prazos legais pelos Juízes do Trabalho de primeira instância". Para tais fins, foi adotada a emissão de relatório padronizado, individualizado para cada Juiz, contendo relação de processos conclusos para prolação de sentença, bem como de incidentes processuais aguardando julgamento. Com este relatório, é possível identificar a quantidade de processos conclusos pendentes de solução e o tipo de pendência. De acordo com a Portaria CR nº 11/2014, após a devida análise desses relatórios, deve ser autuado expediente administrativo, sob a classe genérica de “Pedido de Providências” (PP), para coleta de informações acerca da situação do Magistrado com sentenças em atraso.

Determina-se a autuação do procedimento apenas se constatada a ocorrência das seguintes hipóteses: a) existência, nos últimos três meses, de quantidade superior a 50 processos conclusos para sentença, além do prazo estabelecido pela norma regulamentadora da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho; ou b) quando o Juiz retiver processos pendentes de julgamento há mais de um ano. Após a abertura do expediente, os Magistrados têm 10 (dez) dias para apresentar justificativa e um plano de trabalho, em que demonstre soluções para regularizar a situação. A depender do caso, a Corregedoria solicita à D. Presidência a designação de Juízes do Trabalho Substitutos para prestas apoio aos Magistrados que verificaram maior acervo de pendências.

---

### **3.3.8 Apuração de Ilícitos Administrativos de Servidores**

---

Compete ao Presidente do Tribunal, nos termos do artigo 22, inciso XIV, do Regimento Interno da Corte e do artigo 143 da Lei n.º 8.112/1990, respectivamente, “impor penalidades aos servidores do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal, determinando a abertura de sindicância ou processo administrativo disciplinar, quando for o caso, por iniciativa própria, ou mediante representação das autoridades competentes ou das partes em processo” e “a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa”.

A apuração dos fatos se dá por intermédio das Comissões Disciplinares I e II, instituídas pela Portaria CPV n.º 97/2017, publicada no DEJT de 20/02/2017.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

No ano de 2016, foram instaurados 13 (treze) Processos Administrativos Disciplinares contra servidores, dos quais 5 (cinco) seguem em andamento no exercício 2017.

No mesmo período foram aplicadas 3 (três) penalidades administrativas a servidores, sendo 2 (duas) de advertência e 1 (uma) de suspensão.



### **3.4 Gestão de Riscos e Controles Internos**

As áreas administrativas continuaram, no exercício de 2016, a mapear suas atividades principais, com vistas a aprimorar procedimentos e controles, maximizando resultados e minimizando riscos, incentivadas pela Diretoria-Geral a apresentar seus planos, seguindo uma linha de desdobramento do planejamento estratégico institucional.

Foram realizadas diversas ações direcionadas ao aprimoramento dos Controles Internos objetivando o cumprimento das diretrizes trazidas pela novel Resolução CNJ n.º 240 de 09/09/2016, versando sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário, bem como as Resoluções CNJ 182/2013 e 211/2015, versando sobre contratações na área de tecnologia da informação, conforme relatadas a seguir.

Na “área” de Tecnologia da Informação, além da existência de uma Comissão de Informática, vale destacar a criação de um Comitê de Governança de TI, nos moldes elencados pela Resolução nº 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Esse Comitê tem se reunido periodicamente e discutido temas atinentes à governança na área de tecnologia da Informação. Sua composição contempla o Desembargador Presidente da Comissão de Informática, 1 (um) juiz de 1º Grau, o Secretário da Tecnologia da Informação e Comunicações e 1 (um) Servidor do primeiro grau da 15ª Região.

Além do Comitê Gestor de TI, o Regional dispõe de uma Comissão que possui regimentalmente atribuições relacionadas à área de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Ademais, também relacionado à referida resolução do CNJ, está em processo de discussão a criação do Comitê Gestor de TI composto pelas pessoas responsáveis pelos macroprocessos definidos na referida norma.

Outro ponto de destaque relativamente aos controles foi a decisão da Administração da Corte de compor uma equipe técnica qualificada na área de tecnologia da informação. Tal providência está diretamente relacionada à intenção de eliminar dependência tecnológica, seja junto a profissionais que não sejam servidores públicos, seja junto a empresas terceirizadas.

Diante da necessidade de adequar o modelo de gestão de pessoas do Poder Judiciário às exigências da Resolução CNJ n.º 240, de 09/09/2016, bem como das exigências da sociedade atual, das transformações das relações de trabalho e dos avanços da tecnologia da informação e da comunicação, a área de gestão de pessoas tem buscado o aprimoramento da capacidade de atuação dos servidores a partir do seu desenvolvimento profissional e de suas competências, bem como do favorecimento à cooperação, propondo mecanismos de governança, como por exemplo o programa de avaliação de competências, a fim de assegurar a aplicação desta política e o acompanhamento de seus resultados, bem como do desempenho da gestão de pessoas.

Registre-se que, não obstante os relevantes resultados obtidos a partir das ações da área de Controle Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, a UJ ainda carece de instrumentos formais de regulamentação de diversas atividades e procedimentos administrativos. Tal constatação, contudo, não se verifica nos procedimentos relacionados à atividade-fim do Órgão, ante a existência de normas e métodos estabelecidos pela Administração e pela Corregedoria Regional do Órgão, em conformidade com as diretrizes fixadas pelos Órgãos Superiores, continuamente acompanhadas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

pelas ferramentas eletrônicas de gestão desenvolvidas para viabilizar o monitoramento dos resultados, a partir, sobretudo, de dados estatísticos.

Em complemento às normas e procedimentos administrativos externos que fixam as diretrizes que devem ser observadas pelas diversas unidades do Órgão (leis, decretos, resoluções, instruções normativas etc.), estão sendo adotados, paulatinamente, normativos internos reguladores das ações e procedimentos que devem ser observados em cada unidade, como forma de atingir os objetivos institucionais sem a excessiva exposição a riscos decorrentes da ausência de padronização.

Nessa esteira, desde o exercício de 2014, em conformidade com as disposições da Resolução n.º 182 do Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal passou a adotar procedimento padronizado de planejamento e gestão de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Estão em andamento, ainda, ações visando à regulamentação das responsabilidades e das atividades dos gestores de contratos diversos, bem como dos responsáveis/fiscais técnicos e administrativos da contratação e da execução contratual, assim como a edição do código de ética do Órgão.

A partir do exercício 2015 foram realizadas diversas ações de capacitação direcionadas ao aprimoramento dos Controles Internos, tais como o curso sobre a precitada Resolução CNJ n.º 182, bem como o de Gestão de Riscos no Setor Público, com ênfase no método COSO.

As áreas administrativas passaram, a partir daquela oportunidade, a elaborar seus respectivos Planos Estratégicos, em consonância com o Plano Estratégico Institucional do Órgão, com o propósito de viabilizar o atendimento das metas estabelecidas neste documento.

Por fim, como resultado das ações de auditoria e monitoramento da Coordenadoria de Controle Interno do Tribunal, foi determinada a adoção de diversas providências de saneamento e controle de processos, de modo a aprimorar os procedimentos das áreas administrativas.

Cabe ressaltar que a avaliação dos controles internos é realizada exclusivamente para a área administrativa, ante a premissa de que, para o exercício da jurisdição, os regramentos e as metodologias de controles de atos e procedimentos são estabelecidos pelos Órgãos Superiores, CNJ e CSJT, pelo Colegiado da Corte, pela Presidência, Presidência Vice-Judicial, Corregedoria Regional, Vice-Corregedoria Regional e Escola Judicial.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

## 4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 4.1 Gestão de Pessoas

#### 4.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

QUADRO 100 – FORÇA DE TRABALHO DA UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	3780	3560	189	196
1.1. Membros de poder e agentes políticos	426	422	32	20
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3354	3713	205	268
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3354	3138	157	176
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	27	1	3
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	548	47	89
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	Não há	Não há	Não há	Não há
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	Não há	12	2	1
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	Não há	3572	191	197

Fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância

#### *Tipologias dos Cargos*

*Servidores em cargos efetivos: contempla o total de servidores que compõem o quadro de pessoal do TRT da 15ª Região, segundo o resultado da soma das tipologias 1.1 Membros de poder e agentes políticos e 1.2 Servidores de carreira, conforme a seguinte especificação:*

Membros de poder e agentes políticos: Magistrados.

*Servidores de carreira: Compreende o conjunto de servidores de carreiras, ainda que de outros órgãos e esferas, que efetivamente atuem no TRT, dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em quatro (4) diferentes subtipos, quais sejam: Servidores de carreira vinculada ao órgão; Servidores de carreira em exercício descentralizado; Servidores de carreira em exercício provisório; Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, a seguir especificados:*

- Servidores de carreira vinculada ao órgão: ocupantes de cargo efetivo do TRT da 15ª Região em exercício no próprio órgão;
- Servidores de carreira em exercício provisório: art. 84, §2º, da Lei 8.112/90;
- Servidores requisitados de outros órgãos e esferas: servidores cedidos por outros órgãos (art. 93, Lei 8.112/90) ou removidos de outros órgãos (art. 36, Lei 8112/90, cc. art. 20, Lei 11416/2006).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Servidores sem Vínculo com a Administração Pública: ocupantes de cargos em comissão, sem vínculo com a administração pública (extraquadro).

**Lotação**

Autorizada: Total de cargos efetivos criados por leis.

Efetiva: Lotação efetiva de cargos providos.

**Ingressos e Egressos**

Ingressos no exercício: Número de servidores que ingressaram no exercício de referência do relatório de gestão em cada uma das tipologias indicadas nas linhas.

Egressos no exercício: Número de servidores que se desligaram do TRT da 15ª Região no exercício de referência do relatório de gestão em cada uma das tipologias indicadas nas linhas.

Total de servidores: totalização das colunas “Lotação Efetiva”, “Ingressos” e “Egressos”.

O quadro a seguir busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área-fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração.

**QUADRO 101 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1 +1.2+1.3)	614	3099
1.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	578	2560
1.2 Servidores de carreira em exercício provisório	4	23
1.3 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	32	516
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	9
4. Total de Servidores (1+2+3)	617	3108

Fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância

**Área Meio** – Área de atividades do TRT da 15ª Região que dão suporte técnico-administrativo à realização das suas atividades finalísticas.

**Área Fim** – Área de atividades do TRT da 15ª Região correspondente às suas finalidades e objetivos precípuos.

O quadro seguinte tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UPC.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 102 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão (1.1+1.2+1.3+1.4)	345	344	42	39
1.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	310	34	35
1.2. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	22	6	3
1.3. Sem Vínculo	Não há	10	1	1
1.4. Aposentados	Não há	2	1	0
2. Funções Gratificadas (2.1+2.2)	2518	2426	550	611
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	1950	461	497
2.2. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	476	89	114
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	2863	2770	592	650

Fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância

**Tipologias dos Cargos**

Cargos em Comissão: servidores ocupantes de cargos efetivos ou não nomeados para exercício de cargo em comissão (art. 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112/90), segundo as especificações a seguir:

**Grupo Direção e Assessoramento Superior:** Servidores ocupantes de cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superior (CJ), dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em quatro (4) tipos diferentes, a saber:

- Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão: Servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo;
- Servidores de Outros Órgãos e Esferas: servidores cedidos por outros órgãos (art. 93, Lei 8.112/90) ou removidos de outros órgãos (art. 36, Lei 8112/90, cc. art. 20, Lei 11416/2006);
- Sem Vínculo: ocupantes de cargos em comissão, sem vínculo com a administração pública (extraquadro);
- Aposentados: Servidores aposentados da Administração Pública e que exercem cargo em comissão.

**Funções Gratificadas:** Servidores ocupantes de cargos de Função gratificada, exclusivos de servidores públicos efetivos, dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em dois (2) subtipos diferentes, quais sejam:

- Servidor de carreira vinculada ao órgão;
- Servidor de outros órgãos e esferas, segundo a seguinte especificação:
  - Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão: Servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo;
  - Servidor de Outros Órgãos e Esferas: servidores cedidos por outros órgãos (art. 93, Lei 8.112/90) ou removidos de outros órgãos (art. 36, Lei 8112/90, cc. art. , Lei 11416/2006).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

#### 4.1.1.1 Análise Crítica

---

Tal como consignado nos Relatórios de Gestão dos exercícios precedentes, a quantidade de servidores disponível segue significativamente inferior às necessidades da unidade jurisdicionada, notadamente quando observadas a Resolução CSJT nº 63/2010, com suas alterações, e a Resolução CNJ 184/2013. Nesse sentido, o Regional apresentou aos órgãos superiores propostas de criação de cargos, merecendo destaque aquela que foi convertida no PL n.º 8.256/2014, com o seguinte quantitativo:

**QUADRO 103 – PROJETO DE LEI DE CRIAÇÃO DE CARGOS EFETIVOS – PL 8.256/2014**

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário, Área Judiciária	356 (trezentos e cinquenta e seis)
Analista Judiciário, Área Judiciária, Oficial de Justiça Avaliador Federal	90 (noventa)
Técnico Judiciário	380 (trezentos e oitenta)
<b>TOTAL</b>	<b>973 (novecentos e setenta e três)</b>

Fonte: Diretoria-Geral

A distribuição de servidores é disciplinada pela Resolução CSJT 63/2010. No entanto, dado o reduzido quadro de servidores, atualmente, a área meio conta com um aproximadamente 13% da força de trabalho total, o que se configura insuficiente para prestação do serviço, porém, com a citada iniciativa pretende-se recompor o quadro funcional.

Entretanto, a Lei Orçamentária Anual 2017 - LOA 2017, em seu Anexo V, novamente não previu recursos para criação dos cargos e, ainda, estipula que novos provimentos de cargos ocorram exclusivamente para o preenchimento de cargos efetivos e cargos/funções comissionadas ocupados em março de 2016, cujas despesas compuseram a base de projeção para definição dos limites de "Pessoal e Encargos Sociais" para 2017, não gerando, dessa forma, impacto orçamentário. Neste contexto, excluem-se as vagas originadas de aposentadorias e falecimentos que impliquem em pagamento de pensões, por se tratarem de mera reclassificação orçamentária, ou seja, não geram economia em termos de impactos orçamentários.

Tal restrição, aliada ao agigantamento do volume de aposentadorias, ante a perspectiva de reforma do sistema previdenciário, apontam para um viés de significativa diminuição no quadro de servidores, em especial.

Convém registrar, outrossim, que foi editada no exercício 2016 a Resolução n.º 219 do C. Conselho Nacional de Justiça, que estabelece novos parâmetros a serem observados pelos órgãos do poder judiciário de primeiro e segundo graus no tocante à distribuição de sua força de trabalho.

Estão em estudo, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região as medidas necessárias à implementação das disposições da referida norma até o mês de julho/2017, quando todos os órgãos deverão estar com seus quadros de pessoal conformes ao regulamento.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

O quadro de servidores afastados em licença não remunerada não impacta significativamente a força de trabalho.

**QUADRO 104 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31/12/2016
Cedidos para outros órgãos	15
Exercício provisório em outro órgão	2
Licença para acompanhar cônjuge (sem remuneração)	3
Licença para desempenho de mandato classista	3
Licença para Tratar de Interesses Particulares	1
Removidos para outros órgãos	162
<b>Total de Servidores Afastados</b>	<b>186</b>

**Observações:** **Cedidos para outros órgãos:** Art. 93, da Lei 8112/90; **Exercício provisório em outro órgão:** Art. 84, § 2º da Lei 8.112/90; **Licença para acompanhar cônjuge (sem remuneração):** Art. 84, § 1º, da Lei 8.112/90; **Licença para desempenho de mandato classista:** Art. 92, da Lei 8.112/90; **Licença para Tratar de Interesses Particulares:** Art. 91, da Lei 8.112/90; **Removidos para outros órgãos:** art. 36, da Lei 8112/90, cc. art. 20, Lei 11416/2006.

Fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância

Relativamente ao ingresso e saída de magistrados, a motivação segue explicitada no quadro a seguir:

**QUADRO 105 – ENTRADA E SAÍDA DE MAGISTRADOS**

MOTIVO DE SAÍDA	TOTAL
APOSENTADORIA	04
EXONERAÇÃO A PEDIDO	01
FALECIMENTO	00
REMOÇÃO NACIONAL	05
TRANSFERÊNCIA POR PERMUTA	03
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>
MOTIVO DE ADMISSÃO	TOTAL
CONCURSO PÚBLICO	19
NOMEAÇÃO (DESEMBARGADOR MP ou OAB)	01
REMOÇÃO NACIONAL	01
TRANSFERÊNCIA POR PERMUTA	03
APOSENTADORIA JULGADA ILEGAL PELO TCU	01
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>

Fonte: Assessoria de Apoio aos Magistrados

Seguem quadros com demais dados sobre a faixa etária e o grau de escolaridade da força de trabalho do Regional.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 106 – FAIXA ETÁRIA DA FORÇA DE TRABALHO**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária					
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	De 61 a 70 anos	Acima de 70 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	260	1133	1291	920	141	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	11	121	149	113	28	0
1.2. Servidores de Carreira	249	1012	1142	807	113	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	142	797	1039	704	88	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	71	162	105	5	0
2.3. Funções Gratificadas	141	725	877	599	83	0

Fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância

**QUADRO 107 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA FORÇA DE TRABALHO**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	0	0	1	7	214	1304	2079	107	32
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	257	104	45	16
1.2. Servidores de Carreira	0	0	1	7	214	1047	1975	62	16
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	0	0	2	21	311	926	1459	42	8
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	98	239	7	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	2	21	311	828	1220	35	8

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência.

Fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância

#### 4.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

**QUADRO 108 – DESPESAS DO PESSOAL**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2016</b>	138.413.557,11	9.306,36	23.475.010,48	7.711.767,00	32.111.322,36	5.875.946,97	3.371.911,73	7.521.385,91	0,00	218.490.207,92
	<b>2015</b>	135.131.207,12	7.950,99	32.660.506,70	8.422.669,32	34.630.232,28	5.529.751,01	3.795.877,29	9.145.900,70	0,00	229.324.095,41
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2016</b>	404.509.711,60	71.135.965,20	44.291.419,67	40.695.798,68	44.061.651,33	23.799.028,84	1.459.986,72	1.072.107,02	0,00	631.025.669,06
	<b>2015</b>	400.805.553,55	72.207.443,49	41.192.716,13	35.866.533,25	41.078.776,17	22.654.546,12	132.312,98	8.514.006,94	0,00	622.451.888,63
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2016</b>	0,00	9.926.821,43	827.211,11	335.970,21	5.134.854,72	1.983.934,74	31.090,48	84.902,22	0,00	18.324.784,91
	<b>2015</b>	0,00	10.204.612,66	834.392,28	282.071,00	4.902.865,96	1.757.197,68	15.433,71	242.456,42	0,00	18.239.029,71
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2016</b>	0,00	1.539.663,17	143.923,40	93.363,69	161.164,82	80.963,65	0,00	214,71	0,00	2.019.293,44
	<b>2015</b>	0,00	1.418.014,68	118.832,47	57.540,70	150.847,98	67.441,62	0,00	15.849,70	0,00	1.828.527,15
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2016</b>	22.629.366,28	26.336,39	2.155.704,50	1.842.380,79	1.881.675,25	848.107,21	21.640,18	36.147,71	0,00	29.441.358,31
	<b>2015</b>	23.046.408,99	-10.543,42	2.178.815,01	1.808.053,52	1.705.496,86	757.886,53	686,38	597.356,39	0,00	30.084.160,26
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2016</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>2015</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Coordenadoria de Pagamento



---

#### 4.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

---

##### 4.1.3.1 Ações Adotadas para Identificar Eventual Irregularidade Relacionada ao Pessoal, Especialmente em Relação à Acumulação Remunerada de Cargos, Funções e Empregos Públicos e à Terceirização Irregular de Cargos

---

No ato da posse de cargo efetivo ou em comissão (quando se trata de servidor sem vínculo com a administração pública), é exigida “DECLARAÇÃO DE NÃO-ACUMULAÇÃO DE CARGOS, FUNÇÕES OU EMPREGOS PÚBLICOS”, nos seguintes termos:

(...) **DECLARO**, para fins de posse no Cargo (...), no Tribunal Regional do Trabalho da 15<sup>a</sup> Região, **QUE NÃO EXERÇO** nenhum cargo, função ou emprego público na Administração Pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, que seja **inacumulável** com o Cargo em que tomarei posse, em consonância com o disposto nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, do contido no Decreto nº 2.027, de 11 de outubro de 1996 e no Cap. III da Lei nº 8.112/90;

**DECLARO QUE NÃO PERCEBO** proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja **inacumulável** com o Cargo em que tomarei posse;

**DECLARO** que não sofri, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei 8.112/90;

**DECLARO**, também, estar ciente de que devo comunicar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15<sup>a</sup> Região qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes para os casos de acumulação de cargos;

**DECLARO**, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, e que por tal crime serei responsabilizado, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento;

**DECLARO**, por fim, que tomo ciência, neste ato, de toda a legislação supra referida, cujas cópias estão anexas à presente.

Caso o servidor exerça outro cargo público, porém cujo exercício seja compatível com o cargo que está tomando posse, nos termos do art. 37, inc. XVI, da Constituição Federal, é exigida apresentação “DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO LEGAL DE CARGOS, FUNÇÕES OU EMPREGOS PÚBLICOS”, nos seguintes termos:

(...) **DECLARO**, para fins de posse no Cargo (...) no Tribunal Regional do Trabalho da 15<sup>a</sup> Região e para fins do contido nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal e no Decreto nº 2.027, de 11/10/1996, **QUE EXERÇO** o cargo de (...) pertencente à estrutura do órgão (...);

**DECLARO** que estou sujeito à carga horária de (...) semanais, que cumpro diariamente, no horário de (...) às (...), conforme certidão expedida por (...);

**DECLARO** que não sofri, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

seu parágrafo único da Lei 8.112/90;

**DECLARO**, também, estar ciente de que devo comunicar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes para os casos de acumulação de cargos;

**DECLARO**, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, e que por tal crime serei responsabilizado, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento;

**DECLARO**, por fim, que tomo ciência, neste ato, de toda a legislação supra referida, cujas cópias estão anexas à presente.

Ainda, caso o servidor perceba proventos decorrentes de aposentadoria, porém cuja acumulação também não esteja vedada pelo art. 37, inc. XVI, da constituição Federal, é exigida do servidor a apresentação de “**DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO LEGAL DE CARGOS, FUNÇÕES OU EMPREGOS PÚBLICOS**”, porém com texto adaptado à situação de aposentadoria, nos seguintes termos:

(...) **DECLARO**, para fins de posse no Cargo (...) no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e para fins do contido nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal e no Decreto nº 2.027, de 11/10/1996, **QUE PERCEBO** aposentadoria relativa ao cargo de (...) pertencente à estrutura do órgão (...);

**DECLARO** que não sofri, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei 8.112/90;

**DECLARO**, também, estar ciente de que devo comunicar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes para os casos de acumulação de cargos;

**DECLARO**, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, e que por tal crime serei responsabilizado, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento;

**DECLARO**, por fim, que tomo ciência, neste ato, de toda a legislação supra referida, cujas cópias estão anexas à presente.

No mesmo sentido, para tomar posse e assumir exercício neste Tribunal, os magistrados devem apresentar, obrigatoriamente, declaração de que não exercem cargo público inacumulável e não acumulam proventos de aposentadoria, que não exercem atividade de gerência ou de comércio e, ainda, que não exercem atividade político-partidária.

Ademais, para fim de manutenção do enquadramento nas regras do Regime Próprio de Previdência Social, sem a aplicação do disposto na Lei nº 12.618, de 30/04/2012, que instituiu o Regime de Previdência Complementar, os magistrados devem solicitar a continuidade do vínculo com o serviço público e, obrigatoriamente, apresentar Certidão de Tempo de Contribuição que comprove que não houve interrupção no exercício do serviço público.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15<sup>a</sup> REGIÃO

---

#### **4.1.3.2 Principais Riscos Identificados na Gestão de Pessoas da Unidade e as Providências Adotadas para Mitigá-los**

---

O mapeamento dos processos e controle de riscos é uma ação estratégica em desenvolvimento na Secretaria de Gestão de Pessoas, com metas estabelecidas em seu Plano de Ação Estratégica.

O programa de capacitação já foi iniciado e o mapeamento de controle de riscos, inicialmente programado para o exercício 2016, deve ter prosseguimento em 2017.

---

#### **4.1.3.3 Indicadores Gerenciais Sobre a Gestão de Pessoas**

---

##### **a) Aposentadoria Versus Reposição do Quadro**

Em 2016, houve 4 (quatro) aposentadorias de magistrados e 114 (cento e quatorze) aposentadorias de servidores. Por outro lado, tomaram posse 25 (vinte e cinco) magistrados (por motivo de concurso público, nomeação de desembargador, remoção nacional, reversão de aposentadoria e transferência por permuta) e 118 (cento e dezoito) servidores aprovados em concursos públicos. Porém, essas nomeações não se destinaram apenas ao preenchimento dos cargos vagos em função das mencionadas aposentadorias, tendo se destinado também ao preenchimento de cargos provenientes de outras vacâncias e de cargos criados mediante lei.

##### **b) Rotatividade – Turnover**

O TRT da 15<sup>a</sup> Região apresentou, no ano de 2016, um total de saídas e entradas, conforme quadro a seguir:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 109 – MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL**

MOTIVO DE SAÍDA	QUANT.
Aposentadoria	118
Exoneração	1
Exoneração a Pedido	5
Falecimento	2
Posse em Outro Cargo Inacumulável	14
Redistribuição	41
Remoção Nacional	5
Transferência por Permuta	3
<b>TOTAL</b>	<b>189</b>
MOTIVO DE ADMISSÃO	QUANT.
Concurso Público	137
Redistribuição	39
Remoção Nacional	1
Reversão de Aposentadoria	1
Transferência por Permuta	3
<b>TOTAL</b>	<b>181</b>

Fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância

Considerando-se que o número de magistrados e servidores ativos apurados em 31 de dezembro de 2016 era de 4.147 (422 magistrados e 3725 servidores), o TRT da 15ª Região apresentou, em 2016, um índice de rotatividade de pessoal (turnover) de 4,46%, utilizando-se a seguinte fórmula: (nº de saídas + nº de admissões)/2/nº de funcionários ativos.

Já a taxa de desligamento em 2016 foi de 4,56%, utilizando-se a fórmula nº de saídas/nº de funcionários ativos.

---

#### **4.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários**

---

---

##### **4.1.4.1 Contratação de Mão de Obra para Atividades Não Abrangidas Pelo Plano de Cargos (Regular)**

---

As informações sobre a terceirização regular de mão de obra estão disponíveis no sítio do Tribunal, no menu *Transparéncia* da página eletrônica [www.trt15.jus.br](http://www.trt15.jus.br), no qual estão inseridas as informações exigidas pela Resolução CNJ n.º 102/2009, especificamente no Anexo VI – Empregados de Empresas Contratadas em *Exercício* do Órgão.

Não obstante, segue o quadro disponibilizado pelo Tribunal de Contas da União para estas contas, devidamente preenchido.

**QUADRO 110 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE**

Unidade Contratante						
Nome: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Informações sobre os Contratos		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Limpeza	69.207.805/0001-61	01/11/15	30/04/18	Não há	A
2015	Limpeza	03.767.254/0001-28	01/12/15	30/05/18	Não há	A
2015	Limpeza	07.809.721/0001-96	01/12/15	30/05/18	Não há	A
2011	Vigilância	00.332.087/0001-02	03/11/11	02/11/16	Certificado de Conclusão de Vigilante (CNV)	E
2013	Vigilância	08.752.749/0001-05	18/11/13	03/11/16	Certificado de Conclusão de Vigilante (CNV)	E
2013	Vigilância	00.332.087/0001-02	18/11/13	03/11/16	Certificado de Conclusão de Vigilante (CNV)	E
2015	Vigilância	00.332.087/0001-02	15/09/15	02/11/16	Certificado de Conclusão de Vigilante (CNV)	E
2015	Vigilância	78.533.312/0001-58	11/09/15	02/11/16	Certificado de Conclusão de Vigilante (CNV)	E
2016	Vigilância	08.752.749/0001-05	21/10/16	20/04/19	Certificado de Conclusão de Vigilante (CNV)	A
2016	Vigilância	00.332.087/0001-02	21/10/16	20/04/19	Certificado de Conclusão de Vigilante (CNV)	A
2016	Vigilância	10.928.126/0001-84	21/10/16	20/04/19	Certificado de Conclusão de Vigilante (CNV)	A
2011	Copeiras	03.623.340/0001-67	01/06/11	31/01/16	-----	E
2011	Cozinheiras	57.695.058/0001-14	21/06/11	20/06/16	Não há	E
2011	Aux. de Serv. Gerais	03.623.340/0001-67	16/09/11	31/01/16	-----	E
2012	Manutenção de Ar Condicionado	24.016.174/0001-11	08/06/12	07/06/17	E. Superior (Eng) e E. Médio (Técnico)	P
2013	Jardineiro	57.695.058/0001-14	17/06/13	16/06/18	Não há	P
2013	Garçons	57.695.058/0001-14	17/06/13	16/06/18	Não há	P
2014	Auxiliar Bucal	00.482.840/0001-38	21/07/14	20/07/19	Ensino Médio	P
2014	Receppcionista	02.780.863/0001-54	18/08/14	17/08/19	Ensino Médio	P
2014	Telefonista	68.970.680/0001-00	01/10/14	30/09/19	Ensino Médio	P
2014	Telefonista	08.237.641/0001-76	01/10/14	31/03/17	Ensino Médio	A
2014	Aux. de Expedição	68.970.680/0001-00	03/11/14	01/11/19	Ensino Médio	P
2014	Mecânico	08.237.641/0001-76	02/01/15	01/07/17	Ensino Fundamental	A
2015	Motoristas	69.207.805/0001.61	13/04/15	12/10/17	Ensino Médio/ Curso direção defensiva	A
2015	Auxiliar de Manutenção	01.211.015/0001-61	22/04/15	21/10/17	Conhecimentos específicos	A
2015	Aux. de Almoxarife	05.576.482/0001-46	23/06/15	22/12/17	Ensino Fundamental	A
2015	Ascensoristas	57.695.058/0001-14	07/10/15	06/04/18	Não há	A
2015	Eletricista/Encanador	01.211.015/0001-61	06/11/15	05/05/18	Eletricista (Ensino Médio )	A
2016	Aux Serviços Gerais	10.874.523/0001-10	22/01/16	21/07/18	Ensino Médio Completo	A
2016	Copeiras	03.206.234/0001-88	27/01/16	26/07/18	Não há	A
2016	Cozinheiras	57.695.058/0001-14	20/06/16	19/12/18	Fundamental	A

Fonte: Coordenadoria de Contratos

#### **4.1.4.2 Contratação de Estagiários**

**QUADRO 111 – CONTRATO DE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIOS EDUCACIONAIS**

<b>Unidade Contratante</b>						
<b>Informações sobre os Contratos</b>						
<b>Ano do Contrato</b>	<b>Objeto</b>	<b>Empresa Contratada (CNPJ)</b>	<b>Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas</b>		<b>Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados</b>	<b>Sit.</b>
			<b>Início</b>	<b>Fim</b>		
2010	A prestação, pela contratada, de serviços de operacionalização de programas de estágios educacionais de nível superior nas dependências do TRT, conforme especificações e orientações contidas no Termo de referência e seus Anexos.	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE, inscrita no CNPJ nº 61.600.839/0001-55	19/03/2010	15/04/2015	Nível superior	A
2015	A prestação, pela contratada, de serviços de operacionalização de programas de estágios educacionais de nível superior nas dependências do TRT, conforme especificações e orientações contidas no Termo de referência e seus Anexos.	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE, inscrita no CNPJ nº 61.600.839/0001-55	16/04/2015	07/10/2017	Nível superior	A

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

No tocante à política de contratação de estagiários, informamos que em atendimento à sugestão do Ministério Público Federal constante nos autos do Procedimento Administrativo n.º 0000787-04.2012.5.15.0895, acolhida pelo TRT da 15ª Região, foi realizado no ano de 2014 o primeiro certame público para seleção de estagiários, em 25/11/2014, adotando-se, assim, um procedimento com ampla divulgação e critérios objetivos, com garantia da imparcialidade e transparência do ato administrativo.

O referido concurso público foi destinado à formação de cadastro de reserva para o preenchimento de vagas de estágio que eventualmente viessem a surgir. Estas vagas estão distribuídas nos 100 municípios, aqui chamados de localidades, que possuem unidades sob a competência deste Regional.

Em 09/11/2016 houve a abertura de novo Concurso Público para preenchimento de vagas de estágio no âmbito desta Justiça do Trabalho.

Estas vagas são destinadas a estudantes de nível superior regularmente matriculados em estabelecimentos públicos ou particulares dos cursos superiores nas áreas relacionadas e oficialmente autorizadas ou reconhecidas pelo Ministério da Educação: Direito, Administração de Empresas, Design Gráfico, Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – Midialogia, Comunicação Social – Multimídia, Comunicação Social – Rádio e TV, História e Logística.

Podem candidatar-se ao estágio os estudantes que estiverem cursando, pelo menos, o 3º ano ou o 5º semestre de um curso de graduação de 04 (quatro) anos ou mais de duração, ou que tiverem cumprido pelo menos 50% (cinquenta por cento) do tempo previsto para a conclusão de curso de menor duração, cujas áreas sejam de interesse para este Tribunal.

No que concerne à organização do processo seletivo e aplicação das provas, foi realizada, no ano de 2016, a contratação direta do Centro Integrado Empresa Escola para realização dos Concursos, nos termos do art. 24, inciso XIII da Lei 8.666/93, dispensando-se o processo licitatório, com custo de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

As normas regulamentadoras da política de contratação de estagiários estão previstas na Lei do Estágio nº 11.788/2008 e no Ato Regulamentar GP nº 12/2014.

No período de janeiro a julho de 2015 o valor da bolsa-estágio era de R\$ 700,00 sendo reajustado em agosto de 2015 para R\$ 800,00 (oitocentos reais) permanecendo até o presente momento.

Esclarece-se, ainda, que o valor do auxílio-transporte no decorrer do exercício de 2016 foi de R\$ 114,40 (cento e quatorze reais e quarenta centavos). A taxa de administração manteve-se inalterada no ano de 2016, correspondente a R\$ 29,28 (vinte e nove reais e vinte e oito centavos).

Em relação aos resultados obtidos com os concursos realizados anteriormente, tem-se que no ano de 2014, foram 2.755 (dois mil, setecentos e cinquenta e cinco) inscritos; no ano de 2015, foram 4.343 (quatro mil, trezentos e quarenta e três) inscritos; e, no ano de 2016 foram 6.374 (seis mil, trezentos e setenta e quatro) inscritos.

Saliente-se, por oportuno, que no ano de 2016, houve a redução de 31,41% do quantitativo de vagas de estágio autorizados, de 643 (seiscentos e quarenta e três) para 441 (quatrocentas e quarenta e uma), com o corte total de estagiários da área meio, conforme definida na Portaria GP-CR Nº 07/2016, de 04/05/2016, publicada no DEJT de 09/05/2016, consequentemente os 441 postos de estágio destinam-se a área fim deste Regional.

Apresenta-se, a seguir, demonstrativo das despesas com os estagiários correspondentes aos anos de 2015 e 2016.

**QUADRO 112 – DESPESAS COM ESTAGIÁRIOS**

<b>ANO</b>	<b>Processo</b>	<b>Natureza Despesa Detalhada</b>	<b>Tipo</b>	<b>Empenhado R\$</b>	<b>Liquidado R\$</b>	<b>PAGO R\$</b>	<b>RPNP Líquido R\$</b>	<b>RPNP Pago R\$</b>
2015	CP 363/09 e CP0088/2015	33903607	BOLSA AUXÍLIO	4.220.177,88	4.220.177,88	4.220.177,88	0,00	0,00
2015	CP 363/09 e CP0088/2015	33903925	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	167.920,80	167.920,80	167.920,80	0,00	0,00
2015	CP 363/09 e CP0088/2015	33904903	AUXÍLIO-TRANSPORTE	614.790,80	613.860,00	613.860,00	0,00	0,00
			<b>Total Ano</b>	<b>5.002.889,48</b>	<b>5.001.958,68</b>	<b>5.001.958,68</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
2016	CP0088//2015	33903607	BOLSA AUXÍLIO	3.783.506,00	3.773.355,46	3.773.355,46	0,00	0,00
2016	CP0088//2015	33903925	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	142.389,60	142.212,96	142.212,96	0,00	0,00
2016	CP0088//2015	33904903	AUXÍLIO-TRANSPORTE	510.514,00	496.266,29	496.266,29	29,28	29,28
			<b>Total Ano</b>	<b>4.436.409,60</b>	<b>4.411.834,71</b>	<b>4.411.834,71</b>	<b>29,28</b>	<b>29,28</b>

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas



---

## 4.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

---

### 4.2.1 Gestão da Frota de Veículos

---

#### 4.2.1.1 Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

---

- Resolução nº 83 CNJ, de 10 de junho de 2009 – Dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro e dá outras providências.
- Resolução nº 68 CSJT, de 21 de junho de 2010 – Dispõe sobre aquisição, alienação, locação, condução, utilização, manutenção e controle de veículos no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus e dá outras providências.

#### 4.2.1.2 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC

---

A instituição trabalha para alcançar credibilidade e reconhecimento por atributos como celeridade, efetividade e qualidade na prestação do serviço público, garantindo o exercício pleno dos direitos de cidadania, sob a diretriz de valorização das pessoas.

As ações estratégicas não podem pressupor a estagnação das atividades operacionais de todo o Tribunal, sob pena de se deixar de promover a realização da justiça nas relações de trabalho nesta jurisdição, razão de existir deste Órgão.

Assim sendo e considerando a capilaridade jurisdicional desta Região Trabalhista, com 153 Varas do Trabalho e 10 Postos Avançados, a relevância da frota de veículos é clara, na medida em que viabiliza a melhoria dos serviços prestados, conferindo agilidade na tramitação de autos e documentos e transporte de autoridades e pessoas em ações operacionais entre as unidades deste Tribunal.

Dessa forma, a frota de veículos assegura a execução da atividade-fim e, por conseguinte, a consecução dos objetivos estratégicos.

#### 4.2.1.3 Quantidade de Veículos Por Categoria de Uso e Por Regionalização

---

As informações sobre a frota de veículos estão disponíveis no sítio do Tribunal, no menu *Transparéncia* da página eletrônica [www.trt15.jus.br](http://www.trt15.jus.br), especificamente no item “*Frota de Veículos*”.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 113 – VEÍCULOS POR GRUPO – REPRESENTAÇÃO**

MARCA	MODELO	PLACAS	COR	MOTOR	ANO	MODELO	TOMBO	COMBUSTÍVEL	USO
RENAULT	FLUENCE	FTP5831	PRETA	2.0	2014	2015	172506	MISTO	ÓTIMO
RENAULT	FLUENCE	FVC7057	PRETA	2.0	2014	2015	172509	MISTO	ÓTIMO
RENAULT	FLUENCE	FUD0284	PRETA	2.0	2014	2015	172507	MISTO	ÓTIMO
RENAULT	FLUENCE	FVG3116	PRETA	2.0	2014	2015	172505	MISTO	ÓTIMO
RENAULT	FLUENCE	FXK9659	PRETA	2.0	2014	2015	172508	MISTO	ÓTIMO
<b>TOTAL DA CATEGORIA REPRESENTAÇÃO</b>									<b>5</b>

Fonte: Assessoria de Segurança e Transportes

**QUADRO 114 – VEÍCULOS POR GRUPO – INSTITUCIONAL**

MARCA	MODELO	PLACAS	COR	MOTOR	ANO	MODELO	TOMBO	COMBUSTÍVEL	USO
RENAULT	FLUENCE	FIL4109	PRETA	2.0	2014	2015	164586	MISTO	ÓTIMO
RENAULT	FLUENCE	FIL4110	PRETA	2.0	2014	2015	164590	MISTO	ÓTIMO
RENAULT	FLUENCE	FIL4111	PRETA	2.0	2014	2015	164587	MISTO	ÓTIMO
RENAULT	FLUENCE	FTH3722	PRETA	2.0	2014	2015	164589	MISTO	ÓTIMO
RENAULT	FLUENCE	FRX0343	PRETA	2.0	2014	2015	164588	MISTO	ÓTIMO
CITROEN	C4 PALLAS	FGL3022	PRETA	2.0	2012	2013	155353	MISTO	BOM
CITROEN	C4 PALLAS	FGL3023	PRETA	2.0	2012	2013	155350	MISTO	BOM
CITROEN	C4 PALLAS	FGL3025	PRETA	2.0	2012	2013	155349	MISTO	BOM
CITROEN	C4 PALLAS	FGL3026	PRETA	2.0	2012	2013	155352	MISTO	BOM
CITROEN	C4 PALLAS	FGL3027	PRETA	2.0	2012	2013	155351	MISTO	BOM
TOYOTA	COROLLA GLI	DMN5702	PRETA	1.8	2011	2012	143626	MISTO	BOM
TOYOTA	COROLLA GLI	DMN5708	PRETA	1.8	2011	2012	143625	MISTO	BOM
TOYOTA	COROLLA GLI	DMN5714	PRETA	1.8	2011	2012	143627	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5644	PRETA	2.0	2010	2011	140430	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5651	PRETA	2.0	2010	2011	140432	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5662	PRETA	2.0	2010	2011	140433	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5670	PRETA	2.0	2010	2011	140431	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5680	PRETA	2.0	2010	2011	140434	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5632	PRETA	2.0	2009	2010	126413	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5633	PRETA	2.0	2009	2010	126414	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5634	PRETA	2.0	2009	2010	126415	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5635	PRETA	2.0	2009	2010	126416	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5636	PRETA	2.0	2009	2010	126417	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5637	PRETA	2.0	2009	2010	126418	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5638	PRETA	2.0	2009	2010	126419	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5639	PRETA	2.0	2009	2010	126420	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7305	PRETA	2.0	2008	2008	111876	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7306	PRETA	2.0	2008	2008	111869	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7307	PRETA	2.0	2008	2008	111866	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7308	PRETA	2.0	2008	2008	111867	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7309	PRETA	2.0	2008	2008	111868	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7310	PRETA	2.0	2008	2008	111865	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7311	PRETA	2.0	2008	2008	111864	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7312	PRETA	2.0	2008	2008	111863	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7313	PRETA	2.0	2008	2008	111861	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7314	PRETA	2.0	2008	2008	111878	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7315	PRETA	2.0	2008	2008	111877	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7316	PRETA	2.0	2008	2008	111860	GASOLINA	BOM



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

RENAULT	MEGANE DYN	DMN7318	Preta	2.0	2008	2008	111874	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7319	Preta	2.0	2008	2008	111870	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7320	Preta	2.0	2008	2008	111872	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7321	Preta	2.0	2008	2008	111871	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7322	Preta	2.0	2008	2008	111862	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7323	Preta	2.0	2008	2008	111873	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7324	Preta	2.0	2008	2008	111859	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7301	Preta	2.0	2007	2008	111816	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7302	Preta	2.0	2007	2008	111817	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7304	Preta	2.0	2007	2008	111819	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5204	Preta	1.6	2007	2007	105919	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5205	Preta	1.6	2007	2007	105929	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5210	Preta	1.6	2007	2007	105918	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5211	Preta	1.6	2007	2007	105931	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5222	Preta	1.6	2007	2007	105927	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5223	Preta	1.6	2007	2007	105922	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5234	Preta	1.6	2007	2007	105921	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5235	Preta	1.6	2007	2007	105932	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5240	Preta	1.6	2007	2007	105926	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5241	Preta	1.6	2007	2007	105930	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5253	Preta	1.6	2007	2007	105925	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5264	Preta	1.6	2007	2007	105923	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5265	Preta	1.6	2007	2007	105924	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5271	Preta	1.6	2007	2007	105928	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5272	Preta	1.6	2007	2007	105920	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	JJE2167	Preta	2.0	2006	2007	139824	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE	JJE2247	Preta	2.0	2006	2007	139825	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE	JJE2287	Preta	2.0	2006	2007	139826	GASOLINA	BOM
<b>TOTAL DA CATEGORIA INSTITUCIONAL</b>								<b>66</b>	

Fonte: Assessoria de Segurança e Transportes

**QUADRO 115 – VEÍCULOS POR GRUPO – SERVIÇO**

MARCA	MODELO	PLACAS	COR	MOTOR	ANO	MODELO	TOMBO	COMBUSTÍVEL	USO
RENAULT	SANDERO	FIL4116	BRANCA	1.6	2014	2014	164460	MISTO	ÓTIMO
RENAULT	SANDERO	FIL4117	BRANCA	1.6	2014	2014	164459	MISTO	ÓTIMO
RENAULT	SANDERO	FIL4118	BRANCA	1.6	2014	2014	164461	MISTO	ÓTIMO
CITROEN	JUMPER	FQI6241	BRANCA	2.3	2014	2014	164602	DIESEL	ÓTIMO
CITROEN	JUMPER	FRG4831	BRANCA	2.3	2014	2014	164601	DIESEL	ÓTIMO
CITROEN	JUMPER	FKK2450	BRANCA	2.3	2014	2014	172193	DIESEL	ÓTIMO
CITROEN	JUMPER	FVQ6408	BRANCA	2.3	2014	2014	172194	DIESEL	ÓTIMO
PEUGEOT	BOXER 330M	DMN7431	BRANCA	2.3	2012	2013	152498	DIESEL	BOM
PEUGEOT	BOXER 330M	DMN7451	BRANCA	2.3	2012	2013	152499	DIESEL	BOM
PEUGEOT	BOXER 330M	DMN7461	BRANCA	2.3	2012	2013	152500	DIESEL	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7317	Preta	2.0	2008	2008	111875	GASOLINA	BOM
PEUGEOT	BOXER FURG M VID	DMN5229	BRANCA	2.8	2006	2007	105018	DIESEL	BOM
PEUGEOT	BOXER 330M HDI	DMN5267	BRANCA	2.8	2006	2007	105315	DIESEL	BOM
PEUGEOT	BOXER 330M HDI	DMN5268	BRANCA	2.8	2006	2007	105316	DIESEL	BOM



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PEUGEOT	BOXER 330M HDI	DMN5269	BRANCA	2.8	2006	2007	105314	DIESEL	BOM
PEUGEOT	BOXER 330M HDI	DMN5270	BRANCA	2.8	2006	2007	105317	DIESEL	BOM
MARCOPOLLO	VOLARE V6 MO	DBS6109	PRATA	4.6	2006	2006	82166	DIESEL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0866	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87530	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0868	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87529	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0869	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87528	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0870	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87527	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0871	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87539	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0872	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87541	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0874	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87540	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0875	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87533	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0876	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87534	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0877	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87535	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0878	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87536	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0879	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87538	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0880	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87537	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	GOL	DMN0884	PRETO NINJA	1.6	2006	2006	87526	MISTO	BOM
MERCEDES BENZ	L 1318	DMN0896	BRANCA	5.8	2006	2006	102632	DIESEL	BOM
MERCEDES BENZ	L 1318	DMN0897	BRANCA	5.8	2006	2006	102633	DIESEL	BOM
AGRALE	8500 TCA	DMN0898	BRANCA	5.8	2006	2006	101444	DIESEL	BOM
AGRALE	8500 TCA	DMN0899	BRANCA	5.8	2006	2006	101445	DIESEL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0865	PRETO NINJA	1.8	2005	2006	87532	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	GOL	DMN0881	PRETO NINJA	1.6	2005	2006	87525	MISTO	BOM
VOLKSWAGEN	GOL	DMN0882	PRETO NINJA	1.6	2005	2006	87524	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE PRI	JFP6716	PRETA	2.0	2004	2004	139823	GASOLINA	BOM
FIAT	DUCATO CARGO	BPZ8203	BRANCO	2.8	2003	2004	67443	DIESEL	BOM
GM	ASTRA MPFI	BPZ8176	PRETO	1.8	2002	2003	62846	ÁLCOOL	BOM
GM	ASTRA MPFI	BPZ8178	PRETO	1.8	2002	2003	62845	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	PARATI	BPZ8639	CINZA	1.6	2001	2002	58256	ÁLCOOL	BOM
TOTAL DA CATEGORIA SERVIÇO								43	

Fonte: Assessoria de Segurança e Transportes

Observação: O veículo Santana Conf, placa DMN 0867, nº de tombamento 87531, encontra-se em processo de baixa patrimonial, por motivo de sinistro com perda total. A transferência já foi efetivada para a seguradora.

QUADRO 116 – VEÍCULOS POR GRUPO – TOTAL

TOTAL DA CATEGORIA REPRESENTAÇÃO	5
TOTAL DA CATEGORIA INSTITUCIONAL	66
TOTAL DA CATEGORIA SERVIÇO	43
TOTAL GERAL DA FROTA	114

Fonte: Assessoria de Segurança e Transportes



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

#### **4.2.1.4 Razões da Escolha da Aquisição em Detrimento da Locação**

---

A razão da escolha fundamenta-se na opção da política estratégica da Instituição, que abrange questões de segurança pessoal dos magistrados no exercício da prestação jurisdicional.

---

#### **4.2.1.5 Idade Média da Frota, por Grupo de Veículos**

---

**QUADRO 117 – IDADE MÉDIA DA FROTA POR GRUPO**

MÉDIA DA CATEGORIA REPRESENTAÇÃO	1 ano
MÉDIA DA CATEGORIA INSTITUCIONAL	6,7 anos
MÉDIA DA CATEGORIA SERVIÇO	8,3 anos
MÉDIA TOTAL GERAL DA FROTA	7,9 anos

Fonte: Assessoria de Segurança e Transportes

---

#### **4.2.1.6 Despesas Associadas à Manutenção da Frota**

---

**QUADRO 118 – CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA**

CATEGORIA	COMBUSTÍVEIS	MANUTENÇÃO	PEDÁGIO	HIGIENIZAÇÃO	TOTAL
REPRESENTAÇÃO	R\$ 23.826,19	R\$ 38.695,40	R\$ 5.398,20	R\$ 3.020,00	R\$ 70.939,79
INSTITUCIONAL	R\$ 41.854,68	R\$ 258.874,29	R\$ 84.712,80	R\$ 27.625,00	R\$ 413.066,77
SERVIÇO	R\$ 207.526,04	R\$ 95.126,40	R\$ 140.306,92	R\$ 5.565,00	R\$ 448.524,36
T O T A L	R\$ 273.206,91	R\$ 392.696,99	R\$ 260.417,92	R\$ 36.210,00	R\$ 962.531,82

Fonte: Assessoria de Segurança e Transportes

---

#### **4.2.1.7 Controle da Frota**

---

Os controles da frota são informatizados e efetuados:

- 02 servidores que responsáveis pela manutenção;
- 01 servidor responsável pela documentação e controle de multas;
- 02 servidores responsáveis pelos lançamentos das despesas e controles de abastecimentos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

#### **4.2.1.8 Plano de Substituição da Frota**

---

O plano de substituição da frota é feito de acordo com a disponibilidade financeira e, na medida que os custos tornem muito onerosa a manutenção do veículo.

---

#### **4.2.1.9 Quilometragem da Frota**

---

A quilometragem média, por grupo, corresponde a:

- Institucional: 39.418 Km;
- Representação: 20.666 Km; e
- Serviços: 8.174 Km.

A quilometragem total a frota, por grupo, corresponde a:

- Institucional: 1.363.956 Km;
- Representação: 197.090 Km; e
- Serviços: 351.482 Km.

---

### **4.2.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União**

---

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região possui um total de 45 imóveis – terrenos e edificações – sob sua responsabilidade, localizados em 37 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Atualmente, o Gabinete da Secretaria da Administração gera os imóveis, em parceria com a Superintendência do Patrimônio da União do Estado de São Paulo, por meio de Convênio de mútua cooperação. Para tanto, faz uso de planilha com os dados de cada imóvel, se terreno ou edificação, número de registro no sistema SPIUnet (RIP), estado de regularização e de conservação, data de avaliação e valor – com vistas a permitir correção bianual e outras informações pertinentes.

Servidores do Tribunal possuem acesso ao SPIUnet e executam regularmente as alterações naquele sistema, encaminhando cópia das Notas de Lançamento à Coordenadoria de Contabilidade e de Controle Interno.

Dentre os imóveis da União na responsabilidade do TRT da 15ª Região, há somente um, situado em Bauru, cedido à Prefeitura local, por meio do Contrato nº 4915/2006, no qual há reciprocidade de cessão de outro imóvel, do Município, abrigando o arquivo do Fórum. A Unidade Trabalhista está abrigada em imóvel pertencente ao Banco do Brasil.

Os riscos de gestão estão centralizados nos imóveis carentes de regularização, tanto pela SPU/SP quanto por cartórios e normas municipais, e as medidas adotadas para mitigá-los concentram-se na busca de certidões, registros e providências céleres com a finalidade de regularizá-los.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

#### 4.2.3 Cessão de Espaço Físico e Imóveis a Órgãos Públicos e Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

QUADRO 119 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>6291.00283.500-1</b>
	Endereço	<b>Rua Dr. Quirino, 1.080, Campinas-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>29,63 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 553,05 mensais (cessão do espaço) R\$ 167,15 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>6291.00287.500-5</b>
	Endereço	<b>Rua Barão de Jaguara, 901, Campinas-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.000.000/0001-91</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Banco do Brasil S/A</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>73,16 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 1.444,21 mensais (cessão do espaço) R\$ 468,30 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>6291.00287.500-5</b>
	Endereço	<b>Rua Barão de Jaguara, 901, Campinas-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>81,98 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 1.610,52 mensais (cessão do espaço) R\$ 516,86 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>6291.01821.500-8</b>
	Endereço	<b>Av. José de Souza Campos, 422, Campinas-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.000.000/0001-91</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Banco do Brasil S/A</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 11/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>116,55 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 2.302,51 mensais (cessão do espaço) R\$ 577,73 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>6291.01821.500-8</b>
	Endereço	<b>Av. José de Souza Campos, 422, Campinas-SP</b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>118,39 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 2.325,80 mensais (cessão do espaço) R\$ 585,98 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>6291.01821.500-8</b>
	Endereço	<b>Av. José de Souza Campos, 422, Campinas-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>86.794.971/0001-76</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Associação dos Advogados Trabalhistas de Campinas</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Associação</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Sala para uso dos associados</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/10/2013</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>24,25 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 475,22 mensais (cessão do espaço) R\$ 450,24 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>6291.01821.500-8</b>
	Endereço	<b>Av. José de Souza Campos, 422, Campinas-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>51.908.705/0001-42</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Associação dos Advogados de Campinas e Região</b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Atividade ou Ramo de Atuação	Associação
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Sala para uso dos associados</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 20/01/2014</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>21,64 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 424,08 mensais (cessão do espaço) R\$ 372,35 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>6291.01821.500-8</b>
	Endereço	<b>Av. José de Souza Campos, 422, Campinas-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>57.519.373/0001-90</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Associação</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Sala para uso dos associados</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 30/12/2013</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>88,86 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 1.752,91 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>6607.00005.500-8</b>
	Endereço	<b>Rua Rolando D'Amico, 121, Jaú-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.000.000/0001-91</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Banco do Brasil S/A</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da	Forma de Seleção do	<b>Contratação direta</b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Cessão	Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>12,04 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 225,88 mensais (cessão do espaço) R\$ 48,53 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>6687.00003.500-5</b>
	Endereço	<b>Rua Jundiaí, 1.270, Matão-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>23,47 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 438,08 mensais (cessão do espaço) R\$ 90,91 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>6715.00012.500-3</b>
	Endereço	<b>Av. Brasil, 4.801, Mogi Guaçu-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Caracterização do espaço cedido	<b>31,05 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 609,98 mensais (cessão do espaço) R\$ 128,43 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>6875.00016.500-5</b>
	Endereço	<b>Rua João Pedro Corrêa, 810, Piracicaba-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>64,50 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 1.267,12 mensais (cessão do espaço) R\$ 355,91 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>6929.00035.500-1</b>
	Endereço	<b>Avenida 14 de Setembro, 1080, Presidente Prudente-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>26/06/2015 a 30/06/2017</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>29,26 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios	<b>R\$ 574,78 mensais (cessão do espaço)</b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 127,76 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>6969.00043.500-4</b>
	Endereço	<b>Rua Afonso Taranto, 105, Ribeirão Preto-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.000.000/0001-91</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Banco do Brasil S/A</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>50,37 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 994,33 mensais (cessão do espaço) R\$ 420,68 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>6969.00043.500-4</b>
	Endereço	<b>Rua Afonso Taranto, 105, Ribeirão Preto-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>54,29 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 1.066,52 mensais (cessão do espaço) R\$ 451,30 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>6969.00043.500-4</b>
	Endereço	<b>Rua Afonso Taranto, 105, Ribeirão Preto-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>45.231.081/0001-79</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Associação dos Advogados de Ribeirão Preto</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Associação</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Sala para uso dos associados</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/10/2013</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>31,29 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 613,18 mensais (cessão do espaço) R\$ 903,94 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>6979.00008.500-0</b>
	Endereço	<b>Av. Cidade Judiciária, 289, Rio Claro-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>30,25 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 129,17 mensais (cessão do espaço) R\$ 32,31 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>7083.00003.500-0</b>
	Endereço	<b>Rua Luís Previeiro, 91, São João da Boa Vista-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.000.000//0001-91</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Banco do Brasil S/A</b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>10,92 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 215,57 mensais (cessão do espaço) R\$ 36,06 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>7097.00058.500-0</b>
	Endereço	<b>Av. José Munia, 5500, São José do Rio Preto-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.000.000/0001-91</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Banco do Brasil S/A</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>29,10 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 574,45 mensais (cessão do espaço) R\$ 197,90 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>7097.00058.500-0</b>
	Endereço	<b>Av. José Munia, 5500, São José do Rio Preto-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>41,74 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 820,00 mensais (cessão do espaço) R\$ 284,80 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>7099.00519.500-1</b>
	Endereço	<b>Rua Juiz David Barrilli, 85, São José dos Campos-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>149,60 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 2.938,93 mensais (cessão do espaço) R\$ 1.897,14 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>7145.00222.500-4</b>
	Endereço	<b>Rua Ministro Coqueijo Costa, 61, Sorocaba-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.000.000/0001-91</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Banco do Brasil S/A</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>24,48 m<sup>2</sup></b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 483,25 mensais (cessão do espaço)</b> <b>R\$ 110,73 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<b>7145.00222.500-4</b>
	Endereço	<b>Rua Ministro Coqueijo Costa, 61, Sorocaba-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
Caracterização da Cessão	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
Caracterização da Cessão	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>22,66 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 445,16 mensais (cessão do espaço)</b> <b>R\$ 102,38 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
	Processo de Locação	<b>06/2008 – Contrato 84/2008</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Endereço	<b>Av. Nossa Senhora de Fátima, 3000, Americana-SP</b>
	CNPJ	<b>00.000.000/0001-91</b>
Identificação do Cessionário	Nome ou Razão Social	<b>Banco do Brasil S/A</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 09/08/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>26,86 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 494,11 mensais (cessão do espaço)</b> <b>R\$ 272,11 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do	Processo de Locação	<b>06/2008 – Contrato 84/2008</b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

imóvel Objeto de Cessão	Endereço	<b>Av. Nossa Senhora de Fátima, 3000, Americana-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>26,86 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 494,11 mensais (cessão do espaço) R\$ 272,11 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	<b>08/2005 – Contrato 08/2005</b>
	Endereço	<b>Rua Duque de Caxias, 2.130, Araçatuba-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.000.000/0001-91</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Banco do Brasil S/A</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>14.60 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 214,64 mensais (cessão do espaço) R\$ 55,55 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	<b>08/2005 – Contrato 08/2005</b>
	Endereço	<b>Rua Duque de Caxias, 2.130, Araçatuba-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da	Forma de Seleção do	<b>Contratação direta</b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Cessão	Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/072012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>26,10 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 351,34 mensais (cessão do espaço) R\$ 99,09 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	<b>02/2008 – Contrato 28/2008</b>
	Endereço	<b>Av. José Bonifácio, 176, Araraquara-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.000.000/0001-91</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Banco do Brasil S/A</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/072012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>55,57 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 538,73 mensais (cessão do espaço) R\$ 146,11 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	<b>02/2008 – Contrato 28/2008</b>
	Endereço	<b>Av. José Bonifácio, 176, Araraquara-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>37,24 m<sup>2</sup></b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 387,91 mensais (cessão do espaço) R\$ 97,94 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo	<b>643-98.2010.5.15.0895 PA – Contrato 09/2011</b>
	Endereço	<b>Av. Walter Antonio Fontana, 625, Assis -SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
Caracterização da Cessão	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>45,07 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 574,52 mensais (cessão do espaço) R\$ 137,00 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	<b>03/2009 – Contrato 02/2010</b>
	Endereço	<b>Rua General Osório, 1.174/1.188, Capivari -SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
Caracterização da Cessão	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>27,51 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 345,40 mensais (cessão do espaço) R\$ 81,01 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	<b>01/2009 – Contrato 15/2009</b>
	Endereço	<b>Rua Recife, 585, Catanduva - SP</b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/072012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>52,85 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 289,58 mensais (cessão do espaço) R\$ 127,57 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	<b>07/2001 – Contrato 48/2001</b>
	Endereço	<b>Rua Frei Germano, 2.310, Franca - SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/072012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>108,20 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 1.777,99 mensais (cessão do espaço) R\$ 450,83 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	<b>06/2006 – Contrato 50/2006</b>
	Endereço	<b>Av. José Bonifácio, 497, Jaboticabal-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.000.000/0001-91</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Banco do Brasil S/A</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/072012</b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Caracterização do espaço cedido	<b>24,98 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 244,05 mensais (cessão do espaço) R\$ 129,37 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	<b>01/2001 – Contrato 17/2001</b>
	Endereço	<b>Rua Três de Abril, 09, Jacareí-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.000.000/0001-91</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Banco do Brasil S/A</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/072012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>30,27 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 427,24 mensais (cessão do espaço) R\$ 130,77 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo	<b>CP 0126/2014 – Contrato 91/2014</b>
	Endereço	<b>Rua Henrique Jacobs, 2.040, Limeira - SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/072012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>60,94 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 367,69 mensais (cessão do espaço) R\$ 247,76 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do	Processo de Locação	<b>18/2005 – Contrato 70/2005</b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

imóvel Objeto de Cessão	Endereço	<b>Av. Tiradentes, 580, Marília-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.000.000/0001-91</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Banco do Brasil S/A</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>25,07 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 368,90 mensais (cessão do espaço) R\$ 61,62 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	<b>18/2005 – Contrato 70/2005</b>
	Endereço	<b>Av. Tiradentes, 580, Marília-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>36,96 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 543,85 mensais (cessão do espaço) R\$ 90,93 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo	<b>CP 0233/2014 – Contrato 59/2014</b>
	Endereço	<b>Avenida dos Expedicionários, 1.500, Paulínia-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.000.000/0001-91</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Banco do Brasil S/A</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da	Forma de Seleção do	<b>Contratação direta</b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Cessão	Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/072012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>23,90 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 779,34 mensais (cessão do espaço) R\$ 45,03 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo	<b>CP 0233/2014 – Contrato 59/2014</b>
	Endereço	<b>Avenida dos Expedicionários, 1.500, Paulínia-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/072012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>23,83 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 703,78 mensais (cessão do espaço) R\$ 45,03 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo	<b>19-15.2011.5.15.0895 PA – Contrato 14/2011</b>
	Endereço	<b>Rua Barão do Rio Branco, 689, Sertãozinho-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.000.000/0001-91</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Banco do Brasil S/A</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/072012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>25,21 m<sup>2</sup></b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 470,31 mensais (cessão do espaço) R\$ 127,37 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo	<b>19-15.2011.5.15.0895 PA – Contrato 14/2011</b>
	Endereço	<b>Rua Barão do Rio Branco, 689, Sertãozinho-SP</b>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
Caracterização da Cessão	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>15,48 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 288,78 mensais (cessão do espaço) R\$ 78,43 mensais (rateio de despesas)</b>
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>
	Processo de Locação	<b>06/2007 – Contrato 57/2007</b>
Identificação do Cessionário	Endereço	<b>Av. Brigadeiro José Vicente de Faria Lima, s/nº, Taubaté-SP</b>
	CNPJ	<b>00.360.305/0001-04</b>
Caracterização da Cessão	Nome ou Razão Social	<b>Caixa Econômica Federal</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Instituição bancária</b>
	Forma de Seleção do Cessionário	<b>Contratação direta</b>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<b>Posto de atendimento bancário</b>
	Prazo da Cessão	<b>5 anos, a partir de 01/07/2012</b>
	Caracterização do espaço cedido	<b>35,70 m<sup>2</sup></b>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<b>R\$ 526,79 mensais (cessão do espaço) R\$ 244,10 mensais (rateio de despesas)</b>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<b>Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.</b>

Fonte: Secretaria da Administração



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

#### **4.2.4 Informações Sobre Imóveis Locados de Terceiros**

O TRT da 15º Região (União) não possui imóveis em quantidade suficiente e nem em todas as localidades abrangidas pela 15º Região, onde existam Fóruns Trabalhistas e/ou Varas do Trabalho criadas por Lei, razão pela qual a locação de imóveis é imprescindível para o bom desempenho, funcionalidade e atendimento aos Jurisdicionados.

O TRT da 15º Região tem, por princípio, não investir ou dispensar quaisquer valores em imóveis de terceiros, salvo situações excepcionalíssimas. Todas as reformas e manutenções que impliquem habitabilidade e segurança do imóvel são imputadas aos Locadores. Caso não o façam, o TRT assume as reformas/manutenções, descontando dos valores locativos os respectivos montantes. Somente as manutenções de pequena monta e ordinariamente 'de responsabilidade do locatário' são realizadas por este Regional, tais como vidros quebrados, lâmpadas queimadas, reatores, entupimentos, etc.

**QUADRO 120 – LOCAÇÕES**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Exercício 2016		Exercício 2015	
	Quantidade	Aluguel Mensal (R\$)	Quantidade	Aluguel Mensal (R\$)
BRASIL	SÃO PAULO			
	Adamantina	1	34.669,20	1
	Americana	1	27.854,46	1
	Amparo	1	8.053,85	2
	Andradina	1	10.732,68	1
	Aparecida	1	8.283,41	1
	Araçatuba	1	22.167,71	1
	Araraquara	1	41.279,74	1
	Assis	1	25.169,05	1
	Atibaia	1	37.665,37	1
	Avaré	1	13.775,49	1
	Barretos	1	11.315,94	1
	Batatais	1	8.500,00	1
	Bebedouro	1	10.526,26	1
	Birigui	1	11.200,00	1
	Botucatu	1	1.840,51	1
	Bragança Paulista	1	11.517,39	1
	Caçapava	1	7.798,45	1
	Cajuru	1	18.143,97	1
	Campinas	4	104.010,59	4
				121.515,59



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15<sup>a</sup> REGIÃO

Campo Limpo Paulista	1	19.729,72	1	17.913,31
Capão Bonito	1	17.324,23	1	20.381,45
Capivari	1	12.900,00	1	13.900,00
Caraguatatuba	1	15.500,00	1	16.922,50
Catanduva	1	19.003,10	1	21.114,56
Cravinhos	1	22.000,00	1	22.000,00
Fernandópolis	1	7.200,00	1	8.000,00
Franca	1	26.847,54	1	26.560,67
Garça	1	9.503,10	1	10.559,00
Guaratinguetá	1	11.973,20	1	10.936,43
Indaiatuba	1	31.072,14	2	46.223,93
Itanhaém	1	14.500,00	1	16.107,34
Itapetininga	1	6.064,56	1	7.580,70
Itapeva	1	9.168,51	1	8.321,39
Itapira	1	12.539,15	1	17.913,07
Itápolis	1	8.191,60	1	9.637,18
Itararé	1	4.750,02	1	4.300,61
Itatiba	1	37.870,76	2	48.705,22
Itu	1	13.092,51	1	15.402,95
Ituverava	1	8.490,63	1	7.711,74
Jaboticabal	1	9.500,00	1	11.389,63
Jacareí	2	13.517,20	2	12.234,33
Jales	1	2.300,00	1	2.500,00
José Bonifácio	1	19.315,56	1	24.144,45
Jundiaí	0		1	18.468,81
Leme	1	10.736,73	1	9.753,57
Lençóis Paulista	1	8.601,21	1	8.601,21
Limeira	1	38.250,00	1	41.994,68
Lins	1	8.626,29	1	8.626,29
Lorena	1	2.656,43	1	2.460,57
Marília	1	22.500,00	1	28.671,61
Mogi Mirim	0		1	1.154,43
Olímpia	1	14.000,00	1	15.343,25
Orlândia	2	19.551,56	1	7.464,10
Ourinhos	1	12.000,00	1	13.016,03
Paulínia	1	55.300,00	1	66.246,00
Pederneiras	1	13.658,75	0	
Penápolis	1	6.542,79	1	7.269,77



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15<sup>a</sup> REGIÃO

Piedade	1	20.905,70	1	19.000,00
Pindamonhangaba	1	1.115,24	1	1.449,68
Pirassununga	1	9.023,77	1	8.193,00
Porto Ferreira	1	17.977,07	1	16.383,00
Presidente Venceslau	1	6.730,85	1	7.918,65
Rancharia	1	7.025,09	1	6.586,43
Registro	1	10.300,00	1	11.314,47
Rio Claro	1	9.635,47	1	8.630,84
Salto	1	20.000,00	1	21.995,86
Santa Bárbara D'Oeste	1	12.000,00	1	9.268,86
Santa Cruz do Rio Pardo	1	8.559,20	0	
São Carlos	1	30.534,47	1	30.534,47
São Joaquim da Barra	1	4.784,43	1	4.330,19
São José dos Campos	0		1	4.634,75
São José do Rio Pardo	1	5.713,89	1	5.713,89
São Roque	1	19.509,60	1	22.000,00
São Sebastião	1	541,16	1	773,09
Sertãozinho	1	19.245,54	1	19.245,54
Sumaré	1	32.751,65	2	46.738,65
Tanabi	1	8.754,52	1	10.299,44
Taquaritinga	1	6.851,31	1	8.060,36
Tatuí	1	20.250,00	1	23.252,80
Taubaté	1	34.195,24	1	34.195,24
Teodoro Sampaio	1	12.996,98	1	18.567,12
Tietê	1	7.000,00	1	7.842,06
Tupã	1	11.836,00	1	11.836,00
Ubatuba	1	7.072,38	1	6.472,98
Votuporanga	1	3.547,50	1	3.225,00
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>1.328.138,42</b>	<b>91</b>	<b>1.438.478,24</b>

Fonte: Coordenadoria de Contratos



---

#### 4.3 Gestão de Tecnologia da Informação

---

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações elaborou plano de capacitação próprio, que foi oportunamente submetido à Escola Judicial da Corte e, posteriormente, aprovado e efetivamente ministrado ao longo do ano de 2016, computando-se um total de 16 cursos para os servidores que pertencem a referida área técnica (relação em anexo) envolvendo todos os servidores que trabalham na unidade.

No tocante ao quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho da área técnica, atualmente corresponde a 148 (cento e quarenta e oito) servidores, sendo 110 do quadro permanente efetivo de tecnologia da informação do Órgão, 24 (vinte e quatro) do quadro permanente efetivo e 14 oriundos de outros órgãos da Administração Pública Federal. Atualmente a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações não possui servidores terceirizados nas rotinas relacionadas a área técnica e todos os cargos de gestão são ocupados por servidores efetivos, não havendo nenhum servidor extra-quadro atuando na Secretaria.

Esta opção da Administração da Corte de compor uma equipe técnica qualificada na área de tecnologia da informação está diretamente relacionada à intenção de eliminar dependência tecnológica, seja junto a profissionais que não sejam servidores públicos, seja junto a empresas terceirizadas. Nos casos da existência de contratos de suporte, principalmente relacionados à infraestrutura de TIC, sempre um técnico da Secretaria acompanha de perto eventuais intervenções realizadas, com o intuito de conhecer a ação que está sendo realizada, sendo capaz de reproduzi-la caso exista a necessidade posteriormente.

Relativamente ao gerenciamento de serviços de tecnologia da informação existentes, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações iniciou no ano de 2016 um trabalho de mapeamento de processos de trabalho baseados nas melhores práticas de mercado, principalmente as referenciadas na biblioteca ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*), com intuito de ainda no ano de 2017 adotá-las plenamente em ambiente de produção. Com esse objetivo, presente no PETIC do Órgão, está em operação uma Central de Serviços de TIC, contemplando inicialmente o gerenciamento de incidentes e requisições de serviços, almejando-se ampliar esse escopo paulatinamente, conforme o trabalho de mapeamento for sendo concluído e as dificuldades de implantação superadas.

Como é cediço, o ano de 2016 foi marcado por uma forte retração orçamentária imposta à Administração Pública em geral, principalmente nesta Justiça Especializada. Tal situação influenciou fortemente a execução do plano de contratação de 2016 que apesar de ter sido definido com planejamento, analisado e devidamente aprovado pelas instâncias competentes deste Tribunal sofreu cortes significativos. Neste sentido, seguindo o que apregoa a Resolução n.º 182/2013 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, adotou-se nesse planejamento o alinhamento com os Planejamentos Estratégicos Institucionais (PEI) e com os Planejamentos Estratégicos de Tecnologia da Informação (PETIC), de modo que o solicitante, ao sugerir determinada demanda, além das justificativas de praxe, deva indicar os relacionamentos com os referidos planejamentos estratégicos.

Dentro desse contexto, foram desenvolvidos vários projetos relacionados à área de desenvolvimento



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

de sistemas, utilizando-se do quadro de servidores da Secretaria, todos eles relacionados aos objetivos estratégicos do PEI: “Aprimorar os serviços de TIC” e “Modernizar os recursos de TIC” e objetivos do PETIC: “Atualizar e aprimorar as soluções de TIC”, tendo sido eles concluídos no ano de 2016 e disponibilizados em ambiente de produção.

Destacam-se:

**a) Núcleo de Pesquisa Patrimonial (Núcleo de Execução)**

Descrição: Este projeto tem por objetivo a criação de sistema para realizar as consultas, análise de dados e geração de documentos necessários para o desenvolvimento das tarefas do Núcleo de Pesquisa Patrimonial.

Resultados Esperados: Criar uma ferramenta de trabalho que agilize sobremaneira as atividades relacionadas com esta fase processual.

**b) Mecanismo de eleição eletrônica**

Descrição: Este projeto tem por objetivo desenvolver um software para eleição secreta de representantes do Conselho Consultivo da Escola Judicial.

Resultados esperados: Propiciar uma ferramenta que possibilite a realização de uma eleição virtual com ampla participação.

**c) Ferramenta de mensuração dos maiores litigantes**

Descrição: Aplicação que realiza coleta de dados processuais nas 100 (cem) bases de dados processuais do Tribunal, possibilitando a consolidação dos maiores litigantes do Regional.

Resultados Esperados: Dar condições à Coordenadoria de Estatística de informar à Administração do Regional e ao Conselho Nacional e Justiça – CNJ a relação dos maiores litigantes desta justiça especializada.

**d) Sistema Saúde Requerimentos**

Descrição: O objetivo do projeto é testar todas as funcionalidades do sistema Saúde Requerimentos, identificar possíveis bugs e corrigi-los, deixando o sistema apto a ser disponibilizado no ambiente de produção.

Resultados esperados: Aprimorar o atual sistema utilizado integrando-o ao Sistema Chronos e validando-o para poder fazer parte do projeto nacional SIGEP.

**f) Preparação Módulo Auto Atendimento**

Descrição: Este projeto tem por objetivo a preparação para integração e disponibilização do módulo



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

de Autoatendimento ao Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho – SIGEP pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, conforme acordado em reuniões do grupo de trabalho gtPessoal, instituído pelo ATO CSJT.GP.SG.SEIT.CGGOV N° 314/2014, com representantes das áreas de gestão de pessoas e tecnologia da informação dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Resultados Esperados: Disponibilizar para toda a Justiça do Trabalho o módulo de autoatendimento que comporá o sistema nacional conhecido como SIGEP.

#### **g) Resolução Férias**

Descrição: Este projeto tem por objetivo promover alterações nos sistemas de frequência (Chronos), de requerimentos online (Chronos Web) para que atendam às regulamentações de férias dispostas na Resolução CSJT no 162/2016 para os servidores.

Resultados esperados: Adequar as rotinas que foram afetadas pelas alterações ocorridas na regulamentação de férias promovidas pelos Tribunais Superiores.

#### **h) Julgamento Virtual**

Descrição: Este projeto tem por objetivo desenvolver no Sistema de Acompanhamento Processual de 2º Grau (SAP2G) alterações que possibilitem sessões de julgamento nos termos do artigo 1º da Resolução Administrativa no 21/2015, publicado no DEJT de 10 de dezembro de 2015, para julgar processos físicos que tramitam na segunda instância deste tribunal.

Resultados esperados: Agilizar o julgamento processual possibilitando que alguns temas tenham suas discussões realizadas de forma virtual.

#### **i) Atualização Manual 1º Grau e-Gestão**

Descrição: Atualizar e alimentar as tabelas do e-Gestão para ficarem de acordo com as especificações do manual Versão 1.1 –03/02/2016 (Manual de Orientações do 1º Grau – 25 itens). Essa versão inclui novos itens do E-Gestão, modificações nas regras dos itens já existentes, novas regras de validação (detalhamento de itens) dos itens já existentes.

Resultados esperados: Adequar o sistema que realizada a coleta de dados que são informados ao Conselho Superior do Trabalho – CSJT às mudanças que ocorreram nas regras estipuladas.

#### **j) Atualização Manual e-Gestão 2G e Implantação Extrator 2.0**

Descrição: Atualizar e alimentar as tabelas do e-Gestão para ficarem de acordo com as especificações do manual Versão 1.1 – 07/12/2015 (Manual de Orientações do 2º Grau – 19 itens), do manual da versão 2.0 do extrator e-Gestão-Pje (ferramenta extratora de dados do e-Gestão – 3 tabelas). Essa versão inclui novos itens do e-Gestão, modificações nas regras dos itens já existentes, novas regras de validação (detalhamento de itens) dos itens já existentes e alimentação de tabelas de



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

mapeamento de órgãos julgadores do Pje para o e-Gestão e de afastamentos de desembargadores usadas pelo extrator.

Resultados Esperados: Adequar o sistema que realizada a coleta de dados que são informados ao Conselho Superior do Trabalho – CSJT às mudanças que ocorreram nas regras estipuladas.

#### **k) Justiça em Números 2015**

Descrição: O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou através da Resolução nº 76/2009 e o do Provimento nº 49/2015 que os Tribunais devem informar, periodicamente, indicadores no “Sistema de Estatística do Poder Judiciário”, referentes à produtividade de Magistrados e Serventias Judiciárias de 1º e 2º Graus. Destes indicadores, alguns deverão ser informados mensalmente, enquanto outros, semestral e anualmente, e para tal, faz-se necessário desenvolver uma ferramenta que auxilie a Coordenadoria de Estatística e Pesquisa (CEP) do TRT da 15ª Região extrair as sessenta e duas variáveis solicitadas e informar ao CNJ no prazo Estabelecido.

Resultados esperados: Prover o Tribunal com uma solução informatizada que possibilite coletar, tratar e remeter as informações solicitadas.

#### **I) GECJ**

Descrição: Solução para os problemas enfrentados pela Assessoria de Apoio aos Magistrados, bem como os impactos decorrentes, eventuais dependências e pré-requisitos para a solução referente ao projeto “Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição”.

Resultados esperados: Viabilizar o pagamento desta gratificação no sistema de folha de pagamento a partir de dados cadastrais existentes.

Além dessas iniciativas concluídas com pessoal próprio, outras, que demandaram investimentos do orçamento público, também foram executadas, totalizando o valor de R\$12.786.700,25 (doze milhões, setecentos e oitenta e seis mil, setecentos reais e vinte e cinco centavos). Os detalhes destes investimentos estão, inclusive o alinhamento com os planejamentos estratégicos, estão no item 8.3 – Plano de Contratações de Tecnologia da Informação.

Pode-se depreender do documento indicado que os investimentos foram realizados com recursos próprios e recursos descentralizados objetivando como resultado prover o Tribunal de equipamentos necessários para a sustentação das suas principais necessidades, seja em ações visando à manutenção e modernização do parque atualmente instalado, seja com a aquisição de notebooks para os magistrados ou, ainda, em ações de manutenção dos sistemas legados do Regional (itens 4, 6, 9, 10, 12, 14, 15, 18 e 19) e do principal sistema do Regional, o sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe (itens 5, 6, 7, 10, 12, 14, 15, 18, 19 e 27).

Também ocorreram investimentos em segurança da informação (itens 8 e 11), demonstrando um forte direcionamento dos investimentos na evolução das atuais condições tecnológicas implementadas, com segurança.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

#### **4.3.1 Informações Sobre os Principais Sistemas de Informações Utilizados pela Unidade**

No que diz respeito aos principais sistemas de informação utilizados no Regional, destacam-se abaixo as características dos sistemas com maior criticidade no ambiente corporativo, seja sob a ótica de atendimento ao jurisdicionado, seja quanto ao atendimento do público interno.

São eles:

##### **a) Sistema: PJe – Processo Judicial Eletrônico**

Objetivo: Tramitação processual eletrônica envolvendo a 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> instâncias deste Tribunal.

Principais Funcionalidades: Cadastro de processos, habilitação do advogado, elaboração de acórdão, decisão, despacho e sentença, notificação das partes, audiências judiciais e publicação de decisões.

Responsável Técnico: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

Responsável Negócio: Núcleo de Apoio ao PJe

Criticidade: Alta

Manutenção: Realizada colaborativamente com pessoal próprio da área de TIC do Regional e de técnicos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT que realiza a supervisão técnica desta atividade.

Risco para a continuidade do negócio: Alta

Medidas para mitigação do risco: Medidas de segurança da informação e projetos para criação de ambiente redundante com alta disponibilidade.

##### **b) Sistema: PROAD – Processo Administrativo**

Objetivo: Tramitação processual eletrônica Administrativa envolvendo todas as lotações do Tribunal, magistrados e servidores.

Principais Funcionalidades: Registro de petições e abertura de processos administrativos; encaminhamento das petições para providências, assinaturas digitais e decisões administrativas; gerenciamento eficiente de todo o sistema através do "Painel de Controle", além da utilização de alertas e e-mails de notificação

Responsável Técnico: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

Responsável Negócio: Vice-Presidência Administrativa

Criticidade: Alta

Manutenção: Realizada colaborativamente com pessoal próprio da área de TIC do Regional e de técnicos do Tribunal Regional do Trabalho da 12<sup>a</sup> Região que realiza a supervisão técnica desta atividade.

Risco para a continuidade do negócio: Alta



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Medidas para mitigação do risco: Medidas de segurança da informação e projetos para criação de ambiente redundante com alta disponibilidade.

**c) Sistema: PA – Processo de Aquisição**

Objetivo: Tramitação Administrativa de assuntos relacionados a aquisição e fornecimento de bens.

Principais Funcionalidades: Requisição de aquisição de produto ou serviço; aprovação da requisição e autuação do processo de compra; tramitação dos processos de compra e consulta do histórico de andamento

Responsável Técnico: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

Responsável Negócio: Secretaria da Administração

Criticidade: Alta

Manutenção: Realizada com pessoal próprio da área de TIC deste Regional.

Risco para a continuidade do negócio: Alta

Medidas para mitigação do risco: Medidas de segurança da informação e projetos para criação de ambiente redundante com alta disponibilidade.

**d) Sistema: Fênix – Sistema de Recursos Humanos**

Objetivo: Gerenciamento de dados de recursos humanos, envolvendo todos os magistrados e servidores do Tribunal.

Principais Funcionalidades: Cadastro de servidores; cadastro de histórico funcional dos servidores; relatórios quantitativos.

Responsável Técnico: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

Responsável Negócio: Secretaria de Gestão de Pessoas

Criticidade: Alta

Manutenção: Realizada com pessoal próprio da área de TIC deste Regional.

Risco para a continuidade do negócio: Alta

Medidas para mitigação do risco: Medidas de segurança da informação e projetos para criação de ambiente redundante com alta disponibilidade.

**e) Sistema: Folha de Pagamento**

Objetivo: Sistema de processamento de folha de pagamento, envolvendo todos os magistrados e servidores do Tribunal.

Principais Funcionalidades: Cálculo de remuneração de magistrados, servidores e pensionistas; rotinas anuais (RAIS e DIRF); Ficha Financeira (auditoria)

Responsável Técnico: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

Responsável Negócio: Secretaria de Gestão de Pessoas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Criticidade: Alta

Manutenção: Realizada com pessoal próprio da área de TIC do Regional.

Risco para a continuidade do negócio: Alta

Medidas para mitigação do risco: Medidas de segurança da informação e projetos para criação de ambiente redundante com alta disponibilidade.

---

#### **4.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETIC) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC)**

---

O PETIC foi elaborado durante o ano de 2015 visando ao período de 2015 a 2020, com a participação, além da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, da Diretoria-Geral, da Assessoria de Gestão Estratégica, da Comissão de Informática e da Presidência da Corte. Após trâmite interno no Regional, o planejamento foi aprovado pelo Tribunal Pleno em Sessão Administrativa realizada em 17 de dezembro de 2015.

Uma das principais características do PETIC é o seu alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI), retratado inclusive na missão do próprio plano “*prover soluções de tecnologia da informação alinhadas à missão institucional*” entendido como “*Oferecer a servidores e magistrados recursos tecnológicos que permitam a realização das atividades que visam o bom funcionamento do Tribunal apoiando-os com agilidade e especialidade, identificando as melhores soluções, adotando as melhores práticas, com previsibilidade, garantindo a disponibilidade, segurança, integridade, confidencialidade, qualidade e produtividade*”.

Busca-se assim uma perfeita integração com o referido PEI, tendo como objetivos:

- aprimorar o alinhamento Institucional e Integração com Outros Órgãos;
- promover segurança da informação de TIC;
- adotar as melhores práticas de TIC;
- aumentar a eficiência no uso de recursos orçamentários;
- atualizar e aprimorar as soluções de TIC;
- aprimorar a qualidade de vida no trabalho.

No tocante ao PDTIC, ocorreu situação similar: foi elaborado em 2015 abrangendo o período de 2015 a 2020 com a participação da Diretoria-Geral, da Comissão de Informática e da Presidência do Tribunal, que o aprovou em 22 de março de 2016, após a aprovação do PETIC pelo Tribunal Pleno da Corte.

Mantendo a necessidade de alinhamento institucional, o PDTIC foi constituído para o desdobramento da estratégia de execução das metas do PETIC, sendo uma ferramenta de apoio à tomada de decisão pelos gestores da Organização.

Ressalte-se que ambos documentos – PETIC e PDTIC – foram disponibilizados aos usuários em geral, estando o PETIC disponível no portal do Regional tanto para o público externo como para o público interno, acessível por intermédio do endereço eletrônico: [http://portal.trt15.jus.br/documents/10157/30090/Plano+estrategico+TIC 2015 2020 revisao\\_v.pdf/eee4cd9f-03e7-440c-9526-e403e1981033](http://portal.trt15.jus.br/documents/10157/30090/Plano+estrategico+TIC%202015-2020_revisao_v.pdf/eee4cd9f-03e7-440c-9526-e403e1981033) e o PDTIC, também ao público interno do Tribunal, na



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

área destinada à tecnologia da informação na intranet do Órgão.

Insta salientar que os mencionados planos estão alinhados com os planejamentos estratégicos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Nesse sentido, a partir da identificação dessa necessidade, foi realizado o trabalho de alinhamento do PETIC com esses planejamentos, com a participação dos mesmos agentes. Após sua apreciação no Tribunal Pleno da Corte, em 29 de agosto de 2016, emitiu-se a resolução administrativa nº 13/2016, que teve como objeto aprovar “*a revisão do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações 2015-2020*”.

Fato similar ocorreu com o PDTIC, dado o impacto que as alterações no PETIC causaram neste plano. Esse também foi rediscutido com as mesmas áreas anteriormente participantes, sendo aprovado pela Presidência em 17 de outubro de 2016 com a emissão da Portaria GP nº 31/2016 que teve como objeto aprovar “*o plano diretor de tecnologia da informação e comunicações – PDTIC 2015-2017*”.

Frise-se que nesse realinhamento ficou evidente a necessidade de revisão do PDTIC com uma maior frequência, dada a dinâmica que ocorre no dia a dia do Tribunal, daí ser criado para o período de 2015 a 2017 e não de 2015 a 2020.

Em relação ao Comitê Gestor de TI, existe neste Regional uma Comissão que possui regimentalmente atribuições relacionadas à área de Tecnologia da Informação e Comunicações – a Comissão de Informática que tem as seguintes atribuições conforme o referido Regimento Interno:

*“Art. 313. Compete à Comissão de Informática:*

*I – emitir parecer nas propostas de Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETIC e Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações - PDTIC apresentadas pelo Comitê de Governança de TI;*

*II – atuar como órgão consultivo da Presidência nas questões de competência dos Comitês de Priorização de Demandas de Tecnologia de Informação;*

*III – formular proposta orçamentária específica para os investimentos em Tecnologia de Informação, em harmonia com o Comitê Orçamentário de Primeiro Grau e Comissão de Orçamento e Finanças, fiscalizando a estrita observância do aprovado;*

*IV – promover intercâmbio e parceria com outras instituições na área de Tecnologia de Informação.”*

Essa Comissão, que discute os temas acima relacionados e se reúne mensalmente, nos termos do Regimento Interno, é composta por Desembargadores Federais do Trabalho, membros do Regional, e pelo Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Além dessa Comissão, foi criado recentemente o Comitê de Governança de TI, nos moldes elencados pela Resolução nº 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Esse Comitê também tem se reunido mensalmente e discutido temas atinentes à governança na área de tecnologia da Informação. Sua composição: o Desembargador Presidente da Comissão de Informática, 1 (um) juiz de 1º Grau, o Secretário da Tecnologia da Informação e Comunicações e 1 (um) servidor do primeiro grau da 15ª Região.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Ademais, também em conformidade às diretrizes da referida resolução do CNJ, está em processo de discussão a criação do Comitê Gestor de TI composto pelas pessoas responsáveis pelos macroprocessos definidos na mesma norma.

---

#### **4.3.3 Informações Sobre a Implementação do Processo Judicial Eletrônico**

---

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região implantou o referido Sistema em 100% de suas unidades de primeira instância, bem como na 2a Instância, considerando neste processo todas as classes processuais utilizadas.

Atualmente, o Comitê Gestor Regional do Sistema realiza um importante trabalho de saneamento dos processos físicos existentes nas diversas Varas do Trabalho tornando-os, ao final, digitais.

Nesse sentido, já estão em operação em mais de 30 Varas do Trabalho que utilizam única e exclusivamente o referido sistema eletrônico, havendo a previsão de implementação em 100% das unidades de 1º grau até junho/2018.



## 5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### 5.1 Canais de Acesso do Cidadão

#### 5.1.1 Corregedoria Regional

A Corregedoria Regional possui protocolo próprio de atendimento, aberto para o recebimento de petições encaminhadas por qualquer cidadão, acerca de assuntos envolvendo possíveis irregularidades na tramitação de processos judiciais e na inobservância da disciplina judiciária por parte dos Juízes de Trabalho de 1º grau, conforme inciso VI do art. 29 do Regimento Interno.

As petições são recebidas fisicamente no protocolo de atendimento, por correio ou meio eletrônico, inclusive por e-mail. Em 2016, foram recebidas pela Corregedoria Regional 1.713 petições, encaminhadas pelo público interno e externo. Ainda, são eventualmente recebidos expedientes originários da Ouvidoria do TRT ou da Presidência, na hipótese da recaírem na competência regimental do órgão. Em 2016, foram recebidos 31 expedientes oriundos da Ouvidoria, e 130 da Presidência do Tribunal.

Além disso, na forma do inciso V do art. 29 do Regimento Interno, compete à Corregedoria Regional processar e julgar as Correções Parciais, cabíveis, na ausência de recurso específico, para corrigir erros, abusos e atos contrários à boa ordem processual, ação ou omissão que importe erro de procedimento. Trata-se, enfim, de medida de caráter administrativo procedural, de que podem se servir os jurisdicionados a fim de pleitear a adoção de medidas correacionais em casos concretos específicos. No ano de 2016, foram ajuizadas 149 Correções Parciais.

#### 5.1.2 Ouvidoria

Um dos meios da sociedade manter o relacionamento com o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região é a Ouvidoria. Órgão que se tornou independente da administração da justiça, por força do Assento Regimental n. 07, de 02 de setembro de 2014, que acrescentou ao Regimento Interno da Corte o artigo 56-A, inserido no capítulo IX do mencionado diploma legal. Este Órgão tem origem remota na Portaria GP 008/2001, de 02 de maio de 2001, que foi, posteriormente, regulamentada pela Portaria GP-VCR 01/2010, de 25 de maio de 2010.

A Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região se dedica a receber sugestões, críticas, denúncias, elogios, pedidos de informação e reclamações que tenham por objeto serviços judiciários e administrativos prestados por quaisquer das unidades da Justiça do Trabalho da 15ª Região, assim como os pedidos fundamentados na Lei n.º 12.527/2011 e de esclarecimentos.

O funcionamento da Ouvidoria segue marcado pela colaboração dos diversos setores e unidades deste Regional, que recebem e atendem às solicitações que lhes são encaminhadas, prestando os esclarecimentos devidos, para que o cidadão possa ser atendido a tempo e modo oportunos. O órgão



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

tem buscado cumprir suas finalidades, facilitando o acesso do jurisdicionado às informações sobre as atividades e normas desta Corte Trabalhista.

As demandas registradas no ano de 2016 referiram-se a situações diversas, abrangidas ou não por esta Justiça Especializada e quando extrapolaram o âmbito da competência jurisdicional desse E. TRT, o cidadão foi devidamente orientado a entrar em contato com o órgão responsável pela informação.

**QUADRO 121 – CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO – OUVIDORIA**

CANAIS DE COMUNICAÇÃO	N.º DE OCORRÊNCIAS
Formulário Eletrônico	5.698
Telefone	4.330
E-mail <a href="mailto:suporte@trt15.jus.br">suporte@trt15.jus.br</a>	164
E-mail Pleno	42
E-mail <a href="mailto:central@trt15.jus.br">central@trt15.jus.br</a>	03
Ouvidoria CNJ	117
Balcão	01
E-mail <a href="mailto:ouvidoria@trt15.jus.br">ouvidoria@trt15.jus.br</a>	241
Formulário Impresso	09
Correspondência	03
<b>TOTAL DE OCORRÊNCIAS</b>	<b>10.608</b>

Fonte: Ouvidoria

Conforme se depreende, o canal de comunicação mais utilizado foi o Formulário Eletrônico, seguido pelo telefone, totalizando 10.028 ocorrências, que representam 94,53% das demandas recebidas.

O Formulário Eletrônico está disponível no link da Ouvidoria, localizado na página inicial do site deste E. Tribunal – “portal.trt15.jus.br”. Além do formulário também recebemos ocorrências pelo e-mail da Ouvidoria: [ouvidoria@trt15.jus.br](mailto:ouvidoria@trt15.jus.br). Informamos ainda que os e-mails [central@trt15.jus.br](mailto:central@trt15.jus.br) e [suporte@trt15.jus.br](mailto:suporte@trt15.jus.br) são desviados para o e-mail desta Ouvidoria. As mensagens recebidas pela Secretaria do Egrégio Tribunal Pleno (no Fale Conosco do DEJT) e pela douta Presidência, quando pertinentes, também são encaminhadas à Ouvidoria, onde são diligenciadas e prestados os devidos esclarecimentos para o cidadão, respeitado o prazo da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Por telefone, através do 08007713315, de segunda a sexta-feira (*exceto feriados*), das 9h às 18h, o interessado pode solicitar atendimento e ter sua pretensão satisfeita de imediato, em que predominam as ligações com o intuito de saber o andamento dos processos que tramitam nas diversas Varas do Trabalho, como também em grau de recurso ou competência originária no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

A Ouvidoria deste E. Regional recebe, ainda, reclamações oriundas da Ouvidoria do Conselho



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15<sup>a</sup> REGIÃO

Nacional de Justiça que estão relacionadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 15<sup>a</sup> Região. Por fim, também são realizados atendimentos pessoais, diretamente na secretaria da Ouvidoria, como também através do Formulário Impresso existente nas diversas unidades deste Tribunal e por correspondência.

Com relação aos resultados, informamos que, com base no artigo 11 da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, sempre que possível as solicitações são respondidas de imediato. Nos casos da impossibilidade deste procedimento, diligenciamos junto aos diversos setores deste Regional com o intuito de satisfazer a pretensão do usuário desta Ouvidoria. Sendo assim, a título de exemplificação, foram encaminhados 1.699 pedidos de esclarecimentos às Varas Trabalhistas em 2016, como também foram cadastrados 209 Protocolos-OVD no Serviço de Acompanhamento Processual – SAP 2G, para apreciação pelos Desembargadores Ouvidora e Vice-Ouidor.



---

## 5.2 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

---

Foram realizadas, em fevereiro do presente exercício, as pesquisas para medir a satisfação dos públicos interno e externo, relativas ao desempenho do Tribunal no ano de 2016.

Sendo o foco no cidadão-usuário, impende destacar que será abordada neste item exclusivamente a pesquisa de confiança e satisfação do jurisdicionado e, onde utilizado o termo jurisdicionado, entenda-se o conceito amplo de cidadão-usuário, na sua relação com os serviços públicos e o Regional como órgão provedor da prestação jurisdicional trabalhista, incluindo as vinculações de “justiça, representação, participação e igualdade de oportunidades” (POLITT, 1990, p.129).

A pesquisa aplicada pode ser qualificada como de mercado quantitativa, para busca de amostra com significância estatística, por intermédio de inquérito estatístico, no formato autoadministrado. Tais tipos de pesquisa são formas eficientes de coletar informação de um grande número de pesquisados. A utilização de técnicas estatísticas permite determinar a fiabilidade e a significância da pesquisa, sendo que uma grande variedade de informação pode ser recolhida, permitindo adequações regionais, por classe, por faixa etária, etc., evitadas as questões tangenciais.

O resultado integral das pesquisas está disponível na página eletrônica do TRT da 15ª Região (<https://portal.trt15.jus.br/resultado-das-pesquisas-interna-externa>), sendo os resultados mais relevantes para a finalidade do presente relatório as seguintes:

- a maioria dos pesquisados não se identificaram, usando a opção outros (39%), seguido de advogados (30%) e empregados (26%);
- acerca do atendimento prestado pessoalmente pelas unidades de 1º e 2º graus e administrativas, foi aferido que a maioria dos jurisdicionados receberam atendimento considerado:

- cordial (61,9%);
- interessado (55%);
- rápido e eficiente (57,5%);
- tiveram suas dúvidas esclarecidas (63,41%) e seus problemas resolvidos (53,85%).

- entretanto, mais da metade dos pesquisados relatou necessidade de melhoria no tempo de espera para atendimento (56,25%);
- a grande maioria, 77,78%, utilizou os serviços de mais de uma unidade.

Na questão direta de satisfação, aquela de cunho geral é de 62,22%, sendo que, dentre os insatisfeitos (37,78%), a maior causa da insatisfação é a demora na execução dos débitos.

Detalhando o quesito de satisfação, em pontos bastante específicos, podemos perceber que o maior grau de satisfação está vinculado à localização das unidades deste Tribunal (76% de respostas muito satisfeita e satisfeita); informações disponíveis no portal (67,86%); instalações físicas (72%); uso de sistemas (61,9%); uso de PJe (59,26%); equipamentos disponíveis para uso nas unidades (64%); conforto das instalações (61,54%); qualidade das decisões (58,06%); disponibilidade para ajudar (55,56%); e atendimento recebido (57,69%).

A insatisfação maior está vinculada, novamente, à execução dos débitos trabalhistas (74,07%) e ao tempo de espera para atendimento (59,26%), seguidos de justiça nas decisões, com exatos 50%.

Interessante observar que o cálculo médio dos quesitos específicos de satisfação, 57,73%, é bastante



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

próximo do índice de satisfação geral aferido: 62,22%. Destaque-se que foram desconsideradas as respostas “normal” pois “é a que o respondente tende a selecionar quando não sabe ou não tem experiência” (AKINS, 2002).

Com relação ao uso do portal eletrônico do Tribunal, a média de satisfação aferida foi de 70,04%. O cidadão-usuário entende, em sua maioria que pode confiar nas informações disponibilizadas pela consulta processual (80,65%); que é importante a sua participação nas redes sociais (71,43%); e que a utilização do portal evita a presença física nas unidades (77,78%). Entendem, ainda, que a navegação é simples e descomplicada (74,07%); que as notícias veiculadas são interessantes (67,74%); que a navegação é fácil (72,73%); e que a consulta processual oferece todas as informações necessárias (62,07%). O quesito pior avaliado, ainda que positivamente, é aquele que trata da satisfação dos pesquisados com relação à agilidade com que as decisões são disponibilizadas no portal (53,85%).

Em pergunta aberta, sobre possíveis melhorias, o público-alvo se manifestou no sentido de facilitar acesso às normas internas e sobre melhorias do dispositivo que evita consultas por robôs.

Com relação ao Processo Judicial Eletrônico – PJe, a média de satisfação foi de 70,38% e constatou-se que a maioria aprova o sistema e destaca pontos positivos, com os seguintes percentuais: a economia de recursos é muito relevante (90%); o dispositivo Painel do Advogado facilita o uso do sistema (82,61%); as consultas são mais simples (81,48%); sensação de segurança na utilização (80,657%); facilidade no acesso à justiça (62,07%); o acesso foi ampliado com a implantação (67,86%); visibilidade de melhorias constantes (64%); melhoria na qualidade do atendimento nas unidades (59,26%); a prestação jurisdicional foi facilitada (62,07%) e está mais célere (60,71%); bem como foi percebida mais agilidade na tramitação dos processos (58,62%) e maior estabilidade no Sistema (60%).

No campo livre, de comentários adicionais, foram recebidos desde reconhecimento à importância da Justiça do Trabalho e parabenização aos juízes e seus auxiliares, como o do Sr. Roberto de Jesus Santos, que comentou: “tenho que agradecer pela ajusdiça do trabalho, por ser um órgão muito importante no nosso Brasil (...) Os juízes (a) e seus auxiliares estão de parabéns!” e da oportunidade de manifestação do Sr. Roberto Dias Ribeiro, que disse: “Só agradecer por ter proporcionado, a dar essa opiniões , para melhorar todo o sistema muito obrigado”. Como reclamações específicas acerca da disponibilidade das decisões para público em geral dos Srs. Luciano Moreira Ramos e Ezequiel Cintra, que esclareceu e sugeriu: “Gostaria de ver, para o autor dos processos trabalhistas, a liberação dos 'documentos restritos' pois se somos o autor da demanda, não se deve restringir o acesso aos mesmos. Nem que para isso deva ser criada uma 'senha' de acesso”.

Assim sendo, a média de satisfação externa, considerados todos os quesitos da pesquisa, é de 65,09%, superior em mais de dois pontos percentuais com relação ao resultado de 2015. Se considerarmos as dificuldades enfrentadas em um ano de graves restrições orçamentárias, com medidas pouco populares como a mudança de horário de funcionamento, tal resultado pode ser considerado bastante satisfatório.



### **5.3 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade**

A página da Assessoria de Gestão Estratégica (<http://portal.trt15.jus.br/gestao-estrategica>), dentro do portal do Tribunal, em segundo nível (Portal, Informações, Gestão Estratégica) traz, além do esperado plano estratégico institucional, o andamento dos projetos estratégicos, o resultado das Reuniões Quadrimestrais de acompanhamento da Estratégia, bem como o resultado integral das pesquisas de clima organizacional (interna) e satisfação do usuário (externa).

Também no portal do Tribunal, identificada em primeiro plano, está disponível a página “Transparência” (<http://portal.trt15.jus.br/transparencia>), na qual estão inseridas informações relativas às seguintes matérias, muitas das quais são abordadas no presente Relatório de Gestão:

- a beneficiários, provimentos e vacâncias;
- às contas anuais;
- às contas públicas;
- aos feriados municipais;
- à folha de pagamento;
- à frota de veículos;
- aos planos de auditoria;
- ao relatório simplificado de Gestão Orçamentária – LDO;
- às informações exigidas pela Resolução n.º 102/2009 do Conselho Nacional de Justiça, contemplando a gestão financeira consolidada por mês; informações orçamentárias consolidadas por ano; estrutura remuneratória; quantitativo de cargos efetivos; membros e agentes públicos; empregados de empresas contratadas em exercício no Órgão; servidores e/ou empregados não integrantes do quadro próprio em exercício no Órgão sem exercício de cargo em comissão ou função de confiança; detalhamento da folha de pagamento de pessoal; tabela da frota do TRT 15ª Região; e
- às informações exigidas pela Resolução n.º 195/2014 do Conselho Nacional de Justiça, contemplando o detalhamento das despesas por grau de jurisdição.

Registre-se, outrossim, que no âmbito do Poder Judiciário, o acesso à informação previsto na Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI) – e a transparência na divulgação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário seguem o disposto na Resolução n.º 215, de 16/12/2015, do Conselho Nacional de Justiça.

No âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região foi instituída, por intermédio da Portaria GP n.º 008/2016, de 1º/03/2016, Comissão de Estudos para a implantação das exigências da mencionada norma.



---

## 5.4 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

---

### a) Instalações Físicas

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região possui um total de 116 imóveis onde estão instaladas todas as unidades de primeira instância, espalhados em 111 municípios do Estado de São Paulo.

Além desses, há duas sedes de 2ª instância na cidade de Campinas, que também promovem atendimento ao público.

É grande a preocupação do Tribunal em viabilizar acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais em todos esses imóveis. Desta maneira, em virtude da grande quantidade de imóveis, em sua maioria locados, foi priorizada a instalação de sanitários adaptados e acesso físico a todas as dependências com instalação de rampas e/ou plataformas elevatórias.

Quanto aos outros itens de acessibilidade, como pisos podotáteis, corrimões duplos, placas em braile, etc., já são exigidos em todos os imóveis vistoriados para transferência das unidades de primeira instância, visando ao cumprimento total das normas, leis e decretos. Os imóveis construídos pelo Tribunal, sem exceção, foram ou estão sendo dentro de todas as exigências de acessibilidade.

Ainda deverão ser executados serviços de adaptação em imóveis antigos, locados, no sentido de atendimento total às normas, conforme disponibilidade orçamentário-financeira.

Também houve reforma das salas de aulas da Escola Judicial do Tribunal, localizadas no 5º andar do edifício que abriga a sede judiciária (auditórios 3 e 4), que envolveu a escolha de novas mesas e cadeiras móveis e modulares, propiciando a adequação da disposição do mobiliário de modo a privilegiar a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em atenção ao art. 12 da Lei 10.098/2000 e ao art. 24 do Decreto 5.296/2004.

### b) Produtos e Serviços

Inspirada pelos princípios da Lei 10.098/2000, em 2016 a Escola Judicial do TRT da 15ª Região realizou curso sobre o uso do *software NVDA*, tecnologia assistiva gratuita que realiza leitura de tela de computador, voltado a nove servidores do Tribunal, portadores de deficiências visuais, tendo como foco ampliar a acessibilidade desses funcionários a sistemas e tecnologias — em especial ao Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT), mas não a ele limitado, pois o programa em questão pode ser aplicado nas mais diversas situações da vida profissional e privada dos participantes.

A Secretaria de Saúde, por seu turno, atendendo à Lei 10.098/2000, ao Decreto 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, informa a adoção de medidas que atenderam aos servidores portadores de deficiência visual, que necessitam de equipamentos especializados para a promoção de acessibilidade no trabalho.

A solicitação ocorreu através de Documento de Oficialização de Demanda, para a aquisição de



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

monitores de vídeo e software de ampliação de imagem, que foram disponibilizados no exercício de 2016.

Em relação aos demais magistrados e servidores portadores de deficiências de outra ordem, não foram necessárias providências para atendê-los, uma vez que não apresentaram dificuldades de acessibilidade de que tratam as leis mencionadas.

Neste ponto, destacam-se ações empreendidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, patrocinadas pela Presidência e pela Corregedoria Regional, a fim de viabilizar software específico para pessoas que possuem limitação motora, almejando integrá-las perfeitamente ao ambiente de trabalho do Regional.

Em relação ao público externo, pontua-se que no âmbito da Secretaria-Geral Judiciária são observadas, de há muito, as normas relativas à acessibilidade do público em geral, com atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiências, os idosos com idade superior a 60 anos, as gestantes, as lactentes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo, nos termos da lei. Junto aos balcões de atendimento ao público há placas informando sobre essas prioridades.

A Secretaria conta, ainda, com servidora treinada em Língua Brasileira de Sinais – LIBRA, qualificada para o atendimento às pessoas com deficiência auditiva. Há, também, um setor destinado exclusivamente ao atendimento de demandas relativas ao Processo Judicial Eletrônico – PJe, acessível aos usuários tanto presencialmente como por telefone, por intermédio de uma linha exclusiva e gratuita. Esse setor conta, inclusive, com equipamentos de informática disponíveis ao público que necessite acesso ao sistema do processo eletrônico e tenha dificuldades em realizá-lo de seu escritório ou residência, assim como, de servidores capacitados ao atendimento de pessoas com deficiência ou com idade superior a 60 anos, conforme determinado no §1º do art. 10 da Resolução CSJT nº 136/2014.



## 6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

---

### 6.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

---

#### 6.1.1 Dos Estoques

---

Os estoques foram mensurados com base no valor de aquisição ou valor de produção. O método de custeio das saídas dos estoques adotado é o custo médio ponderado.

##### - Ativo imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ao valor de aquisição ou ao valor de produção e construção.

A Unidade de Gestão Patrimonial, atualmente, para a avaliação dos bens recebidos em doação considera o valor da nota fiscal para bens novos. Se os bens forem usados é considerado o valor atual aplicando em seguida a devida redução pela regra de depreciação para construir a devida base monetária (Memorando nº 003/2014 – SA/CML).

Os bens móveis distribuídos a partir de 2010 foram avaliados com base no valor de aquisição, deduzido da respectiva depreciação. Em Dezembro de 2012 foi registrado o ajuste de R\$32.766.748,01 a título de redução a valor recuperável, sobre os bens ativos distribuídos até o exercício financeiro de 2009. Os critérios utilizados foram: com base no princípio da prudência, diante da impossibilidade de se realizar o teste de recuperabilidade de todos os bens que se encontravam nesta condição, pela grande quantidade de itens, bem como pela limitação do sistema informatizado de controle patrimonial, e, ainda, considerando a economicidade no serviço público, foi considerado como valor da redução o total da depreciação acumulada que teria sido lançada em Novembro de 2012, para os referidos itens, com o propósito de se obter uma base monetária confiável para a aplicação da depreciação no mês de Dezembro de 2012, e, sobretudo, a consecução da adequação do valor do ativo do Órgão nas demonstrações contábeis do patrimônio. Após tal procedimento restaram bens com valores irrisórios, procedimento observado mediante ressalvas mensais na Conformidade Contábil do Órgão. Em 2014 a Unidade de Gestão Patrimonial do Órgão esclarece que a princípio, o critério a ser utilizado nestas reavaliações será o seguinte: utilizar o valor de mercado para os bens ou similares aplicando a regra de depreciação para compor o novo valor. Regularização efetivada em 30/11/2015, conforme demonstrativo da Coordenadoria de Material e Logística no Processo de Reavaliação de Bens 01/2015, onde foram reavaliados os bens recebidos em doação e provenientes da 2ª Região quando da instalação do TRT, que tiveram inseridos no sistema, como valor de aquisição à época de suas incorporações, o valor simbólico de R\$ 0,01.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

### **6.1.2 Bens Imóveis**

Para Bens Imóveis, o critério para reavaliação adotado pela Administração foi a correção do valor com base no índice IBGE IPC-A.

### **6.1.3 Da Depreciação e Amortização**

O método de depreciação e amortização é o das quotas constantes, e as taxas de depreciação e vida útil econômica foram aplicadas, em conformidade com o disposto na macrofunção 02.03.30 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

O total registrado a título de depreciação e amortização, no exercício financeiro de 2016, somou R\$ 12.288.856,17, assim contabilizado: R\$ 10.243.489,57 originários de bens móveis, R\$ 894.204,13 decorrentes de bens imóveis e R\$ 1.151.162,47 relativos à amortização softwares.

Os critérios adotados para a depreciação de bens móveis são:

- o cálculo da depreciação é realizado pelo Sistema Informatizado de Controle Patrimonial da Coordenadoria de Material e Logística do TRT da 15ª Região;
- procedimento de depreciação sobre os bens distribuídos a partir de janeiro de 2010, por apresentarem uma base monetária inicial confiável;
- bens ativos distribuídos até dezembro de 2009, sofreram redução ao valor recuperável, em novembro de 2012.
- a partir de dezembro de 2012, todos os bens ativos do TRT da 15ª passaram a fazer parte da base de cálculo depreciável;
- a depreciação é reconhecida até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual;
- o método de cálculo dos encargos de depreciação e amortização utilizado é o das quotas constantes;
- a tabela de vida útil e valor residual, por conta contábil, adotada é a indicada no Manual SIAFI – 020330 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E FUND., conforme segue:

#### **QUADRO 122 – TABELA DE VIDA ÚTIL E VALOR RESIDUAL**

Conta: 12311.01. 01 - APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO

Vida Útil (anos): 15

Valor Residual: 10%

Conta 12311.01.02 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 20%

12311.01.03 - EQUIPAM/UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTO, LAB E HOSP

Vida Útil (anos): 15

Valor Residual: 20%



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

12311.01.04 - APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSÕES

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.01.05 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.01.06 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAS

Vida Útil (anos): 20

Valor Residual: 10%

12311.01.07 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.01.08 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS

Vida Útil (anos): 15

Valor Residual: 10%

12311.01.09 - MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.01.10 - EQUIPAMENTOS DE MONTARIA

Vida Útil (anos): 5

Valor Residual: 10%

12311.01.11 - EQUIPAMENTO E MATERIAIS SIGILOSO E RESERVADOS

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.01.12 - EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS P/AUTOMÓVEIS

Vida Útil (anos): 5

Valor Residual: 10%

12311.01.13 - EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS

Vida Útil (anos): 15

Valor Residual: 10%

12311.01.14 - EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS

Vida Útil (anos): 30

Valor Residual: 10%

12311.01.15 - EQUIPAM. PEÇAS E ACESSÓRIOS PROTEÇÃO AO VOO

Vida Útil (anos): 30

Valor Residual: 10%

12311.01.16 - EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO

Vida Útil (anos): 15

Valor Residual: 10%

12311.01.17 - EQUIPAM DE MAQUINAS E MOTORES NAVIOS ESQUADRA

Vida Útil (anos): -

Valor Residual: -

12311.01.18 - EQUIPAMENTOS DE MANOBRA E PATRULHAMENTO

Vida Útil (anos): 20

Valor Residual: 10%



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

12311.01.19 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.01.20 - MAQUINAS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIO/RODOVIÁRIO

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.01.21 - EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.01.23 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - CONSTRUÇÃO CIVIL

Vida Útil (anos): 20

Valor Residual: 10%

12311.01.24 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICO-ELETRÔNICOS

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.01.25 - MAQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.01.99 - OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.02.01 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Vida Útil (anos): 5

Valor Residual: 10%

12311.03.01 - APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.03.02 - MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.03.03 - MOBILIÁRIO EM GERAL

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.03.04 - UTENSÍLIOS EM GERAL

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.04.02 - COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 0%

12311.04.03 - DISCOTECAS E FILMOTECAS

Vida Útil (anos): 5

Valor Residual: 10%

12311.04.04 - INSTRUMENTOS MUSICais E ARTÍSTICOS

Vida Útil (anos): 20

Valor Residual: 10%



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

12311.04.05 - EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VIDEO E FOTO

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.04.06 - OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSIÇÃO

Vida Útil (anos): -

Valor Residual: -

12311.04.07 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA FINS DIDÁTICOS

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.04.99 - OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCAC E DE COMUN

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.05.01 - VEÍCULOS EM GERAL

Vida Útil (anos): 15

Valor Residual: 10%

12311.05.02 - VEÍCULOS FERROVIÁRIOS

Vida Útil (anos): 30

Valor Residual: 10%

12311.05.03 - VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA

Vida Útil (anos): 15

Valor Residual: 10%

12311.05.04 - CARROS DE COMBATE

Vida Útil (anos): 30

Valor Residual: 10%

12311.05.05 - AERONAVES

Vida Útil (anos): -

Valor Residual: -

12311.05.06 - EMBARCAÇÕES

Vida Útil (anos): -

Valor Residual: -

12311.09.00 - ARMAMENTOS

Vida Útil (anos): 20

Valor Residual: 15%

12311.10.00 - SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.99.04 - ARMAZÉNS ESTRUTURAIS - COBERTURAS DE LONA

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

12311.99.09 - PECAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMOVEIS

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

OBS: \*A critério dos órgãos que possuem tais bens, 12311.04.06, como obras, não sofrem depreciação.

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet é apurada mensal e automaticamente por aquele Sistema.

A amortização de intangíveis é realizada mediante os seguintes critérios: o prazo adotado para a amortização das despesas de software, fixado em 5 (cinco) anos, é o estabelecido pela Receita Federal – Instrução Normativa do SRF nº 04 de 30/01/1985, de acordo com o exposto no Memorando nº 04/2012-DI de 30/01/2012; foram amortizados os softwares com data de recebimento/atesto informadas, as quais foram determinantes para o início da amortização (mês seguinte ao recebimento/atesto); não há valor residual para softwares, conforme disposto no item '6' do documento expedido pela Divisão de Contabilidade do Tribunal Superior do Trabalho, mensagem eletrônica de 28 de Dezembro de 2011, que trata de orientação sobre Amortização de Bens Intangíveis (Softwares).



## 6.2 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

A sistemática de apuração de custos na Justiça do Trabalho (JT) ainda está em fase de desenvolvimento e implantação pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

De acordo com informações obtidas junto àquele Órgão no exercício de 2016, em razão do cenário de restrições orçamentárias, o projeto de custos se encontra paralisado e aguarda decisão da Administração Superior para que seja retomado.

Seguem transcritas as informações prestadas pela Corte Superior no ano de 2015, quanto ao andamento das etapas do processo, com o propósito de subsidiar o presente Relatório de Gestão.

*O Ato CSJT.GP.SG N° 398, de 29 de outubro de 2013, criou o Grupo de Trabalho de Custos – GT Custos para realizar estudos técnicos com o objetivo de modelar, desenvolver e implantar o Sistema de Custos da Justiça do Trabalho. O GT Custos tem como membros dois servidores do CSJT, três servidores da Divisão de Contabilidade do TST e mais três servidores de TRT's, (1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> Regiões).*

*O Ato de criação do GT estabeleceu o prazo de um ano para a realização dos trabalhos, tendo sido esse prazo prorrogado por mais um ano, até 29 de outubro de 2015.*

*Ao longo de 2014 e 2015, foram realizadas diversas reuniões entre os integrantes do GT Custos, com servidores de diferentes unidades do Tribunal e de outros Órgãos, com vistas à concepção do Sistema de Custos para a Justiça do Trabalho.*

*O GT Custos foi incumbido de implantar o projeto piloto do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho - SIC-JT, no TST, o qual será disseminado nos demais tribunais trabalhistas, seguindo cronograma que está definido no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, a ser cumprido até o ano de 2020.*

*No Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020, disponível em <http://www.csjt.jus.br/plano-estrategico-da-justica-do-trabalho-2015-2020> está inserido como Objetivo Estratégico “Aperfeiçoar a gestão de custos - que refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias, de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos”.*

*O sistema de custos desenvolvido como piloto no TST e que será base para o desenvolvimento nos demais tribunais trabalhistas, tem como premissas básicas, dentre outras:*

- *Foco no custo do processo julgado;*
- *Segregação dos custos entre as três instâncias da JT (TST, Tribunais Regionais e Varas Trabalhistas);*
- *Departamentalização (centros de custos específicos agrupando as unidades administrativas das áreas meio e finalística);*
- *Método do custeio direto (especificamente sobre pessoal, depreciação e*



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

*consumo de material);*

- *Segregação dos custos indiretos, sem rateio, em centros de custos específicos;*
- *Agregação de valor ao processo decisório.*

*Quanto à implantação do projeto-piloto do TST, foi elaborada a modelagem do sistema, onde os custos diretos devem ser alocados em centros de custos que identifiquem unidades administrativas. As diversas unidades administrativas foram aglutinadas em 32 centros de custos, que por sua vez foram aglutinados em quatro agregadores: Judicantes, Apoio Judiciário, Apoio Administrativo, Autônomos. A esses centros de custos são alocados os custos diretos de pessoal, incluindo benefícios pagos em folha, consumo de bens de estoque e depreciações de bens móveis, já apurados, mensalmente, desde julho de 2014, a partir dos sistemas estruturantes do TST (Sistemas de Folha de Pagamento, de Cadastro de Informações Funcionais, de Material e Patrimônio e de Almoxarifado).*

*Com a colaboração da área de tecnologia da informação do TST, chegou-se em dezembro de 2014, à consolidação de um subsistema baseado na ferramenta Business Objects, elaborado a partir dos dados de sistemas estruturantes (Folha de Pagamentos, Sistema de Patrimônio e Sistema de Almoxarifado), que os armazena em um banco de dados (data warehouse), permitindo a geração de informações dos custos diretos, por unidades administrativas, conforme centros de custos definidos na modelagem do sistema.*

*O tratamento para apuração e alocação dos custos diretos aos correspondentes centros de custos está sendo realizado com base no modelo conceitual estabelecido pela CCONT/STN, e de acordo com o banco de dados de cada sistema estruturante:*

- *Folha de Pagamento => os custos de pessoal estão sendo apurados com base nas rubricas da folha de pagamento de pessoal ativo, excluindo-se aquelas referentes a adiantamentos, pessoal cedido e exercícios anteriores, e são alocados observando-se a lotação de pessoal nas unidades administrativas, no mês de referência.*
- *Sistema de Patrimônio => os custos são alocados, pela apuração da depreciação dos bens móveis sob responsabilidade de cada unidade administrativa, no mês de referência.*
- *Sistema de Almoxarifado => os custos são apurados e alocados pela soma dos valores das requisições de bens e do consumo imediato efetuados em cada unidade administrativa, no mês de referência.*

*Os relatórios emitidos com dados dos custos diretos das unidades administrativas do TST foram homologados no início de 2015, mediante a verificação da fidedignidade das suas informações, confrontando-as com as oriundas dos respectivos sistemas estruturantes e com as informações do SIAFI Operacional.*

*Com relação aos custos indiretos, serão apurados em 25 centros de custos, consolidados em dois agregadores, quais sejam: “Custos Gerais” e “Pessoal – Outros” (custos de pessoal não alocáveis diretamente). A apuração desses dados se dará a partir de consultas ao SIAFI e ao sistema de folha de pagamento. Até o*



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

*momento não foram estabelecidos os critérios no TST para apuração desses dados. O grupo de trabalho estudou a possibilidade de registro dos custos indiretos no SIAFI, com uso da aba “Centro de Custos”, constante dos documentos emitidos do subsistema Contas a Pagar e a Receber – CPR. Tal possibilidade ainda não foi posta em prática pois provocará impactos significativos nos processos operacionais de liquidação de pagamento da despesa, além de estarem pendentes de autorização por parte da Administração do TST.*

*Com vistas a dar continuidade à implementação do Sistema de Custos no âmbito da Justiça do Trabalho, o GT Custos propôs, em seu relatório final, apresentado em setembro de 2015, várias demandas à Administração do CSJT, conforme resumo a seguir:*

- *Homologação da primeira fase do sistema de custos desenvolvido no TST (custos diretos por unidade administrativa);*
- *Avaliação e decisão quanto à implementação da segunda etapa do sistema de custos do TST, que envolve a codificação dos centros de custos e a inserção nos sistemas do Governo Federal (SIAFI e SIC );*
- *Criação de comitê técnico de custos, composto por representantes de cada tribunal trabalhista, com a finalidade de coordenar a continuidade do projeto de implantação do sistema de custos em toda a Justiça do Trabalho;*
- *Desenvolvimento de solução de TI padronizada e compatível com o SIC, para toda a Justiça do Trabalho;*
- *Criação de estrutura administrativa para a operacionalização do sistema e para o gerenciamento de custos, no TST, no CSJT, e em cada Tribunal Regional do Trabalho, envolvendo, basicamente, alocação de pessoal, espaço físico e recursos tecnológicos e materiais.*



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

### **6.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas**

---

Seguem as Demonstrações Contábeis – Exercício 2016, extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, a partir das movimentações contábeis registradas para a Unidade Gestora 080011 – Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, acompanhadas das Notas Explicativas dos principais itens das Demonstrações.

### 6.3.1 Balanço Orçamentário

**QUADRO 123 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIÃO	EMISSAO 09/01/2017	PAGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	VALORES EM UNIDADES DE REAL		

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>35.825.342,00</b>	<b>35.825.342,00</b>	<b>1.909.395,16</b>	<b>-33.915.946,84</b>
<b>Receitas Tributárias</b>				
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>				
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	<b>599.342,00</b>	<b>599.342,00</b>	<b>670.729,66</b>	<b>71.387,66</b>
Valores Mobiliários	599.342,00	599.342,00	670.729,66	71.387,66
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>				
<b>Receita Industrial</b>				
<b>Receitas de Serviços</b>				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>				
<b>Outras Receitas Correntes</b>				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	<b>35.000.000,00</b>	<b>35.000.000,00</b>	<b>607.236,52</b>	<b>-34.392.763,48</b>
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	<b>226.000,00</b>	<b>226.000,00</b>	<b>631.428,98</b>	<b>405.428,98</b>
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	226.000,00	226.000,00	631.428,98	405.428,98
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>				
<b>Operações de Crédito</b>				
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>				
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>				
<b>Transferências de Capital</b>				
<b>Outras Receitas de Capital</b>				



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSAO 09/01/2017	PAGINA 2
	VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO
ORGÃO SUPERIOR	

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>35.825.342,00</b>	<b>35.825.342,00</b>	<b>1.909.395,16</b>	<b>-33.915.946,84</b>	
<b>REFINANCIAMENTO</b>					-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>35.825.342,00</b>	<b>35.825.342,00</b>	<b>1.909.395,16</b>	<b>-33.915.946,84</b>	
<b>DÉFICIT</b>			<b>1.456.816.609,12</b>	<b>1.456.816.609,12</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>35.825.342,00</b>	<b>35.825.342,00</b>	<b>1.458.726.004,28</b>	<b>1.422.900.662,28</b>	
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>		<b>12.900.000,00</b>	<b>12.900.000,00</b>		-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	12.900.000,00	12.900.000,00		-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>						
Pessoal e Encargos Sociais	1.356.515.226,00	1.444.392.728,00	1.444.325.724,93	1.425.200.870,38	1.425.159.785,80	67.003,07
Juros e Encargos da Dívida	1.133.598.109,00	1.208.302.759,00	1.208.302.759,00	1.200.919.850,89	1.200.919.850,89	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>						
Investimentos	222.917.117,00	236.089.969,00	236.022.965,93	224.281.019,49	224.239.934,91	67.003,07
Inversões Financeiras	3.315.000,00	14.512.480,00	14.400.279,35	7.997.311,25	7.995.362,93	112.200,65
Amortização da Dívida	3.315.000,00	14.512.480,00	14.400.279,35	7.997.311,25	7.995.362,93	112.200,65
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>6.075.000,00</b>					
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>-</b>					
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>1.365.905.226,00</b>	<b>1.458.905.208,00</b>	<b>1.458.726.004,28</b>	<b>1.433.198.181,63</b>	<b>1.433.155.148,73</b>	<b>179.203,72</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>						
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 09/01/2017	PÁGINA 3
SUBTÍTULO	15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIÃO		
ÓRGÃO SUPERIOR	VALORES EM UNIDADES DE REAL		

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>1.365.905.226,00</b>	<b>1.458.905.208,00</b>	<b>1.458.726.004,28</b>	<b>1.433.198.181,63</b>	<b>1.433.155.148,73</b>	<b>179.203,72</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.365.905.226,00</b>	<b>1.458.905.208,00</b>	<b>1.458.726.004,28</b>	<b>1.433.198.181,63</b>	<b>1.433.155.148,73</b>	<b>179.203,72</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>						
Pessoal e Encargos Sociais	4.883.581,16	18.262.509,04	15.404.198,76	15.404.196,76	4.701.553,18	3.040.340,26
Juros e Encargos da Dívida	220.156,98	2.929.860,57	2.569.258,86	2.569.258,86	498.763,62	81.995,07
Outras Despesas Correntes	4.663.424,18	15.332.648,47	12.834.939,90	12.834.937,90	4.202.789,56	2.958.345,19
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>						
Investimentos	5.024.491,33	7.714.357,09	7.313.836,29	7.308.135,71	2.882.978,16	2.547.734,55
Inversões Financeiras	5.024.491,33	7.714.357,09	7.313.836,29	7.308.135,71	2.882.978,16	2.547.734,55
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>9.908.072,49</b>	<b>25.976.866,13</b>	<b>22.718.035,05</b>	<b>22.712.332,47</b>	<b>7.584.531,34</b>	<b>5.588.074,81</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>					
Pessoal e Encargos Sociais	9.709,93	1.496.706,35	1.503.291,16	794,03	2.331,09
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.709,93	1.496.706,35	1.503.291,16	794,03	2.331,09
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>					
Investimentos	-	7.579,69	7.579,69	-	-
Inversões Financeiras	-	7.579,69	7.579,69	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>9.709,93</b>	<b>1.504.286,04</b>	<b>1.510.870,85</b>	<b>794,03</b>	<b>2.331,09</b>

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

### **6.3.1.1 Notas Explicativas**

---

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, e é composto por: Quadro Principal – Execução de Créditos do Exercício; Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

O TRT da 15ª Região é unidade orçamentária integrante do Orçamento da União, as movimentações apresentadas no Balanço Orçamentário contemplam as previsões e as realizações das receitas e despesas orçamentárias relativas à UO 15.116, não refletindo desta forma a execução de créditos descentralizados recebidos mediante destaque e provisões.

#### **6.3.1.1.1 Receitas Orçamentárias**

O baixo índice de realização das Receitas Correntes (5,33%) em relação ao montante previsto para o exercício de 2016, decorreu do impacto provocado pelo desempenho das Transferências Correntes, 1,73%. Enquanto que as receitas derivadas de Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado e Indenizações/Restituições/Ressarcimentos, superaram as respectivas previsões iniciais em torno de 12% e 179%.

Em relação às Transferências Correntes, acordos previstos para serem celebrados em 2016 com Instituições Financeiras Oficiais, para a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos à sociedade, mediante repasse de recursos, em contrapartida à disponibilização aos Bancos dos depósitos judiciais e Precatórios relativos aos processos trabalhistas sob a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, não tiveram seus efeitos financeiros realizados naquele exercício. O montante de R\$ 607 mil arrecadado derivou de repasse de saldo remanescente, relativo ao Contrato nº 73/2011 celebrado com a Caixa Econômica Federal, cuja vigência encerrou em 2015.

A receita patrimonial de R\$ 671 mil, concernente à taxa de ocupação de imóveis, derivou dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, assinados por este Tribunal e as Instituições Financeiras, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O total contabilizado a título Outras Receitas Correntes se refere a Indenizações, Restituições e Ressarcimentos, R\$ 631 mil, valor originário de acordos com prefeituras, destinado ao reembolso de despesas com locação dos imóveis que abrigam as Varas Trabalhistas nos respectivos Municípios.

O quadro contempla também, como detalhamento dos ajustes na previsão atualizada, a soma de R\$ 12,9 milhões em créditos adicionais abertos com superávit financeiro, amparados pelas receitas provenientes dos acordos com as Instituições Financeiras na fonte específica de recurso: 381 – Recursos de Convênios – Exercícios Anteriores.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

### 6.3.1.1.2 Despesas Orçamentárias

#### 6.3.1.1.2.1 Da Dotação Autorizada

As despesas orçamentárias estão demonstradas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

A dotação inicial consignada ao TRT da 15ª Região no ano de 2016 foi de R\$ 1.365.905.226,00 que somada aos Créditos Adicionais e Cancelamentos, totalizou em R\$ 1.458.905.208,00 a dotação atualizada para aquele exercício.

No quadro analisado, a dotação atualizada não considera as Provisões e os Destaques recebidos.

Considerados todos os créditos consignados na Lei Orçamentária Anual e Suplementações ao TRT da 15ª Região no ano de 2016, bem como aqueles recebidos mediante Descentralizações Internas e Externas, consideradas, ainda, as deduções pertinentes aos Cancelamentos e créditos, a dotação autorizada líquida para o exercício de 2016 somou R\$ 1.487.738.619,21.

A tabela a seguir apresenta o orçamento recebido por origem de crédito e grupo de natureza da despesa.

**QUADRO 124 – ORÇAMENTO RECEBIDO POR ORIGEM DE CRÉDITO E GRUPO DE DESPESA**  
ORIGEM CRÉDITO AUTORIZADO - POR GRUPO NATUREZA DESPESA

				Em R\$
	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total
<b>Dotação Inicial</b>	<b>1.133.598.109,00</b>	<b>222.917.117,00</b>	<b>3.315.000,00</b>	<b>1.359.830.226,00</b>
Créditos Adicionais	74.704.650,00	45.823.958,00	11.297.480,00	131.826.088,00
Cancelamentos		-32.651.106,00	-100.000,00	-32.751.106,00
<b>Dotação Autorizada Final LOA/2016</b>	<b>1.208.302.759,00</b>	<b>236.089.969,00</b>	<b>14.512.480,00</b>	<b>1.458.905.208,00</b>
Movimentações de Créditos	21.855.456,71	4.407.804,43	2.570.150,07	28.833.411,21
<b>Dotação Autorizada com Descentralizações</b>	<b>1.230.158.215,71</b>	<b>240.497.773,43</b>	<b>17.082.630,07</b>	<b>1.487.738.619,21</b>
Contingenciamento		0,00	0,00	0,00
<b>Total Dotação Autorizada Líquida</b>	<b>1.230.158.215,71</b>	<b>240.497.773,43</b>	<b>17.082.630,07</b>	<b>1.487.738.619,21</b>

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

A Dotação Autorizada Final LOA/2016 em relação à LOA/2015, não considerados os créditos descentralizados, apresenta retração de 16,5% para as despesas de capital e 3,3% para outras despesas correntes.

Vale destacar que é o segundo ano consecutivo de retração para investimentos, reflexo do corte no orçamento do Tribunal sobre o Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2016, promovido pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e pelo Plenário do Congresso Nacional, impacto minimizado com as descentralizações internas recebidas no ano.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Segue tabela contendo a comparação da Dotação Autorizada Líquida, 2015 e 2016, considerados os créditos descentralizados, por tipo de despesa.

**QUADRO 125 – VARIAÇÃO ENTRE A DOTAÇÃO INICIAL E A AUTORIZADA – POR TIPO DE DESPESA**

VARIAÇÃO DOTAÇÃO AUTORIZADA FINAL – EXERCÍCIOS 2015 E 2016

Dotações	Autorizado	Autorizado	Variação	Em R\$
	2.015	2.016		
1- Pessoal	1.187.266.726,84	1.230.158.215,71	3,61%	
Ativo e Encargos	928.266.354,00	944.682.595,00	1,77%	
Inativos / Pensões	236.249.806,00	263.620.164,00	11,59%	
Precatórios	22.750.566,84	21.855.456,71	-3,93%	
2 – Outras Despesas Correntes	248.563.870,03	240.497.773,43	-3,25%	
3 – Despesas de Capital	18.075.205,11	17.082.630,07	-5,49%	
<b>TOTAL</b>	<b>1.453.905.801,98</b>	<b>1.487.738.619,21</b>	<b>2,33%</b>	

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

A variação de R\$ 121.833.393,21 verificada entre a Dotação Inicial e a Final Autorizada no exercício de 2016 decorreu de:

**QUADRO 126 – VARIAÇÃO ENTRE A DOTAÇÃO INICIAL E A AUTORIZADA – CRÉDITOS ADICIONAIS E MOVIMENTAÇÕES**

CRÉDITOS ADICIONAIS	
(+)Créditos Suplementares:	R\$ 91.507.969,00
(+)Créditos Extraordinários:	R\$ 40.318.119,00
(-)Cancelamentos oferecidos para remanejamento dotação:	<u>(R\$ 38.826.106,00)</u>
	R\$ 92.999.982,00
MOVIMENTAÇÕES DE CRÉDITOS	
(+)Descentralizações Internas:	R\$ 11.783.248,21
(+)Descentralizações Externas	<u>R\$ 17.050.163,00</u>
	R\$ 28.833.411,21

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O gráfico e demonstrativo seguintes apresentam os Créditos Adicionais recebidos por tipo de despesa, total de R\$93,0 milhões, deduzidos os Cancelamentos relativos ao oferecimento de recursos para remanejamento de dotação.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

### GRÁFICO 9 – CRÉDITOS ADICIONAIS

CRÉDITOS ADICIONAIS LÍQUIDOS POR TIPO DE DESPESA



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

### QUADRO 127 – CRÉDITOS ADICIONAIS POR TIPO DE DESPESA

CRÉDITOS ADICIONAIS LÍQUIDOS POR TIPO DE DESPESA – 2016 (Em R\$)

Despesa	Suplementação	Cancelamento
Pessoal Ativo	32.066.838,00	0,00
Encargos Patronais – CPSSS	1.017.648,00	0,00
Pessoal Inativo	41.620.164,00	0,00
Benefícios	5.456.332,00	-100.000,00
Outras Despesas Correntes	40.367.626,00	-32.551.106,00
Investimentos - Construções		-100.000,00
Investimentos – Outros	11.297.480,00	0,00
Reserva de Contingência		-6.075.000,00
Total	131.826.088,00	-38.826.106,00

FONTE: SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira

As dotações recebidas de outras Unidades Gestoras, por movimentação de créditos, consideradas as devoluções dos saldos não utilizados, foram assim constituídas:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

a) Descentralizações Internas – R\$ 11.783.248,21 em Provisões Recebidas:

**QUADRO 128 – DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS**

UO	TÍTULO	Ação Orçamentária	Natureza Despesa	Provisão Líquida Recebida	Em R\$
15101 Tribunal Superior do Trabalho	MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	339039 449039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	3.748.878,80 7.147,62	
				<b>Total</b>	<b>3.756.026,42</b>
				<b>Total UO 15101</b>	<b>3.756.026,42</b>
15126 Conselho Superior da Justiça do Trabalho	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA JUSTIÇA DO TRABALHO - PJE	339039 449039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	658.925,63 2.563.002,45	
				<b>Total</b>	<b>3.221.928,08</b>
15126 Encargos Financ. da União - Sentenças Judiciais	REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR	319000	APLICAÇÕES DIRETAS	4.805.293,71	
				<b>Total</b>	<b>4.805.293,71</b>
				<b>Total UO 15126</b>	<b>8.027.221,79</b>
				<b>Total Descentralizações Internas</b>	<b>11.783.248,21</b>

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

b) Descentralizações Externas – R\$ 17.050.163,00 em Destaques Recebidos:

**QUADRO 129 – DESCENTRALIZAÇÕES EXTERNAS**

UO	TÍTULO	Ação Orçamentária	Natureza Despesa	Destaque Líquido Recebido	Em R\$
26280 Fundação Universidade Federal de São Carlos	PRECATÓRIOS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)	319000 319091	APLICACOES DIRETAS SENTENCAS JUDICIAIS	513,27 144.678,73	
				<b>Total UO 26280</b>	<b>145.192,00</b>
71103 Encargos Financ. da União - Sentenças Judiciais	PRECATÓRIOS (ADMINISTRAÇÃO DIRETA)	319091 319000	SENTENÇAS JUDICIAIS APLICAÇÕES DIRETAS	13.564.000,63 201.740,37	
				<b>Total UO 71103</b>	<b>13.765.741,00</b>
40201 Instituto Nacional do Seguro Social	PRECATÓRIOS (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)	319091 319000	SENTENÇAS JUDICIAIS APLICACOES DIRETAS	3.081.234,49 57.995,51	
				<b>Total UO 33201</b>	<b>3.139.230,00</b>
				<b>Total Descentralizações Externas</b>	<b>17.050.163,00</b>

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

### 6.3.1.1.2.2 Da Execução Orçamentária

O quadro a seguir, demonstrativos do Crédito Autorizado comparativamente à Despesa Executada, apresenta o nível da execução orçamentária por origem de crédito.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 130 – CRÉDITO AUTORIZADO EM RELAÇÃO À DESPESA EXECUTADA**

ORÇAMENTO 2016 – EXECUÇÃO DA DESPESA (EM R\$)

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2016 E CRÉDITOS ADICIONAIS)

UO	GRUPO NATUREZA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	% (b) / (a)	DESPESA LIQUIDADA (d)	% (d) / (a)	DESPESA PAGA
			(a)	(b)				
15116	Pessoal e Encargos	1.133.598.109,00	1.208.302.759,00	1.208.302.759,00	100,0%	1.200.919.850,89	99,39%	1.200.919.850,89
15116	Outras Despesas Correntes	222.917.117,00	236.089.969,00	236.022.965,93	100,0%	224.281.019,49	95,00%	224.239.934,91
15116	Investimentos	3.315.000,00	14.512.480,00	14.400.279,35	99,2%	7.997.311,25	55,11%	7.995.362,93
15116	Reserva de Contingência	6.075.000,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00
	<b>TOTAL</b>	<b>1.365.905.226,00</b>	<b>1.458.905.208,00</b>	<b>1.458.726.004,28</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.433.198.181,63</b>	<b>98,24%</b>	<b>1.433.155.148,73</b>
<b>PROVISÕES RECEBIDAS</b>								
UO	GRUPO NATUREZA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	% (b) / (a)	DESPESA LIQUIDADA (d)	% (d) / (a)	DESPESA PAGA
15101	outras despesas correntes	0,00	3.748.878,80	3.748.878,80	100,0%	2.046.978,67	54,60%	1.694.609,03
15101	investimentos	0,00	7.147,62	7.147,62	100,0%	6.498,00	90,91%	6.498,00
15126	outras despesas correntes	0,00	658.925,63	658.925,63	100,0%	585.579,82	88,87%	585.579,82
15126	investimentos	0,00	2.563.002,45	2.563.002,45	100,0%	2.563.002,45	100,00%	2.563.002,45
15101	pessoal e encargos sociais	0,00	4.805.293,71	4.805.293,71	100,0%	4.805.293,71	100,00%	4.805.293,71
	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>11.783.248,21</b>	<b>11.783.248,21</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.007.352,65</b>	<b>84,9%</b>	<b>9.654.983,01</b>
<b>DESTAQUES RECEBIDOS</b>								
UO	GRUPO NATUREZA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	% (b) / (a)	DESPESA LIQUIDADA (d)	% (d) / (a)	DESPESA PAGA
26280	pessoal e encargos sociais	0,00	145.192,00	144.678,73	99,65%	144.678,73	99,65%	144.678,73
40201	pessoal e encargos sociais	0,00	3.139.230,00	3.081.234,49	98,15%	3.081.234,49	98,15%	3.081.234,49
71103	pessoal e encargos sociais	0,00	13.765.741,00	13.564.000,63	98,53%	13.564.000,63	98,53%	13.564.000,63
	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>17.050.163,00</b>	<b>16.789.913,85</b>	<b>98,47%</b>	<b>16.789.913,85</b>	<b>98,47%</b>	<b>16.789.913,85</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.365.905.226,00</b>	<b>1.487.738.619,21</b>	<b>1.487.299.166,34</b>	<b>99,97%</b>	<b>1.459.995.448,13</b>	<b>98,14%</b>	<b>1.459.600.045,59</b>

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

### 6.3.1.1.2.2.1 Dos Créditos Empenhados

Do total de R\$ 1.487.738.619,21 em créditos atualizados foram empenhados R\$ 1.487.299.166,34, quando analisado o grau de gestão orçamentária verifica-se eficiência no planejamento e na execução dos gastos, comprovada pelo índice de 0,9997 apurado na comparação entre a Despesa Empenhada e a Dotação Atualizada, próximo a 1,0.

O quadro a seguir compara os totais executados, valores empenhados, nos exercícios de 2014 a 2016, considerando os valores consignados nas Leis Orçamentárias respectivas, acrescidos das Suplementações e das Descentralizações recebidas, por categoria econômica.

Os Precatórios e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor não foram considerados, com o intuito de se efetuar uma análise da evolução das Despesas Correntes e de Capital, realizadas para a manutenção e investimentos neste Regional.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

### QUADRO 131 – ORÇAMENTOS EXECUTADOS POR CATEGORIA ECONÔMICA

#### ORÇAMENTOS EXECUTADOS POR CATEGORIA ECONÔMICA

Em R\$ milhões

DOTAÇÕES	Exerc. 2014	Exerc. 2015	Var. 2015/2014	Exerc. 2016	Var. 2016/2015
Pessoal e Encargos Sociais	1.037,50	1.164,50	12,2%	1.208,30	3,8%
Outras Despesas Correntes	211,60	239,80	13,3%	240,40	0,3%
Investimentos: equipamentos, material permanente e softwares	20,20	10,50	-48,0%	14,25	35,7%
Investimentos: obras e instalações	2,40	4,30	79,2%	2,72	-36,7%
Soma Investimentos	22,60	14,80	-34,5%	16,97	14,7%

FONTE: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional. Considerados os valores inscritos em Restos a Pagar não processados a liquidar e em liquidação.

#### 6.3.1.1.2.2.2 Dos Créditos Liquidados

É o segundo estágio da despesa pública, fase em que são consideradas as despesas efetivamente realizadas, mediante a entrega do material ou a prestação do serviço, e o reconhecimento da despesa.

O índice de liquidação em relação aos créditos atualizados foi de 98,1%, seguem demonstrados os maiores valores relativos a despesas liquidadas, com créditos do exercício, por categoria econômica, bem como a variação percentual em relação ao exercício anterior.

### QUADRO 132 – DESPESAS LIQUIDADAS – DESPESAS DE PESSOAL

DESPESAS DE PESSOAL		
Natureza de Despesa Detalhada	Total Liquidado (Em R\$)	Var % 2016/2015
GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGO EFETIVO	193.563.263,11	-6,34%
VENCIMENTOS E SALARIOS	187.410.809,29	0,29%
SUBSIDIOS	141.550.117,33	-0,56%
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS	139.496.829,12	0,63%
13. SALARIO	60.807.418,59	4,29%
PROVENTOS ORIGINARIAS DE GRAT.P/EXERC. CARGO.	52.538.297,86	22,27%
GRAT POR EXERCICIO DE FUNCOES COMISSIONADAS	49.380.478,66	-5,40%
INCORPORACOES	46.799.541,20	-14,73%
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	46.387.979,48	4,63%
APOSENT ORIGINARIA DE SUBSIDIOS - PESSOAL CIV	36.742.910,93	1,27%
VANTAGENS INCORPORADAS - PESSOAL CIVIL	30.827.110,49	5,95%
GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE CARGO EM COMISSAO	30.619.644,08	Readequação a partir de 2016, até 2015 estava contabilizada como Grat.Exerc.Cargo Efetivo.

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 133 – DESPESAS LIQUIDADAS – OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

Natureza de Despesa Detalhada	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	Total Liquidado (Em R\$)	Var % 2016/2015
AUXILIO-ALIMENTACAO CIVIS	42.634.545,52	11,88%
RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOGICA	35.581.451,22	9,77%
SENTENCA JUDICIAL - AUXILIO MORADIA (ACORDAO TCU 1690),DE 04 DE DEZEMBRO DE 2002).	21.268.764,57	-0,59%
PERICIAS TECNICAS JUSTICA GRATUITA	20.215.369,15	110,98%
LOCACAO DE IMOVEIS	16.056.846,55	1,77%
VIGILANCIA OSTENSIVA	12.912.379,47	-4,46%
APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	8.398.577,76	-0,91%
LIMPEZA E CONSERVACAO	8.140.704,30	6,78%
DIARIAS NO PAIS	6.466.031,49	-38,83%
AUXILIO-CRECHE CIVIL	6.241.898,37	13,25%
SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	5.358.844,47	-15,93%
INDENIZACAO DE TRANSPORTE - PESSOAL CIVIL	5.095.873,72	6,25%
SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	4.933.123,83	9,26%
CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS	4.090.210,63	104,81%
ESTAGIARIOS	3.773.355,46	-10,59%

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

**QUADRO 134 – DESPESAS LIQUIDADAS – DESPESAS DE CAPITAL**

Natureza de Despesa Detalhada	DESPESAS DE CAPITAL	
	Total Liquidado (Em R\$)	Var % 2016/2015
MELHORIA EQUIPAMENTO PROCESSAMENTO DE DADOS	3.890.464,68	-%
MOBILIARIO EM GERAL	2.532.645,97	89,84%
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.327.861,09	29493,96%
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	991.006,39	-15,81%
OBRAS EM ANDAMENTO	380.523,97	6270,73%
AQUISICAO DE SOFTWARE	295.632,68	560,41%
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	90.489,00	-79,41%
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	49.260,00	-%
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	6.738,92	-94,71%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	1.145,00	-%
APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT,LABOR.HOSPIT.	1.044,00	-66,42%

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

### 6.3.1.1.2.2.3 Da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados

A diferença entre o total empenhado e o montante liquidado no exercício de 2016, R\$ 27.303.718,21, foi inscrito em restos a pagar não processados.

#### QUADRO 135 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

ORÇAMENTO 2016 – INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Em R\$)

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2016 E CRÉDITOS ADICIONAIS)

UO	TÍTULO	GRUPO NATUREZA DESPESA	Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	% RNP / Dotação Empenhada
15116	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Pessoal e Encargos	7.382.908,11	0,61%
15116	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Outras Despesas Correntes	11.741.946,44	4,97%
15116	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Investimentos	6.402.968,10	44,46%
		<b>TOTAL</b>	<b>25.527.822,65</b>	<b>1,75%</b>

#### PROVISÕES RECEBIDAS

UO	TÍTULO	GRUPO NATUREZA DESPESA	Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	% RNP / Dotação Empenhada
15101	Tribunal Superior do Trabalho	Outras Despesas Correntes	1.701.900,13	45,40%
15101	Tribunal Superior do Trabalho	Investimentos	649,62	9,09%
15126	Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Outras Despesas Correntes	73.345,81	11,13%
		<b>TOTAL</b>	<b>1.775.895,56</b>	<b>25,45%</b>
		<b>TOTAL GERAL</b>	<b>27.303.718,21</b>	<b>1,84%</b>

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

### 6.3.1.1.2.2.4 Da Inscrição em Restos a Pagar Processados

Do total da despesa liquidada no exercício, R\$ 1.459.995.448,13, foi pago o montante de R\$ 1.459.600.045,59. O saldo de R\$ 395.402,54 restou pendente de pagamento, a ser quitado no exercício seguinte, e se refere predominantemente a depósitos retidos de fornecedores.

## 6.3.1.2 Execução de Restos a Pagar Não Processados

### 6.3.1.2.1 Dos Valores Inscritos (LOA/2015) e Reinscritos de Exercícios Anteriores (LOA/2012, LOA/2013 e LOA/2014)

O quadro a seguir apresenta a execução dos restos a pagar não processados no exercício de 2016, por categoria econômica e natureza de despesa.

Os valores relativos à execução de restos a pagar não processados no exercício de 2016 são: R\$



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

44.554.173,98 inscritos e reinscritos no final de 2015, R\$ 30.781.649,23 liquidados, R\$ 8.123.605,69 cancelados e R\$ 5.648.919,06 reinscritos no final de 2016.

Para a análise dos índices de execução foram destacados as porcentagens dos totais liquidados, cancelados e reinscritos em relação ao total da inscrição.

#### QUADRO 136 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – DESPESAS DE PESSOAL

ORÇAMENTO 2016 – EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (EM R\$)

DESPESAS DE PESSOAL

ND	Descrição_ND	Inscrição e Reinscrição	Liquidação	%Liquidação/Inscrição e Reinscrição	Cancelamento	%Cancelamento/Inscrição e Reinscrição	Saldo para Reinscrição em 31/12/2016	Em R\$ Saldo para Reinscrição2016 /Inscrição e Reinscrição
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	12.606,11	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12.606,11	100,00%
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	2.620.094,42	2.550.228,44	97,33%	477,02	0,02%	69.388,96	2,65%
319113	ORCAMENTARIAS	493.253,62	0,00	0,00%	493.253,62	100,00%	0,00	0,00%
319192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	24.063,40	19.030,42	79,08%	5.032,98	20,92%	0,00	0,00%
		<b>3.150.017,55</b>	<b>2.569.258,86</b>	<b>81,56%</b>	<b>498.763,62</b>	<b>15,83%</b>	<b>81.995,07</b>	<b>2,60%</b>

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O montante liquidado de despesa de pessoal amparou pagamentos de folhas relativas a acertos e pendências concernentes ao exercício de 2015.

#### QUADRO 137 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

ORÇAMENTO 2016 – EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (EM R\$)

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

ND	Descrição_ND	Inscrição e Reinscrição	Liquidação	%Liquidação/Inscrição e Reinscrição	Cancelamento	%Cancelamento/Inscrição e Reinscrição	Saldo para Reinscrição em 31/12/2016	Em R\$ Saldo para Reinscrição2016 /Inscrição e Reinscrição
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	162.574,80	4.143,62	2,55%	143.763,12	88,43%	14.668,06	9,02%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.330.238,97	1.123.099,94	84,43%	201.502,27	15,15%	5.636,76	0,42%
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	56.906,27	23.347,48	41,03%	33.558,79	58,97%	0,00	0,00%
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	179.707,00	146.107,00	81,30%	33.600,00	18,70%	0,00	0,00%
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.420.296,81	1.217.429,50	85,72%	202.676,13	14,27%	191,18	0,01%
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	4.892.734,60	4.672.394,22	95,50%	163.134,75	3,33%	57.205,63	1,17%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	12.358.976,49	8.051.697,10	65,15%	3.022.182,01	24,45%	1.285.097,38	10,40%
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	375.600,06	20.610,42	5,49%	0,00	0,00%	354.989,64	94,51%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	10.590,38	7.055,60	66,62%	3.534,78	33,38%	0,00	0,00%
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	84.577,18	1.607,05	1,90%	67.309,60	79,58%	15.660,53	18,52%
339059	PENSOES ESPECIAIS	768.339,02	226.236,78	29,44%	0,00	0,00%	542.102,24	70,56%
339091	SENTENCAS JUDICIAIS	191.989,88	0,00	0,00%	191.989,88	100,00%	0,00	0,00%
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	26.925,04	0,00	0,00%	26.925,04	100,00%	0,00	0,00%
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.753.659,99	539.771,79	30,78%	464.549,60	26,49%	749.338,60	42,73%
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	84.675,72	21.016,04	24,82%	63.659,68	75,18%	0,00	0,00%
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	226.174,59	222.007,44	98,16%	4.167,15	1,84%	0,00	0,00%
		<b>23.923.966,80</b>	<b>16.276.523,98</b>	<b>68,03%</b>	<b>4.622.552,80</b>	<b>19,32%</b>	<b>3.024.890,02</b>	<b>12,64%</b>

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Os valores mais relevantes liquidados em 2016 relativos a outras despesas correntes, seguem destacados: R\$ 2,7 milhões em manutenção e conservação de bens imóveis; R\$ 2,3 milhões, gastos com comunicação de dados; R\$ 1,8 milhão, apoio administrativo/técnico/operacional; R\$ 1,4



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

milhão em vigilância ostensiva; R\$ 1,2 milhão em limpeza e conservação; R\$ 1,1 milhão, perícias técnicas vinculadas à justiça gratuita; dentre outros.

**QUADRO 138 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – DESPESAS DE CAPITAL**

ORÇAMENTO 2016 – EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (EM R\$)

DESPESAS DE CAPITAL

Em R\$

ND	Descrição_ND	Inscrição e Reinscrição	Liquidação	%Liquidação/I nscrição e Reinscrição	Cancelamento	%Cancelament o/Inscrição e Reinscrição	Saldo para Reinscrição em 31/12/2016	%Saldo para Reinscrição20 16/Inscrição e Reinscrição
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA								
449039	JURIDICA	715.511,11	575.800,00	80,47%	119.311,11	16,67%	20.400,00	2,85%
449051	OBRAS E INSTALACOES	9.464.639,83	4.265.510,01	45,07%	2.807.197,36	29,66%	2.391.932,46	25,27%
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.300.038,69	7.094.556,38	97,19%	75.780,80	1,04%	129.701,51	1,78%
		<b>17.480.189,63</b>	<b>11.935.866,39</b>	<b>68,28%</b>	<b>3.002.289,27</b>	<b>17,18%</b>	<b>2.542.033,97</b>	<b>14,54%</b>

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

As despesas de capital liquidadas em 2016, com créditos de restos a pagar não processados, mais significativas foram: R\$ 3,4 milhões aplicados em equipamentos de processamento de dados; R\$ 2,3 milhões em instalações; R\$ 2,2 milhões na aquisição de mobiliário em geral; R\$ 1,8 milhão investidos em obras em andamento; dentre outros.

Na análise dos empenhos pelos gestores dos contratos de aquisições e prestação de serviços, a manutenção dos saldos se deve pelos seguintes motivos: vigência do prazo de cumprimento da obrigação assumida pelo credor, ou, liquidação da despesa em curso, ou, ainda, pelo interesse da administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor, conforme dispõe o art. 35 do Decreto 93.872/1986.

Insta esclarecer que, assim como a reinscrição do saldo de restos a pagar não processados, os cancelamentos dos Restos a Pagar foram procedidos com a devida autorização e de acordo com as diretrizes estipuladas pela Administração desta Corte, amparados pelo Decreto do Presidente da República nº 8.795 de 30 de junho de 2016.

### **6.3.1.3 Execução de Restos a Pagar Processados**

Do total de R\$ 1.513.995,97 inscrito em restos a pagar processados, restou pendente de pagamento o valor de R\$ 2.331,09, relativo ao Processo P. 0274/2015 - Serviços de ascensoristas (05 postos) no Edifício-Sede e no FT de Campinas, registrado a título de depósitos de fornecedores, e transferido para conta do passivo não circulante 22881.04.06, conforme Inf. 756/2016 - ST - CCT, sendo que o saldo deverá permanecer retido pelo prazo de 02 anos contados da data de rescisão do contrato (04/07/2016).

### **6.3.2 Balanço Financeiro**

## **QUADRO 139 – BALANÇO FINANCEIRO**



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

 MINISTÉRIO DA FAZENDA		EXERCÍCIO		PERÍODO	
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		2016		Anual	
TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO		PÁGINA	
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIÃO	09/01/2017		1	
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>1.487.299.166,34</b>	<b>1.441.901.284,30</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>1.196.724.338,41</b>	<b>1.101.309.879,30</b>
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	<b>290.574.827,93</b>	<b>340.591.404,90</b>
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	225.081.234,49	185.236.887,00
			Operação de Crédito		27.439.264,00
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	65.493.593,44	127.915.253,90
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>1.438.087.802,58</b>	<b>1.414.967.782,36</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>58.036.084,37</b>	<b>54.998.378,90</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	1.433.382.991,68	1.408.409.745,38	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasso Recebido	1.433.382.991,68	1.408.409.745,38	Independentes da Execução Orçamentária	58.036.084,37	54.998.378,90
Independentes da Execução Orçamentária	4.704.810,90	6.558.036,98	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	5.876.788,76	8.287.028,80
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.515.583,27	6.034.298,10	Movimento de Saldos Patrimoniais	52.159.295,61	46.711.350,00
Demais Transferências Recebidas	576.776,79	261.295,79	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	612.450,84	262.443,09	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>80.695.437,49</b>	<b>118.566.143,62</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>32.391.547,53</b>	<b>41.459.962,40</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	395.402,54	1.504.286,04	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.510.870,85	1.527.427,10
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	27.303.718,21	32.635.028,47	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	30.740.638,21	39.767.050,90
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	116.853,60	165.484,33	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	123.301,51	165.484,30
Outros Recebimentos Extraorçamentários	52.879.463,14	84.261.344,78	Outros Pagamentos Extraorçamentários	16.736,96	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		16.059,21	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	16.736,96	
Arrecadação de Outra Unidade	52.879.463,14	84.110.193,47			
Demais Recebimentos		135.092,10			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>94.787.396,06</b>	<b>99.613.095,71</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>35.843.837,89</b>	<b>94.787.396,06</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	94.787.396,06	99.613.095,71	Caixa e Equivalentes de Caixa	35.843.837,89	94.787.396,06
<b>TOTAL</b>	<b>1.613.570.636,13</b>	<b>1.633.147.021,69</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.613.570.636,13</b>	<b>1.633.147.021,69</b>

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

### 6.3.2.1 Notas Explicativas

---

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, considera os saldos provenientes de exercício anterior e evidencia os saldos financeiros que se transferem para o exercício seguinte.

#### 6.3.2.1.1 Dos Ingressos

O saldo do exercício anterior transportado para o ano de 2016 registrado na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento foi de R\$ 94,8 milhões, destinado a suportar o total de restos a pagar inscritos e reinscritos em 31 de dezembro de 2015.

As transferências financeiras resultantes da execução orçamentária recebidas no exercício financeiro de 2016 contabilizaram R\$ 1.433,4 milhões, para o atendimento da dotação consignada na Lei Orçamentária Anual, assim constituídas:

- R\$ 1.021,4 milhões mediante sub-repasses;
- R\$ 412,0 milhões sem transferência de recursos, por emissão dos documentos de arrecadação de receitas federais, guia de previdência social e de recolhimento à União, com cota do orçamento do exercício.

Como ingressos independentes de execução orçamentária destaca-se o montante R\$ 3,5 milhões recebidos para amparar pagamentos de restos a pagar no ano de 2016.

Os recebimentos extraorçamentários contabilizam, além da receita líquida arrecadada pelo Regional, os totais dos recursos relativos ao orçamento de 2016 inscritos em restos a pagar processados e não processados a serem quitados no exercício seguinte, R\$ 0,4 milhão e R\$ 27,3 milhões, respectivamente.

A variação negativa verificada entre os saldos 2016/2015 relativos a restos a pagar processados, decorre, sobretudo, do esforço do Órgão no pagamento das despesas com aluguel, competência dezembro 2016, no próprio mês da liquidação.

A receita líquida arrecadada pelo Órgão no exercício financeiro de 2016 somou R\$ 52,9 milhões.

A tabela seguinte apresenta os valores arrecadados, de acordo com o contabilizado, por tipo de recolhimento, nos exercícios 2016 e 2015:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

#### QUADRO 140 – ARRECADAÇÃO POR TIPO DE RECEITA

##### ARRECADAÇÃO POR TIPO DE RECEITA

(Em R\$)

Tipo de Receita	Exercício 2016	Exercício 2015	Var% 2016/2015
CUSTAS E EMOLUMENTOS	49.672.717,78	44.861.698,08	10,72%
MULTAS CONTRATUAIS E OUTRAS	726.517,94	379.689,75	91,35%
TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS – FT 50	670.729,66	712.683,85	-5,89%
OUTROS RESSARCIMENTOS – FT 50	631.428,98	125.865,22	401,67%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – FT 81	607.236,52	35.737.715,00	-98,30%
INDENIZAÇÕES/RESTITUIÇÕES e DEMAIS RECEITAS	381.793,22	754.451,06	-49,39%
SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	138.344,59	131.434,00	5,26%
CONTRIBUIÇÃO MONTEPIO CIVIL	50.694,45	60.338,28	-15,98%
INSCRIÇÃO EM CONCURSO MAGISTRATURA – FT 50	0,00	1.346.318,23	-100,00%
	<b>52.879.463,14</b>	<b>84.110.193,47</b>	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A arrecadação derivada dos recolhimentos ao erário, decorrentes de Custas e Emolumentos Judiciais pelo TRT da 15ª Região, contabilizou o total de R\$ 49,7 milhões, um aumento de 10,7% em relação ao exercício financeiro de 2015.

Quanto à variação negativa relativa à arrecadação oriunda de convênios, esta decorreu do impacto provocado pela receita contabilizada em 2015, no montante de R\$ 35,7 milhões arrecadados, a título de “Transferências de Convênios”, os quais derivaram dos acordos celebrados entre este Regional e as Instituições Financeiras, com vigência encerrada em 2015, sendo que o novo acordo não promoveu efeitos financeiros em 2016. Tais recursos são classificados em fonte específica: 81 – Recursos de Convênios, destinados à consecução de projetos e atividades que traduzam o interesse público primário do Órgão.

Verifica-se, também, a variação negativa na arrecadação decorrente de taxas de inscrição, tendo em vista que não houve concurso no ano de 2016, realizado pelo TRT da 15ª Região.

A receita de R\$ 670,7 mil concernentes à taxa de ocupação de imóveis, derivou dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, assinados por este Tribunal e as Instituições Financeiras, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem como a receita de R\$ 631,4 mil, oriunda de reembolso de gastos com locação pelas prefeituras. Trata-se de valores diretamente arrecadados, receita própria do Órgão, classificados na Fonte – 50.

A receita total arrecadada por este Regional derivou, também, do recolhimento ao Tesouro Nacional de: taxa sobre consignação em folha de pagamento; multas previstas em contratos/outras; indenizações e restituições aos cofres públicos.

Vale destacar que, não houve no exercício de 2016 geração de receita derivada de alienação de bens e direitos que integrem o patrimônio público, tendo em vista o que dispõe o art. 44, bem como o inciso VI, do art. 50, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que vedam a aplicação de tais receitas para financiar Despesas Correntes.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

### 6.3.2.2 Dos Dispêndios

---

Os dispêndios relativos às despesas orçamentárias, valores empenhados no exercício, somaram R\$ 1.487,3 milhões, assim aplicados: R\$ 21,6 milhões em sentenças judiciais; R\$ 1.208,3 milhões em despesas de Pessoal e Encargos Sociais; e R\$ 257,4 milhões em Outras Despesas Correntes e de Capital.

Nas transferências financeiras concedidas independentes da execução orçamentária foram contabilizados: R\$ 52,1 milhões provenientes, sobretudo, das receitas arrecadadas e recolhidas ao tesouro nacional; e R\$ 5,9 milhões relativos às devoluções de recursos financeiros em decorrência de cancelamento de restos a pagar.

Os dispêndios originários de despesas extraorçamentárias contemplam, predominantemente, os valores pagos no ano de 2016, total de R\$ 32,2 milhões, a título de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício anterior.

### 6.3.3 Balanço Patrimonial

**QUADRO 141 – BALANÇO PATRIMONIAL**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual	
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIÃO	EMISSÃO 09/01/2017	PÁGINA 1	
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO	VALORES EM UNIDADES DE REAL		

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>41.967.360,69</b>	<b>98.868.307,38</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>122.837.097,20</b>	<b>117.122.733,08</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.843.837,89	94.787.396,06	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	86.675.675,42	113.943.710,44
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.510.386,18	1.359.154,61	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	98.471,91	1.873.384,64
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	4.486.341,34	2.600.128,72	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	126.795,28	121.627,99	Provisões de Curto Prazo	35.531.899,21	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	531.050,66	1.305.638,00
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>511.915.372,69</b>	<b>501.334.475,78</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>134.245.391,89</b>	<b>134.709.663,89</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.348.910,35	1.260.811,66	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	134.228.542,29	134.709.663,89
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	1.348.910,35	1.260.811,66	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	16.849,60	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>257.082.489,09</b>	<b>251.832.396,97</b>
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
<b>Imobilizado</b>	<b>508.243.705,25</b>	<b>497.757.853,91</b>			
Bens Móveis	54.275.321,95	48.162.190,31			
Bens Móveis	97.084.011,87	81.993.286,92			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-42.808.689,92	-33.831.096,61			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	453.968.383,30	449.595.663,60			
Bens Imóveis	454.881.263,79	449.614.339,96			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-912.880,49	-18.676,36			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	<b>2.322.757,09</b>	<b>2.315.810,21</b>			
Softwares	2.322.757,09	2.315.810,21			
Softwares	6.055.211,59	5.402.641,43			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-3.732.454,50	-3.086.831,22			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO	EMISSAO 09/01/2017	PAGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO			
	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
			-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-				
Direitos de Uso de Imóveis	-	-				
Direitos de Uso de Imóveis	-	-				
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-				
<b>Diferido</b>						
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>553.882.733,38</b>	<b>600.202.783,16</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>553.882.733,38</b>	<b>600.202.783,16</b>

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO		2016	2015
	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016		
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>35.843.837,89</b>	<b>94.787.396,06</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>		<b>33.520.026,11</b>	<b>47.106.614,00</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>518.038.895,49</b>	<b>505.415.387,10</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>		<b>254.701.818,66</b>	<b>246.216.767,38</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>		<b>265.660.888,61</b>	<b>306.879.401,78</b>

Quadro de Compensações

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO		
	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>16.539.397,50</b>	<b>43.868.230,42</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>110.474.967,29</b>	<b>119.588.774,90</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	16.539.397,50	43.868.230,42	Execução dos Atos Potenciais Passivos	110.474.967,29	119.588.774,90
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	9.828.212,62	6.908.091,11	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	6.711.184,88	36.960.139,31	Obrigações Contratuais a Executar	110.474.967,29	119.588.774,90
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>16.539.397,50</b>	<b>43.868.230,42</b>	<b>TOTAL</b>	<b>110.474.967,29</b>	<b>119.588.774,90</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-1.846.938,87</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>4.170.750,65</b>
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	4.170.750,65
<b>TOTAL</b>	<b>2.323.811,78</b>

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

### 6.3.3.1 Notas Explicativas

---

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da Órgão por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação e têm natureza de informação de controle.

#### 6.3.3.1.1 Ativo

##### 6.3.3.1.1.1 Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios: estarem disponíveis para realização imediata ou terem expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

O somatório de R\$ 41,9 milhões dos recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade está assim constituído:

- Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento – R\$ 35.715.193,70. Do saldo contabilizado na conta Limite de Saque, o montante de R\$ 4.170.750,65 se apresenta como disponível no exercício, ou seja, não comprometido com restos a pagar ou outras outras obrigações, passíveis de oferecimento para a solicitação créditos no exercício seguinte, assim constituído: Fonte 50 – Recursos Próprios – R\$ 2.704.387,01, e Fonte 81 – Recursos de Convênios – R\$ 1.466.363,64.
- Depósitos e Cauções Recebidos para garantia de contratos firmados com fornecedores, R\$ 128.644,19. Os depósitos foram atualizados em conformidade com a norma de encerramento do exercício e mediante comprovante disponibilizado pela Instituição Financeira.
- O valor de R\$ 1,4 milhão especificado como Demais Créditos e Valores a Curto Prazo compreende a contabilização de créditos a receber de responsáveis dano/perda decorrente de Tomada de Contas Especial, atualizado a partir do Sistema de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União, posição dezembro/2016, conforme quadro a seguir.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15<sup>a</sup> REGIÃO

**QUADRO 142 – CRÉDITOS A RECEBER DE RESPONSÁVEIS POR DANO/PERDA – TCE**

**Posição: Dezembro/2016**

Processo Administrativo 0000215-19.2010.5.15.0895 PA

Acórdão nº 10634/2015 – TCU – 2ª Câmara

Data da Sessão: 17/11/2015 – Ordinária

Item 9.2 – Importâncias especificadas, **atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora**, calculados a partir da data original do débito até a sua efetiva quitação.

Ano Referência	Registro Inicial (R\$)	Período / Data de Referência	Atualização Monetária (R\$)	Juros (R\$)	Valor Corrigido (R\$)	Documento Contabilização	Data Registro
2010	<b>732.926,59</b>	-	-	-	<b>732.926,59</b>	2010NL400657	21/09/10
		Setembro/2010 a 22/Dezembro/2015	22.982,63	437.703,48	<b>1.193.612,70</b>	2015NS011727	22/12/15
2016		Janeiro a Abril/2016	23.082,48	15.759,55	<b>1.232.454,73</b>	2016NS002817	25/04/16
2016		Maio/2016	5.560,83	2.877,26	<b>1.240.892,82</b>	2016NS004096	31/05/16
2016		(*)Junho/2016	,00	-2.877,26	<b>1.238.015,56</b>	2016NS004924	30/06/16
2016		(*)Junho/2016	,00	2.779,17	<b>1.240.794,73</b>	2016NS004925	30/06/16
2016		Junho/2016	5.840,40	3.563,88	<b>1.250.199,01</b>	2016NS004935	30/06/16
2016		Julho/2016	6.120,12	1.602,12	<b>1.257.921,25</b>	2016NS005771	29/07/16
2016		Agosto/2016	5.840,41	2.419,51	<b>1.266.181,17</b>	2016NS006470	31/08/16
2016		Setembro/2016	6.400,00	2.027,16	<b>1.274.608,33</b>	2016NS007127	27/09/16
2016		Outubro/2016	5.840,40	359,66	<b>1.280.808,39</b>	2016NS008081	28/10/16
2016		Novembro/2016	5.523,76	1.209,76	<b>1.287.541,91</b>	2016NS008842	29/11/16
2016		Dezembro/2016	5.408,17	850,10	<b>1.293.800,18</b>	2016NS009844	26/12/16

Item 9.3 – Aplicação de multa no valor de R\$ 130.000,00, **atualizada monetariamente**, a contar da data do Acórdão até a data do efetivo recolhimento.

Ano Referência	Registro Inicial (R\$)	Período / Data de Referência	Atualização Monetária (R\$)	Juros (R\$)	Valor Corrigido (R\$)	Documento Contabilização	Data Registro
2015	<b>130.000,00</b>	17/Novembro/2015	-	-	<b>130.000,00</b>	2010NS011743	22/12/15
2015		22/Dezembro/2015	1.313,00	-	<b>131.313,00</b>	2010NS011743	22/12/15
2016		Janeiro a Abril/2016	4.732,00	-	<b>136.045,00</b>	2016NS002818	25/04/16
2016		Maio/2016	858,00	-	<b>136.903,00</b>	2016NS004094	31/05/16
2016		(*)Junho/2016	-858,00	-	<b>136.045,00</b>	2016NS004921	30/06/16
2016		(*)Junho/2016	832,00	-	<b>136.877,00</b>	2016NS004928	30/06/16
2016		Junho/2016	1.066,00	-	<b>137.943,00</b>	2016NS004934	30/06/16
2016		Julho/2016	481,00	-	<b>138.424,00</b>	2016NS005767	29/07/16
2016		Agosto/2016	728,00	-	<b>139.152,00</b>	2016NS006469	31/08/16
2016		Setembro/2016	611,00	-	<b>139.763,00</b>	2016NS007126	27/09/16
2016		Outubro/2016	104,00	-	<b>139.867,00</b>	2016NS008078	28/10/16
2016		Novembro/2016	364,00	-	<b>140.231,00</b>	2016NS008841	29/11/16
2016		Dezembro/2016	260,00	-	<b>140.491,00</b>	2016NS009843	26/12/16

Total : 862.926,59 103.090,20 468.274,39 1.434.291,18

Fonte: SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal . Manual Siafi 021138 – Diversos Responsáveis. Sistema de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União <https://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>.

Notas: Débitos considerados até 31/12/2016 e atualização realizada 26/12/2016. (\*) Houve acerto de Maio em Junho referente atualização monetária.

- A conta Estoques totaliza R\$ 4,5 milhões em itens de material de consumo no almoxarifado, e, conforme gráfico a seguir, apresentou variação positiva relevante em comparação com o saldo de 2015 (72,5%), segue gráfico e tabela com a composição do almoxarifado:

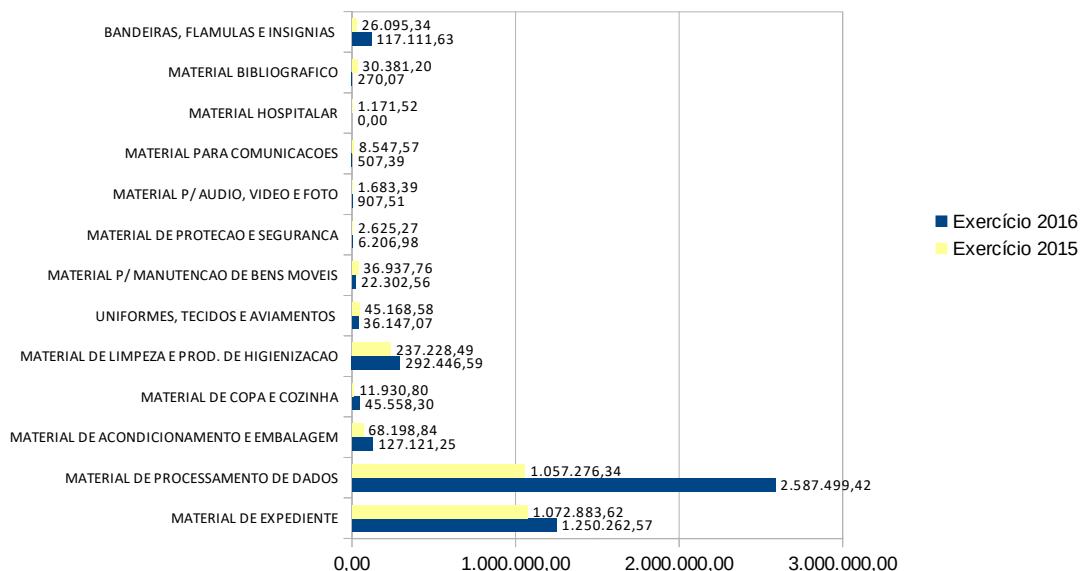


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

### GRÁFICO 10 – ESTOQUES

Conta: ESTOQUES

Almoxarifado (R\$)



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

### QUADRO 143 – ESTOQUES

CONTA: ESTOQUES – ALMOXARIFADO

Em R\$

cod	MATERIAL DE CONSUMO	Exercício 2016	Exercício 2015	Var% 2016/2015
16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.250.262,57	1.072.883,62	16,53%
17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.587.499,42	1.057.276,34	144,73%
19	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	127.121,25	68.198,84	86,40%
21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	45.558,30	11.930,80	281,85%
22	MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	292.446,59	237.228,49	23,28%
23	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	36.147,07	45.168,58	-19,97%
25	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	22.302,56	36.937,76	-39,62%
28	MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	6.206,98	2.625,27	136,43%
29	MATERIAL P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	907,51	1.683,39	-46,09%
30	MATERIAL PARA COMUNICACOES	507,39	8.547,57	-94,06%
36	MATERIAL HOSPITALAR	0,00	1.171,52	-100,00%
46	MATERIAL BIBLIOGRAFICO	270,07	30.381,20	-99,11%
50	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	117.111,63	26.095,34	348,78%
		<b>4.486.341,34</b>	<b>2.600.128,72</b>	<b>72,54%</b>

Fonte Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

#### **6.3.3.1.1.2 Ativo Não Circulante**

Compreende os ativos que possuem expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis, e soma R\$ 511,9 milhões em ativos contabilizados para o Órgão.

O montante de R\$ 1,3 milhão contabilizado como ativo realizável a longo prazo se refere à parcela que cabe a este Regional do aporte, atualizado monetariamente, concedido pelo Tribunal Superior do Trabalho à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP-JUD a título de adiantamento de contribuições futuras, conforme quadro que segue.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 144 – ADIANTAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES FUTURAS – FUNPRESP-JUD**



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
Secretaria de Orçamento e Finanças

**Conta Contábil: 12.121.98.26 - ADIANTAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES FUTURAS**

**CNPJ: 18.465.825.0001-47 – Fundação de Previdência do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP – JUD**

**APORTE INICIAL E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

-Aporte concedido pelo TST ao FUNPRESP-JUD a título de adiantamento de contribuições futuras-  
(Lei nº 12.618/2012, art. 25)

Ano Referência	Aporte Inicial (R\$)	Período / Mês de Referência	Índice IPCA	Valor Correção (R\$)	Valor Corrigido (R\$)	Documento Contabilização	Data Registro
2013	<b>1.065.288,13</b>	-	-	-	<b>1.065.288,13</b>	2015NL000113	11/09/15
2014		Nov/2013 a Dez/2014	0,0796645	84.865,65	<b>1.150.153,78</b>	2015NL000113	11/09/15
2015		Jan a Abr/2015	0,0456498	52.504,29	<b>1.202.658,07</b>	2015NL000114	11/09/15
2015		Maio/2015	0,7400000	8.899,67	<b>1.211.557,74</b>	2015NL000114	11/09/15
2015		Junho/2015	0,7900000	9.571,30	<b>1.221.129,04</b>	2015NL000114	11/09/15
2015		Julho/2015	0,6200000	7.571,00	<b>1.228.700,04</b>	2015NL000115	11/09/15
2015		Agosto/2015	0,2200000	2.703,14	<b>1.231.403,18</b>	2015NL000116	14/09/15
2015		Setembro/2015	0,5400000	6.649,58	<b>1.238.052,76</b>	2015NL000168	30/09/15
2015		Outubro/2015	0,8200000	10.152,03	<b>1.248.204,79</b>	2015NL000177	30/10/15
2015		Novembro/2015	1,0100000	12.606,87	<b>1.260.811,66</b>	2015NL000268	09/12/15
2015		Dezembro/2015	0,9600000	12.103,79	<b>1.272.915,45</b>	2016NL000001	14/01/16
2016		Janeiro/2016	1,2700000	16.166,03	<b>1.289.081,48</b>	2016NL000026	29/02/16
2016		Fevereiro/2016	0,9000000	11.601,73	<b>1.300.683,21</b>	2016NL000036	29/03/16
2016		Março/2016	0,4300000	5.592,94	<b>1.306.276,15</b>	2016NL000052	25/04/16
2016		Abri/2016	0,6100000	7.968,28	<b>1.314.244,43</b>	2016NL000067	24/05/16
2016		Maio/2016	0,7800000	10.251,11	<b>1.324.495,54</b>	2016NL000071	21/06/16
2016		Junho/2016	0,3500000	4.635,73	<b>1.329.131,27</b>	2016NL000088	25/07/16
2016		Julho/2016	0,5200000	6.911,48	<b>1.336.042,75</b>	2016NL000097	25/08/16
2016		Agosto/2016	0,4400000	5.878,59	<b>1.341.921,34</b>	2016NL000110	21/09/16
2016		Setembro/2016	0,0800000	1.073,54	<b>1.342.994,88</b>	2016NL000123	24/10/16
2016		Outubro/2016	0,2600000	3.491,79	<b>1.346.486,67</b>	2016NL000141	17/11/16
2016		Novembro/2016	0,1800000	2.423,68	<b>1.348.910,35</b>	2016NL000165	19/12/16

Fontes:

Protocolo de Compromisso, de 18 de junho de 2015, que a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (FUNPRESP-JUD) apresenta ao Supremo Tribunal Federal (STF) para formalizar o critério de atualização, o prazo e a natureza da compensação do aporte inicial realizado a título de Contribuições Futuras, nos termos do art. 25 da Lei 12.618, de 30 de abril de 2012.

Ofício Circular CSJT/GP/SG/CFIN nº 21/2015, de 31 de agosto de 2015. A Presidência do CSJT comunica o valor, atualizado monetariamente até o mês de abril de 2015, distribuído a esta Corte referente ao aporte inicial efetivado pelo Tribunal Superior do Trabalho em 2013, a título de adiantamento de contribuições futuras para a FUNPRESP-JUD, bem como, determina que o montante deverá ser registrado e atualizado pela área contábil, conforme orientações técnicas contidas na Mensagem CFIN/CSJT nº 040/2015, de 04 de setembro de 2015.

Mensagem CFIN/CSJT nº 040/2015, de 04 de setembro de 2015, que orienta os Tribunais Regionais do Trabalho quanto a contabilização do adiantamento de contribuições futuras para a FUNPRESP-JUD. Planilha Anexa à Mensagem com os valores corrigidos monetariamente até o mês de Junho/2015.

Valor do IPCA:[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpe\\_ipca/inpc\\_inpe\\_201611\\_1.shtml](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpe_ipca/inpc_inpe_201611_1.shtml)

Consulta realizada em 19/12/2016 às 18:12.

1) Valor principal, R\$1.065.288,13: contabilizado nas contas 12121.98.26 - Adiantamento de Contribuições Futuras - FUNPRESP e 23711.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores (Evento 58.0.070).

2) Valor da correção até 2014, R\$84.865,65: contabilizado nas contas 12121.98.26 - Adiantamento de Contribuições Futuras - FUNPRESP e 23711.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores (Evento 58.0.070).

3) Valor da correção do exercício corrente: contabilizado nas contas 12121.98.26 - Adiantamento de Contribuições Futuras - FUNPRESP e 44391.01.00 - Outras Variações Monetárias (Evento 54.0.020).

4) O "Valor Correção" relativo a junho/2015 foi arredondado para R\$ 9.571,30 (subtraído 0,01), para que o valor total contabilizado coincida com o valor transferido pelo TST, corrigido até junho/2015, informado na planilha anexa à Mensagem CFIN/CSJT nº 040/2015, de 04 de setembro de 2015 do CSJT.

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O Imobilizado comprehende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade e representa 92% do Ativo Total pertencente ao TRT da 15ª Região.

O montante de R\$ 508,2 milhões em Imobilizado do Órgão está assim constituído:

- R\$ 54,3 milhões – Bens Móveis (estocados e distribuídos, deduzidas as depreciações acumuladas).

**QUADRO 145 – IMOBILIZADO – BENS MÓVEIS**

CONTA: BENS MÓVEIS e DEPRECIAÇÃO

Em R\$

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	VALOR BRUTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
123110101	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	110.580,22	32.765,96	77.814,26
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	968.168,15	292.007,63	676.160,52
123110103	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	194.087,99	59.498,44	134.589,55
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	2.350.785,91	640.376,27	1.710.409,64
123110106	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIALIS	6.996,71	1.022,78	5.973,93
123110107	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	691.426,14	365.973,00	325.453,14
123110108	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	1.869,22	1.057,11	812,11
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	5.951,92	3.534,06	2.417,86
123110112	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	34.424,26	11.107,74	23.316,52
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	35.902,70	11.794,36	24.108,34
123110125	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	208.127,24	95.500,05	112.627,19
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	48.820.533,36	27.182.231,49	21.638.301,87
123110301	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	8.151.546,82	2.677.441,61	5.474.105,21
123110302	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	549.127,29	301.973,34	247.153,95
123110303	MOBILIARIO EM GERAL	20.711.058,48	8.877.818,77	11.833.239,71
123110405	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	1.633.132,21	577.409,31	1.055.722,90
123110406	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSICAO	38.396,11		38.396,11
123110501	VEICULOS EM GERAL	107.733,19	41.382,72	66.350,47
123110503	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	5.186.243,24	1.617.255,86	3.568.987,38
123110801	ESTOQUE INTERNO	6.912.361,81		6.912.361,81
123119901	BENS MOVEIS A ALIENAR	465,10		465,10
123119907	BENS NÃO LOCALIZADOS	0,00		0,00
123119909	PEÇAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	84.674,38	18.539,42	66.134,96
123119910	MATERIAL DE USO DURADOURO	280.419,42		280.419,42
		<b>97.084.011,87</b>	<b>42.808.689,92</b>	<b>54.275.321,95</b>

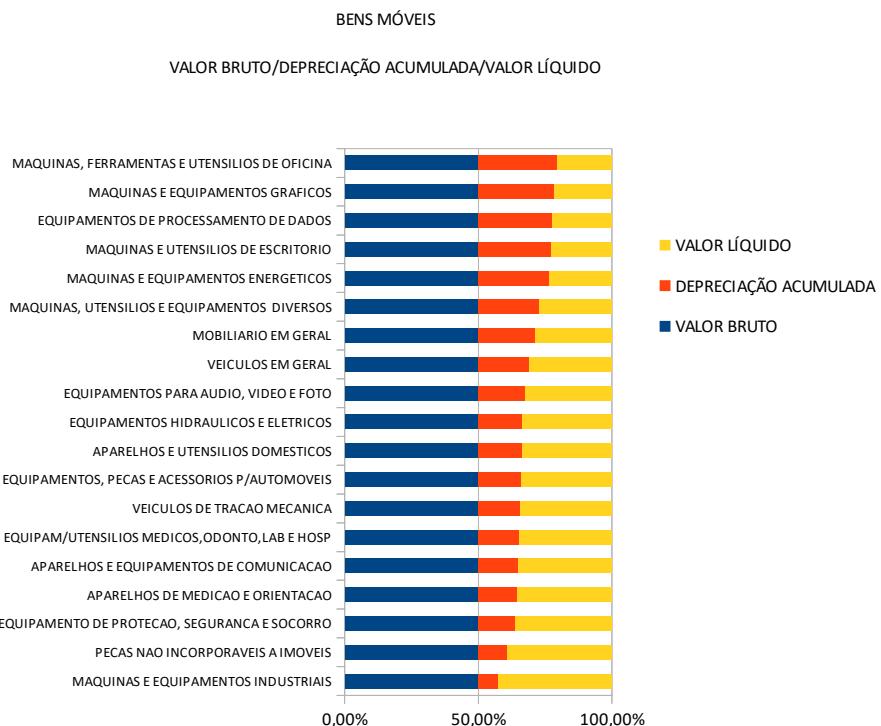
Fonte Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

O gráfico a seguir apresenta em ordem decrescente os grupos de bens móveis com maior depreciação acumulada em relação ao valor bruto, contribuindo assim para análise gerencial de futuros investimentos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**GRÁFICO 11 – BENS MÓVEIS – MAIOR DEPRECIAÇÃO**



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

- R\$ 454,0 milhões – Bens Imóveis (destinados à utilização deste Regional, incluídos os valores contabilizados das obras em andamento e instalações, deduzida a depreciação acumulada). Segue demonstrado o total bruto contabilizado em 31 de dezembro de 2016, R\$ 454,9 milhões, por conta contábil e localidade.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 146 – BENS IMÓVEIS**

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet

**12321.01.02 - EDIFÍCIOS**

Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Em R\$
			Valor Atual
1	6219.00010.500-3	Bauru (cessão recíproca com município)	298.633,42
2	6249.00016.500-8	Botucatu	1.466.913,32
3	6291.00073.500-0	Campinas (R.Barão de Jaguara,945)	3.527.650,78
4	6291.00284.500-7	Campinas (R.Conceição-Edifício Sede Administrativa)	83.045.765,27
5	6291.00288.500-9	Campinas (R.Barão de Jaguara- Camp Tower-Edifício Sede Judicial)	162.082.380,29
6	6291.01822.500-3	Campinas (FT Campinas)	99.489.612,69
7	6369.00011.500-1	Cruzeiro	2.593.333,20
8	6597.00002.500-0	Jales	777.261,72
9	6607.00002.500-1	Jaú	1.519.179,29
10	6637.00005.500-0	Lençóis Paulista (1ª VT)	2.467.485,39
11	6687.00002.500-0	Matão	848.319,79
12	6715.00013.500-9	Mogi Guaçu	4.293.359,63
13	6717.00002.500-5	Mogi Mirim	1.175.002,74
14	6875.00017.500-0	Piracicaba	4.254.306,40
15	6929.00036.500-7	Presidente Prudente	9.474.161,91
16	6969.00011.500-0	Ribeirão Preto (Rua Vereador Manir Calil)	4.275.196,10
17	6969.00044.500-0	Ribeirão Preto (Sede FT)	11.887.251,69
18	6979.00009.500-6	Rio Claro (Av. Projetada, 289)	5.194.135,54
19	7083.00002.500-4	São João da Boa Vista	1.152.008,11
20	7097.00059.500-5	São José do Rio Preto	10.522.736,65
21	7099.00518.500-7	São José dos Campos (Arquivo-Av.Anchieta)	0,00
22	7099.00520.500-7	São José dos Campos	12.881.592,30
23	7145.000223.500-0	Sorocaba	5.315.524,23
24	7245.00003.500-0	Votuporanga	655.980,18
			<b>429.197.790,64</b>

Situação em 31 de dezembro de 2016.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet

12321.01.03 - TERRENOS / GLEBAS

Em R\$

Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Valor Atual
1	6165.00020.500-5	Araras	453.774,64
2	6209.00029.500-0	Barretos	77.790,89
3	6221.00005.500-8	Bebedouro	117.097,47
4	6229.00006.500-9	Birigui	77.342,34
5	6229.00014.500-2	Birigui	22.387,95
6	6291.02779.500-3	Campinas (Bairro Taquaral)	13.723.160,93
7	6305.00006.500-8	Capão Bonito	48.163,88
8	6323.00047.500-0	Catanduva	91.726,48
9	6411.00005.500-3	Fernandópolis	26.529,03
10	6425.00015.500-8	Franca (Av. Sete de Setembro)	900.589,22
11	6547.00007.500-1	Itapetininga	168.312,41
12	6555.00007.500-2	Itápolis	12.754,63
13	6583.00009.500-9	Ituverava	11.339,87
14	6587.00009.500-1	Jaboticabal (Av. Nicolino Filardi)	141.136,57
15	6643.00026.500-9	Lins	66.544,26
16	6687.00007.500-7	Matão	52.400,00
17	6681.00026.500-1	Marília	153.770,36
18	6915.00013.500-1	Porto Ferreira	118.227,42
	7079.00015.500-7	São Carlos	0,00
19	7095.00005.500-4	São José do Rio Pardo	32.482,49
20	7181.00006.500-6	Tatuí	261.982,08
21	7183.00030.500-3	Taubaté	2.127.178,19
22	7245.00040.500-1	Votuporanga	511.843,20
			<b>19.196.534,31</b>

Situação em 31 de dezembro de 2016.

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.06.01 - OBRAS EM ANDAMENTO

Em R\$

Nr.	Nr. Inscrição Genérica	Localização	Valor Atual
	IM1511699	Obras no Imóvel da VT de Rio Claro - Restos a Pagar não Processados em Liquidação	83.048,09
1	IM1511626	Construção da VT de Barretos	1.871.592,57
2	IM1511631	Construção da VT de Porto Ferreira	1.624.650,20

Notas Explicativas: IM1511699 - OBRAS ANDAMENTO(RESTOS A PAGAR EM LIQUIDAÇÃO)-VT RIO CLARO - Contrato rescindido, sub judice. Alguns serviços foram executados, mas não foram apresentadas as faturas pela empresa. (conforme informações contidas no email de 30/06/14 – Coordenadoria de Contratos. Registro em atendimento ao Comunicado 2015/0180521 - CCONT/STN/MF DE 21/01/2015.

**3.579.290,86**

Situação em 31 de dezembro de 2016.

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.06.05 - ESTUDOS E PROJETOS

Em R\$

Nr.	Nr. Inscrição Genérica	Localização	Valor Atual
1	IM1511627	Construção da VT Itapetininga	114.000,00
2	IM1511628	Construção ED. Sede da VT Votuporanga	154.232,80
			<b>268.232,80</b>

Situação em 31 de dezembro de 2016.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.07.00 - INSTALAÇÕES			Em R\$
Nr.	Nr. Inscrição Générica	Localização	Valor Atual
1	IM1511630	Modernização Tecnológica das Instalações de Elevadores - Ed.Sede Judicial (CP. 0408/2014)	2.639.415,18
			<b><u>2.639.415,18</u></b>

Situação em 31 de dezembro de 2016.

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Para Bens Imóveis, o critério para atualização anual adotado pela Administração do Órgão foi a correção do valor com base no índice IBGE IPC-A, e eventuais reavaliações decorrentes de benfeitorias realizadas nos imóveis. O total contabilizado a título de depreciação acumulada, soma de R\$ 912,8 mil, foi registrado pelo Secretaria do Patrimônio da União – SPU, considerando que compete àquele Órgão a gestão dos bens imóveis da União, bem como a administração e manutenção do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.

O ativo Intangível contempla os investimentos em software, os totais contabilizados são: valor bruto de R\$ 6,0 milhões, amortização acumulada de R\$ 3,7 milhões, restando valor líquido de R\$ 2,3 milhões.

### 6.3.3.1.2 Passivo

#### 6.3.3.1.2.1 Passivo Circulante

Compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis, totalizou R\$ 122,8 milhões.

Do total contabilizado R\$ 86,7 milhões se refere a obrigações trabalhistas, e representa 15,6% do passivo total, assim constituído.

- R\$ 84,9 milhões relativos a reconhecimento de passivos. As despesas de Pessoal/Encargos Sociais foram ajustados no decorrer do exercício de 2016, por atualização ou pela não inclusão da dedução nos eventuais pagamentos efetuados, de acordo com informações encaminhadas à Coordenadoria de Contabilidade pela Área de Pessoal do TRT da 15ª Região, segue quadro com a composição dos saldos por conta contábil e dívida.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 147 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS**

(ISF:P): 21.111.04.00 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR (CP)	Em R\$
FATO_GERADOR	SALDO ATUAL
Férias Indenizadas de Magistrados	12.844.814,75
PAE 94-97 (Proc. 0000778-13.2010.5.15.0895)	50.949,45
PAE 94-97 (Proc. 0077200-97.2008.5.15.0895)	3.025.328,67
PAE 98-99 - Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA	13.878.980,81
PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA)	4.016.515,14
PROAD 1045/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Marcia Ribeiro Ferreira)	12.754,06
PROAD 120/2016 - Abono de Permanência - ABPE (José Carlos Fonseca)	25.777,51
PROAD 1795/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Levi Rosa Tome)	10.785,29
PROAD 2191/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Augusto Cândido da Silva)	13.260,16
PROAD 236/2016 - Abono de Permanência - ABPE (SILVANA DIAS JONAS)	7.955,55
PROAD 2888/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Maria Rita da Costa)	15.895,31
Proc.Adm.0000494-63.2014 - Diferença de Adicional de Férias e Indenizações (Proc.Adm.0000494-63.2014)	37.441,61
Proc.Adm.0000494-63.2014 - Diferença de Gratificações (FC/CJ)	79.093,17
Proc.Adm.0000494-63.2014 - Diferença de Proventos/Pensões	356.131,36
Proc.Adm.0060000-29.1998.5.15.0895 PA - Diferença de Proventos e Pensões (Lei 8.112/90, art.189) – DPRP (Neusa de Oliveira Nogueira)	7.819,94
Processo 0000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Férias (Deise Ribas Ortigosa Leite).	28.389,91
Processo 0000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Plantão Judiciário (Deise Ribas Ortigosa Leite).	39.874,94
Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI)	19.899,09
Processo 0000458-49.2013.5.15.0897 PA - Pagamento de Férias (Dr.Afrânia Flora Pinto)	18.195,82
Processo 0000559-24.2015.5.15.0895 PA - Reembolso Despesas Remuneração e Encargos a Órgãos ou Entidades Cedentes	2.329.029,10
Processo 0018400-13.2007.5.15.0895 PA - Diferenças de Adicional por Tempo de Serviço – Magistrados	2.118,09
Processo 0020700-84.2003.5.15.0895 PA - Correção Monetária e Juros de Mora sobre Diferenças da Vantagem do Art.193 (Rosa Maria Costa Delfino).	89.828,23
Processo Administrativo - PROAD n. 2854/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Eliani Gomes Costa Gaspar)	7.468,67
Processo Administrativo - PROAD n. 3073/2016 - Abono de Permanência - ABPE (Alcindo Mendonça Machado)	20.749,47
Protocolo Administrativo nº 576/2016 - PAE - Gratificação de Adicional por Tempo de Serviço – ATSE (Edmar Laurêncio Carareto)	34.675,71
Protocolo Administrativo nº 14500/2015 (Elenice Aparecida da Almeida) - Abono de Permanência	19.508,57
Protocolo Administrativo nº 1598/2016 - DGE - Abono de Permanência - ABPE (Moema Duboc Garbellini de Aguiar)	10.074,95
Protocolo Administrativo nº 4898/2016-DGE - Reconhecimento de Passivos de Substituição -DSUB	11.413,72
Protocolo Administrativo nº 611/2016 - DGE - Reconhecimento de Férias Indenizadas - DAFI	11.494,66
Protocolo Administrativo nº 7155/2016 - DG - Diferenças retroativas decorrentes de reembolso de despesas com remuneração e encargos sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes - OUTR	2.277.024,62
Protocolo nº 001558/2016 - DG – Abono de Permanência – ABPE (Dr. Paulo César dos Santos)	13.984,69
Protocolo nº 002093/2016 - DG – Abono de Permanência – ABPE (Dr. Amauri Vieira Barbosa)	58.452,22
Protocolo nº 002234/2016 - DG – Abono de Permanência – ABPE (Dr. Antonio Francisco Montanagna)	25.697,29
Protocolo nº 015144/2015 - DG – Dívida de Plantão Judiciário (Dra. Maria Cecília Fernandes Alvares Leite)	5.540,05
Protocolo nº 017147/2015 - DG - Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ) – OUTR (Dr. Rosério Firmino)	43.847,49
Protocolo nº 018021/2015 - DG – Diferença de Adicional de Férias – DAFI (Dra. Ana Maria Garcia)	8.654,61
Protocolo nº 1060/2016 - PAE – Adicional de Tempo de Serviço – ATSE (Décio João Gallego Gimenes)	24.873,43
Protocolo nº 11289/2016 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes – OUTR	3.814.442,83
Protocolo nº 12036/2015 - DGE – Abono de Permanência – ABPE (João Donizete Gonçalves)	13.962,71
Protocolo nº 12219/2016 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes – OUTR	1.635.680,04
Protocolo nº 1287/2016 - DGE – Abono de Permanência – ABPE (José Laércio Verza)	47.505,18
Protocolo nº 14282/2014 - DGE – Abono de Permanência – ABPE (Antonio Valdir Sousa)	8.222,61
Protocolo nº 15884/2015-DGE - Férias Indenizadas - DAFI (Marlene Bezerra Batista)(Antigo Protocolo 1511/2015-DG)	55.249,40
Protocolo nº 1663/2015 - PAE – Adicional de Tempo de Serviço – ATSE (Maria Cristina Alves Terra Vaz)	17.566,57
Protocolo nº 16804/2015 - DGE – Abono de Permanência – ABPE (Alcindo Aparecido da Silva)	17.803,53
Protocolo nº 17060/2015 - DGE – Licença Prêmio Indenizada – LPIN (Conceição Mendonça Leite)	33.909,04
Protocolo nº 17578/2015 - DGE – Abono de Permanência – ABPE (Ricardo Antônio de Castro)	89.177,92
Protocolo nº 3155/2016 - DG – Diferença de Proventos e Pensões – DPRP (Ismael Coelho de Oliveira Borges)	28.922,10
Protocolo nº 3227/2016 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes – OUTR	1.626.077,02
Protocolo nº 3228/2016 - DG - Dif. Retroat. Decorrentes de Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes – OUTR	3.284.874,12
Protocolo nº 599/2016 - PAE - Adicional por Tempo de Serviço (Adriane de Paula Campos Batistuta)	28.009,83
Protocolo nº 934/2016 - DGE – Abono de Permanência – ABPE (Sidney Ribeiro Vidal)	12.801,06
Recesso (Proc 121-22.2013). Adicional por Serviço Extraordinário	8.774,34
URV (Proc. 0035300-23.1997.5.15.0895 PA)	31.122.571,81
<b>(ISF:P): 21.111.04.00 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR (CP)</b>	<b>81.329.848,22</b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

(ISF:P): 21.142.98.00 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (CP)	Em R\$
FATO_GERADOR	SALDO ATUAL
PAE 94-97 (Proc. 00772-97.2008.5.15.0895 / Proc. 00778-13.2010.5.15.0895)	87.821,32
PAE 98-99 - Processo Administrativo n. 0031700-18.2002.5.15.0895 PA	644.168,59
PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA)	372.549,93
Processo 0000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Férias e Plantão Judiciário (Deise Ribas Ortigosa Leite).	8.516,98
Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI)	3.024,40
Protocolo Administrativo nº 576/2016 - PAE - Gratificação de Adicional por Tempo de Serviço – ATSE (Edmar Laurêncio Carareto)	7.441,42
Protocolo Administrativo nº 001142/2015 - PAE – Gratificação Adicional por Tempo de Serviço(Henrique Chiossi Rodrigues)	0,00
Protocolo nº 1060/2016 - PAE – Adicional de Tempo de Serviço – ATSE (Décio João Gallego Gimenes)	5.321,10
Protocolo nº 1159/2014 - PAE – Gratificação Adicional por Tempo de Serviço (Sandra Regina Moraes Camargo Baccaglini)	0,00
Protocolo nº 1663/2015 - PAE – Adicional de Tempo de Serviço – ATSE (Maria Cristina Alves Terra Vaz)	3.752,17
Protocolo nº 451/2015 - PAE – Adicional de Tempo de Serviço (Helio Vasconcellos Batista)	0,00
Protocolo nº 599/2016 - PAE - Adicional por Tempo de Serviço (Adriane de Paula Campos Batistuta)	5.992,26
URV (Proc. 0035300-23.1997.5.15.0895 PA)	2.472.940,77
(ISF:P): 21.142.98.00 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (CP)	3.611.528,94

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

- R\$ 1,7 milhão concernentes a restos a pagar não processados em liquidação inscritos em 2016, destinados ao pagamento de pessoal e encargos sociais de exercícios anteriores.
- O valor relativo ao registro contábil de precatórios judiciais trabalhistas, incluídos na proposta orçamentária 2016, foram estornados em atendimento às orientações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, tendo em vista nova forma de operacionalização para o pagamento das sentenças judiciais.

O total registrado como obrigações a fornecedores e contas a pagar soma R\$ 98,5 mil, conforme quadro a seguir. A variação negativa verificada em relação ao saldo de 2015 (95%) decorre, sobretudo, do esforço do Órgão no pagamento das despesas com aluguel, competência dezembro 2016, no próprio mês da liquidação.

#### QUADRO 148 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor - UG

Fornecedor	Curto Prazo
52220894000129	ESTETO ENGENHARIA E COMERCIO LIMITADA
080011	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO
<b>Total</b>	<b>98.471,91</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

As provisões de curto prazo, R\$ 35,5 milhões, resultam de política de registro contábil adotada a partir de 2016. O saldo apresentado é formado pelos seguintes fatos: R\$ R\$ 24.039.885,68 – PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA) - Ajuste—Transferência de saldo da conta 211110400 – Obrigações Trabalhistas para 217110100 – Provisão para Indenizações Trabalhistas, passivo com sua exigibilidade suspensa por medida cautelar, em atenção à Mensagem CFIN/CSJT nº 036/2016 e Informação CPAG/SPM nº 1128/2016; e R\$ R\$ 11.492.013,53 – Provisão para Reembolso de Despesas com Remuneração e Encargos Sociais para Órgãos ou Entidades Cedentes-OUTR. Reconhecimento conforme Protocolo nº 12045/2016-DG – Registro de passivo relativo a resarcimento de pessoal requisitado, reconhecido mediante provisão, a partir de valores estimados não contabilizados pela ausência de comprovação documental por parte dos órgãos detentores dos



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

servidores, conforme o contido na Informação CPAG/SPPSVE nº 1105/2016 e Reconhecimento da dívida em 14/12/2016. De acordo com a Macrofunção Siafi 020336.

As demais obrigações a curto prazo, R\$ 531,0 mil, são originárias sobretudo dos depósitos retidos sobre fornecedores e de cauções recebidos.

#### 6.3.3.1.2.2 Passivo Não Circulante

Compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, totalizou R\$ 134,2 milhões registrado a título de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistência.

Do total registrado, R\$ 131,9 milhões se referem a reconhecimento de passivos, as despesas de Pessoal/Encargos Sociais, conforme quadro a seguir.

#### QUADRO 149 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS – DESPESAS DE PESSOAL/ ENCARGOS SOCIAIS

(ISF:P): 22.111.04.00 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR (LP)	FATO_GERADOR	SALDO ATUAL
VPNI		119.283.385,00
<hr/>		
(ISF:P): 22.142.98.00 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (LP)	FATO_GERADOR	SALDO ATUAL
VPNI		12.573.443,30
		Total LP 131.856.828,30

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Foram contabilizados, a título de passivo não circulante, os valores relativos a precatórios federais reconhecidos após o envio da proposta orçamentária de 2017, R\$ 2,3 milhões informados pela Assessoria de Precatórios, em atendimento ao disposto no Acórdão TCU nº 1.338/2014, inciso XXII, letra “c”, e orientações contidas na Mensagem CFIN/CSJT nº 061/2015.

#### 6.3.3.1.3 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, o patrimônio líquido do Órgão soma R\$ 296,8 milhões.

O resultado de exercícios anteriores totaliza R\$ 348,4 milhões e o do exercício 2016 um deficit de (R\$ 43,2) milhões.

No exercício de 2016 foram contabilizados, também, ajustes de exercícios anteriores no patrimônio líquido do Regional, o qual promoveu uma redução de (R\$ 8,4) milhões ao patrimônio, cujo montante segue discriminado por lançamento e motivação.

Os ajustes efetuados no período, no Patrimônio Líquido, referentes a exercícios anteriores, foram:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Mês – abril/2016

- AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, REFERENTE APROPRIAÇÃO DE INTANGÍVEL/SOFTWARE, NÃO CONTABILIZADO NA CONTA DE ATIVO “124110101 – SOFTWARES” - 2016NL00049, de 19/04/2016, valor de R\$ 476.600,00 – acerto referente 2014NS003360, de 20/05/2014.
- AJUSTE REFERENTE APROPRIAÇÃO DE AMORTIZAÇÃO 2014/2015, RELATIVO A INTANGÍVEL/SOFTWARE, NÃO CONTABILIZADO NA CONTA DE ATIVO EM 2014 – 2016NS002759, de 19/04/2016, valor de (R\$ 150.923,33) – acerto referente 2014NS003360, de 20/05/2014, sendo R\$ 55.603,33 (jun/2014 a dez/2014) e R\$ 95.320,00 (jan/2015 a dez/2015) e o termo de recebimento definitivo com data de 13/05/2014.
- AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, REFERENTE BAIXA DE INTANGÍVEL/SOFTWARE – 2016NL000053, de 25/04/2016, valor de (R\$ 39.000,00) – baixado por falta de retorno e informação da área competente, para averiguação da data de ateste.
- AJUSTE NA CONTA 12311.99.10 – MATERIAL DE USO DURADOURO, REFERENTE LANÇAMENTOS NÃO EFETUADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES – 2016NS003280, de 29/04/2016, valor de R\$ 1.921,18 – sendo R\$ 2.276,54 – valor não lançado em 2008 + R\$ 35,92 – valor não lançado em 2013 – R\$ 392,55 proveniente de estorno não lançado em 2014 + R\$ 1,27 – ajuste em razão da diferença com o relatório de inventário da seção da biblioteca.

Mês – setembro/2016

- AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, MEDIANTE BAIXA DE MATERIAL PERMANENTE EXTRAVIADO NA VT DE CRUZEIRO, EM 2011, CONFORME BOLETIM DE OCORRÊNCIA, DE 05/08/2016 – 2016NS007194, de 28/09/2016, no valor de (R\$ 2.175,00 – valor bruto do bem móvel) e no valor de (R\$ 1.859,91 – valor da reversão depreciação exercícios anteriores), diferença líquida do registro na conta 23711.03.00, no valor de (R\$ 315,09) – baixado, conforme Boletim de Ocorrência, de 05/08/2016, Nota de Recolhimento 33/2016 – processo SCB. 028/2016.
- ACERTO DE BEM DISTRIBUÍDO EM 2015, BEM COMO DA DEPRECIAÇÃO REFERENTE 2015, BAIXADO DO ESTOQUE INTERNO EM SETEMBRO/2016 – 2016NS007327, de 30/09/2016, no valor de (R\$ 168,06) – conforme informação por e-mail da Coordenadoria de Material e Logística, de 03/10/2016

Mês – outubro/2016

- BAIXA CONTÁBIL DE MATERIAL PERMANENTE FURTADO DA 1ª VT DE BAURU EM 2001, COMO AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, POR ENTREGA INTEMPESTIVA DO PROCESSO À COORDENADORIA DE CONTABILIDADE PARA CONTABILIZAÇÃO – 2016NS007685, de 19/10/2016, no valor de (R\$ 128,30) – conforme Ofício de 26/11/2001 – Processo SCB. 005/2001.
- BAIXA CONTÁBIL DE MATERIAL PERMANENTE FURTADO DO ANEXO DA SECRETARIA DE SAÚDE EM 2001, COMO AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, POR ENTREGA INTEMPESTIVA DO PROCESSO À COORDENADORIA DE



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

CONTABILIDADE PARA CONTABILIZAÇÃO – 2016NS007686, de 19/10/2016, no valor de (R\$ 269,03) – conforme Boletim de Ocorrência de 25/05/2001 e Nota de Recolhimento 039/2016 – Processo SCB 007/2001.

- BAIXA CONTÁBIL DE MATERIAL PERMANENTE FURTADO DA VT DE CAÇAPAVA, COMO AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, POR ENTREGA INTEMPESTIVA DO PROCESSO À COORDENADORIA DE CONTABILIDADE PARA CONTABILIZAÇÃO – 2016NS007687, de 19/10/2016, no valor de (R\$ 429,31) – conforme Boletim de Ocorrência de 17/09/2001 e Nota de Recolhimento 040/2016 – Processo SCB. 008/2001.

Mês – dezembro/2016

- AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES REFERENTE PROTOCOLO nº12045/2016-DG, PROVISÃO REEMBOLSO DE DESPESAS COM REMUNERAÇÃO E ENCARGOS SOCIAIS PARA ÓRGÃOS/ENTIDADES CEDENTES, COMPETÊNCIA EXERCÍCIOS:2013 A 2015 – 2016NS009356, de 16/12/2016, no valor de (R\$ 8.674.098,46) – Ajuste Exercícios Anteriores relativo a registro de passivo de resarcimento de pessoal requisitado, reconhecido mediante provisão, a partir de valores estimados não contabilizados pela ausência de comprovação documental por parte dos órgãos detentores dos servidores, conforme o contido na Informação CPAG/SPPSVE nº 1105/2016 e Reconhecimento da dívida em 14/12/2016. De acordo com orientações contidas na Mensagem CFIN/CSJT nº 036/2016 e na Macrofunção Siafi 020336.
- Valor Total: (R\$ 8.386.810,40)

#### **6.3.3.1.4 Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes**

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

##### **6.3.3.1.4.1 Ativo Financeiro**

O somatório de R\$ 35,8 milhões dos recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade estão assim constituídos: R\$ 35,7 milhões registrados na conta Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento, e R\$ 128,6 mil em Depósitos e Cauções Recebidos para garantia de contratos firmados com fornecedores. Os depósitos foram atualizados, data base dezembro/2016, em conformidade com a norma de encerramento do exercício e mediante comprovante disponibilizado pela Instituição Financeira.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

#### 6.3.3.1.4.2 Ativo Permanente

O ativo permanente do Órgão somou R\$ 518,0 milhões, assim composto:

**QUADRO 150 – ATIVO PERMANENTE**

CONTA CONTÁBIL	SALDO
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	39.096,45
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	1.434.291,18
CRED A REC DECORRENTES DE FOLHA PA	36.998,55
ESTOQUES	4.486.341,34
PREMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR - C	58.123,60
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIA	68.671,68
ADIANTAMENTO DE CONTRIB FUTURAS -	1.348.910,35
BENS MOVEIS	97.084.011,87
BENS IMOVEIS	454.881.263,79
DEPRECIAÇÃO, EXAUSTAO E AMORTIZACA	-43.721.570,41
INTANGÍVEL	2.322.757,09
	<b>518.038.895,49</b>

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

#### 6.3.3.1.4.3 Passivo Financeiro

O total do passivo financeiro soma R\$ 33,5 milhões assim constituído:

**QUADRO 151 – PASSIVO FINANCEIRO**

CONTA CONTÁBIL	Em R\$
CREDITO A LIQUIDAR INSCRITO EM RPN	25.612.618,97
CREDITO EM LIQUIDACAO INSCRITO EM	1.691.099,24
CREDITO LIQUIDADO A PAGAR INSCRITO	395.402,54
RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	5.526.736,71
RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR EM L	122.182,35
RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PA	41.011,02
RP PROCESSADOS A PAGAR	2.331,09
DEPOSITOS E CAUÇÕES RECEBIDOS	128.644,19
	<b>33.520.026,11</b>

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

#### 6.3.3.1.4.4 Passivo Permanente

O total do passivo permanente, R\$254,7 milhões, é formado pelos seguintes saldos:

**QUADRO 152 – PASSIVO PERMANENTE**

CONTA CONTÁBIL	Em R\$
	SALDO
OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR	81.329.848,22
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OF	3.611.528,94
PROVISOES A CURTO PRAZO	35.531.899,21
PRECATORIOS DE PESSOAL	2.371.713,99
OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR	119.283.385,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	12.573.443,30
	<b>254.701.818,66</b>

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

#### 6.3.3.1.4.5 Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial verificado foi de R\$ 265,7 milhões, a diferença para o patrimônio líquido é de R\$ 31,1 milhões a menor, pois não estão computados os seguintes saldos das contas: R\$ 25,6 milhões relativos aos créditos a liquidar no exercício de 2016, inscritos em restos a pagar não processados ao final do exercício, e R\$ 5,5 milhões originários do saldo de restos a pagar não processados a liquidar executados no ano de 2016, desconsiderados os valores em liquidação.

O inciso II do art. 35 da Lei 4.320/1964 dispõe que pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas, desta forma, esses montantes estão computados no passivo financeiro, impactando o saldo patrimonial.

#### 6.3.3.1.5 Quadro das Contas de Compensações

O quadro apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do Órgão, positivamente ou negativamente, respectivamente.

Os saldos dos atos potenciais em 31 de dezembro de 2016, contemplados no demonstrativo, se referem às garantias recebidas, aos direitos e obrigações contratados, e somam: Ativos, R\$ 16,5 milhões, e Passivos, R\$ 110,4 milhões.

Vale destacar que, a variação significativa verificada em relação ao ano de 2015 na execução dos atos potenciais, impactada pelo valor de R\$ 35.737.715,00, refere-se a valor executado concernente



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

a Termos/Acordos de Cooperação com Instituições Financeiras.

#### **6.3.3.1.5.1 Dos Atos Potenciais Ativos**

O valor total apurado a executar relativo a atos potenciais ativos, o saldo de R\$ 16,5 milhões, é composto por:

- R\$ 9,8 milhões relativos à execução de garantias recebidas no país.

**QUADRO 153 – EXECUÇÃO DE GARANTIAS RECEBIDAS**

CONTA CONTÁBIL	Em R\$
	SALDO
FIANCAS A EXECUTAR	1.647.754,20
SEGUROS-GARANTIA A EXECUTAR	8.051.814,23
CAUCAO A EXECUTAR	128.644,19
	<b>9.828.212,62</b>

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

- R\$ 283,2 mil resultantes dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, mediante recolhimento de taxa de ocupação dos imóveis de responsabilidade do Órgão, conforme quadro a seguir.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 154 – TERMOS DE CESSÃO ONEROSA**

CESSÕES ONEROSAS - EM 31/12/16

Processo 239-76.2012.5.15.0895 PA – Caixa Econômica Federal

	LOCALIDADE	PERÍODO	VIGÊNCIA	VALOR MENSAL	REAJUSTE	ÍNDICE	SALDO ANTERIOR	COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS (NOV/16)*	ACERTOS DE SALDOS	SALDO ATUAL
1	FT Campinas	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	2.325,80	18/05	IPC	18.606,40	2.325,80	0,00	16.280,60
2	Piracicaba	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	1.267,12	18/05	IPC	10.136,96	1.267,12	0,00	8.869,84
3	Ribeirão Preto	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	1.066,52	18/05	IPC	8.533,06	1.066,22	1,20	7.465,64
4	São José do Rio Preto	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	820,00	18/05	IPC	6.560,00	820,00	0,00	5.740,00
5	São José dos Campos	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	2.938,93	18/05	IPC	23.511,44	2.938,93	0,00	20.572,51
6	Sorocaba	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	445,16	18/05	IPC	3.561,28	445,16	0,00	3.116,12
7	Sede Administrativa	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	553,05	18/05	IPC	4.424,40	553,05	0,00	3.871,35
8	Sede Judiciária	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	1.610,52	18/05	IPC	12.884,16	1.610,52	0,00	11.273,64
9	Matão	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	438,08	18/05	IPC	3.504,64	438,08	0,00	3.066,56
10	Mogi Guacu	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	609,98	18/05	IPC	4.879,84	609,98	0,00	4.269,86
11	Americana	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	445,06	07/01	IPC	5.173,78	445,06	1.613,30	3.115,42
12	Araçatuba	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	351,34	01/09	IPC	2.516,22	351,34	294,50	2.459,38
13	Araraquara	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	350,04	25/04	IGP-M	3.216,89	350,04	416,57	2.450,28
14	Assis	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	574,52	22/06	IPC	5.642,81	574,52	1.046,65	4.021,64
15	Catanduva	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	289,58	24/03	IPC	2.316,64	289,58	0,00	2.027,06
16	Franca	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	1.777,99	08/10	IPC	14.122,25	1.746,84	70,52	12.445,93
17	Limeira	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	367,69	01/11	IPC	2.941,52	367,69	0,00	2.573,83
18	Marília	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	543,85	01/07	IPC	4.350,80	543,85	0,00	3.806,95
19	Paulínia	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	843,08	30/04	IGP-M	431,73	843,08	6.312,91	5.901,56
20	Presidente Prudente	26/06/15 a 30/06/17	02 anos	574,78	05/16	IPC	4.598,24	574,78	0,00	4.023,46
21	Sertãozinho	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	270,82	06/12	IPC	2.166,56	270,82	0,00	1.895,74
22	Taubaté	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	526,79	17/12	IGP-M	4.214,32	526,79	0,00	3.687,53
23	Capivari	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	345,40	11/03	IPC	2.763,20	345,40	0,00	2.417,80
24	Rio Claro	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	115,70	02/02	IGP-DI	1.041,30	115,70	0,00	925,60
<b>SUBTOTAL</b>							<b>152.098,44</b>	<b>19.420,35</b>	<b>3.600,21</b>	<b>136.278,30</b>

\* Compensação dos créditos da CEF: Ofício Circular CSJT/GP/SG/SETIC N° 42/2016 e cobranças indevidas relativas à Ourinhos. Conforme informação da Seção de Controle da Execução da Coordenadoria de Contratos.

Processo 240-61.2012.5.15.0895 PA – Banco do Brasil

	LOCALIDADE	PERÍODO	VIGÊNCIA	VALOR MENSAL	REAJUSTE	ÍNDICE	SALDO ANTERIOR	RECEBIMENTOS 12/2016	ACERTOS DE SALDOS E BAIXA DE PIRACICABA	SALDO ATUAL
1	FT Campinas	11/07/12 a 10/07/17	05 anos	2.302,51	10/07	IPC	18.420,08	2.302,51	0,00	16.117,57
2	Jaú	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	225,88	29/06	IPC	1.807,78	225,51	1,11	1.581,16
3	Piracicaba**	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	817,98	29/06	IPC	9.815,76	0,00	9.815,76	0,00
4	Ribeirão Preto	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	994,33	29/06	IPC	7.957,90	992,70	4,89	6.960,31
5	São João da Boa Vista	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	215,57	29/06	IPC	1.940,48	0,00	215,92	1.724,56
6	São José da Ribeira	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	574,45	29/06	IPC	4.597,48	573,51	2,82	4.021,15
7	São José dos Campos	06/07/12 a 05/07/17	05 anos	868,69	06/07	IPC	6.146,92	868,69	802,60	6.080,83
8	Sede Judiciária	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	1.444,21	29/06	IPC	11.558,40	1.441,85	7,08	10.109,47
9	Sorocaba	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	483,25	29/06	IPC	3.867,58	482,46	2,37	3.382,75
10	Americana	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	514,59	07/01	IPC	4.002,68	571,61	171,06	3.602,13
11	Araçatuba	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	214,64	01/09	IPC	1.537,22	214,64	179,90	1.502,48
12	Araraquara	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	486,13	25/04	IGP-M	3.776,54	542,38	168,75	3.402,91
13	Jaboticabal	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	244,05	07/12	IPC	2.440,50	244,05	0,00	2.196,45
14	Jacareí *	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	427,24	21/03	IPC	11.584,50	0,00	0,00	11.584,50
15	Marília	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	368,90	01/07	IPC	2.653,10	517,95	447,15	2.582,30
16	Paulínia	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	779,34	30/04	IGP-M	7.059,60	366,90	7.786,57	14.479,27
17	Porto Ferreira	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	63,84	01/05	IPC	766,08	0,00	0,00	766,08
18	Sertãozinho	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	487,41	06/12	IPC	3.435,88	487,41	463,40	3.411,87
<b>SUBTOTAL</b>							<b>103.368,48</b>	<b>9.832,17</b>	<b>30,52</b>	<b>93.505,79</b>

\* De acordo com a Coordenadoria de Contratos a Seção de Análise Contratual está em tratativas com o BB para a lavratura de um termo aditivo ao contrato de cessão onerosa, visando corrigir eventual inconsistência. Após as decisões o saldo será atualizado.

\*\* Baixa do saldo a receber com base na informação da Seção de Controle da Execução quanto ao fechamento do PAB a partir de Julho/2016, conforme Termo de Rescisão Amigável assinado em 01/07/2016.

Processo CP 359/2013 – Associações de Advogados \*

	LOCALIDADE	PERÍODO	VIGÊNCIA	VALOR MENSAL	REAJUSTE	ÍNDICE	SALDO ANTERIOR	RECEBIMENTOS 12/2016	ACERTOS DE SALDOS	SALDO ATUAL
1	Adv. Trabalhistas de Campinas	01/10/13 a 30/09/18	05 anos	431,86	01/05	IPC	19.001,84	0,00	0,00	19.001,84
2	Adv. de Campinas e Região	20/01/14 a 19/01/19	05 anos	385,39	01/05	IPC	18.113,33	0,00	0,00	18.113,33
3	Adv de Ribeirão Preto	01/10/13 a 30/09/18	05 anos	557,23	01/05	IPC	16.289,20	0,00	0,00	16.289,20
<b>SUBTOTAL</b>							<b>53.404,37</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>53.404,37</b>

\* De acordo com a Seção de Controle da Execução foi elaborada em 17/10/2016, e enviada à Secretaria de Administração para deliberações, a Informação nº 597/2016 - CCT relativa à inadimplência das cessões onerosas. Situação Atual: em análise pela Presidência.

	SALDO ATUAL	RECEBIMENTOS 12/2016	ACERTOS DE SALDOS	SALDO ATUAL
TOTAL GERAL	308.871,29	29.252,52	3.569,69	283.188,46

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- R\$ 5,8 milhões de recursos a receber dos Acordo celebrado com Instituição Financeira Oficial, destinado à consecução de projetos e atividades que traduzam o interesse público primário do Órgão. A diferença verificada ao apontado no Balanço Patrimonial, de R\$ 607 mil, refere-se a saldo remanescente de contrato com vigência encerrada em 2015, executada em 2016, mas considerada como a executar no demonstrativo contábil.

#### QUADRO 155 – DIREITOS CONTRATUAIS - ACORDOS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
Secretaria de Orçamento e Finanças

**ATOS POTENCIAIS – DIREITOS CONTRATUAIS**  
**Contas Contábeis: 711.31.08.00 – Termos/Acordos Cooperação**

**Contas Contábeis:**

**711.31.08.00 – Termos/Acordos Cooperação**

**811.31.08.01 – Termos/Acordos Cooperação com Instituição Financeira**

**811.31.08.03 – Termos/Acordos Cooperação Executado**

**Contrato TRT nº 190/2016**

Processo TRT nº 0000140-67.2016.5.15.0895 PA

Contrato de prestação de serviços financeiros e outras avenças, que entre si celebraram o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e o banco do brasil S.A., para os fins que especifica.

Objeto: a prestação pelo BANCO ao TRIBUNAL, em regime concorrencial, dos serviços de Centralização, pelo BANCO, da administração dos depósitos judiciais trabalhistas e precatórios trabalhistas, efetuados à ordem do TRIBUNAL, na forma das disposições do ANEXO I.

Posição: Dezembro/2016

DATA REGISTRO	DOCTO SIAFI	OBS	VALOR (R\$)
31/12/16	Docto Habil: 2016RC000175 – 2016NS010120	Registro de direitos contratuais decorrentes do Contrato TRT n 190/2016 - Processo TRT n 0000140-67.2016.5.15.0895 PA - Ofício 183/2016-DG, conforme valores informados pela instituição financeira - Banco do Brasil.	5.820.759,90
Total			5.820.759,90

Fonte: SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

#### 6.3.3.1.5.2 Dos Atos Potenciais Passivos

O total dos atos potenciais passivos a executar, R\$ 110,5 milhões, compreende as seguintes obrigações contratuais:

**QUADRO 156 – ATOS POTENCIAIS PASSIVOS – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

Obrigações Contratuais - Composição - UG

Obrigações Contratuais	Saldo Atual - R\$
Aluguéis	41.766.094,80
Fornecimento de Bens	713.362,62
Serviços	67.995.509,87
<b>Total</b>	<b>110.474.967,29</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

A tabela a seguir contempla por credor os valores contratados com o Regional.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 157 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS – POR CREDOR**

Obrigações Contratuais - Por Contratado - UG

	Contratado	Saldo Atual - R\$ Total
53309852000121	A ALVES SA INDUSTRIA E COMERCIO	222.014,28
43209436000106	ACECO TI S.A.	943.987,00
00603044808	ADELE CATERINO DE ARAUJO	97.816,90
04436865800	ADILSON LODUCCA	35.107,21
06236353000171	ADMINISTRADORA DE BENS CEDRO S/S LTDA - EPP	657.446,70
10964571803	ADRIANA FERREIRA GONCALVES DE ANDRADE	117.884,28
03767254000128	AGILE TERCEIRIZACAO LTDA - EPP	3.214.379,94
01382166818	AGNALDO COSTA	130.851,03
07809721000196	AIRONSERV SERVICOS INTEGRADOS LTDA - EPP	1.355.289,65
07463467000117	AKATIJU COMERCIAL E PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - EPP	92.400,00
08237641000176	ALA ADMINISTRACAO E MULTISERVICOS LTDA.	60.449,01
41924330873	ALEXANDRE PASCHOAL DARBO	35.984,34
16794678837	ALEXANDRE RODRIGUES TORRES	30.060,63
04622116000113	ALGAR MULTIMIDIA S/A	43.049,48
09637655000140	ALTO DO SILVARES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	634.666,67
17851421000129	ALUXE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI - ME	879.414,56
07735705000104	AMAZONIAN AIR AR CONDICIONADO LTDA	44.309,30
05626406816	AMILSON AZNAR DIAS	222.270,59
17788397890	ANGELA GALEGO DIAS DA SILVA	70.035,66
60304596868	ANTONIA NEVES DE FIGUEIREDO	1.608.000,00
02025237804	ANTONIO APARECIDO BACCEGA	462.151,02
62928716815	ANTONIO CATERINO	97.819,76
55534791853	ANTONIO MANUEL PAULINO DE CARVALHO	231.931,91
03564100806	ANTONIO PEDRO CREMONESI	201.059,17
44173253672	ANTONIO RENATO BUENO	488.656,27
05576482000146	ARCOLIMP SERVICOS GERAIS LTDA	362.033,24
14123615830	ARIOVALDO CONDE JUNIOR	310.054,90
10658360000139	ATENAS ELEVADORES LTDA - EPP	83.653,61
07939760000108	AVEME GESTAO DE PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA - EPP	1.182.825,80
02254737000166	BASIC ELEVADORES LTDA.	9.048,01
03949258000127	BASS ELEVADORES LTDA - EPP	46.146,42
11072886000103	BIOVETOR SERVICOS LTDA - EPP	10.716,00
17936324000139	BLUE BLACK PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA	277.600,00
04659939000113	C A M J ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A	364.766,66
90113861834	CARLOS ALBERTO CAMPANATI	263.575,12
02702917844	CARLOS ALBERTO JORGE	7.021,30
25796268830	CARMEM SILVIA TOLEDO SIQUEIRA	59.549,68
08057547000135	CARVALHO & ZAVAGLIO ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA - ME	235.988,30
09569257822	CECILIA APARECIDA BERTOLI INOCENTI	183.769,79
61600839000155	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA CIE E	2.514.374,64
47575196000106	CESTAC COMERCIO E MANUTENCAO DE AR CONDICIONADO LTDA -	47.612,30
24016172000111	CETEST MINAS ENGENHARIA E SERVICOS S/A	198.150,62
04088208000165	CGMP - CENTRO DE GESTAO DE MEIOS DE PAGAMENTO S.A.	99.737,84
01211015000161	CIBAM ENGENHARIA EIRELI - EPP	1.411.073,66
03328305000115	CLARITY SISTEMAS DE ENERGIA LTDA - EPP	15.825,14
81342675800	CLAUDENOR MIARELLI	43.694,19
21420139886	CLEUSA APARECIDA PASQUINI MIARELLI	43.694,02
01181242000434	COMPWIRE INFORMATICA S/A	341.878,08
67629840000199	CONSISTE ELEVADORES E SERVICOS LTDA. - EPP	95.742,70
50715648000112	CONSTRUTORA MALIBU SAO CARLOS LTDA - EPP	1.018.840,18
01350233000187	CONSTRUTORA PADUA LTDA	1.518.856,76
56167331000175	CONTATUS ELETRICIDADE LTDA	1.633.193,33



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

07191283823	CRESIO MARTINS ROSA	488.655,96
78481481815	CREUBE FELIX DE MENDONCA	83.378,83
02263120000107	D.Z. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	906.000,00
82744424820	DAISELIZA JACOMINO LORENZETTI	124.622,60
56795362000170	DAMOVO DO BRASIL S.A.	33.361,80
03738315000129	DEDETIZADORA, DESENTUPIDORA E COMERCIO LOREMI LTDA - EP	240.558,62
05384855827	DENISE MARINA RAIMUNDO RAMALHO	402.290,80
03335879872	DERCIO GONCALVES PEREIRA	89.898,32
04839879000110	DIGITAL JUNDIAI LTDA - ME	88.735,68
90498763820	DIOLINDO MIARELLI	43.922,23
04224658000138	DIRETA CENTRAL DE ALARMES E COMERCIO LTDA - EPP	205.848,17
81132344891	DORIVAL MIARELLI	43.694,02
01228106000100	EBPAR - PARTICIPACOES SOCIETARIAS E EMPREENDIMENTOS IMO	13.060,60
25786414809	EDUARDO ESDRAS TOLEDO SIQUEIRA	59.549,68
18328190869	EDUARDO MENDONCA DE ANDRADE	111.606,27
12329513828	ELAINE CRISTINA RODRIGUES TORRES D URSO	30.047,60
00028986006220	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.	8.436,14
05823840000178	ELEVADORES ORION LTDA.	88.056,86
54222401000115	ELEVADORES VILLARTA LTDA	4.220,00
05104855000186	ELIANA MARIA GERUMIN OLIVEIRA - EPP	180.442,99
10231202830	ELIANA MARIA GUERREIRO DA MOTA PAES	70.637,21
12650410833	ELIANE APARECIDA GARCIA CORRAL	336.667,61
11372630000103	ELISABETE SABINO SERVICOS DE DEDETIZACAO - ME	17.975,50
72213167834	ELIZABETH BUSATO CREMONESI	201.059,17
04838192800	ELQUIDES GONCALVES JUNIOR	222.270,38
05098101000160	EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS ARMINDO RAMALHO LTDA	851.150,00
03143862000161	EMPREITEC CONSTRUCOES E MANUTENCOES LTDA - EPP	10.402,36
34028316710151	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	3.239.797,88
03205968000142	ENGETAX EQUIPAMENTOS LTDA	39.312,82
17726814829	ERASMO JUNIOR TOLEDO SIQUEIRA	59.549,68
65390350804	ERNESTO JOSE RIBEIRO	498.721,47
68970680000100	ERODATA CONSULTORIA E SERVICOS LTDA	212.975,20
56851769000178	ESPEL ELEVADORES ESPECIALIZADOS - EIRELI - EPP	49.888,58
08800688000104	ETERNA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	86.422,21
28582375816	EVANDRO MENDONCA DE ANDRADE	111.606,30
31236337808	EWERTON ALEXANDRE MIARELLI	43.975,97
16754866896	FABIANO GALEGO DIAS	70.035,66
09638319844	FABIO RODRIGUES GONCALVES	292.849,30
55100643668	FABIOLA RIBEIRO TERRA BACCEGA	462.150,28
15399791000141	FABRI, GARCIA, VIEIRA ADMINISTRACAO DE BENS PROPRIOS LT	591.001,80
93061110887	FATIMA DE LOURDES SAMPAR GONCALVES	63.886,90
20856180815	FELICIO RUSSO NETO	19.319,12
10302293841	FERNANDO LIMA DE MORAES	789.020,46
08953103000188	FIBRA OPTICA RIO PRETO LTDA - EPP	24.519,47
11472645000143	FLEX ELEVADORES COMERCIO DE PECAS E MANUTENCAO LTDA - E	12.070,14
01798447843	FLORIBERTO MARIANO	32.202,80
10159216000158	FOLMSA PARTICIPACOES LTDA	277.600,00
21946748889	GISLAINE PARMINONDI DOS SANTOS LEATI	23.500,00
10953458857	GUILENE AIDAR CERON	79.783,27
05939875000177	HEBAS HOLDING S/A	1.288.857,17
14173198876	HEIDY FUMIE KOYAMA	69.745,52
14454110832	HELIO D ARBO JUNIOR	35.983,28
82135541834	HELOISA HELENA FERREIRA DE CARVALHO	231.932,49
07129057000134	HLMM - ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1.098.808,36
12952507000124	HOTEL Pousada DAMICO LTDA - ME	17.858,28



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

42446945872	IDA RUSTON SILVA	169.991,76
74369224000101	IDEAL ELEVADORES DE ARARAQUARA LTDA - EPP	11.070,00
03267141000163	IMPACTO CONTROLE DE PRAGAS EIRELI - EPP	44.550,75
21420146823	IRENI CONCEICAO VALERETTO MIARELI	43.922,23
12482939000119	IVAI AR CONDICIONADO - EIRELI - EPP	229.005,58
16856655860	IVAN LUIS NICOLETTI	242.894,25
11991717865	IVETE VALDERRAMOS MACHADO	118.483,43
38133326834	IVONE BIANCHINI MARIANI	323.179,96
51379543000100	J. N. GONCALVES ADMINISTRACAO DE BENS LTDA.	819.725,49
21712778820	JACKSON LUIZ MACHADO	118.483,69
05573745883	JIN JIJI RIN	525.402,26
06012477000173	JLR TRANSPORTES E PARTICIPACOES LTDA	63.280,46
08636742000110	JMALLS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTD	1.187.423,60
19592108820	JOAO CLAUDIO BIGATAO	83.378,88
15936380866	JOAO DONIZETE LEATI	23.500,00
97998583800	JOAO DONIZETI GONCALVES	63.887,00
05070961853	JOAO LUIZ DA COSTA	59.501,78
73527343849	JOEL ALMEIDA MANHEZE	69.845,52
06150092631	JONAS CALDEIRA DOS SANTOS	17.461,35
83161279891	JOSE AUGUSTO PRUDENTE	125.577,91
27633942800	JOSE CARLOS ARTONI	267.314,94
29996287815	JOSE FRANCISCO DA SILVA	82.221,43
08513098876	JOSE GILMAR CERON	79.783,27
05071208849	JOSE PEDRO DA COSTA	59.501,54
07841981872	JOSE SOARES GOMES	10.470,42
57695058000114	JOTABE SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA	1.122.576,16
61584843000177	JOTAERRE DIGITACAO E SERVICOS LTDA	800.898,22
07814218616	KAIO CALDEIRA DOS SANTOS	17.461,35
24805650842	LETICIA GOMES DAS CHAGAS	302.664,63
00482840000138	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	18.963,51
10541436848	LUCIA HELENA ANDRADE DE BARROS JORGE	7.021,08
09203773860	LUCIANO JOSE FONSECA DE ANDRADE	106.529,05
02573465896	LUIZ ALBERTO MANSILHA BRESSAN	103.976,50
03169308815	LUIZ CARLOS BETIOL D ARBO	215.994,31
04626101879	LUIZ HENRIQUE ABRAO PEREIRA	89.899,66
33747094864	LUIZ HENRIQUE LEON DE SOUZA GASPAR	151.698,74
29837562897	LUIZ OTAVIO JACOMINO LORENZETTI	248.477,96
50750298000125	LUZ PUBLICIDADE SP SUL LTDA	88.680,00
19221867000103	M. R. H. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS - EIRELI	2.664.683,79
52040763000160	MADEIRA & CIA LIMITADA	1.090.500,00
26076327000130	MALANGA SANTOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP	1.300.500,00
13600008870	MARCELINO CORRAL NETO	336.668,58
01089345860	MARCO ANTONIO MATSUURA	165.630,38
75015676891	MARCO ANTONIO SANTI TARDELLI	878.701,64
08653456864	MARCO AURELIO CHAGURI	215.512,76
21420132873	MARIA APARECIDA FLOR MIARELLI	43.922,23
11235237893	MARIA APARECIDA PIROZZI	215.750,18
09416185876	MARIA APPARECIDA REIS DE MACEDO	79.022,17
04289821820	MARIA AUXILIADORA CAMPAGNOLI SILVA	82.652,75
03952859842	MARIA DE LOURDES SANCHEZ FACCI	64.000,49



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

31546591885	MARIA FERNANDA LEON DE SOUZA GASPAR	151.698,73
25924345858	MARIA MEDEIRO FERREIRA MIARELLI	43.695,12
04746603898	MARIA PAULA GROKE	263.574,86
26663562304	MARIA SOCORRO LEITE COSTA	207.541,98
16072756867	MARILIA PEIXE HILDEBRAND RUSSO	19.319,12
15277455892	MARIO BRAZ DAS CHAGAS JUNIOR	302.665,11
69062650830	MARIO SORRENTINO	521.951,81
05075912834	MERCEDES APPARECIDA SEGURA BERTOLI	183.769,65
02069732000163	NECTAR BRIX INDUSTRIA E COMERCIO DE SUCOS EIRELI	116.851,92
63830485891	NELSON MIARELLI	43.694,02
01895924863	NICOLA FACCI NETO	64.000,60
06209837875	NOEMIA MATSUURA	165.630,01
05255748000159	NTC- NUCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMATICA	308.545,57
42194191000110	NUTRICASH SERVICOS LTDA	255.440,24
10874523000110	OBJETIVA SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI - EPP	2.462.747,23
10344764000158	OCTOPUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME	133.430,23
59456277000176	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	402.843,31
71564546000113	ORGANIZACAO EMPRESARIAL ITARARE LTDA - ME	58.425,24
07799037000170	ORION - SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA - ME	173.750,00
02474934000190	PAMAR COMERCIAL SERVICOS E LOCACAO LTDA - EPP	78.628,45
57134707849	PASQUALE CATERINO	97.819,86
97979171853	PERCILIA MARIANI	107.726,68
30694710644	PERSEU MARIANI	107.726,68
14117555880	PERSIO BIANCHINI MARIANI	107.726,68
21420137832	PIERINA CLEONICE VALERETTO MIARELI	43.694,67
02780863000154	PONTUAL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME	93.647,18
04595044000162	PORTAL TURISMO E SERVICOS LTDA - EPP	94.292,84
05340639000130	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	526.914,34
10664420000126	PROJECLIMA LTDA - ME	70.638,87
08438690000177	PROMOVE SEGURANCA ELETRONICA LTDA - EPP	84.000,00
69207850000161	RCA PRODUTOS E SERVICOS LTDA.	9.020.832,73
10928126000184	REAK SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	13.527.845,88
05310120858	REGIANE DA SILVA VASSAO MARIANO	29.200,00
07173382823	RENATA CIPOLLI DARBO	36.029,20
34667342668	RITA FILOMENA BARBEITO MARQUES CALDEIRA	34.923,49
15062680808	ROBERTO RUBENS MULLER	242.893,76
18328191830	ROGERIO MENDONCA DE ANDRADE	111.618,45
10173949894	ROSSANA PEIXOTO ALVES FERREIRA	167.403,31
03206234000188	SAMHI SANEAMENTO MAO DE OBRA E HIGIENIZACAO LTDA	412.702,20
09587302885	SANDRA REGINA RODRIGUES TORRES	30.047,60
02435614000121	SANTANA SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA	111.238,40
07108509000282	SCHNEIDER ELECTRIC IT BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQ.	70.063,90
08720284888	SEBASTIAO FERNANDO REIS MACEDO	67.362,57
00332087000102	SECURITY SEGURANCA LTDA	2.615.439,58
00441200000180	SERGIO MACHADO REIS - EPP	11.949,23
56077076000170	SGVO ENGENHARIA CONST E EMPREENDIMENTOS IMOB LTDA - EPP	252.792,42
04441348000175	SHELTER - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS CONTRA INCENDIO LTDA	30.506,00
15952397824	SILENE APARECIDA FERNANDES DE SOUZA	174.258,82
07166110821	SILVIA LIDIA CIPOLLI D ARBO	107.999,79
07432517000107	SIMPRESS COMERCIO, LOCACAO E SERVICOS S/A	200.144,49



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

49596323000189	SOEDIL SOTECO EDIFICACOES LTDA	148.411,87
98166255804	SONIA DO CARMO ARTONI	267.314,94
09058423000137	SYBEX COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA - EPP	94.520,00
14514401000174	TECHSERVICE SERVICOS DE MONITORAMENTO ELETRONICOS LTDA	97.500,00
26990812000115	TECNISYS INFORMATICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.	404.388,56
04043270000130	TECNOTTEL COMERCIO E SERVICOS TECNICOS LTDA - ME	2.492,91
02558157000162	TELEFONICA BRASIL S.A.	3.117.628,72
62082821000171	THERMON AR CONDICIONADO LTDA	114.139,72
90347840002404	THYSSENKRUPP ELEVADORES SA	62.180,43
08752749000105	TOTEM - SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA	16.270.789,54
08231792000117	V2 INTEGRADORA DE SOLUCOES E IMPORTACOES EIRELI - ME	46.800,00
06730536870	VALMIR JOSE ZUFFO	117.338,67
06067863847	VANIA LUCIA ZUFFO E ZUFFO	117.338,69
29742811172	VERA CRISTINA ZUFFO	117.338,67
05116014000199	W J SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - EPP	26.699,25
69515786800	WALDEMAR MIARELLI	43.922,23
86690876853	WALDENICE APARECIDA ZUFFO	117.338,69
01621028879	WALNICE HELENA ZUFFO	117.308,69
55098576849	WALTER MIARELI	43.922,23
02042718866	WELSON ALVES FERREIRA JUNIOR	167.403,33
26454053806	ZILDA APARECIDA INOCENCIO DA SILVA MIARELLI	43.922,23
<b>Total</b>		<b>110.474.967,29</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Vale destacar os objetos das contratações mais onerosas, quais sejam:

- 08752749000105 – TOTEM – SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA – R\$ 16.270.789,54, Processos CP0274/2013 – C e CP0212/2016 – contratação vigilância ostensiva e de postos de vigilância armada;
- 10928126000184 – REAK SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA – R\$ 13.527.845,88, Processo CP0212/2016 – contratação de serviços de vigilância patrimonial armada;
- 69207850000161 – RCA PRODUTOS E SERVICOS LTDA. – R\$ 9.020.832,73, CP0567/2014 – locação de mão de obra para motorista / supervisor e CP0330/2015 – locação de mão de obra para auxiliar de limpeza.

### **6.3.3.1.5.3 Do Demonstrativo do Superavit/Deficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial**

O quadro a seguir apresenta a composição das disponibilidades financeiras em 31 de dezembro de 2016.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 158 – DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS EM 31/12**

**EXECUÇÃO FINANCEIRA - EXERCÍCIO 2016**

Em R\$

<b>SALDO DE RECURSOS À DISPOSIÇÃO DO TRT EM 31/12/2016</b>		<b>37.562.132,57</b>
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		37.562.132,57
Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento		35.715.193,70
Fonte 100		15.834.183,16
Fonte 127		4.182.002,05
Fonte 150		2.049.051,03
Fonte 181		9.859.599,84
Fonte 350		778.932,54
Fonte 381		3.011.425,08
Recursos a Receber em 2017 para Pagto de Inscrição RAP/2016		1.846.938,87
Fonte 100 - LOA 2016		1.846.938,87
<b>PENDÊNCIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2017</b>		<b>33.391.381,92</b>
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		32.952.637,27
<b>Reinscritos</b>		<b>5.648.919,06</b>
Fonte 100		2.032.594,43
Fonte 127		971.500,86
Fonte 150		1.986,95
Fonte 181		2.569.908,48
Fonte 350		72.928,34
<b>Inscritos</b>		<b>27.303.718,21</b>
Fonte 100		15.226.223,54
Fonte 127		3.201.709,50
Fonte 150		48.681,27
Fonte 181		5.815.678,82
Fonte 381		3.011.425,08
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		438.744,65
<b>Reinscritos</b>		<b>43.342,11</b>
Restos a Pagar Processados		2.331,09
Fonte 100		2.331,09
Restos a Pagar Não Processado		41.011,02
Fonte 100		35.308,44
Fonte 127		2,00
Fonte 181		5.700,58
<b>Inscritos</b>		<b>395.402,54</b>
Exercício - 2016		
Fonte 100		386.995,62
Fonte 127		6.458,60
Fonte 181		1.948,32
<b>SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO</b>		<b>4.170.750,65</b>
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		4.170.750,65
Fonte 50		2.704.387,01
Fonte 81		1.466.363,64

Fonte: Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

O superávit financeiro de R\$ 4.170.750,65 apresentado em 31/12/2016, passível de oferecimento em contrapartida nas solicitações de créditos adicionais em exercício futuro, foi assim constituído:

- Fonte 50 – Receita Própria, montante de R\$ 2.704.387,01 ao final do ano de 2016 é o resultado dos seguintes registros: saldo financeiro disponível em 31/12/2015, R\$ 1.437.858,48, o valor de R\$ 789.711,89 obtido pelo cancelamento de restos a pagar, R\$ 1.302.158,64 arrecadados no exercício, menos (R\$ 825.342,00) relativos aos empenhos emitidos em 2016.
- Fonte 81 – Recursos de Convênio, montante de R\$ 1.466.363,64 ao final do ano de 2016 é resultante de: saldo financeiro disponível em 31/12/2015, R\$ 47.301.279,58, o valor de R\$ 1.344.420,98 obtido pelo cancelamento de restos a pagar, R\$ 607.236,52 arrecadados no exercício, menos (R\$47.786.573,44) relativos aos empenhos emitidos em 2016.

### 6.3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

**QUADRO 159 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual	
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO	EMISSAO 09/01/2017	PAGINA 1	
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO	VALORES EM UNIDADES DE REAL		

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>1.509.902.510,31</b>	<b>1.572.190.873,96</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	49.665.484,81	44.852.680,31
Impostos	-	-
Taxas	49.665.484,81	44.852.680,31
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	809.074,25	2.190.436,08
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	809.074,25	2.190.436,08
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	205.933,47	581.929,95
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	39.040,21	446.976,44
Variações Monetárias e Cambiais	166.893,26	134.953,51
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.438.713.447,66	1.450.710.422,36
Transferências Intragovernamentais	1.438.088.886,46	1.414.967.782,36
Transferências Intergovernamentais	607.236,52	35.737.715,00
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	17.324,68	4.925,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	15.705.855,44	72.322.862,87
Reavaliação de Ativos	2.477.407,76	56.543.171,29
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	453.774,64	1.788.277,69
Ganhos com Desincorporação de Passivos	12.774.673,04	13.991.413,89
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.802.714,68	1.532.542,39
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO	EMISSAO 09/01/2017	PAGINA 2
ORGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO		VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		2.944.990,34	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.857.724,34	1.532.542,39
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>			
<b>Pessoal e Encargos</b>			
Remuneração a Pessoal		779.901.034,51	784.858.308,94
Encargos Patronais		141.210.216,93	140.926.674,59
Benefícios a Pessoal		112.964.869,05	105.266.929,61
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		9.627.996,07	5.700.952,62
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>			
Aposentadorias e Reformas		230.716.968,13	208.832.233,70
Pensões		29.840.866,77	26.695.392,27
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		190.032,17	301.693,00
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>			
Uso de Material de Consumo		5.001.165,99	5.559.584,35
Serviços		116.717.277,29	111.524.543,03
Depreciação, Amortização e Exaustão		12.288.856,17	11.402.873,21
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>			
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		21.061,30	19.228,89
Juros e Encargos de Mora		17.612,67	16.670,45
Variações Monetárias e Cambiais		3.448,63	2.558,44
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>			
Transferências Intragovernamentais		65.027.803,79	55.321.372,04
Transferências Intergovernamentais		62.842.461,96	54.998.378,93
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		2.185.341,83	322.993,11
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>			
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		38.599.228,63	71.109.831,09
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		8.257,75	34.780,45
Incorporação de Passivos		38.301.694,95	52.389.093,90
Desincorporação de Ativos		289.275,93	18.685.956,74



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO
ORGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSAO 09/01/2017	PAGINA 3
	VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
<b>Tributárias</b>		<b>4.579.784,64</b>	<b>2.207.932,45</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		198.236,75	167.822,93
Contribuições		4.381.547,89	2.040.109,52
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>6.398.680,37</b>	<b>463.997,25</b>
Premiações		-	9.900,00
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		-	-
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		5.762.905,41	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		635.774,96	454.097,25
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>		<b>-43.183.331,50</b>	<b>41.999.326,92</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		2016	2015

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



---

### 6.3.4.1 Notas Explicativas

---

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, mediante confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

#### 6.3.4.1.1 Variações Patrimoniais Aumentativas

As variações patrimoniais aumentativas totalizaram R\$ 1.509,9 milhões/ano, e os itens mais relevantes seguem analisados:

- R\$ 49,6 milhões arrecadados a título de taxas, variação de 11% em relação ao arrecadado em 2015, sendo R\$ 49,3 milhões originários de recolhimento de custas judiciais e R\$ 299 mil de emolumentos;
- R\$ 809 mil em receita derivada da exploração de bens, serviços e direitos, quais sejam: R\$ 671 mil concernentes à taxa de ocupação de imóveis, oriundos dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, assinados por este Tribunal e as Instituições Financeiras, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Trata-se de valores diretamente arrecadados, receita própria do Órgão, classificados na Fonte – 50; e R\$ 138 mil provenientes de processamento de dados das consignações em folha de pagamento. A redução em (R\$ 1,3) milhão apurada no ano de 2016, em relação ao ano anterior, se deu pelo impacto de receitas arrecadadas em 2015 a título de taxas de inscrição para concursos realizados pelo Órgão.
- R\$ 205,9 mil, trata-se de variação patrimonial aumentativa financeira, resultante da atualização monetária e contabilização de juros, originários, sobretudo, dos seguintes ativos: Créditos a Receber de Responsáveis por Dano/Perda-TCE; e Adiantamento de Contribuições Futuras para a FUNPRESP – JUD.
- R\$ 1.438,7 milhões contabilizados a título de transferências recebidas, sendo: R\$ 1.433,3 milhões derivados de sub-repasses pertinentes ao orçamento 2016; R\$ 3,5 milhões relativos a sub-repasses recibos destinados a amparar restos a pagar; e R\$ 607 mil, montante arrecadado a título de “Transferências de Convênios”. A redução de R\$ 12 milhões registradas a título de transferências recebidas em 2016, em relação a 2015, é a variação líquida, sobretudo, decorrentes das seguintes movimentações: aumento de R\$25 milhões relativos a sub-repasses recebidos; redução de (R\$2) milhões em valores transferidos, recebidos para pagamento de restos a pagar; e redução de (R\$ 35) milhões em recursos fonte 81 originários de repasses realizados por Instituições Financeiras, amparados por acordos na administração de depósitos judiciais celebrados entre o Órgão e Bancos Oficiais.
- R\$ 15,7 milhões em valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos. A variação negativa de (R\$ 57) milhões apurada em 2016, em relação ao ano de 2015, resultou, principalmente, das seguintes contabilizações: diferença de (R\$ 54) milhões a



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

menor em reavaliações de bens imóveis, e (R\$ 1,7) milhão registrado em 2015 pela CCONT/STN como incorporação de ativos relativos à inscrição de restos a pagar não processados em liquidação de empenhos de despesas de capital. Seguem destacadas as variações mais relevantes ocorridas em 2016:

(a) R\$ 2,5 milhões decorrentes, predominantemente, de reavaliação de bens imóveis, pelos valores aplicados em benfeitorias e, também, pela atualização anual realizada pela Administração do Órgão, mediante a correção do valor com base no índice IBGE IPC-A:

**QUADRO 160 – REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS**

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet

12321.01.02 - EDIFÍCIOS

Em R\$

Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Reavaliações (Atualização da Avaliação)
1	6929.00036.500-7	Presidente Prudente	223.519,49
			<b>223.519,49</b>

Situação em 31 de dezembro de 2016.

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet

12321.01.03 - TERRENOS / GLEBAS

Em R\$

Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Reavaliações (Atualização da Avaliação)
1	6291.02779.500-3	Campinas (Bairro Taquaral)	2.205.839,93
2	7079.00015.500-7	São Carlos	48.048,34
			<b>2.253.888,27</b>

Situação em 31 de dezembro de 2016.

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

(b) R\$ 458 mil em virtude de recebimento em doação pelo Município de Araras, terreno destinado à Construção da Vara do Trabalho, contabilizado em 12321.01.03 – TERRENOS / GLEBAS, mediante registro no sistema SPIUnet sob número 6165.00020.500-5.

(c) R\$12,8 milhões, assim formado: R\$ 3,2 milhões devido à sub-repassagem diferido, e R\$ 9,6 milhões, sobretudo, pela desincorporação de passivos de pessoal reconhecidos, de acordo com informações encaminhadas à Coordenadoria de Contabilidade pela Área de Pessoal do TRT da 15ª Região, mediante baixa de valores no decorrer do exercício, por atualização do valor ou pela não inclusão da dedução nos eventuais pagamentos efetuados.

- R\$ 4,8 milhões a título de outras variações patrimoniais aumentativas. Verifica-se aumento de R\$ 3,2 milhões apurados no saldo do exercício de 2016 em relação ao ano de 2015, ocasionado pelas seguintes contabilizações: reversão em R\$ 2,9 milhões relativa à provisão



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

para indenizações trabalhistas, no ano de 2016, conforme Protocolo nº 12045/2016-DG com pedido de baixa parcial de passivo relativo a ressarcimento de pessoal requisitado, tendo em vista o reembolso de despesas, conforme o contido no Memorando CPAG/SPPSVE nº 087/2016; bem como do aumento no ano de 2016, em R\$ 325 mil, na arrecadação de receita a título de multas administrativas e indenizações/restituições, em valor contabilizado como outras variações patrimoniais aumentativas, formado pelas arrecadações classificadas como indenizações e restituições, multas administrativas, e outros.

Vale destacar que, não houve no exercício de 2015 geração de receita derivada de alienação de bens e direitos que integrem o patrimônio público, tendo em vista o que dispõe o art. 44, bem como o inciso VI, do art. 50, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que vedam a aplicação de tais receitas para financiar Despesas Correntes.

#### **6.3.4.1.2 Variações Patrimoniais Diminutivas**

As variações patrimoniais diminutivas somaram R\$ 1.572,1 milhões, dentre os itens mais relevantes estão:

- R\$ 1.043,7 milhões – Pessoal e Encargos, o grupo representa 67% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. O aumento do gasto em relação ao ano anterior refletiu sobretudo a elevação nos montantes liquidados a título de despesas com ressarcimento de pessoal requisitado, gasto destinado ao pagamento de órgãos detentores de servidores cedidos. O grupo compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 6ª Edição);
- R\$ 260,7 milhões – Benefícios Previdenciários e Assistenciais, 17% do total contabilizado a título de Variações Patrimoniais Diminutivas. O aumento verificado no ano de 2016 em relação a 2015, de R\$ 24 milhões, derivou do aumento de gasto em R\$ 21 milhões com Aposentadorias e Reformas, e o acréscimo em R\$ 3 milhões pagos a título de Pensões. O grupo compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de segurança social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Público (MCASP) – 6<sup>a</sup> Edição);

- R\$ 134,0 milhões – Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, 9% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. O acréscimo de R\$ 5,5 milhões gastos no ano de 2016, em relação ao exercício de 2015, resultou sobretudo dos seguintes eventos: aumento de gastos com perícias técnicas para justiça gratuita, R\$ 11 milhões; redução dos gastos com diárias, (R\$ 4,1) milhões; redução com serviços de seleção e treinamento, (R\$ 1,4) milhão; consumo menor em R\$ 0,5 milhão de bens de estoque; dentre outras variações. O grupo representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 6<sup>a</sup> Edição);
- R\$ 38,6 milhões – Desvalorização e Perda de Ativos, representa 2% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. A retração de R\$ 32,5 milhões no valor contabilizado se deu pelo valor a menor em R\$ 14,1 milhões no registro de passivos e R\$ 18,4 milhões em baixa de ativos, como obras em andamento e instalações finalizadas, ocorridas no exercício de 2016 em relação a 2015. O grupo compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 6<sup>a</sup> Edição);
- R\$ 66,0 milhões – Transferências e Delegações Concedidas, 4% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. O aumento de R\$ 9,7 milhões, na comparação dos anos 2016/2015, decorreu sobretudo das seguintes variações: R\$ 4,8 milhões em transferência de provisão para pagamento de sentenças judiciais de pequeno valor; R\$ 5,4 milhões a mais em guia de recolhimento da União; R\$ 1,8 milhão em aumento no valor registrado a título de doações; e redução de (R\$ 2,4) milhões no valor transferido para pagamento de restos a pagar. O grupo contabiliza o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 6<sup>a</sup> Edição);

Vale destacar as variações ocorridas na comparação 2016/2015 dos saldos contabilizados como Variações Patrimoniais Diminutivas – Tributárias, R\$ 2,4 milhões a maior no exercício de 2016, aumento atribuído ao recolhimento de obrigações patronais sobre serviços de pessoa física, impacto do acréscimo significativo de pagamentos a peritos vinculados à justiça gratuita, realizados naquele ano.

Destaca-se, ainda, a diferença apurada em R\$ 5,8 milhões na contabilização de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, comparados os exercícios 2016/2015, resultado do reconhecimento dos gastos, competência 2016, relativos ao Protocolo nº 12045/2016-DG – Registro de passivo relativo a resarcimento de pessoal requisitado, reconhecido mediante provisão, a partir de valores estimados não contabilizados pela ausência de comprovação documental por parte dos órgãos detentores dos servidores, conforme o contido na Informação CPAG/SPPSVE nº 1105/2016 e Reconhecimento da dívida em 14/12/2016.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

#### **6.3.4.1.3 Resultado Patrimonial do Período**

A diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas, R\$ 1.509,9 milhões ano e as Variações Patrimoniais Diminutivas, R\$ 1.553,1 milhões, demonstra o Resultado Patrimonial do Exercício de 2016, qual seja, um deficit de (R\$ 43,2) milhões.

### 6.3.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

**QUADRO 161 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 09/01/2017	PÁGINA 1
	VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>-36.440.949,29</b>	<b>17.205.160,67</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>1.491.084.119,32</b>	<b>1.499.378.552,26</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>1.491.084.119,32</b>	<b>1.499.378.552,26</b>
Ingressos Extraorçamentários	116.853,60	165.484,33
Transferências Financeiras Recebidas	1.438.087.802,58	1.414.967.782,36
Arrecadação de Outra Unidade	52.879.463,14	84.110.193,47
Demais Recebimentos	-	135.992,10
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-1.527.525.068,61</b>	<b>-1.482.173.391,59</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-1.323.902.228,98</b>	<b>-1.282.641.091,89</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-264.513.663,09	-235.563.765,50
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO	EMISSAO 09/01/2017	PAGINA 2
ORGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO		VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-21.595.207,56	-22.433.174,15
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-16.736,96	16.059,21
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-145.463.453,75</b>	<b>-144.368.436,44</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-145.463.453,75	-144.368.436,44
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-58.159.385,88</b>	<b>-55.163.863,26</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-123.301,51	-165.484,33
Transferências Financeiras Concedidas	-58.036.084,37	-54.998.378,93
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-22.502.608,88</b>	<b>-22.030.860,32</b>
<b>INGRESSOS</b>		
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-22.502.608,88	-22.030.860,32
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-17.740.711,52	-21.068.747,76
Outros Desembolsos de Investimentos	-4.761.897,36	-962.112,56
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO
ORGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSAO 09/01/2017	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-58.943.558,17	-4.825.699,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	94.787.396,06	99.613.095,71
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	35.843.837,89	94.787.396,06

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

### 6.3.5.1 Notas Explicativas

---

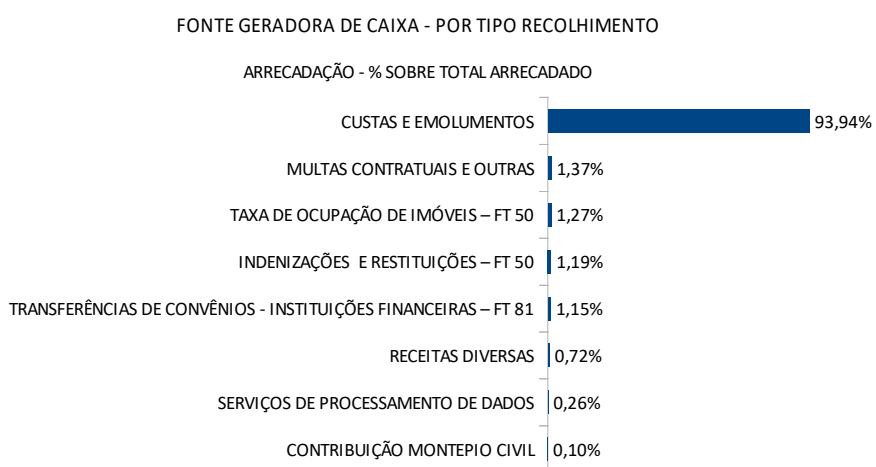
A Demonstração dos Fluxos de Caixa identificam: as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período analisado, bem como o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

#### 6.3.5.1.1 Dos Ingressos

O total de ingressos somou R\$ 1.491,1 milhões, deste montante 96% teve como fonte geradora de caixa as transferências recebidas para suportarem os créditos autorizados no exercício de 2016, R\$ 1.433,4 milhões, e para o pagamento de restos a pagar, R\$ 3,5 milhões.

A outra fonte geradora de caixa importante foi a arrecadação líquida contabilizada para o Órgão no ano 2016, que somou R\$ 52,9 milhões, a seguir apresentada por código de recolhimento.

**GRÁFICO 12 – FONTES GERADORAS DE CAIXA**



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A variação negativa de (R\$ 31,2) milhões verificada no total arrecadado pela Unidade Gestora, na comparação dos exercícios 2016/2015, decorreu sobretudo dos seguintes fatores ocorridos em 2016: (R\$ 35,1) milhões a menos com receita de fonte 81 – Recursos de Convênios; (R\$ 1,3) milhão a menos na receita de taxas de inscrição de concursos; R\$ 4,8 milhões a mais arrecadados a título de custas e emolumentos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

### **6.3.5.1.2 Dos Desembolsos**

Os itens de consumo de caixa, durante o exercício financeiro de 2016, compreendem as transferências concedidas e os valores pagos no ano, relativos aos créditos autorizados no exercício e dos restos a pagar, não considerados os pagamentos das despesas com modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

O montante de R\$ 58,1 milhões classificado como Outros Desembolsos das Operações se refere, predominantemente, às transferências financeiras concedidas em virtude de cancelamento de restos a pagar (R\$ 5,9 milhões) e dos recolhimentos à União de valores arrecadados, como custas, emolumentos e outros (R\$ 52,2 milhões).

Quanto aos valores pagos, seguem discriminados em gastos das Atividades das Operações e das Atividades de Investimento:

#### **a) Fluxos de Caixa das Atividades das Operações**

Contemplam os desembolsos com Pessoal e Outros Custeios, de acordo com a classificação funcional da despesa, as ações governamentais do exercício e de restos a pagar, em ordem de relevância, realizadas no ano de 2016 nas seguintes áreas:

- Judiciário



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 162 – DESEMBOLSOS COM PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

Pessoal e Outras Despesas Correntes	Em R\$
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO
PESSOAL ATIVO DA UNIAO	798.156.493,83
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	103.737.538,56
AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS	42.655.155,94
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	36.054.469,99
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	21.316.935,74
AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILI - NO ESTADO DE SAO PAULO	21.205.724,57
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	6.243.661,36
MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	3.973.716,89
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	1.563.697,90
MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICA DO TRABALHO	969.547,78
DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRONICO NA JUSTICA DO TRABALHO - PJE	743.199,82
AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	389.274,62
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	350.954,66
AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	191.178,53
MANUTENCAO DE VARAS ITINERANTES NA JUSTICA DO TRABALHO	75.044,18
AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUBLICOS - DESPESAS DIVERSAS	63.040,00
COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL	41.760,00
COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E DE ESTIMULO A APRENDIZAGEM	27.000,00
TRABALHO SEGURO	18.227,00
	1.037.776.621,37

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O gráfico a seguir demonstra a porcentagem do fluxo de caixa, por ação orçamentária, de gastos com recursos do exercício e de restos a pagar.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**GRÁFICO 13 – GASTOS COM RECURSOS DO EXERCÍCIO E DE RESTOS A PAGAR – PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES**



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

- Previdência Social

**QUADRO 163 – DESEMBOLSOS COM PESSOAL – APOSENTADORIAS E MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO**

Pessoal	Em R\$
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO
APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS	264.287.426,31
RESTITUICAO DE VALORES RECOLHIDOS AO MONTEPIO CIVIL	226.236,78
	264.513.663,09

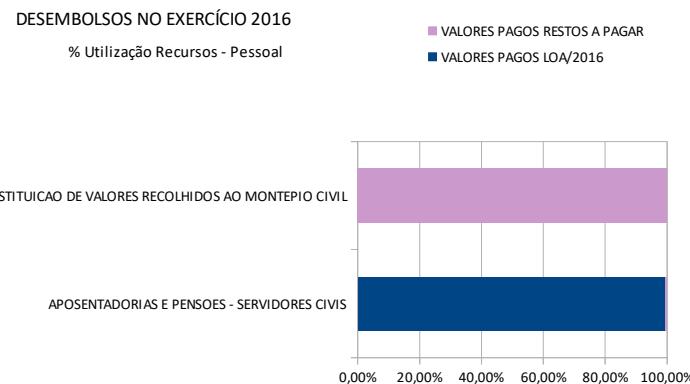
Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Segue gráfico com a porcentagem do fluxo de caixa, por ação orçamentária, de gastos com recursos do exercício e de restos a pagar.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**GRÁFICO 14 – GASTOS COM RECURSOS DO EXERCÍCIO E DE RESTOS A PAGAR –  
APOSENTADORIAS E MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO**



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

- Encargos Especiais

**QUADRO 164 – DESEMBOLSOS COM PESSOAL – ENCARGOS ESPECIAIS**

Pessoal	Em R\$
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO
PRECATORIOS	16.789.913,85
REQUISICOES DE PEQUENO VALOR	4.805.293,71
	21.595.207,56

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O total pago no exercício foi amparado com recursos oriundos da LOA/2016.

- Transferências Concedidas

Gastos com aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com recursos do exercício e de restos a pagar – modalidade de aplicação – 91.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

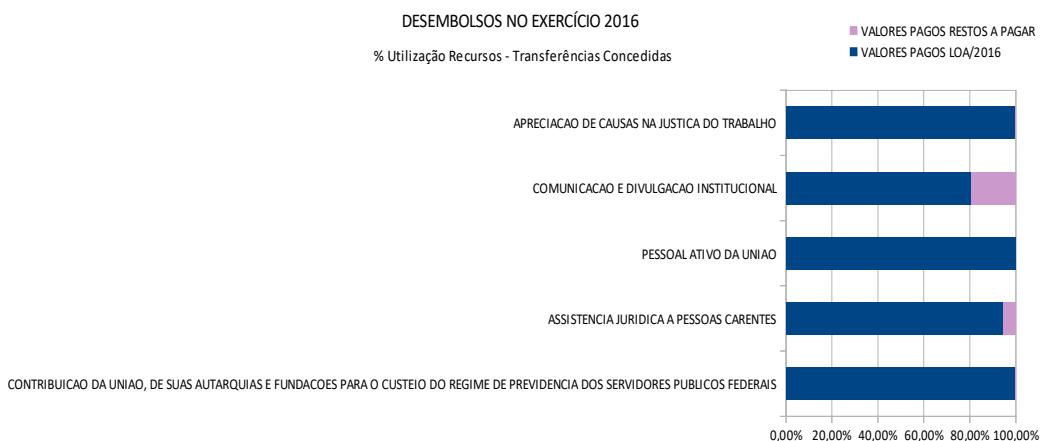
**QUADRO 165 – DESEMBOLSOS COM PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES – TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS**

Pessoal e Outras Despesas Correntes	Em R\$
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS	139.745.080,13
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	4.261.711,07
PESSOAL ATIVO DA UNIAO	1.300.109,48
COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL	107.616,04
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	48.937,03
	145.463.453,75

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Segue gráfico com a porcentagem do fluxo de caixa, por ação orçamentária, com recursos do exercício e de restos a pagar.

**GRÁFICO 15 – GASTOS COM RECURSOS DO EXERCÍCIO E DE RESTOS A PAGAR – TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS**



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

**(b) Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento**

O total do desembolso em investimentos somou R\$ 22,5 milhões, aplicados na aquisição de ativos não circulantes, R\$ 17,7 milhões, e R\$ 4,8 mil em intangíveis e melhoria de equipamento de processamento de dados.

Segue quadro com as ações orçamentárias que suportaram os investimentos, em ordem de



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

relevância.

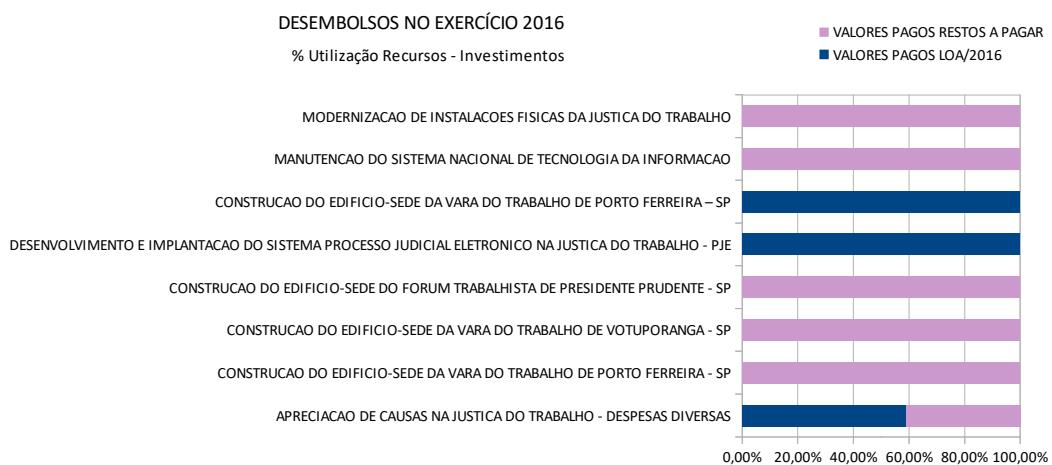
**QUADRO 166 – INVESTIMENTOS**

Investimentos	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Em R\$
		TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS		12.938.546,63
CONSTRUCAO DO EDIFICO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE PORTO FERREIRA - SP		1.624.650,20
CONSTRUCAO DO EDIFICO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE VOTUPORANGA - SP		143.838,04
CONSTRUCAO DO EDIFICO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP		223.519,49
DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRONICO NA JUSTICA DO TRABALHO - PJE		2.563.002,45
CONSTRUCAO DO EDIFICO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE PORTO FERREIRA - SP		380.523,97
MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO		3.124.272,00
MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICA DO TRABALHO		1.504.256,10
		22.502.608,88

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Segue gráfico com a porcentagem do fluxo de caixa, por ação orçamentária, de gastos com recursos do exercício e de restos a pagar.

**GRÁFICO 16 – GASTOS COM RECURSOS DO EXERCÍCIO E DE RESTOS A PAGAR – INVESTIMENTOS**



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

**6.3.5.1.3 Da Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa**

O saldo negativo de (R\$ 58,9) milhões derivou da diferença entre o saldo inicial e o final do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, o total de R\$ 35,8 milhões suportará as pendências a pagar no exercício seguinte.



## 7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

O atendimento das demandas do Tribunal de Contas da União-TCU decorrentes da expedição de determinações e/ou recomendações quando da prolação de acórdãos são parte das atribuições das seções, coordenadorias, áreas, assessorias e secretarias da estrutura administrativa do Tribunal Regional do Trabalho – TRT, consideradas as respectivas competências e responsabilidades para expedição de atos e realização de procedimentos, nos termos da regulamentação interna. Não obstante, para o efetivo acompanhamento dessas demandas, resta atribuída a função de centralizar os respectivos expedientes às unidades Diretoria-Geral – DG e Coordenadoria de Controle Interno – CCIN.

Nessa linha, o tratamento de determinação e/ou recomendação do TCU se inicia pelo recebimento de comunicação sobre a deliberação, comumente mediante recepção de ofício pela Presidência do Tribunal, que o repassa à unidade responsável pela implementação de procedimento e/ou adoção de medida conforme requerido para o correspondente cumprimento. Retornadas as manifestações/considerações, os respectivos expedientes, devidamente instruídos, são submetidos à apreciação da autoridade competente. A deliberação da autoridade então é encaminhada, às vezes diretamente, outras por intermédio das unidades Diretoria-Geral, Assessoria Jurídica ou Coordenadoria de Controle Interno, ao Órgão de Controle Externo.

Os documentos de recepção das demandas do TCU, as manifestações/considerações das unidades responsáveis, os pronunciamentos da autoridade competente e as comunicações quanto as providências/medidas adotadas/implementadas retornadas ao órgão de controle são juntados em processos administrativos pertinentes aos objetos das recomendações/determinações recebidas, (p. ex. aposentadorias e pensões) ou autuados exclusivamente para tratamento das questões envolvendo ocorrências pontuais, constituindo ambos registro para finalidade de controle, principalmente para futura inserção dessas informações quando da elaboração dos relatórios de gestão das contas anuais.

No demonstrativo que segue, constam as deliberações expedidas pelo TCU e cumpridas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15<sup>a</sup> Região em 2016, vinculadas aos respectivos acórdãos e correspondentes processos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 167 – DELIBERAÇÕES DO TCU CUMPRIDAS NO EXERCÍCIO**

Deliberação	Processo	Comunicação Recebida
<b>Determinação</b>		
Acórdão 2541/2016-2ª Câmara	Processo TC 005.887/2016-0	Ofício 4413/2016-TCU/Sefip, de 11/03/2016
1.7 Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, que, no prazo de 30 (trinta) dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos e Concessões (Sisac), novo ato, livre das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, Caput, da Lei 8443/1992, c/c o art. 260, § 6º, do Regimento Interno/TCU, art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução – TCU 206/2007, e art. 15, § 1º, da Instrução Normativa – TCU 55/2007		
Acórdão 4824/2016-2ª Câmara	Processo TC 014.582/2015-5	Ofício 6989/2016-TCU/Sefip, de 28/04/2016
9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, <b>caput</b> , do Regimento Interno do TCU, 8º, <b>caput</b> , da <u>Resolução TCU nº 206/2007</u> e 15, <b>caput</b> , da <u>Instrução Normativa TCU nº 55/2007</u> ;		
9.2.2. oriente a senhora Ângela Maria Bermudes de que ela poderá optar por uma das seguintes opções:		
9.2.2.1. comprovar o recolhimento previdenciário de pelo menos <b>2 anos, 3 meses e 13 dias</b> do tempo prestado no exercício da advocacia, visando a manter-se aposentada, com base no art. 40, § 1º, inciso III, alínea a, §§ 3º e 17 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003;		
9.2.2.2. solicitar nova aposentadoria, com proventos proporcionais (27/30), calculados pelas remunerações utilizadas como base para as contribuições, com fundamento no art. 40, § 1º, inciso III, alínea b, da Constituição Federal (regras novas);		
9.2.2.3. retornar à ativa para completar o tempo necessário para se aposentar com proventos integrais;		
9.2.3. comunique imediatamente à interessada do teor desta decisão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência pela inativa, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução—TCU 170/2004, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido.		
Acórdão 10394/2016 – 2ª Câmara	Processo TC 012.696/2016-1	Ofício 10.009/2016-TCU/Sefip, de 20/09/2016
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região—Campinas/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:		
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução – TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa—TCU 55/2007;		
9.3.2. oriente o Senhor José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza que ele poderá adotar uma das seguintes opções:		
9.3.2.1. comprovar o recolhimento previdenciário de pelo menos 1 ano e 28 dias do tempo de serviço prestado no exercício da advocacia, com o objetivo de manter-se aposentado com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005;		
9.3.2.2. retornar à atividade, para completar pelo menos 1 ano e 28 dias, fato que viabilizará uma aposentadoria com proventos integrais, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005;		
9.4. informar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região que:		
9.4.1. o interessado foi notificado da presente decisão durante a sessão deste julgamento, realizada em 13/09/2016;		
9.4.2. foi concedido o prazo de 90 (noventa) dias, para fins de cumprimento do subitem 9.3.2.2, caso o beneficiário opte por tal alternativa.		
Acórdão 10801/2016 – 2ª Câmara	Processo TC 012.693/2016-2	Ofício 10.073/2016-TCU/Sefip, de 22/09/2016



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

9.4. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15<sup>a</sup> Região—Campinas/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução – TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa – TCU 55/2007;

9.4.2. oriente o interessado de que ele pode requerer aposentadoria com fundamento no art. 3º da EC 47/2005 ou no art. 6º da EC 41/2003, uma vez que ele cumpre os requisitos legais exigidos nos mencionados fundamentos, fato que lhe permitirá manter seus proventos integrais (35/35) e guardando paridade com os integrantes da magistratura em atividade;

9.4.3. comunique ao interessado, do teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.4.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado cujo ato foi impugnado está ciente do julgamento deste Tribunal.

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

## 7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

No exercício de 2015, como resultado das auditorias realizadas e finalizadas, houve expedição de inúmeras recomendações pelas equipes responsáveis, servidores integrantes da Coordenadoria de Controle Interno – CCIN, que restaram amplamente acolhidas pelas unidades auditadas, estando inclusive uma parte delas atendidas, no caso de possibilidade de imediato cumprimento, e a outra, em razão de medidas demandando tempo, em implantação. O quadro seguinte evidencia as recomendações expedidas e as correspondentes situações:

**QUADRO 168 – RESULTADOS DAS AUDITORIAS FINALIZADAS NO EXERCÍCIO DAS CONTAS**

Nº do Processo Administrativo	Item do PAA	Objeto da Auditoria	Recomendações		
0000130-23.2016.5.15.0895	12	Verificação da regularidade das contratações realizadas mediante SRP	Expedidas	Acolhidas e Atendidas	Acolhidas e Em Implementação
Abertura: 28/09/2015		Conclusão: 10/03/2016	18	1	17
<b>Recomendação</b>			<b>Situação</b>	<b>Áreas</b>	
<b>R.1</b> Nas contratações operacionalizadas por Sistema de Registro de Preços, realizar levantamento das reais necessidades que nelas deverão ser satisfeitas, mediante utilização de técnicas para estimativa dos respectivos quantitativos em função de consumo e utilização prováveis, incluindo os resultados obtidos nos termos de requisição dos correspondentes editais de licitação.			Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Projetos e Obras/Coordenadoria de Manutenção/Coordenadoria de Licitações/Coordenadoria de Material e Logística/ Coordenadoria de Compras	
<b>R.2</b> Na instrução dos processos envolvendo contratações pelo Sistema de Registro de Preços, incluir informação sobre critérios e metodologias utilizados para definição dos quantitativos estimados.			Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Projetos e Obras/Coordenadoria de Manutenção/Coordenadoria de Licitações/Coordenadoria de Material e Logística/ Coordenadoria de Compras	
<b>R.3</b> Na ocasião da definição do objeto, verificar se foram incluídas todas as especificações necessárias para sua correta definição.			Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Manutenção	
<b>R.4</b> Utilizar de outros instrumentos para divulgação da intenção de registro de preços, ampliar o universo a ser consultado, inclusive estudando a possibilidade de utilização do SIASG – Sistema de Administração e Serviços Gerais, possibilitando a inclusão de outros participantes ou o órgão gerenciador justificar a dispensa da divulgação.			Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Licitações/Coordenadoria de Compras	
<b>R.5</b> Aperfeiçoar os controles internos para que no momento da solicitação dos orçamentos sejam incluídos os quantitativos dos órgãos participantes.			Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Licitações/Coordenadoria de Compras	
<b>R.6</b> Na instrução dos processos envolvendo contratações pelo Sistema de Registro de Preços, formalizar a hipótese que fundamentou a escolha desse procedimento.			Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Projetos e Obras/Coordenadoria de Material e Logística/ Coordenadoria de Compras	
<b>R.7</b> Realizar estudos preliminares sobre o objeto e circunstâncias que o cercam, como armazenamento, periodicidade de entrega, antes de decidir a forma de contratação.			Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Projetos e Obras/Coordenadoria de Licitações	
<b>R.8</b> Verificar a legislação vigente e as jurisprudências para uma correta escolha da modalidade de licitação.			Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Projetos e Obras	
<b>R.9</b> Como já proposto quando da realização da auditoria do item 17 do PAA 2014, recomendamos a utilização de padronização já existente para pesquisa, aperfeiçoando-as, inclusive com a utilização da IN SLTI-MPOG nº 05, de 27 de junho de 2014, alterada pela IN nº 07 de 29 de agosto de 2014.			Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Compras	



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

<b>R.10</b> Fazer constar no edital a periodicidade em que serão feitas novas pesquisas de mercado.	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Licitações			
<b>R.11</b> Aperfeiçoar os controles internos, informando também nos autos sobre a adjudicação dos demais lotes, considerando que foram utilizados os respectivos objetos.	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Licitações			
<b>R.12</b> Melhorar os controles internos adotando a praxe de consulta ao SICAF sobre a idoneidade das empresas contratadas tanto no momento da assinatura das atas como por ocasião dos empenhos de despesas.	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Licitações/Coordenadoria de Compras			
<b>R.13</b> Aperfeiçoar o planejamento das licitações para o SRP, de modo a evitar processar intenções de compra sem a efetiva aquisição.	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Material e Logística			
<b>R.14</b> Realizar estudo do objeto para verificar se a utilização do SRP é o procedimento mais adequado para a contratação.	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Material e Logística			
<b>R.15</b> Realizar, periodicamente, pesquisa de mercado, analisando a vantajosidade de contratação através dos preços registrados.	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Compras			
<b>R.16</b> Aperfeiçoar os controles internos, no tocante a conferir preços e ítems constantes nos contratos com os preços e ítems registrados em Ata, justificando a inclusão de ítems que não foram registrados.	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Projetos e Obras			
<b>R.17</b> Proceder ao cancelamento do valor de R\$ 540,00 no empenho 2014NE000590 ante divergência constatada entre os preços contratado e registrado.	Recomendação Acolhida e Atendida	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Projetos e Obras			
<b>R.18</b> Abster-se de adaptar objetos de Atas abertas por outros Órgãos às necessidades do Tribunal.	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Compras			
Nº do Processo Administrativo	Item do PAA	Objeto da Auditoria	Recomendações		
0000235-97.2016.5.15.0895	7	Registro de desincorporações-baixas de passivos	Expedidas	Acolhidas e Atendidas	Acolhidas e Em Implementação
Abertura: 31/05/2016		Conclusão: 21/07/2016	3	3	-
Recomendação			Situação	Áreas	
<b>R.1</b> Promova a área de contabilidade os registros de desincorporações/baixas de valores de passivos somente diante de documentos hábeis a evidenciar, de forma inequívoca, a satisfação dos créditos aos beneficiários, evitando a ocorrência de erro no correspondente lançamento com reflexos nas informações divulgadas pelas demonstrações contábeis. (Questão 1 – A.1)	Recomendação Acolhida e Atendida	Secretaria de Orçamento e Finanças/Contabilidade/Exec. Orç. e Fin./Secretaria Gestão de Pessoas/Pagamento			
<b>R.2</b> Providencie o agente responsável pela conformidade de gestão ressalva aos lançamentos de desincorporações/baixas de valores de passivos quando não constatados documentos hábeis a evidenciar, de forma inequívoca, a satisfação dos respectivos créditos aos beneficiários, viabilizando o processamento imediato da correção exigida e evitando reflexos nas informações divulgadas pelas demonstrações contábeis. (Questão 1 – A.2)	Recomendação Acolhida e Atendida	Secretaria de Orçamento e Finanças/Contabilidade/Exec. Orç. e Fin./Secretaria Gestão de Pessoas/Pagamento			
<b>R.3</b> Promova a área de contabilidade tratativas junto às Coordenadorias de Pagamento e de Execução Orçamentária e Financeira objetivando a obtenção das informações necessárias ao lançamento de registros de desincorporações/baixas de valores de passivos fidedignos e tempestivos. (Questão 1 – A.1)	Recomendação Acolhida e Atendida	Secretaria de Orçamento e Finanças/Contabilidade/Exec. Orç. e Fin./Secretaria Gestão de Pessoas/Pagamento			
Nº do Processo Administrativo	Item do PAA	Objeto da Auditoria	Recomendações		
0000289-63.2016.5.15.0895	10	Inventário Físico e Financeiro de 2015	Expedidas	Acolhidas e Atendidas	Acolhidas e Em Implementação
Abertura: 07/07/2016		Conclusão: 28/10/16	12	-	12
Recomendação			Situação	Áreas	
<b>R.1</b> Submeta a Secretaria da Administração à apreciação da autoridade competente a revisão do AR GP Nº 12/2013 em atendimento à exigência de que a data conclusiva para os inventários anuais seja o final do exercício financeiro, conforme jurisprudência do CSJT (vide determinações expedidas em auditorias realizadas pela CCAUD/CSJT junto aos TRTs 16ª e 17ª Regiões, Processos CSJT-A-23204-29. 2015.5.90.0000 e CSJT-A-7052-03.2015.5.90.0000).	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística			
<b>R.2:</b> Realize a Coordenadoria de Material e Logística, sob supervisão da Secretaria da Administração, por ocasião do inventário, o levantamento do estado de conservação dos bens e materiais do patrimônio, propiciando o planejamento de sua manutenção e/ou desfazimento, e assim evitando despesas com armazenamento e/ou aquisições desnecessárias.	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística			
<b>R.3:</b> Em constatada qualquer irregularidade ensejadora de prejuízo ao erário quando da elaboração do inventário, comunique a Coordenadoria de Material e Logística a ocorrência à Secretaria da Administração para que esta submeta à autoridade competente solicitação de abertura de sindicância visando à apuração/atribuição de responsabilidade e posterior resarcimento de valores dos bens ou materiais.	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística			
<b>R.4:</b> Objetivando melhoria do ambiente de controle, desenvolva a Secretaria da Administração ação de conscientização dos servidores da CML e agentes responsáveis pelas Unidades Organizacionais sobre suas obrigações quanto a regular gestão do patrimônio, e os alerte acerca das eventuais sanções pelo descumprimento deste dever funcional.	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística			
<b>R.5:</b> Aprimore a Coordenadoria de Material e Logística, sob supervisão da Secretaria da Administração, os controles internos utilizados para o monitoramento das solicitações, retornos e atualizações de inventário, possibilitando dessa maneira a efetiva cobrança dos envolvidos, com vistas ao cumprimento dos prazos assumidos.	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística			



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

R.6: Estabeleça e divulgue a Secretaria da Administração processo de trabalho elaborado pela Coordenadoria de Material e Logística para a realização dos inventários anuais, auxiliando a disseminação dos procedimentos entre os envolvidos.	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística			
R.7: Adote a Secretaria da Administração modelo padrão elaborado pela Coordenadoria de Material e Logística para cada fase do inventário, proporcionando informações rastreáveis e replicáveis, bem como, facilitando a consolidação de informações.	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística			
R.8: Autue a Coordenadoria de Material e Logística processo para registrar os procedimentos realizados na geração do inventário anual analítico, objetivando a transparência da gestão do patrimônio.	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística			
R.9: Exija e verifique a Coordenadoria de Material e Logística a assinatura do agente responsável quando o inventário for realizado pela unidade organizacional.	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística			
R.10: Estabeleça a Coordenadoria de Material e Logística, e o submeta à aprovação da Secretaria da Administração, plano plurianual que conte com todas as unidades organizacionais para realização de inventários <i>in loco</i> , possibilitando assim a validação das informações patrimoniais e mitigando os riscos de eventuais fraudes.	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística			
R.11: Em recebida comunicação sobre a existência de bem não identificado, pela ausência da placa de tombamento, visando resguardar a gestão, providencie a Coordenadoria de Material e Logística: a) obtenção das razões para o ocorrido junto ao agente responsável; b) regularização da identificação do bem, mediante novo emplacamento; c) oportunidade de confirmação das especificações do bem quando da conferência <i>in loco</i> de sua descrição em razão da elaboração do inventário físico na respectiva unidade organizacional.	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística			
R.12: Visando à melhoria dos controles na gestão do patrimônio mediante implementação de ferramentas que facilitem a consolidação de dados e permitam a interação entre as unidades organizacionais e a Coordenadoria de Material e Logística, verifique a Secretaria da Administração junto da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações a viabilidade de se desenvolver soluções via sistema informatizado que possibilitem aos agentes responsáveis: a) solicitem atualizações de registros patrimoniais; b) acesso à listagem de bens sob sua responsabilidade.	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística			
Nº do Processo Administrativo	Item do PAA	Objeto da Auditoria	Recomendações		
0000577-11.2016.5.15.0895	11	Desfazimento de Bens	Expedidas	Acolhidas e Atendidas	Acolhidas e Em Implementação
Abertura: 06/10/2016		Conclusão: fase_manifestação/relatório	24	-	-
Recomendação		Situação	Áreas		
R.1: Aperfeiçoe, a Comissão de Exame de Material Permanente, os controles internos empregados para assegurar a conferência dos bens indicados nos seus pareceres nos processos de baixa, asseverando a regularidade das respectivas avaliações.		-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística		
R.2: Visando ao cumprimento da legislação, aperfeiçoe, a Coordenadoria de Material e Logística, juntamente à Secretaria da Administração, os controles internos empregados para garantir a fidedignidade dos valores indicados nos pareceres de avaliação de oportunidade e conveniência socioeconómica quando da evidenciada da opção pela doação dos bens objeto do processo de desfazimento relativamente a outra forma de alienação.		-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística		
R.3: À Coordenadoria de Material e Logística, juntamente à Secretaria da Administração, cumpra as eventuais solicitações expedidas pela Assessoria Jurídica, ou justifique o não atendimento deles e o submeta à apreciação da autoridade competente, quando de pareceres daquela unidade sobre avaliações de oportunidade e conveniência da opção pela doação de bens objeto do processo de desfazimento relativamente a outra forma de alienação.		-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística		
R.4: Realize, a Coordenadoria de Contabilidade, os registros de baixas patrimoniais em razão dos processos de desfazimento de bens somente diante de documento que evidencie a efetiva transferência da respectiva propriedade, em observância ao princípio contábil da oportunidade, evitando reflexos nos registros patrimoniais.		-	Secretaria Orçamentária e Financeira/Coordenadoria de Contabilidade		
R.5: Providencie, os responsáveis pela conformidade de gestão, ressalvas aos lançamentos de baixas patrimoniais em razão de processos de desfazimento de bens, quando não constatados documentos hábeis a evidenciar, de forma inequívoca, as respectivas transferências de propriedade, viabilizando assim o imediato processamento da correção exigida e evitando reflexos nos registros patrimoniais.		-	Secretaria Orçamentária e Financeira/Conformistas		
R.6: Providencie, a Coordenadoria de Material e Logística, à imediata regularização quanto à instrução do Processo de Baixa Patrimonial nº 13/2013, mediante obtenção de assinatura, pelo responsável, de termo de doação que conte com os bens entregues e/ou retirados, com posterior juntada deste termo aos autos e comunicação do procedimento à Coordenadoria de Contabilidade para regularização dos respectivos registros no Siafi, de forma que a baixa contábil somente ocorra após a comprovação da transferência dos bens.		-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

<p><b>R.7:</b> Visando à adequada instrução processual, conferir transparéncia aos procedimentos e atender ao princípio contábil da oportunidade, proceda, a Coordenadoria de Material e Logística, à obtenção de assinaturas dos documentos de transferência de propriedade de bens alienados junto aos responsáveis nos momentos referentes a cada etapa das respectivas entregas e/ou retiradas, para só depois, diante desta documentação, realizar as correspondentes baixas patrimoniais, evitando assim que materiais e/ou equipamentos embora sob responsabilidade do Órgão constem como baixados no Sistema de Material e Patrimônio e desincorporados do patrimônio no Siafi.</p>	-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística
<p><b>R.8:</b> Institua e implemente, a Coordenadoria de Material e Logística, juntamente à Secretaria da Administração, ações que propiciem, com eficiência e eficácia, a divulgação de bens para desfazimento, a fim de que os possíveis órgãos e/ou instituições interessadas tenham ciência da intenção do Tribunal, de alienar esses materiais.</p>	-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística
<p><b>R.9:</b> Estabeleça e divulgue, a Secretaria da Administração, processo de trabalho elaborado pela Coordenadoria de Material e Logística para a atividade de desfazimento de bens com definição de responsáveis e de prazos empregados para cada tarefa desenvolvida.</p>	-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística
<p><b>R.10:</b> Objetivando a melhoria dos controles da gestão patrimonial, promova, a Secretaria da Administração, conjuntamente à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, previamente à deliberação pela alienação de equipamentos de processamento de dados, a verificação da situação destes aos seus similares, de modo a identificar aqueles eventualmente em piores condições e/ou mais antigos e assim viabilizar possível permuta entre estes bens, no intuito de obter o máximo aproveitamento dos recursos tecnológicos existentes à disposição do Órgão.</p>	-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística
<p><b>R.11:</b> Em auxílio às tomadas de decisão, realize, a Secretaria da Administração em conjunto com a Coordenadoria de Material e Patrimônio, estudo para promover melhorias no processo de gestão patrimonial e, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, empreenda ações para adoção de ferramentas que colaborem com as análises e os controles necessários à execução das tarefas afetas à boa gestão patrimonial.</p>	-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística
<p><b>R.12:</b> Adote, a Secretaria da Administração, processo formal elaborado pela Coordenadoria de Material e Logística que estabeleça critérios para classificação dos bens como servíveis, padronizando as análises e facilitando a identificação daqueles passíveis de desfazimento.</p>	-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística
<p><b>R.13:</b> Defina, a Coordenadoria de Material e Logística, prazo limite para realização de análises sobre a classificação como servíveis ou inservíveis dos bens constantes na UO “Devolução de Materiais - em Trânsito”, evitando acúmulo deles na triagem e assim otimizando a gestão patrimonial.</p>	-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística
<p><b>R.14:</b> Objetivando contribuir para agilizar os trâmites relacionados ao desfazimento de bens, desenvolva, a Coordenadoria de Material e Logística, juntamente à Coordenadoria de Administração de Recursos de TIC, sob supervisão respectivamente das Secretarias da Administração e de Tecnologia da Informação e Comunicações, controles para identificação da situação, facilitando correspondente classificação como servíveis ou inservíveis, dos materiais e equipamentos sob responsabilidade da Unidade Organizacional “CARTIC – em Trânsito”, a exemplo das unidades “Devolução de Materiais”, “Devolução de Materiais - em Trânsito” e “Manutenção - em Conserto”.</p>	-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística
<p><b>R.15:</b> Otimizem, as Coordenadorias de Manutenção e de Material e Logística, sob supervisão da Secretaria da Administração, a redistribuição dos bens que, em virtude de suas características, estejam sujeitos à rápida obsolescência e cujas garantias possuam prazo determinado.</p>	-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística
<p><b>R.16:</b> Adote, a Secretaria da Administração, ouvida as Coordenadorias de Manutenção e de Material e Logística, controles para avaliação periódica dos bens na condição de “aguardando redistribuição”, visando evitar a permanência de materiais e equipamentos nesta situação quando fora dos padrões adotados pelo Órgão.</p>	-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística
<p><b>R.17:</b> Promova, a Coordenadoria de Material e Logística, com supervisão da Secretaria da Administração, a análise de servibilidade dos bens constantes na UO “Devolução de Materiais”, para realização do processo de desfazimento daqueles eventualmente definidos como inservíveis.</p>	-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística
<p><b>R.18:</b> Objetivando evitar a apuração de responsabilidade pela prática de ato antieconômico, assim como visando à transparéncia nos processos de baixa patrimonial, justifique, a Comissão de Exame de Material Permanente, quando da elaboração dos pareceres emitidos nos processos de desfazimento de bens que constarem materiais e/ou equipamentos com prazos de garantia vigentes, as razões para a alienação destes bens, incluindo motivação para o não acionamento da garantia para aqueles classificados como recuperáveis, antieconômicos ou irrecuperáveis.</p>	-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística
<p><b>R.19:</b> Utilize, a Coordenadoria de Material e Logística, como documentação referente ao custo histórico, relatório sintético que demonstre de maneira consolidada os valores abrangidos nos processos de desfazimento, diminuindo as despesas decorrentes de impressões excessivas de documentos, do tempo desperdiçado pelos servidores e do armazenamento de processos.</p>	-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística
<p><b>R.20:</b> Objetivando conferir transparéncia aos trâmites processuais, apresente, a Coordenadoria de Material e Logística para apreciação da Secretaria da Administração, com posterior submissão à autoridade competente, atualização da Resolução Administrativa N° 10/2012, visando revisão do início da instrução do Processo de Baixa Patrimonial mediante substituição da previsão de solicitação de doações, pelo donatário, por documento de evidência da motivação que originou o processo de desfazimento.</p>	-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

<p><b>R.21:</b> À Comissão de Exame de Material Permanente, objetivando a regular instrução dos processos de desfazimento, doravante, solicite às lotações informações sobre o estado de conservação de todos os bens não vistoriados <i>in loco</i> e/ou não objeto de laudos técnicos, constantes dos seus pareceres para alienação, visando a utilização destas informações, em complemento aos demais dados cadastrados no Sistema de Material e Patrimônio, de modo a contribuir efetivamente, com as avaliações realizadas, procedendo posteriormente a juntada desses documentos aos respectivos autos.</p>	-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística			
<p><b>R.22:</b> Providencie, a Secretaria da Administração, e o submeta a autoridade competente, a revisão/atualização do ato de constituição da Comissão de Exame de Material Permanente, responsável pela condução dos procedimentos de desfazimento de bens, Portaria SPV 101/2011, de modo que seja composta por servidores ativos pertencentes ao quadro funcional do Órgão, com indicação de atribuição para a presidir a um titular e ao menos dois substitutos, devendo essas atribuições restarem respeitadas quando da elaboração dos pareceres e demais atos praticados nos processos.</p>	-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística			
<p><b>R.23:</b> Implemente controles e empreenda ações, a Secretaria da Administração, em conjunto com as Coordenadorias de Manutenção e de Material e Logística, visando evitar se tornarem inservíveis em razão de obsolescência ou em decorrência de perda de características e/ou inviabilidade de manutenção, materiais e equipamentos novos, em estoque, ocorrências inclusive passíveis de apuração de responsabilidade.</p>	-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística			
<p><b>R.24:</b> Adote imediatas providências, a Secretaria da Administração, para viabilizar a distribuição dos 14 (quatorze) aparelhos de ar-condicionado com significativo tempo de permanência em estoque, objeto de constatação nesta auditoria, bem como para proceder o levantamento e adotar mesmo procedimento caso verificadas iguais ocorrências com relação a outros bens igualmente em estoque por período excessivo.</p>	-	Secretaria da Administração/Coordenadoria de Patrimônio e Logística			
Nº do Processo Administrativo	Objeto	Recomendações			
0000242-89.2016.5.15.0895	Inf SEDAP 01  Inf CCIN 22	Atos de admissão e de concessões de aposentadorias e pensões	Expedidas	Acolhidas e Atendidas	Acolhidas e Em Implementação
			2	2	-
Recomendação	Situação	Áreas			
Quando do conhecimento da administração de que o servidor exercia cargo, emprego ou função pública antes da posse neste Tribunal, seja por informações verbais do servidor no ato da posse ou por documentos apresentados sem as informações sobre o efetivo desligamento do vínculo anterior, haja solicitação ao servidor de expediente formal do órgão competente confirmando o egresso, com prazo para cumprimento, ou se procure obter cópia da publicação do ato de desligamento do servidor no órgão/entidade, juntando o documento no respectivo prontuário eletrônico, de forma a ficar documentada a situação legal em relação à acumulação de cargo público.	Recomendação acolhida e atendida	Secretaria de Gestão de Pessoas – Coordenadoria de Provimento e Vacância			
Encaminhar para deliberação do Presidente do Tribunal as questões relacionadas a omissões e dúvidas quanto ao edital de abertura de concurso público para provimento de cargos efetivos.	Recomendação acolhida e atendida	Secretaria de Gestão de Pessoas – Coordenadoria de Provimento e Vacância			
Nº do Processo Administrativo	Objeto	Recomendações			
0000557-19.2013.5.15.0897	Inf SEDAP 05  Inf CCIN 08	Averbação de Tempo de Serviço para aposentadoria por Certeza da OAB	Expedidas	Acolhidas e Atendidas	Acolhidas e Em Implementação
			1	-	1
Enviar ao Órgão Especial deste Tribunal para reexame de seu entendimento prévio conforme consta do processo administrativo nº 0000557-19.2013.5.15.0897 PA, acerca da averbação de Certidão da OAB para fins de concessão de aposentadoria e abono de permanência, tendo em vista jurisprudência do TCU contra este entendimento, com julgamentos pela ilegalidade de atos de aposentadoria deste órgão que fazem uso de tempos averbados desta forma.	Recomendação acolhida; aguardando apreciação pelo Órgão Especial (em vista regimental)	Assessoria de Apoio aos Magistrados			
Nº do Processo Administrativo	Item do PAA	Objeto da Auditoria	Recomendações		
0000281.86.2016.5.15.0895	3	Dispensas e Inexigibilidades	Expedidas	Acolhidas e Atendidas	Acolhidas e Em Implementação
			5	5	-
Recomendação	Situação	Áreas			
<p><b>R.1</b> Realize a Coordenadoria de Compras suficiente pesquisa de preços que evidencie a compatibilidade e razoabilidade dos valores ao mercado ou aos praticados pela contratada nas contratações de serviços de consultoria realizadas mediante inexigibilidade de licitação, conforme preceituá a legislação. No caso da impossibilidade da demonstração de compatibilidade com preços de mercado, outras opções são cabíveis, tais como: contratos firmados anteriormente com o próprio Tribunal, com outros órgãos e entidades públicas, ou com particulares; notas fiscais emitidas; tabela de preços praticadas pelo contratado; comparativo com outras contratações similares igualmente complexas; planilha de custos e formação de preço. (<b>Questão 1 – Achado 1</b>).</p>	Recomendação Acolhida e Atendida	Coordenadoria de Compras			
<p><b>R.2</b> Promovam a Coordenadoria de Contratos e a Coordenadoria de Manutenção (esta diante do ocorrido no processo CP 383/2015), bem como as demais unidades responsáveis pelo acompanhamento e pela gestão das contratações de serviços de execução continuada, revisão dos controles utilizados para permitir a identificação e por conseguinte a promoção de ações com a antecedência necessária aos processamentos das licitações exigidas em decorrência das datas de término de vigências contratuais, evitando-se ocorrências de dispensas de licitação emergenciais. (<b>Questão 1 – Achado 2</b>).</p>	Recomendação Acolhida e Atendida	Coordenadoria de Contratos e Coordenadoria de Manutenção			



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

<p><b>R.2 (a)</b> (Diante do ocorrido no processo CP 274/2015) Promova a Assessoria de Segurança e Transportes, bem como as demais unidades responsáveis pelo acompanhamento e pela gestão das contratações de serviços de execução continuada, revisão dos controles utilizados para permitir a identificação e por conseguinte a promoção de ações com a antecedência necessária aos processamentos das licitações exigidas em decorrência das datas de término de vigências contratuais, evitando-se ocorrências de dispensas de licitação emergenciais. (<b>Questão 1 – Achado 2</b>).</p>	Recomendação Acolhida e Atendida	Assessoria de Segurança e Transportes			
<p><b>R.3</b> : Somente promova, a Coordenadoria de Contratos, aditamentos a contratos que versem sobre acréscimos de objetos diversos dos originalmente contratados, após prévia pesquisa de preços que comprove a compatibilidade e razoabilidade de valores (<b>Questão 1 – Achado 3</b>).</p>	Recomendação Acolhida e Atendida	Coordenadoria de Contratos			
<p><b>R.4</b> Promova a Secretaria da Administração, no início do exercício, mediante consulta às unidades demandantes dos serviços de coffee break, o planejamento único desses serviços pretendidos no transcorrer do ano, evitando-se o fracionamento das aquisições de produtos de mesma natureza, indevidamente fundamentadas no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8666/1993. (<b>Questão 1 – Achado 4</b>).</p>	Recomendação Acolhida e Atendida	Secretaria da Administração			
Nº do Processo Administrativo	Item do PAA	Objeto da Auditoria	Recomendações		
0000219.46.2016.15.0892	6	Auxílio-Alimentação	Expedidas	Acolhidas e Atendidas	Acolhidas e Em Implementação
			8		8
Recomendação		Situação	Áreas		
<p><b>R1</b>- Promover a Seção de Programas Assistenciais a revisão dos controles empregados para fins de inclusão dos interessados removidos de outros órgãos no programa de auxílio-alimentação, evitando-se pagamentos do benefício sem amparo da legislação, e à Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas para estabelecer o mecanismo de supervisão sobre este controle, ouvida a Coordenadoria de Pagamentos. Nesse sentido, esclarece-se como necessário sejam sempre verificados e confirmados, no protocolo eletrônico, os documentos de solicitação do benefício e declaração sobre o não recebimento pelo interessado do mesmo auxílio junto do órgão de origem. <b>Prazo: imediato</b>, conforme plano de ação.</p>	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Seção de Programas Assistenciais / Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas / Coordenadoria de Pagamentos			
<p><b>R2</b>- Proceder apuração de iguais ocorrências, qual seja inclusão como beneficiário no programa auxílio-alimentação de servidor removido que percebe o mesmo auxílio no órgão de origem, com posterior adoção de procedimentos para obtenção da devolução de valores pelos beneficiários. <b>Prazo: imediato</b>, conforme plano de ação.</p>	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Seção de Programas Assistenciais / Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas			
<p><b>R3</b>- Promover a Seção de Programas Assistenciais a revisão dos controles empregados para fins de imediata exclusão do programa de auxílio-alimentação dos agentes públicos afastados do exercício do cargo ou desligados do órgão, bem como para reversão imediata de valores pagos integralmente embora devidos proporcionalmente, evitando-se pagamentos indevidos do benefício, não amparados pela legislação, e à Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas para estabelecer o mecanismo de supervisão sobre este controle, ouvida a Coordenadoria de Pagamentos. <b>Prazo: imediato</b>, conforme plano de ação.</p>	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Seção de Programas Assistenciais / Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas			
<p><b>R4</b>- Obter os resarcimentos dos valores de auxílio-alimentação pagos indevidamente, não amparados pela legislação, conforme constatações desta auditoria: - a) agente público código 20670100 – licenciado para atividade política de 05/07/2014 a 05/10/2014 período em que recebeu o auxílio; b) agente público código 104060100 – licenciado para tratar de interesses particulares a partir de 15/06/2015, contudo recebeu o valor integral do auxílio naquele mês/ano; c) agente público código 110770100 – redistribuído em 23/04/2015, contudo recebeu o valor integral do auxílio naquele mês/ano. <b>Prazo: imediato</b>, conforme plano de ação.</p>	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Seção de Programas Assistenciais / Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas			
<p><b>R5</b>- Proceder apuração de iguais ocorrências, quais sejam, pagamentos indevidos do auxílio, incluindo cálculos proporcionais a partir das datas de afastamento e/ou desligamento pelos interessados resultantes de suas licenças para atividade política, tratamento de interesses particulares e redistribuições, considerados os últimos 5 (cinco) anos, com posterior adoção de procedimentos para obtenção da devolução de valores pelos beneficiários. <b>Prazo: 180 dias</b>, conforme plano de ação.</p>	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Seção de Programas Assistenciais / Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas			
<p><b>R6</b>- Promover a Seção de Programas Assistenciais a revisão dos controles para observância estrita do processamento dos valores de desconto de auxílio-alimentação em relação às diárias pagas, incluindo as informações recebidas de outras unidades e os finais de semanas e/ou feriados, evitando-se equívocos nos valores dos desembolsos do benefício, as vezes superiores, outras inferiores, e à Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas para estabelecer mecanismo de supervisão sobre estes controles, ouvida à Coordenadoria de Pagamentos. <b>Prazo: imediato</b>, conforme plano de ação.</p>	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Seção de Programas Assistenciais / Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas			
<p><b>R7</b>- Obter os resarcimentos dos valores de auxílio-alimentação pagos indevidamente e realizar os desembolsos complementares, ambos não amparados pela legislação, conforme constatações desta auditoria, aos agentes públicos identificados pelos códigos enumerados nas relações anexas. <b>Prazo: 60 dias</b>, conforme plano de ação.</p>	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Seção de Programas Assistenciais / Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas			
<p><b>R8</b>- Proceder apuração de iguais ocorrências, quais sejam, pagamentos indevidos do auxílio-alimentação ante descontos equivocados de valores vinculados às diárias, considerados os últimos 5 (cinco) anos, com posterior adoção de procedimentos para obtenção da devolução de valores e/ou realização de pagamentos complementares. <b>Prazo 365 dias</b>, conforme plano de ação.</p>	Recomendação Acolhida e Em Implementação	Seção de Programas Assistenciais / Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas			
Nº do Processo Administrativo	Item do PAA	Objeto da Auditoria	Recomendações		
0000649.85.2016.5.15.0895	15	Programa de Assistência à Saúde	Expedidas	Acolhidas e Atendidas	Acolhidas e Em Implementação
			11	7	-



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Recomendação	Situação	Áreas
<b>R1:</b> - Promover a Seção de Programas Assistenciais a revisão dos controles empregados para fins de imediata exclusão de beneficiários do Programa Assistência à Saúde dos agentes públicos afastados do exercício do cargo, sem remuneração, e sem vínculo ao Plano de Seguridade Social, bem como para reversão de valores resarcidos indevidamente, evitando-se pagamentos sem amparo legal e procedendo-se à recomposição do Erário; e à Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas para estabelecer o mecanismo de supervisão sobre este controle. Prazo imediato, conforme plano de ação.	Acolhidas e Atendidas	Seção de Programas Assistenciais / Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas
<b>R2:</b> - Obter os resarcimentos dos valores de assistência saúde efetuados indevidamente, não amparados pela legislação, conforme constatações desta auditoria: - agente público código 104060100 – licenciado para tratar de interesses particulares a partir de 15/06/2015, recebendo, contudo, o valor integral do benefício naquele mês/ano até os dias de hoje, inclusive em duplícidaço nos meses de janeiro e fevereiro de 2016.	Acolhidas e Atendidas	Seção de Programas Assistenciais / Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas
<b>R3</b> - Proceder apuração de iguais ocorrências, quais sejam, resarcimentos indevidos do benefício assistência saúde, resultantes de licenças não remuneradas, e sem a manutenção do vínculo ao Plano de Seguridade Social, considerados os últimos 05 (cinco) anos, com posterior adoção de procedimentos para obtenção da devolução de valores pelos beneficiários.	Acolhidas e Atendidas	Seção de Programas Assistenciais / Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas
<b>R6:</b> - Obter os resarcimentos dos valores de assistência saúde efetuados indevidamente, visto que não amparados pela legislação, conforme constatações desta auditoria: custeio indevido de filhos com idade superior ao limite de 25 anos referente aos agentes públicos códigos 4640100 e 27380100, devendo ser considerado para fins de cálculo o período que tais dependentes deixaram de atender às condições exigidas para percepção do benefício do Programa de Assistência à Saúde.	Acolhidas e Atendidas	Seção de Programas Assistenciais / Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas
<b>R8</b> - Promover a Seção de Programas Assistenciais a revisão dos controles empregados para fins de imediata adequação dos resarcimentos, bem como para reversão de valores resarcidos indevidamente, evitando-se pagamentos do benefício sem amparo legal e procedendo-se à recomposição do Erário; e à Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas para estabelecer o mecanismo de supervisão sobre este controle.	Acolhidas e Atendidas	Seção de Programas Assistenciais / Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas
<b>R9</b> - Obter os resarcimentos dos valores de assistência saúde efetuados indevidamente, visto que não amparados pela legislação, conforme constatações desta auditoria: a) custeio indevido do beneficiário titular do programa decorrente de pagamento superior ao devido quando confrontados os correspondentes comprovantes de desembolsos e as respectivas despesas com os planos de saúde referente aos agentes públicos códigos 14300100 e 24750100; b) custeio indevido do benefício a titulares do programa na condição de casados decorrente de desembolsos de valores superiores aos efetivamente incorridos quando confrontados os correspondentes comprovantes de reembolsos e as respectivas despesas dos grupos familiares referente aos agentes públicos códigos 74210100 e 21070100. Considerar-se-á, para fins de cálculo, o período abrangido, limitado a folha de pagamento de junho de 2013, em conformidade com a deliberação da autoridade máxima do órgão por ocasião da implementação de glosa para atender recomendação expedida em anterior auditoria realizada sobre mesmo objeto (veja Comunicado da Presidência N° 24/2013 e PA 370-51.2012).	Acolhidas e Atendidas	Seção de Programas Assistenciais / Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas
<b>R10 (a)</b> - Proceder a apuração de eventuais resarcimentos de valores de assistência saúde efetuados indevidamente, visto que não amparados pela legislação, iguais às ocorrências constatadas nesta auditoria, com posterior adoção de procedimentos para obtenção e devolução dessas importâncias pelos beneficiários: a) custeio indevido ao titular do programa em razão de desembolso superior ao devido quando confrontados os valores a ele pagos e as despesas por ele incorridas com os planos de saúde, devendo ser considerado, para fins de cálculo, nos casos porventura encontrados, os períodos neles abrangidos, limitados a folha de pagamento de junho de 2013, em conformidade com a deliberação da autoridade máxima do órgão por ocasião da implementação de glosa para atender recomendação expedida em anterior auditoria realizada sobre mesmo objeto (veja Comunicado da Presidência N° 24/2013 e PA 370-51.2012)	Acolhidas e Atendidas	Seção de Programas Assistenciais / Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

### **7.3 Medidas Administrativas Para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário**

---

O resultado das sindicâncias e/ou processos administrativos disciplinares instaurados ou finalizados no exercício de 2016 não evidenciaram danos ao erário, fraudes e/ou corrupção.

Neste sentido, uma vez que não houve autuação/instauração de tomada de contas especial, comporta registrar a ausência de adoção de quaisquer medidas internas envolvendo dano ao erário, razão inclusive do não preenchimento do quadro previsto para este tópico.

Comporta registrar, dentre os mecanismos de controle para se evitar e/ou minimizar a ocorrência de ilícitos administrativos, as designações de comissões para desenvolvimento de sindicâncias e processos disciplinares, quando do recebimento de denúncias, no transcorrer do exercício, e cujos resultados são consultados/analisados pela unidade de controle interno, inclusive para finalidade de definição de escopos de auditorias para inclusões nos seus planos anuais.

Esclareça-se que, no exercício de 2016, a Coordenadoria de Controle Interno procedeu ao acompanhamento das sindicâncias instauradas neste Órgão, pretendendo delimitar a exata extensão das informações que deverão ser prestadas ao órgão de controle externo.

Comportando igualmente função de controle, cabe destacar as unidades Corregedoria e Ouvidoria, parte da estrutura do TRT, ambas detentoras de competência/atribuição para o recebimento e encaminhamento de eventuais denúncias envolvendo ilícitos administrativos às demais unidades para pertinentes providências.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

#### **7.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Art. 5º da Lei 8.666/1993**

---

Em cumprimento ao artigo 5º da Lei nº 8.666/1993, versando sobre o pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região observa indiscriminadamente a ordem cronológica para processamento de desembolso a seus credores, à medida da apresentação dos documentos comprobatórios das respectivas despesas, incluindo aqueles exigidos para fins fiscais, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa de autoridade competente.

Não obstante, visando garantir o cumprimento do cronograma determinado pela legislação, constituirá objeto de estudo, para viabilizar a implementação de melhorias, controles envolvendo os prazos estabelecidos para as fases da liquidação e do pagamento das despesas, abrangendo os recebimentos e correspondentes atestações dos bens entregues e/ou serviços prestados, com respectiva documentação, e os efetivos desembolsos realizados aos credores.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

## 7.5 Gestão de Precatórios

**QUADRO 169 – REQUISIÇÕES E PRECATORÍOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

Precatórios – Requisição				
Administração Direta				
Natureza	Requisições		Precatórios	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alimentícia	45	R\$ 11.897.376,46	45	R\$ 12.389.214,95
Comum	0	0	0	0
Total	45	R\$ 11.897.376,46	45	R\$ 12.389.214,95

Precatórios – Dotação e Pagamento				
Natureza	Dotação Orçamentária do exercício	Valores Pagos/Tipo de Credor		Saldos a Pagar
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	
Alimentícia	R\$ 13.765.741,00	R\$ 12.268.079,35	R\$ 1.295.921,28	0
Comum	0	0	0	0
Total	R\$ 13.765.741,00	R\$ 12.268.079,35	R\$ 1.295.921,28	0

Obs.: saldo remanescente do Orçamento/2016, no importe de R\$ 201.740,37 devolvido ao C. TST em 2016.

Fonte: Arquivos da Assessoria de Precatórios, relatórios extraídos do Sistema de Acompanhamento Processual e da Extranet no site do E. TRT/15ª Região

**QUADRO 170 – REQUISIÇÕES E PRECATORÍOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

Precatórios – Requisição				
Administração Indireta				
Natureza	Requisições		Precatórios	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alimentícia	05	R\$ 2.887.478,55	05	R\$ 2.950.501,73
Comum	0	0	0	
Total	05	R\$ 2.887.478,55	05	R\$ 2.950.501,73

Precatórios – Dotação e Pagamento				
Natureza	Dotação Orçamentária do exercício	Valores Pagos/Tipo de Credor		Saldos a Pagar
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	
Alimentícia	R\$3.284.422,00	R\$ 3.069.381,59	R\$ 156.531,63	R\$ 4.394,31
Comum	0	0	0	0
Total	R\$3.284.422,00	R\$ 3.069.381,59	R\$ 156.531,63	R\$ 4.394,31

Obs.: saldo remanescente do Orçamento/2016, no importe de R\$ 58.508,78 devolvido ao C. TST em 2016.

Fonte: Arquivos da Assessoria de Precatórios, relatórios extraídos do Sistema de Acompanhamento Processual e da Extranet no site do E. TRT/15ª Região



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

### 7.5.1 Análise Crítica

---

No orçamento de 2016, a liberação financeira da Administração Indireta foi descentralizada para as autarquias e fundações públicas. Assim, apesar do montante da dotação orçamentária da Administração Indireta ser suficiente para cumprir o pagamento dos precatórios do referido orçamento, houve um repasse a maior dos valores financeiros da Administração Indireta Federal-Autarquia (AIFA) e a menor dos valores financeiros da Administração Indireta Federal-Fundação (AIFF), impedindo a total quitação dos precatórios desta última.

No mais, não foi registrada ocorrência digna de nota no que diz respeito ao cumprimento do art. 100 da CF/1988.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

## **7.6 Informações Sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento**

---

No exercício ao qual se referem estas Contas – 2016 – foi efetuado aditivo ao contrato nº 129/2015 com a empresa Câmara e Griffó Engenharia e Construções Ltda. (construção do prédio da Vara do Trabalho de Porto Ferreira), em virtude da majoração da alíquota da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), nos termos da Lei n.º 13.161 de 31/08/2015.

A contratação inicial foi efetuada com preços já desonerados, com a alíquota da CPRB de 2,00% e, em 11/04/16, foi efetuado aditivo ao contrato alterando essa alíquota para 4,50%.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15<sup>a</sup> REGIÃO

## 8 APÊNDICES E ANEXOS

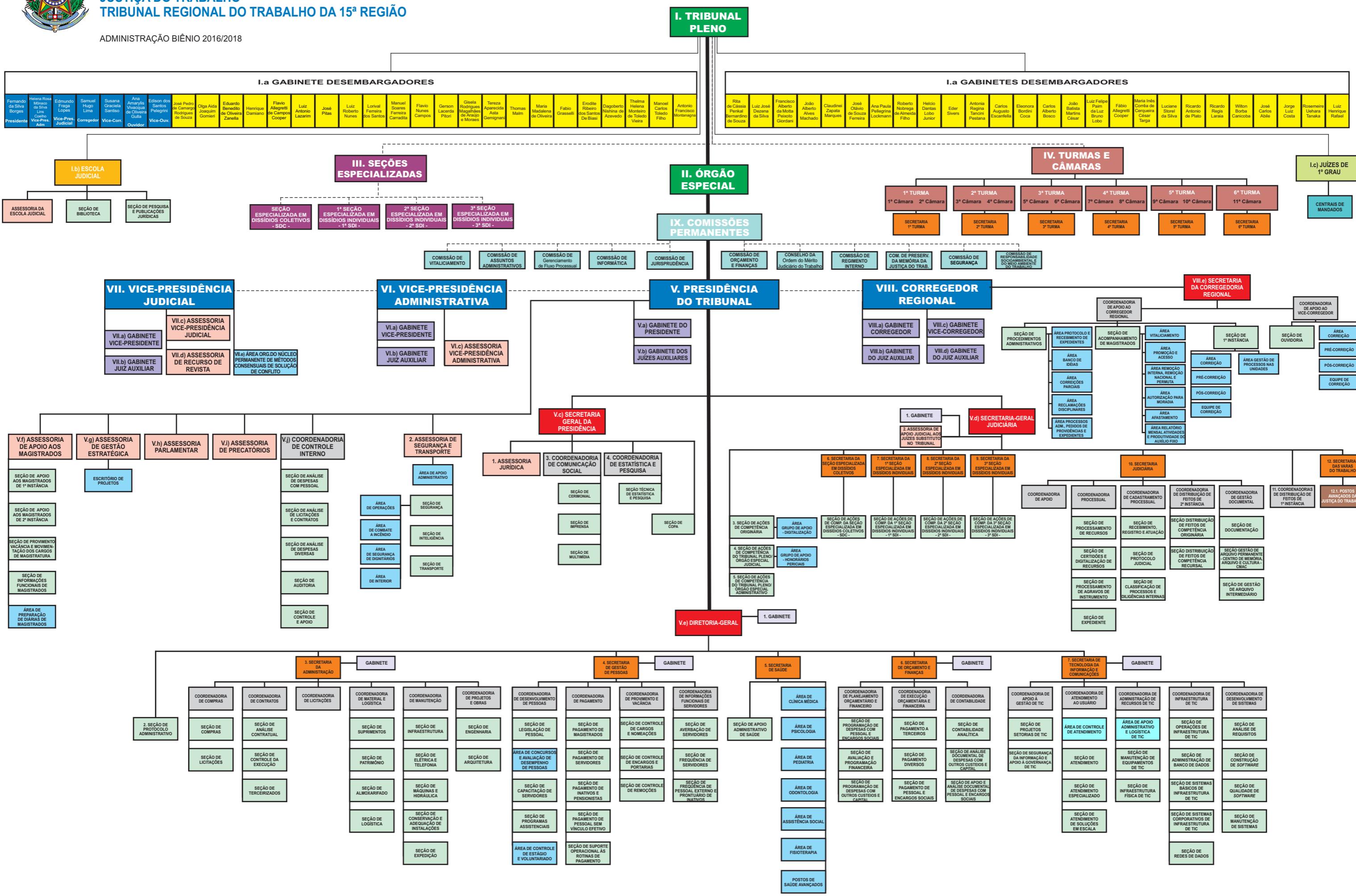
---

### 8.1 Organograma

---



# ORGANOGRAMA - TRT 15ª REGIÃO



LEGENDA

ÓRGÃO DIRETIVO	GABINETE DESEMBARGADOR	POSTO AVANÇADO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	COMISSÃO PERMANENTE	TURMA	SEÇÃO ESPECIALIZADA	ESCOLA JUDICIAL	GABINETE DE ÓRGÃO DIRETIVO	GABINETE DIRETORIA E SECRETARIA GERAL	DIRETORIA E SECRETARIA GERAL	SECRETARIA	SEÇÃO	COORDENADORIA	ÁREA	ASSESSORIA	JUÍZES 1º Grau	CENTRAIS DE MANDADOS
----------------	------------------------	---------------------------------------	---------------------	-------	---------------------	-----------------	----------------------------	---------------------------------------	------------------------------	------------	-------	---------------	------	------------	----------------	----------------------

CANAIS DE COMANDO / SUBORDINAÇÃO

CANAIS DE FUNCIONALIDADE



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

## 8.2 Plano de Contratações de Tecnologia da Informação

---



## PODER JUDICIÁRIO

Última atualização: 30/12/2016

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

## PLANO DE CONTRATAÇÕES DE SOLUÇÕES DE TIC – ANO 2016

Ítem	Objeto da Contratação	Unidade Demandante	Breve Justificativa	Projeto Relacionado	PRAZO DE ENTREGA		Classificação do Objeto	Fonte de Recurso	Estimativa Preliminar (R\$)	Vínculo com o PDTIC, PETIC, PEDG ou PEI	Unidade Técnica
					Estudos Preliminares	Termo de Referência ou Projeto Básico					
4	Contratação de suporte para equipamentos servidores	Presidência	Com o aumento da demanda dos sistemas informatizados, toda a infraestrutura de TIC também necessita acompanhar esse crescimento, logo, há a necessidade de estudo para a avaliação de aquisição de novos equipamentos servidores, sejam em modo rack ou modo blade	Garantir a disponibilidade de TIC	03/2016	04/2016	Despesa Corrente (custeio)	Recursos próprios	R\$ 170.939,04	PEI: Aprimorar os serviços de TIC, PDTIC: Atualizar e aprimorar as soluções de TIC	Coordenadoria de Administração de Recursos de TIC (CARTIC)
5	Contratação de suporte para servidor de banco de dados Postgres	Coordenadoria de Infraestrutura de TIC (CITIC)	O sistema Pje é suportado pelo servidor de banco de dados Postgres, que hoje não possui suporte contratado. Pela criticidade e importância desse sistema, a contratação de empresa especializada no produto é de suma importância.	Aumentar a disponibilidade de TIC	06/2016	07/2016	Despesa Corrente (custeio)	Recursos descentralizados	R\$ 288.037,98	PEI: Aprimorar os serviços de TIC, PETIC: Atualizar e aprimorar as soluções de TIC, Aprimorar o alinhamento Institucional e integração com outros Órgãos	Coordenadoria de Infraestrutura de TIC (CITIC)
6	Aquisição de subscrições, incluindo suporte, do sistema operacional Red Hat Enterprise Linux	Coordenadoria de Infraestrutura de TIC (CITIC)	Os principais servidores críticos, incluindo aqueles que suportam o Pje, utilizam o sistema operacional Red Hat Enterprise Linux e para isso, é de suma importância a subscrição para o uso desse sistema, bem como o suporte fornecido pelo fabricante	Aumentar a disponibilidade de TIC	06/2016	07/2016	Despesa Corrente (custeio)	Recursos descentralizados	R\$ 105.787,08	PEI: Aprimorar os serviços de TIC, PETIC: Atualizar e aprimorar as soluções de TIC, Aprimorar o alinhamento Institucional e integração com outros Órgãos	Coordenadoria de Infraestrutura de TIC (CITIC)
7	Contratação de suporte para servidor de aplicação Jboss	Coordenadoria de Infraestrutura de TIC (CITIC)	O sistema Pje é suportado pelo servidor de aplicação Jboss, que hoje não possui suporte contratado. Além deste, novos sistemas estão sendo desenvolvidos e incorporados neste Tribunal que também necessitam do servidor de aplicação java.	Aumentar a disponibilidade de TIC	06/2016	07/2016	Despesa Corrente (custeio)	Recursos descentralizados	R\$ 396.627,24	PEI: Aprimorar os serviços de TIC, PETIC: Atualizar e aprimorar as soluções de TIC, Aprimorar o alinhamento Institucional e integração com outros Órgãos	Coordenadoria de Infraestrutura de TIC (CITIC)

8	Renovação on-going de suporte do datacenter	Presidência	Necessidade de manutenções preventivas e corretivas constantes na sala cofre para evitar indisponibilidade e garantir a segurança dos dados e dos equipamentos.	Garantir a disponibilidade de TIC	06/2016	07/2016	Despesa Corrente (custeio)	Recursos próprios	R\$ 1.029.804,00	PEI: Adequar constantemente as instalações físicas, PDTIC: Promover Segurança da Informação de TIC	Coordenadoria de Administração de Recursos de TIC (CARTIC)
9	Renovação do suporte e atualização do software de banco de dados Oracle	Coordenadoria de Infraestrutura de TIC (CITIC)	Com exceção do PJe-JT, os principais sistemas de apoio ao negócio utilizam o banco de dados Oracle como base de dados e é necessária a permanente contratação de suporte a atualização do software pelo fabricante, garantindo correção de defeitos, melhorias e solução de problemas relacionados ao software	Aumentar a disponibilidade de TIC	06/2016	07/2016	Despesa Corrente (custeio)	Recursos descentralizados e próprios	R\$ 160.104,84	PEI: Aprimorar os serviços de TIC, PETIC: Atualizar e aprimorar as soluções de TIC	Coordenadoria de Infraestrutura de TIC (CITIC)
10	Renovação da subscrição com suporte para o sistema de virtualização VMware	Coordenadoria de Infraestrutura de TIC (CITIC)	Mais de 90% de nossos servidores centralizados em nossos data centers são virtualizados, incluindo servidores do PJe. São suportados pela sistema de virtualização da VMware e por conta disso é imprescindível termos suporte e manutenção do fabricante.	Aumentar a disponibilidade de TIC	06/2016	07/2016	Despesa Corrente (custeio)	Recursos próprios	R\$ 391.000,00	PEI: Aprimorar os serviços de TIC, PETIC: Atualizar e aprimorar as soluções de TIC	Coordenadoria de Infraestrutura de TIC (CITIC)
11	Contrato de suporte de filtro de conteúdo de e-mail (antispam)	Coordenadoria de Infraestrutura de TIC (CITIC)	O atual sistema de filtro de conteúdo de e-mail (antispam) está sem contrato de manutenção, logo, sem a atualização de suas políticas de detecção de e-mails indesejáveis (spam). É necessária a aquisição de uma nova solução de filtro de conteúdo de e-mail ou a renovação da atualmente utilizada.	Aumentar a disponibilidade de TIC	06/2016	07/2016	Despesa Corrente (custeio)	Recursos descentralizados	R\$ 73.469,28	PEI: Aprimorar os serviços de TIC, PETIC: Atualizar e aprimorar as soluções de TIC, Aprimorar o alinhamento Institucional e integração com outros Órgãos	Coordenadoria de Infraestrutura de TIC (CITIC)
12	Renovação de contrato de manutenção preventiva e corretiva dos no-breaks de data center APC	Coordenadoria de Administração de Recursos de TIC (CARTIC)	Há necessidade de ter contratada empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva dos no-breaks utilizados nos data centers do TRT15.	Garantir a disponibilidade de TIC	06/2016	07/2016	Despesa Corrente (custeio)	Recursos próprios	R\$ 75.492,00	PEI: Aprimorar os serviços de TIC, PDTIC: Adotar as melhores práticas de TIC	Coordenadoria de Administração de Recursos de TIC (CARTIC)

14	Contratação de empresa especializada para manutenção de fibras ópticas	Secretaria da Administração e SETIC	A interligação da rede de dados dos prédios das sedes judiciária e administrativa e do Fórum do Trabalho de Campinas é realizada por meio de fibras ópticas de propriedade do Tribunal, logo, precisamos de contrato de manutenção, tanto preventiva, quanto corretiva, para esse meio de comunicação.	Aumentar a Disponibilidade de TIC	05/2016	06/2016	Despesa Corrente (custeio)	Recursos próprios	R\$ 7.261,52	PEI: Aprimorar os serviços de TIC, PDTIC: Adotar as melhores práticas de TIC	Coordenadoria de Administração de Recursos de TIC (CARTIC)
15	Certificados digitais do tipo A1	Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC)	O atual contrato para emissão de certificados digitais utilizado no Tribunal não contempla a emissão deste tipo de certificado e por isso há a necessidade da contratação de uma empresa que forneça este tipo para atender às necessidades existentes.		04/2016	04/2016	Despesa Corrente (custeio)	Recursos próprios	R\$ 3.120,00	PEI: Aprimorar a prestação jurisdicional, Aprimorar os serviços de TIC, Modernizar os recursos de TIC, PETIC: Atualizar e aprimorar as soluções de TIC, PDTIC: Aumentar a eficiência no uso dos recursos orçamentários.	Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações
18	Aquisição de estações desktops com dois monitores e leitor de smart-card	Presidência	Existe a necessidade de substituição de equipamentos fora de garantia ou obsoletos para uso nas unidades judiciais e administrativas	Prover as unidades com o necessário para o bom desempenho dos trabalhos.	10/2015	11/2015	Despesa de Capital (investimento)	Recursos próprios	R\$ 2.112.344,00	PEI: Aprimorar os serviços de TIC, PDTIC: Atualizar e aprimorar as soluções de TIC	Coordenadoria de Administração de Recursos de TIC (CARTIC)
19	Expansão dos atuais storages	Presidência	Como o sistema Pje utiliza grande volume de dados, é proporcional a utilização de unidades de armazenamento de dados (storages). Desta forma, faz-se necessária a realização de estudo a fim de avaliar a necessidade de expansão dos atuais storages.	Aumentar a Disponibilidade de TIC	06/2016	07/2016	Despesa de Capital (investimento)	Recursos descentralizados e próprios	R\$ 3.890.427,50	PEI: Aprimorar os serviços de TIC, PDTIC: Atualizar e aprimorar as soluções de TIC	Coordenadoria de Administração de Recursos de TIC (CARTIC) e Coordenadoria de Infraestrutura de TIC (CITIC)
27	Certificados digitais do tipo A3 (não da Caixa Econômica)	Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC)	O atual contrato para emissão de certificados digitais para os usuários dos principais sistemas do Tribunal são emitidos pela Caixa Econômica Federal. Há a necessidade da contratação de uma outra empresa, que forneça um certificado digital de outra unidade certificadora para que seja possível o fornecimento de um segundo certificado a todos os magistrados e servidores, garantindo uma redundância de todas as etapas necessárias em seu uso.		04/2016	04/2016	Despesa Corrente (custeio)	Recursos próprios	R\$ 150.000,00	PEI: Aprimorar a prestação jurisdicional, Aprimorar os serviços de TIC, Modernizar os recursos de TIC, PETIC: Atualizar e aprimorar as soluções de TIC, PDTIC: Aumentar a eficiência no uso dos recursos orçamentários.	Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

-	Aquisição de novos servidores de rede	Presidência	Com o aumento da demanda dos sistemas informatizados em 2016, é necessário a aquisição de novos servidores de rede para aumentar a capacidade de processamento atual do Regional, que se encontra perto do limite máximo.	Garantir a disponibilidade de TIC	11/2016	12/2016	Despesa de Capital (investimento)	Recursos próprios	R\$ 631.992,00	PEI: Aprimorar os serviços de TIC, PDTIC: Atualizar e aprimorar as soluções de TIC	Coordenadoria de Administração de Recursos de TIC (CARTIC)
-	Aquisição de notebooks para magistrados	Presidência	Existe a necessidade de substituição de equipamentos fora de garantia ou obsoletos para uso nas atividades judiciais e administrativas	Prover as unidades com o necessário para o bom desempenho dos trabalhos.	11/2016	12/2016	Despesa de Capital (investimento)	Recursos próprios	R\$ 2.307.810,00	PEI: Aprimorar os serviços de TIC, PDTIC: Atualizar e aprimorar as soluções de TIC	Coordenadoria de Administração de Recursos de TIC (CARTIC)
-	Contratação de Suporte para o Firewall do Tribunal	Presidência	É necessária a contratação de uma empresa especializada para este equipamento, atendendo eventuais problemas que ocorram e que possam comprometer a segurança da rede corporativa do Órgão.	Garantir a disponibilidade de TIC	11/2016	11/2016	Despesa Corrente (custeio)	Recursos próprios	R\$ 154.301,10	PEI: Aprimorar os serviços de TIC, PDTIC: Atualizar e aprimorar as soluções de TIC	Coordenadoria de Administração de Recursos de TIC (CARTIC)
-	Aquisição de Switches de rede SAN	Presidência	É necessária a aquisição deste tipo de switch para a rede corporativa do Tribunal pois os atuais estão sem garantia do fabricante e com muito tempo de uso. Uma falha neste equipamento pode acarretar a paralização da comunicação entre as Sedes do Regional em Campinas	Garantir a disponibilidade de TIC	11/2016	12/2016	Despesa de Capital (investimento)	Recursos próprios	R\$ 838.182,67	PEI: Aprimorar os serviços de TIC, PDTIC: Atualizar e aprimorar as soluções de TIC	Coordenadoria de Administração de Recursos de TIC (CARTIC)

<b>Totais</b>	<b>R\$ 12.786.700,25</b>
Recursos próprios	<b>R\$ 7.872.246,33</b>
Recursos descentralizados	<b>R\$ 863.921,58</b>
Recursos descentralizados e próprios	<b>R\$ 4.050.532,34</b>
Despesa de Capital (investimento)	<b>R\$ 9.780.756,17</b>
Despesa Corrente (custeio)	<b>R\$ 3.005.944,08</b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

### 8.3 Demonstrações Contábeis

---



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO
ORGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 09/01/2017	PÁGINA 1
	VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>				
<b>Receitas Tributárias</b>				
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>				
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	599.342,00	599.342,00	670.729,66	71.387,66
Valores Mobiliários	599.342,00	599.342,00	670.729,66	71.387,66
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>				
<b>Receita Industrial</b>				
<b>Receitas de Serviços</b>				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>				
Outras Receitas Correntes	35.000.000,00	35.000.000,00	607.236,52	-34.392.763,48
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	226.000,00	226.000,00	631.428,98	405.428,98
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	226.000,00	226.000,00	631.428,98	405.428,98
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>				
<b>Operações de Crédito</b>				
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>				
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>				
<b>Transferências de Capital</b>				
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 09/01/2017	PÁGINA 2
SUBTÍTULO	15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ÓRGÃO SUPERIOR			

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>				
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>35.825.342,00</b>	<b>35.825.342,00</b>	<b>1.909.395,16</b>	<b>-33.915.946,84</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>				
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>35.825.342,00</b>	<b>35.825.342,00</b>	<b>1.909.395,16</b>	<b>-33.915.946,84</b>
<b>DÉFICIT</b>			<b>1.456.816.609,12</b>	<b>1.456.816.609,12</b>
<b>TOTAL</b>	<b>35.825.342,00</b>	<b>35.825.342,00</b>	<b>1.458.726.004,28</b>	<b>1.422.900.662,28</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	<b>12.900.000,00</b>	<b>12.900.000,00</b>	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	12.900.000,00	12.900.000,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.356.515.226,00</b>	<b>1.444.392.728,00</b>	<b>1.444.325.724,93</b>	<b>1.425.200.870,38</b>	<b>1.425.159.785,80</b>	<b>67.003,07</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.133.598.109,00	1.208.302.759,00	1.208.302.759,00	1.200.919.850,89	1.200.919.850,89	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	222.917.117,00	236.089.969,00	236.022.965,93	224.281.019,49	224.239.934,91	67.003,07
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.315.000,00</b>	<b>14.512.480,00</b>	<b>14.400.279,35</b>	<b>7.997.311,25</b>	<b>7.995.362,93</b>	<b>112.200,65</b>
Investimentos	3.315.000,00	14.512.480,00	14.400.279,35	7.997.311,25	7.995.362,93	112.200,65
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>6.075.000,00</b>	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>1.365.905.226,00</b>	<b>1.458.905.208,00</b>	<b>1.458.726.004,28</b>	<b>1.433.198.181,63</b>	<b>1.433.155.148,73</b>	<b>179.203,72</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 09/01/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>1.365.905.226,00</b>	<b>1.458.905.208,00</b>	<b>1.458.726.004,28</b>	<b>1.433.198.181,63</b>	<b>1.433.155.148,73</b>	<b>179.203,72</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.365.905.226,00</b>	<b>1.458.905.208,00</b>	<b>1.458.726.004,28</b>	<b>1.433.198.181,63</b>	<b>1.433.155.148,73</b>	<b>179.203,72</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>4.883.581,16</b>	<b>18.262.509,04</b>	<b>15.404.198,76</b>	<b>15.404.196,76</b>	<b>4.701.553,18</b>	<b>3.040.340,26</b>
Pessoal e Encargos Sociais	220.156,98	2.929.860,57	2.569.258,86	2.569.258,86	498.763,62	81.995,07
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.663.424,18	15.332.648,47	12.834.939,90	12.834.937,90	4.202.789,56	2.958.345,19
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.024.491,33</b>	<b>7.714.357,09</b>	<b>7.313.836,29</b>	<b>7.308.135,71</b>	<b>2.882.978,16</b>	<b>2.547.734,55</b>
Investimentos	5.024.491,33	7.714.357,09	7.313.836,29	7.308.135,71	2.882.978,16	2.547.734,55
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>9.908.072,49</b>	<b>25.976.866,13</b>	<b>22.718.035,05</b>	<b>22.712.332,47</b>	<b>7.584.531,34</b>	<b>5.588.074,81</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.709,93</b>	<b>1.496.706,35</b>	<b>1.503.291,16</b>	<b>794,03</b>	<b>2.331,09</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.709,93	1.496.706,35	1.503.291,16	794,03	2.331,09
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>7.579,69</b>	<b>7.579,69</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Investimentos	-	7.579,69	7.579,69	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>9.709,93</b>	<b>1.504.286,04</b>	<b>1.510.870,85</b>	<b>794,03</b>	<b>2.331,09</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO
ORGÃO SUPERIOR	

EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSAO 09/01/2017	PAGINA 3
	VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>1.365.905.226,00</b>	<b>1.458.905.208,00</b>	<b>1.458.726.004,28</b>	<b>1.433.198.181,63</b>	<b>1.433.155.148,73</b>	<b>179.203,72</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.365.905.226,00</b>	<b>1.458.905.208,00</b>	<b>1.458.726.004,28</b>	<b>1.433.198.181,63</b>	<b>1.433.155.148,73</b>	<b>179.203,72</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>						
Pessoal e Encargos Sociais	4.883.581,16	18.262.509,04	15.404.198,76	15.404.196,76	4.701.553,18	3.040.340,26
Juros e Encargos da Dívida	220.156,98	2.929.860,57	2.569.258,86	2.569.258,86	498.763,62	81.995,07
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>						
Investimentos	4.663.424,18	15.332.648,47	12.834.939,90	12.834.937,90	4.202.789,56	2.958.345,19
Inversões Financeiras	5.024.491,33	7.714.357,09	7.313.836,29	7.308.135,71	2.882.978,16	2.547.734,55
Amortização da Dívida	-	-	-	7.308.135,71	2.882.978,16	2.547.734,55
<b>TOTAL</b>	<b>9.908.072,49</b>	<b>25.976.866,13</b>	<b>22.718.035,05</b>	<b>22.712.332,47</b>	<b>7.584.531,34</b>	<b>5.588.074,81</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>					
Pessoal e Encargos Sociais	9.709,93	1.496.706,35	1.503.291,16	794,03	2.331,09
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>					
Investimentos	9.709,93	1.496.706,35	1.503.291,16	794,03	2.331,09
Inversões Financeiras	-	7.579,69	7.579,69	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>9.709,93</b>	<b>1.504.286,04</b>	<b>1.510.870,85</b>	<b>794,03</b>	<b>2.331,09</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 09/01/2017	PÁGINA 1
	VALORES EM UNIDADES DE REAL

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS		DISPÊNDIOS		
	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>Receitas Orçamentárias</b>			<b>Despesas Orçamentárias</b>		
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.487.299.166,34	1.441.901.284,30
Vinculadas	-	-	Vinculadas	1.196.724.338,41	1.101.309.879,35
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	290.574.827,93	340.591.404,95
			Operação de Crédito	225.081.234,49	185.236.887,00
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	65.493.593,44	127.915.253,95
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>1.438.087.802,58</b>	<b>1.414.967.782,36</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>58.036.084,37</b>	<b>54.998.378,93</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	1.433.382.991,68	1.408.409.745,38	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasso Recebido	1.433.382.991,68	1.408.409.745,38	Independentes da Execução Orçamentária	58.036.084,37	54.998.378,93
Independentes da Execução Orçamentária	4.704.810,90	6.558.036,98	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	5.876.788,76	8.287.028,88
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.515.583,27	6.034.298,10	Movimento de Saldos Patrimoniais	52.159.295,61	46.711.350,05
Demais Transferências Recebidas	576.776,79	261.295,79	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	612.450,84	262.443,09	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>80.695.437,49</b>	<b>118.566.143,62</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>32.391.547,53</b>	<b>41.459.962,40</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	395.402,54	1.504.286,04	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.510.870,85	1.527.427,13
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	27.303.718,21	32.635.028,47	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	30.740.638,21	39.767.050,94
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	116.853,60	165.484,33	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	123.301,51	165.484,33
Outros Recebimentos Extraorçamentários	52.879.463,14	84.261.344,78	Outros Pagamentos Extraorçamentários	16.736,96	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		16.059,21	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	16.736,96	
Arrecadação de Outra Unidade	52.879.463,14	84.110.193,47			
Demais Recebimentos		135.092,10			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>94.787.396,06</b>	<b>99.613.095,71</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>35.843.837,89</b>	<b>94.787.396,06</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	94.787.396,06	99.613.095,71	Caixa e Equivalentes de Caixa	35.843.837,89	94.787.396,06
<b>TOTAL</b>	<b>1.613.570.636,13</b>	<b>1.633.147.021,69</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.613.570.636,13</b>	<b>1.633.147.021,69</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 09/01/2017	PÁGINA 1
	VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>41.967.360,69</b>	<b>98.868.307,38</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>122.837.097,20</b>	<b>117.122.733,08</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.843.837,89	94.787.396,06	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	86.675.675,42	113.943.710,44
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.510.386,18	1.359.154,61	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	98.471,91	1.873.384,64
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo			Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	4.486.341,34	2.600.128,72	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	126.795,28	121.627,99	Provisões de Curto Prazo	35.531.899,21	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	531.050,66	1.305.638,00
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>511.915.372,69</b>	<b>501.334.475,78</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>134.245.391,89</b>	<b>134.709.663,89</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.348.910,35	1.260.811,66	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	134.228.542,29	134.709.663,89
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	1.348.910,35	1.260.811,66	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	16.849,60	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>257.082.489,09</b>	<b>251.832.396,97</b>
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	508.243.705,25	497.757.853,91			
Bens Móveis					
Bens Móveis	54.275.321,95	48.162.190,31			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	97.084.011,87	81.993.286,92			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-42.808.689,92	-33.831.096,61			
Bens Imóveis	453.968.383,30	449.595.663,60			
Bens Imóveis	454.881.263,79	449.614.339,96			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-912.880,49	-18.676,36			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	2.322.757,09	2.315.810,21			
Softwares	2.322.757,09	2.315.810,21			
Softwares	6.055.211,59	5.402.641,43			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-3.732.454,50	-3.086.831,22			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 09/01/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO	PASSIVO				
	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	
				2016	2015
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-		
Direitos de Uso de Imóveis		-	-		
Direitos de Uso de Imóveis		-	-		
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-		
<b>Diferido</b>					
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>553.882.733,38</b>	<b>600.202.783,16</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>553.882.733,38</b>	<b>600.202.783,16</b>

ATIVO	PASSIVO				
	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	
				2016	2015
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>35.843.837,89</b>	<b>94.787.396,06</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>33.520.026,11</b>	<b>47.106.614,00</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>518.038.895,49</b>	<b>505.415.387,10</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>254.701.818,66</b>	<b>246.216.767,38</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>265.660.888,61</b>	<b>306.879.401,78</b>

Quadro de Compensações

ATIVO	PASSIVO				
	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	
				2016	2015
<b>ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos</b>				<b>ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos</b>	
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>16.539.397,50</b>	<b>43.868.230,42</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>110.474.967,29</b>	<b>119.588.774,90</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	16.539.397,50	43.868.230,42	Execução dos Atos Potenciais Passivos	110.474.967,29	119.588.774,90
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	9.828.212,62	6.908.091,11	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	6.711.184,88	36.960.139,31	Obrigações Contratuais a Executar	110.474.967,29	119.588.774,90
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>16.539.397,50</b>	<b>43.868.230,42</b>	<b>TOTAL</b>	<b>110.474.967,29</b>	<b>119.588.774,90</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>		<b>-1.846.938,87</b>
<b>Recursos Vinculados</b>		<b>4.170.750,65</b>
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		<b>4.170.750,65</b>
<b>TOTAL</b>		<b>2.323.811,78</b>



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO	EMISSAO 09/01/2017	PAGINA 1
ORGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>1.509.902.510,31</b>	<b>1.572.190.873,96</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>49.665.484,81</b>	<b>44.852.680,31</b>
Impostos	-	-
Taxas	49.665.484,81	44.852.680,31
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>809.074,25</b>	<b>2.190.436,08</b>
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	809.074,25	2.190.436,08
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>205.933,47</b>	<b>581.929,95</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	39.040,21	446.976,44
Variações Monetárias e Cambiais	166.893,26	134.953,51
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>1.438.713.447,66</b>	<b>1.450.710.422,36</b>
Transferências Intragovernamentais	1.438.088.886,46	1.414.967.782,36
Transferências Intergovernamentais	607.236,52	35.737.715,00
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	17.324,68	4.925,00
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>15.705.855,44</b>	<b>72.322.862,87</b>
Reavaliação de Ativos	2.477.407,76	56.543.171,29
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	453.774,64	1.788.277,69
Ganhos com Desincorporação de Passivos	12.774.673,04	13.991.413,89
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>4.802.714,68</b>	<b>1.532.542,39</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO
ORGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSAO 09/01/2017	PAGINA 2
	VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	2.944.990,34	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.857.724,34	1.532.542,39
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>1.553.085.841,81</b>	<b>1.530.191.547,04</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>1.043.704.116,56</b>	<b>1.036.752.865,76</b>
Remuneração a Pessoal	779.901.034,51	784.858.308,94
Encargos Patronais	141.210.216,93	140.926.674,59
Benefícios a Pessoal	112.964.869,05	105.266.929,61
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	9.627.996,07	5.700.952,62
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>260.747.867,07</b>	<b>235.829.318,97</b>
Aposentadorias e Reformas	230.716.968,13	208.832.233,70
Pensões	29.840.866,77	26.695.392,27
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	190.032,17	301.693,00
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>134.007.299,45</b>	<b>128.487.000,59</b>
Uso de Material de Consumo	5.001.165,99	5.559.584,35
Serviços	116.717.277,29	111.524.543,03
Depreciação, Amortização e Exaustão	12.288.856,17	11.402.873,21
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>21.061,30</b>	<b>19.228,89</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	17.612,67	16.670,45
Variações Monetárias e Cambiais	3.448,63	2.558,44
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>65.027.803,79</b>	<b>55.321.372,04</b>
Transferências Intragovernamentais	62.842.461,96	54.998.378,93
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.185.341,83	322.993,11
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>38.599.228,63</b>	<b>71.109.831,09</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	8.257,75	34.780,45
Incorporação de Passivos	38.301.694,95	52.389.093,90
Desincorporação de Ativos	289.275,93	18.685.956,74



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO
ORGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSAO 09/01/2017	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
<b>Tributárias</b>		<b>4.579.784,64</b>	<b>2.207.932,45</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		198.236,75	167.822,93
Contribuições		4.381.547,89	2.040.109,52
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>6.398.680,37</b>	<b>463.997,25</b>
Premiações		-	9.900,00
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		-	-
Subvenções Económicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		5.762.905,41	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		635.774,96	454.097,25
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>		<b>-43.183.331,50</b>	<b>41.999.326,92</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO
ORGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSAO 09/01/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>-36.440.949,29</b>	<b>17.205.160,67</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>1.491.084.119,32</b>	<b>1.499.378.552,26</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>		
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>		
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>1.491.084.119,32</b>	<b>1.499.378.552,26</b>
Ingressos Extraorçamentários	116.853,60	165.484,33
Transferências Financeiras Recebidas	1.438.087.802,58	1.414.967.782,36
Arrecadação de Outra Unidade	52.879.463,14	84.110.193,47
Demais Recebimentos		135.092,10
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-1.527.525.068,61</b>	<b>-1.482.173.391,59</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-1.323.902.228,98</b>	<b>-1.282.641.091,89</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social		-235.563.765,50
Saúde	-264.513.663,09	
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSAO 09/01/2017	PAGINA 2
	VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-21.595.207,56	-22.433.174,15
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-16.736,96	16.059,21
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-145.463.453,75</b>	<b>-144.368.436,44</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-145.463.453,75	-144.368.436,44
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-58.159.385,88</b>	<b>-55.163.863,26</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-123.301,51	-165.484,33
Transferências Financeiras Concedidas	-58.036.084,37	-54.998.378,93
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-22.502.608,88</b>	<b>-22.030.860,32</b>
<b>INGRESSOS</b>		
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-22.502.608,88	-22.030.860,32
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-17.740.711,52	-21.068.747,76
Outros Desembolsos de Investimentos	-4.761.897,36	-962.112,56
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO
ORGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSAO 09/01/2017	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-58.943.558,17	-4.825.699,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	94.787.396,06	99.613.095,71
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	35.843.837,89	94.787.396,06



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

---

#### **8.4 Plano de Capacitação de Tecnologia da Informação e Comunicações**

---



Cursos do Plano de Capacitação da SETIC de 2016	Período	Participantes previstos	Participantes certificados por curso	Total participantes certificados por mês
BPM	21 a 22 mar	10	12	MAR = 12
BPM	25 a 28 abr	29	32	ABR = 32
Capacitação Oficial Operacional I do Assyst	20 a 24 jun	38	51	JUN = 51
Capacitação Oficial Operacional II do Assyst	27 jun a 1º jul	20	31	JUL = 127
Capacitação Oficial Administrativa do Assyst - ITAM	4 a 8 jul	20	29	
Fundamentos ITIL	11 a 29 jul	66	67	AGO = 41
Operações básicas sobre a infraestrutura virtualizada	1 a 4 ago	8	8	
Infraestrutura dos sistemas corporativos do TRT15	8 a 9 ago	18	28	
Oficina de prática de contagem de pontos de função	22 a 25 ago	8	5	
Gerenciamento de projetos ágeis com SCRUM	29 ago a 1º set	31	38	SET = 115
Noções de Infraestrutura de redes e comunicação do TRT15	5 a 6 set	34	27	
Desenvolvimento paralelo apoiado por controle de versão	12 a 15 set	7	4	
SAP1G e SAP2G	19 set	15	10	
Sistemas Administrativos	20 set	15	13	OUT = 20
Noções de Windows Server	21 set	17	17	
Workshop JCompany / Jaguar	26 a 29 set	8	6	
Infraestrutura virtualizada e de storage do TRT15	3 a 5 out	22	15	
Curso básico de Enterprise Architect	18 a 21 out	8	5	NOV = 41
Introdução aos conceitos de Design Patterns	7 a 10 nov	8	5	
Ferramenta GPWeb	22 a 25 nov	48	36	
<b>TOTAL</b>				<b>439</b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15<sup>a</sup> REGIÃO

## **RELATÓRIO E PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA**

Não há, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15<sup>a</sup> Região normativo interno que obrigue a emissão de parecer sobre o Relatório de Gestão.

As informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna – Coordenadoria de Controle Interno – figuram no item 3.2 – *Atuação da Unidade de Auditoria Interna* do Relatório de Gestão apresentado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15<sup>a</sup> Região.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

## **RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO**

A atuação e as principais constatações feitas pela Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região constam do item *3.3 – Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos* e respectivos subitens do Relatório de Gestão apresentado pela unidade apresentadora



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

## **DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE**

**- DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETITUDE DOS REGISTROS NO SISTEMA  
DE APRECIAÇÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES**

## DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região estão devidamente registrados no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Campinas, 28 de março de 2017

Gustavo Fachim  
086.547.738-80  
Secretário de Gestão de Pessoas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**- DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.730/1993 QUANTO  
À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS**



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
Rua Dr. Quirino, 1080 – Centro – Campinas – 13015-081  
Fone: (19) 3231-0248 – R: 2305  
[www.trt15.gov.br](http://www.trt15.gov.br)  
Secretaria de Gestão de Pessoas

## DECLARAÇÃO

Declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, que todos os servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, obrigados pela Lei 8.730/1993, apresentaram autorização formal para acesso aos dados de Bens e Rendas constantes das suas respectivas Declarações de Ajuste Anual de Imposto de Renda Pessoa Física ou disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta Secretaria de Gestão de Pessoas para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Campinas, 24 de fevereiro de 2017

Gustavo Fachim

CPF: 086.547.738-80

Secretário de Gestão de Pessoas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**- DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

## DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A conformidade contábil do Órgão é registrada por profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal como responsável pela conformidade contábil da Unidade Gestora Executora – 080011 – Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Em cumprimento à segregação de função no processo de registro da conformidade contábil, o responsável e seu substituto, lotados na Coordenadoria de Contabilidade do Órgão, não participam da execução orçamentária e financeira, e são responsáveis pela realização de acertos, com vistas à regularização de lançamentos e saldos constantes dos Balanços e demais Demonstrativos Contábeis.

A base da conformidade contábil se apoia nos trabalhos de análise realizados nas Seções subordinadas à Coordenadoria de Contabilidade, onde são examinados os documentos emitidos no SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal pelas Áreas responsáveis pela execução orçamentária, financeira e patrimonial desta Corte, respeitada desta forma a segregação de função.

Determinação presidencial interna estabelece que os documentos, objeto de análise, sejam juntados aos respectivos processos administrativos, pelos gestores responsáveis, e encaminhados à Coordenadoria de Contabilidade para o devido exame.

A execução orçamentária, financeira e patrimonial do TRT da 15ª Região, objeto da conformidade, foi contabilizada mediante a emissão, no exercício financeiro de 2016, de cerca de 36.000 (trinta e seis mil) documentos no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, como: notas de empenho, ordens bancárias, notas de lançamentos, notas de sistema, guias de previdência social, documentos de arrecadação financeira eletrônica, dentre outros.

Para o exame dos documentos é utilizado banco de dados criado na Coordenadoria, alimentado mediante importação diária dos documentos emitidos no SIAFI no dia anterior.

A análise objetiva, prioritariamente, certificar o registro contábil do ato ou fato de gestão orçamentária, financeira ou patrimonial com o documento hábil comprobatório que lhe deu origem.

E pretende, sobretudo, a verificação de inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis, considerados os padrões normativos e operacionais expressos nas normas e regulamentos aplicáveis, utilizando mecanismos de controles internos com vistas a identificar e corrigir as falhas de forma tempestiva.

As restrições contábeis registradas no período foram:

1. Mês – Fevereiro/2016 a Outubro/2016

Restrição – 674

Título – SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE

Motivo/Eclarecimento – Valores registrados na conta 21881.01.28 - Depósitos Retidos de Fornecedores, originários, principalmente, de retenção de multa aplicada pela Administração sobre os contratos de prestação de serviço ou aquisição de bens, pendentes de recolhimento ou reversão ao fornecedor, a mais de 60 dias da data de sua apropriação, sem a manifestação dos gestores quanto à necessidade da permanência, após a devida análise periódica, de tais saldos.

Solução: Manifestações encaminhadas pelas áreas para justificativas/ajustes no mês de novembro/2016.

2. Mês – Outubro/2016 e Dezembro/2016

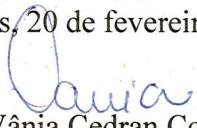
Restrição – 315

Título – FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO

Motivo/Eclarecimento – Falta de registro da conformidade até a data limite.

Em cumprimento ao item 6.1.4 da Macrofunção 020315 do Manual SIAFI, que trata da Conformidade Contábil, o qual dispõe que as ocorrências não regularizadas até o encerramento do exercício financeiro devem ser objeto de citação no Processo de Contas Anual, vale destacar que as restrições registradas foram regularizadas até o encerramento do exercício.

Campinas, 20 de fevereiro de 2017.

  
Vânia Cedran Coco

Coordenadora de Contabilidade



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**- DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEIGNIDADE DOS REGISTROS  
CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO  
GOVERNO FEDERAL – SIAFI**

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEIGNIDADE DOS REGISTROS  
CONTÁBEIS DO SIAFI**

**DECLARAÇÃO PLENA**

Declaração de que as Demonstrações Contábeis do exercício e os registros contábeis estão livres de distorções relevantes e refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR**

<b>Denominação completa (UJ)</b>	<b>Código da UG</b>
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO	080011

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2016, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

<b>Local</b>	Campinas	<b>Data</b>	20 de fevereiro de 2017
<b>Contador Responsável</b>	Vânia Cedran Coco <i>Vânia</i>	<b>CRC nº</b>	1SP249105/O-7